

**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO
Núcleo de Pós-Graduação em Administração – NPGA**

**PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA**

IVILANA QUADROS TONHÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico, da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia para obtenção de título de Mestre em Administração.

ORIENTADOR: Prof. JOSÉ ANTONIO GOMES DE PINHO

SALVADOR – BAHIA

2006

**Participação Cidadã nas Políticas Públicas de Habitação Popular
na Bahia**

Ivilana Quadros Tonhá

Aprovada por:

Prof. Dr. José Antonio Gomes de Pinho
Orientador

Prof. Dr. Paulo de Arruda Penteadó

Prof. Dr. Antonio Sérgio Fernandes

Salvador-Bahia

2006

**A meu filho
Yuri Tonhá Sales Melo,
o melhor do meu viver.**

AGRADECIMENTOS

Algumas pessoas e instituições muito me ajudaram a desenvolver esta pesquisa.

Agradeço à minha família, aos colegas de mestrado, aos professores e funcionários da Escola de Administração da UFBA, aos colegas do DERBA, aos amigos de um modo geral, pela paciência, incentivo e compreensão, bem como pelas críticas e sugestões.

À direção do DERBA, por compreender a importância desta iniciativa e permitir que ela ocorresse em paralelo ao desempenho da minha função no órgão.

Aos entrevistados, sem os quais este trabalho não teria alcançado êxito.

Ao meu orientador, por ser, antes de mais nada, um amigo.

A João Henrique, que com um bonito gesto de doação, me ajudou a sair da inércia.

A Deus, por me dar tanto.

É através do exercício da cidadania
que a população interessada
deixa a condição de objeto
e de massa de manobra,
passando a sujeito legítimo.
Como sujeito legítimo,
emerge na condição de parceiro competente
de programas e projetos,
capaz de argumentar e colaborar
sobre a base de direitos
e não sobre esmolas do Estado;
pois somente existe ‘serviço público’
quando a população
é capaz de o reivindicar e controlar,
colocando o Estado, seus técnicos e os acadêmicos
no seu devido lugar.
A partir daí, é possível o Estado de direito,
com regras de jogo democrático e comuns,
controlado de baixo para cima, eficiente e eficaz,
tendo que prestar contas de tudo à sociedade.

PEDRO DEMO, 1984

RESUMO

Esta dissertação buscou analisar como a participação cidadã ocorre nas políticas públicas de habitação popular na Bahia, representadas pelo Programa Viver Melhor: se ela existe, como ela se dá na prática e que impactos gera, desde o planejamento à implementação destas políticas. A pesquisa delimitou-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, tendendo para uma abordagem mais qualitativa e utilizou estudo de caso com uso de análise de conteúdo para análise dos dados. Os dados analisados foram, fundamentalmente, dados secundários (documentos oficiais, bibliografia sobre o tema, publicações institucionais, atas de reuniões) e entrevistas com gestores, técnicos e sociedade civil (morador, liderança, ONG). A partir da delimitação das lógicas de ação destes atores e construção de seus discursos, foram estes dados analisados com base no referencial teórico levantado, e concluiu-se que a participação existente, apesar dos avanços, ainda não se configura como participação cidadã, seja pela desarticulação e fragilidade da população no exercício de práticas participativas e aprendizado da cidadania, seja pela falta de uma pedagogia adequada de participação, com formas de abordagem comunitária que realmente sensibilizem a comunidade, seja pela gestão política local, tecnocrática e com resquícios de autoritarismo, bem como pela divergência entre as lógicas políticas de ação dos atores envolvidos nesta problemática. Estas intervenções urbanísticas e habitacionais do Programa Viver Melhor não ocorrem segundo lógica participativa democratizante, mas camuflam interesses econômicos alinhados com o projeto neoliberal e com exigências dos organismos financiadores. Há um incremento da qualidade de vida, pela precariedade imensa de condições das populações de baixa renda na Bahia, mas não estímulo real à cidadania, conforme concebida nesta pesquisa.

Palavras-chave: descentralização, democracia, cidadania, poder local, sociedade civil, participação cidadã.

ABSTRACT

This research searched to analyze as the participation citizen occurs in the public politics of popular habitation in Bahia, represented for the Viver Melhor Program: if it exists, as it gives itself in the practical one and what impacts generate, since the planning to the implementation of these politics. The research was delineated as a quantity-qualitative research, tending for a more qualitative boarding and used study of case with use of analysis of content for analysis of the data. The analyzed data, basically, had been given secondary (official documents, institutional bibliography on the subject, publications, acts of meetings) and interviews with managers, technician and civil society (community, leadership, ONG). From the delimitation of the logics of action of these actors and construction of its speeches, they had been these analyzed data on the basis of the raised theoretical referential, and concluded that the existing participation, although the advances, not yet is configured as participation citizen, either for the disarticulation and fragility of the population in the exercise of participative practical and learning of the citizenship, either for the lack of an adequate methodology of participation, with forms of communitarian boarding that really sensitize the community, either for the management politics place, most technical and with remaining portions of authoritarianism, as well as for the divergence between the logics politics of action of the involved actors in this problematic one. These interventions of the Viver Melhor Program do not occur according to democratic and participative logic, but they camouflage lined up economic interests with the neoliberal project and requirements of the financial organisms. It has an increment of the quality of life, for the immense precariousness of conditions of the low income populations in Bahia, but not real stimulation to the citizenship, as conceived in this research.

Word-key: decentralization, democracy, citizenship, local power, civil society, participation citizen.

SUMÁRIO

| | |
|---|------------|
| RELAÇÃO DE QUADROS | 09 |
| RELAÇÃO DE FIGURAS | 10 |
| RELAÇÃO DE SIGLAS/ABREVIATURAS | 11 |
| INTRODUÇÃO | 12 |
| 1. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS | 17 |
| 2. DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNANÇA LOCAL: APORTES CONCEITUAIS | 22 |
| 2.1 DESCENTRALIZAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL | 28 |
| 2.2 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ | 42 |
| 2.3 CULTURA POLÍTICA E GESTÃO LOCAL NA BAHIA | 49 |
| 3. A QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL | 57 |
| 3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA | 67 |
| 4. A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E SOCIO-AMBIENTAL EM NOVOS ALAGADOS II | 82 |
| 5. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS | 90 |
| 6. CONCLUSÕES | 96 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS | 101 |
| APÊNDICES | 106 |
| ANEXOS | 116 |

RELAÇÃO DE QUADROS

| | | |
|-----------|---|-----|
| Quadro 01 | Quadro de Investimentos Programa Ribeira Azul | 81 |
| Quadro 02 | Plano de Ação para elevação da qualidade de vida nas favelas | 92 |
| Quadro 03 | Metodologia do Plano de Ação Social e Educação Ambiental | 99 |
| Quadro 04 | Custos e Componentes da fase de implementação do Programa Viver Melhor II | 101 |
| Quadro 05 | Características de Novos Alagados através das décadas | 107 |

RELAÇÃO DE FIGURAS

| | | |
|-----------|---|----|
| Figura 01 | Modelo de Análise | 27 |
| Figura 02 | Parcerias no Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados | 85 |
| Figura 03 | Configuração Geral da Intervenção em Novos Alagados | 89 |

RELAÇÃO DE SIGLAS/ABREVIATURAS

AVSI – Associação Voluntários para o Serviço Internacional

BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

CDM – Cooperação para o Desenvolvimento e Morada Humana

CEDEP – Centro de Educação Desportiva e Profissionalizante do Boiadeiro

CEF – Caixa Econômica Federal

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

FCP - Fundação da Casa Popular

FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço

HABITAT – Centro das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos

MAE - Ministério de Assuntos Exteriores da Itália

ONG – Organização Não-Governamental

PAS – Plano de Ação Social

PATS – Projeto de Apoio Técnico e Social

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

PSIA – *Poverty and Social Impact Analysis* (Análise do Impacto Social e sobre a Pobreza)

SEDUR – Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

UNCHS - Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos

INTRODUÇÃO

A década de 90 refletiu mudanças significativas no Brasil. Nas práticas democráticas e participativas, tanto no aspecto normativo, advindo da Constituição de 88, quanto no aspecto prático, em termos de movimentos sociais, delinearam-se novas nuances, reflexo das mudanças políticas em curso no país e das mudanças estruturais a nível mundial, com a globalização a passos largos, trazendo consigo a necessidade de reestruturação sócio-econômica e cultural.

As normas legais instituídas pela Carta Magna, por sua vez, não foram suficientes para encorajar as organizações populares a desencadear ações coletivas transformadoras da realidade social, muito menos para dar legitimidade às práticas democráticas e participativas, apesar das inovações e avanços.

Por outro lado, o governo local ganhou novas atribuições, o que, por si só, não significou maior desenvolvimento ou incremento democrático, já que as mesmas não foram acompanhadas por proporcionais aportes financeiros, e não afetaram positivamente o quadro de desigualdades existente.

Governo local, empresas e organizações sociais articulam-se dentro de uma trama singular de interesses, criando modelos de ações coletivas, traduzidos

em desenhos organizativos complexos, nos quais o poder flui diferentemente conforme a verticalização ou horizontalização das relações e a orientação mais competitiva ou cooperativa adotada (FISCHER, 2002, p.23).

Em termos de políticas públicas na área habitacional, as mudanças também ocorreram, refletindo um dever maior dos estados em relação às mesmas, seja por incentivos por parte do nível federal passando aos mesmos a escolha da alocação dos recursos da principal fonte financiadora da política federal de saneamento e habitação popular – o FGTS (ARRETCHE, 1999), seja pelas relações com os organismos financiadores internacionais que passaram a ocorrer diretamente com os estados (RIBEIRO FILHO, 2005).

Diante deste cenário, o Governo da Bahia lançou o Programa Viver Melhor, em 1995, abrangendo políticas públicas ligadas à habitação popular, mais especificamente urbanizações, não restritas a moradia, na capital e interior, além de Kits Moradia e uma vertente ligada à Doença de Chagas. Este Programa se transformou numa marca de governo, abrangendo diversas fontes de financiamento e atuando no imaginário coletivo como sinônimo de política pública para habitação popular na Bahia.

Um dos destaques do Programa Viver Melhor é o Programa Ribeira Azul, iniciado em 1999, com intervenções urbanísticas e sócio-ambientais na área específica da Enseada dos Tainheiros e do Cabrito, em Salvador, envolvendo 11 comunidades carentes, entre elas Novos Alagados II.

A pesquisa se propõe a analisar como a participação cidadã ocorreu no Programa Viver Melhor, desde o seu início (1995) até 2004, a partir, fundamentalmente, da análise de dados secundários e do discurso de atores sociais relacionados à temática habitacional na

Bahia. Para melhor exemplificar o objeto da pesquisa, analisou-se a intervenção em Novos Alagados II, já que “a recuperação ambiental e promoção social de Novos Alagados reveste-se de importância especial, por representar o modelo que o Governo da Bahia considera mais adequado para a urbanização de favelas e recuperação de áreas degradadas” (CONDER, 1998, p.40).

O objetivo geral da pesquisa é analisar se ocorre a participação cidadã nas políticas públicas baianas ligadas à habitação popular representadas pelo Programa Viver Melhor, como ela se dá na prática e que impactos gera. Especificamente, buscou-se entender e discutir se existe e como ocorre a participação cidadã nas políticas públicas baianas para habitação popular, verificando, a partir dos impactos gerados, qual lógica política comanda os processos participativos ligados às políticas em estudo.

O problema de pesquisa baseou-se na seguinte pergunta de partida: *Há efetivamente participação cidadã nas políticas públicas para habitação popular executadas pelo Governo estadual na cidade de Salvador, através do Programa Viver Melhor? Como vêm acontecendo de fato esta participação e que impactos ela gera, desde o planejamento à implementação destas políticas?*

Dois pressupostos principais nortearam a pesquisa, quais sejam:

1. *A participação cidadã nas políticas supra citadas ainda é bastante incipiente, seja pela cultura tecnocrática e pelo insulamento burocrático do Governo, seja pela desarticulação e fragilidade da população no exercício de práticas participativas e aprendizado da cidadania, seja pela falta de uma pedagogia adequada de participação, com formas de abordagem comunitária que realmente sensibilizem a comunidade.*

2. *Os diversos atores envolvidos na problemática de pesquisa entendem de maneira diversa o conceito de participação cidadã, já que atuam segundo lógicas políticas diversas. Na maioria das intervenções efetuadas, o discurso participativo democratizante acontece apenas como fachada, sendo insignificante a interferência da população no processo de planejamento e gestão de seu território.*

A pesquisa se justificou inicialmente pela importância que os assentamentos habitacionais para população de baixa renda, moradia de grande parte da população nos centros urbanos, com seus inúmeros desafios, tanto do ponto de vista psíquico, social, político e ético representam nas sociedades atuais. Ponto chave para o desenvolvimento urbano, as políticas públicas habitacionais são elementos estratégicos que merecem estudos mais aprofundados.

Além do mais, o campo político e o exercício possível de poder sobre um dado território, enquanto espaço de exercício da democracia, vêm sofrendo mudanças significativas, com uma maior participação popular nas decisões políticas, que inferem relevância ainda maior a este estudo. Apesar das garantias à participação popular sacramentadas no texto constitucional, a institucionalidade democrática convive com práticas autoritárias e certa indiferença cívica da população (TENÓRIO & COSTA, 1998), refletindo a necessidade de redimensionamento das relações entre sociedade, mercado e Estado, o que só poderá ocorrer a partir da compreensão desta realidade. Aliado a isto, pouco se tem estudado sobre o tema da pesquisa, em Salvador.

Este projeto de pesquisa se justifica ainda para servir de análise das políticas públicas habitacionais baianas, orientando ações futuras no Estado, podendo servir como instrumento de avaliação e orientação para os gestores públicos e sociedade civil e mesmo para ampliar as discussões sobre o tema.

A dissertação estrutura-se em seis capítulos principais. No primeiro foram abordados os procedimentos metodológicos. No segundo, o quadro teórico referencial relacionado à participação cidadã, abrangendo os aportes conceituais ligados à descentralização e governança local, tratando de democracia, participação cidadã, e por fim, realidade política na Bahia. Em seguida, tratou-se da temática urbana, especificamente habitacional, enumerando as principais políticas públicas estaduais ligadas à habitação popular, para no quarto capítulo descrever a intervenção urbanística e sócio-ambiental em Novos Alagados II. O quinto capítulo elenca o discurso dos vários atores entrevistados, para finalmente chegar às conclusões no capítulo seis.

CAPÍTULO 1

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O método de pesquisa utilizado foi o hipotético-dedutivo. A pesquisa caracteriza-se como quanti-qualitativa abrangendo estudo de caso com uso de análise de conteúdo para análise dos dados. A partir da análise dos discursos dos diversos atores envolvidos na problemática de pesquisa, como gestores, técnicos, especialistas urbanistas, sociedade civil e lideranças, através de pesquisa bibliográfica, dados secundários e entrevistas, buscou-se delimitar as lógicas de ação desses atores e efetuar a construção de seus discursos, com posterior análise. Apesar do objeto de pesquisa estar delimitado espacialmente à cidade de Salvador, e temporalmente ao período de 1995-2004, foram coletados dados mais abrangentes, para melhor caracterização e entendimento do objeto de estudo e melhor percepção de conceitos.

A pesquisa delinea-se como uma pesquisa quanti-qualitativa, tendendo, no entanto, para uma abordagem mais qualitativa e utiliza estudo de caso, mesclando os preceitos de Yin (2001) e Stake (2000). Segundo Yin (2001, p.19), “os estudos de caso representam a estratégia preferida quando se colocam questões do tipo como e por que, quando o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real”. Já para Stake (2000), o estudo de

caso vai além da escolha metodológica, do método de investigação para ser a escolha do objeto de estudo.

Baseado nestas definições, e seguindo os critérios de validade do constructo, validades interna e externa e confiabilidade, foi analisada a participação cidadã nas políticas públicas estaduais ligadas à habitação popular, exemplificando com a intervenção em Novos Alagados II, que por acontecer em condições especiais, pôde ser considerada como *best practice* em termos de apoio técnico e social, visando incremento de cidadania ativa. A partir desta análise, verificou-se se os pressupostos iniciais se confirmavam ou precisavam ser complementados com novas considerações.

Yin (2001, p.27) adverte que “o poder diferenciador do estudo é sua capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências – documentos, artefatos, entrevistas e observações”. A estratégia metodológica seguiu esta orientação e previu a realização de amplo levantamento bibliográfico para confrontação dos pontos de vista e conteúdos dos principais autores, evidenciando convergências, divergências e complementaridades, bem como pesquisa em fontes secundárias, nas quais foram pesquisadas e definidas as políticas públicas em questão, suas principais características, seus avanços e falhas.

Os principais documentos consultados para a realização do trabalho foram: Projeto de Ação Social e Educação Ambiental, Projeto de Reassentamento, Projeto de Apoio Técnico e Social, Análise do Impacto Social e Sobre a Pobreza, artigos, publicações e textos institucionais diversos, termo de referência licitação, *folders*, atas de reuniões com a comunidade, Projeto Metropolitano, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, dentre outros.

Complementarmente, foram efetuadas entrevistas semi-estruturadas individuais com dirigentes e técnicos de órgãos estaduais que desenvolvam e implementem estas políticas, como a CONDER e SEDUR e sociedade civil (liderança, associação de bairro, ONG, comunidade beneficiada), ou seja, testemunhas privilegiadas e público-alvo do projeto base de análise desta dissertação (que o estudo diz diretamente respeito), conforme listagem no Anexo A. A escolha dos entrevistados seguiu a lógica de se obter depoimentos relevantes de pessoas diretamente envolvidas com a temática em estudo e que tenham ao mesmo tempo participado, proporcionalmente a suas funções, da intervenção em Novos Alagados II. Buscou-se selecionar pontualmente representantes que apresentassem uma amostra do espectro dos pontos de vista.

O número de entrevistas limitou-se pela variável tempo, sem perder de vista que “há um número limitado de interpelações, ou versões, da realidade. Embora as experiências possam parecer únicas ao indivíduo, as representações de tais experiências não surgem das mentes individuais; em alguma medida, elas são o resultado de processos sociais” (GASKELL, 2002, p. 71). Ainda que o tempo disponível tenha sido um constrangimento, isso não implicou em desconsiderar atores estratégicos para a compreensão da questão. O que houve foi uma seleção mais rigorosa na escolha dos entrevistados.

Estas entrevistas, num total de seis, seguiram o modelo de questionário que consta do Anexo B e ajudaram na construção dos discursos dos atores envolvidos no processo estudado. As transcrições das mesmas compõem o Anexo C. Os entrevistados firmaram termo de consentimento informado de sua participação na pesquisa (Anexo D), de acordo com as

normas de conduta ética para pesquisa com seres humanos. Além disso, os entrevistados não foram identificados nominalmente. Entrevistas exploratórias iniciais foram efetuadas com especialistas que conhecem bem o campo de pesquisa, sem contudo seguir um roteiro pré-definido, no intuito de descobrir novas visões e de aportar mais conhecimento ao problema de pesquisa.

Posteriormente, efetuou-se a análise e interpretação dos discursos, utilizando análise de conteúdo, segundo as visões de autores que tratam do assunto: Freitas e Janissek (2000), Smith (2000), Bauer (2002), Bardin (1977) e Minayo (1996). A análise de conteúdo, por consistir num conjunto de técnicas de análise das comunicações, se aplica à interpretação de variáveis qualitativas e quantitativas utilizadas na pesquisa, já que, como esclarece Bardin (1977, pág. 31), “será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações”.

A análise de conteúdo é indicada a pesquisas que se interessam em analisar o texto em si, como algo imóvel, que na essência contém o significado intencionado pelo locutor. Isto não quer dizer, contudo, que a análise de conteúdo se restrinja às palavras expressas diretamente, mas também àquelas que estão subentendidas no texto. “A análise de conteúdo torna possível analisar as entrelinhas das opiniões das pessoas” (Perrien, Chéron e Zins, 1984 *apud* Freitas & Janissek, 2000, pág. 37).

Como bem coloca Minayo (1996):

no processo de conhecimento não há consenso e não há ponto de chegada. Há o limite de nossa capacidade de objetivação e a certeza de que a ciência se faz numa relação dinâmica entre razão e experiência e não admite a redução de um termo a outro. Se isso é verdade para a totalidade do labor de

investigação científica, aplica-se de forma muito específica à etapa de tratamento dos dados empíricos (MINAYO, 1996).

Buscou-se então construir um referencial de codificação ajustado às considerações teóricas, a partir do modelo de análise proposto (capítulo 02), para ser aplicado às transcrições das entrevistas como aos materiais coletados, e se chegar a conclusões fundamentadas. Optou-se pelo não uso de softwares específicos, visto que a análise do montante dos dados ocorreu de forma satisfatória a partir do sistema de codificação desenvolvido.

A unidade de codificação utilizada foram segmentos de respostas e a unidade de análise temas. As categorias de análise buscaram, deste modo, agrupar as respostas das entrevistas, que por sua vez, alinhavam-se com os indicadores do modelo de análise. Essas informações foram sistematizadas em quadros, inicialmente por entrevistado (Apêndice B) e em seguida por grupo social (Estado, sociedade civil), conforme Apêndice C.

O passo seguinte foi a triangulação dos dados, comparando os levantamentos feitos nas fontes secundárias, também dispostos em quadros seguindo as categorias de análise (Apêndice A), com a análise das entrevistas e o referencial teórico, para se obter as conclusões do estudo. Ademais, o procedimento metodológico aplicado pode ser replicado em outras intervenções para confirmação.

CAPÍTULO 2

DESCENTRALIZAÇÃO E GOVERNANÇA LOCAL: APORTES CONCEITUAIS

Para a realização da pesquisa partimos do conceito de participação cidadã de Elenaldo Teixeira, que por sua vez nos remete a outros conceitos, como sociedade civil, cidadania, etc, entendida dentro de um contexto político e econômico, conforme modelo de análise apresentado e quadro teórico de referência do qual trata este capítulo.

Por Participação Cidadã entende-se participação como exercício da cidadania ativa, ou seja:

processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante a atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Esse fortalecimento dá-se, por um lado, com a assunção de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos (TEIXEIRA, 2001, p. 30).

A participação deve ser entendida como processo político, o que significa perceber a interação entre os atores que a compõem: o Estado, outras instituições políticas e a sociedade. As relações por eles estabelecidas exigem condições que não dependem exclusivamente do Estado, mas vinculam-se aos demais atores, ao contexto socioeconômico e político, à cultura política e o seu desenvolvimento histórico. Estas condições podem facilitar ou dificultar o processo participativo.

A perspectiva adotada para a participação cidadã a diferencia da participação social e comunitária e da participação popular por não se tratar de simples participação em grupos para defesa de interesses específicos ou expressão de identidades, nem possuir caráter meramente reivindicativo, visando atendimento de carências ou realização de protestos (TEIXEIRA, 2001).

Por Cidadania entende-se “projeto de construção democrática, de transformação social, que impõe um laço constitutivo entre cultura e política” (DAGNINO, 2004, p.103). Essa noção inclui a “invenção/criação de novos direitos, que surgem de lutas específicas e de suas práticas concretas” (DAGNINO, 2004, p.104).

A cidadania é entendida segundo seus dois aspectos complementares: direitos e deveres. “De um lado a cidadania é o usufruto de direitos políticos, cívicos e sociais outorgados pela sociedade. Do outro lado – o dos deveres – a cidadania significa uma inserção consciente no mundo e uma atitude de engajamento para ampliar os direitos do cidadão numa dimensão cada vez mais coletiva” (NUNES, 1999, p. 117). Neste aspecto, pode-se pensar numa aprendizagem de cidadania, defendida por todos os autores citados.

Por Sociedade Civil, entende-se população que participa nos processos de discussão e de tomada de decisão relacionados com as questões e políticas públicas, sendo a base social para o exercício da participação cidadã (DAGNINO, 2004). A sociedade civil não deve substituir o Estado, mas atuar no sentido de fortalecer e legitimar a representação através da participação cidadã, com responsabilização e controle dos agentes políticos estatais.

O conceito de sociedade civil compreende pluralidade, publicidade, privacidade e legalidade (COHEN & ARATO, 1992 *apud* TEIXEIRA, 2001).

A pluralidade indica a interação de estruturas legais, instituições de comunicação e cultura, associações, movimentos sociais e indivíduos que se articulam em espaços públicos autônomos com base em processos de diferenciação, integração e reprodução cultural. A publicidade implica a interação entre os atores; não se dando *face to face*, mas de forma intersubjetiva, mediante a ação comunicativa no exercício de direitos, na exigência de transparência e na existência de espaços públicos, preservando-se também a esfera da intimidade, da autonomia dos indivíduos e do reconhecimento do outro. Com a legalidade, esses componentes são demarcados na relação com o Estado e o mercado (TEIXEIRA, 2001, p. 43).

Vale a pena distinguir ainda os conceitos de esfera pública e espaço público. A esfera pública seria composta por estruturas mistas, com presença da sociedade civil vinculada ao Estado, ou seja, pelas organizações, instituições, grupo de interesses, conselhos de representação setorial e associações prestadoras de serviços, enquanto o espaço público seria composto pelas associações, entidades autônomas, grupos de cidadãos, instituições livres, não-estatais nem econômicas, que se relacionam em bases pouco institucionalizadas (TEIXEIRA, 2001).

Mister se faz a institucionalização de espaços de convivência e debate, que potencializem o aprendizado de uma “cultura de direitos”, por meio do exercício efetivo da cidadania (DAGNINO, 2002).

Em relação à cultura política, as experiências inovadoras entre Estado e sociedade civil, que ocorrem pela superação das assimetrias de informação e pela afirmação dessa nova cultura de direitos, ainda estão longe de representar uma mudança de paradigma no quadro brasileiro, a não ser que se reverta a vontade política dos governantes e se fortaleça o tecido

associativo, já que a sociedade brasileira não está acostumada a práticas coletivas (JACOBI & PINHO, 2006).

A realidade brasileira é marcada por configurar um contexto de baixa institucionalização, onde a maioria da população pouco se mobiliza para explicitar sua disposição de utilizar os instrumentos da democracia participativa visando romper com o autoritarismo social (práticas patrimonialistas e controle pelas elites locais) que prevalece, além do fato de a maioria das organizações sociais ser relativamente frágil ou extremamente especializada, tendendo a estabelecer relações particularizadas e diretas com a administração pública local (JACOBI & PINHO, 2006, p. 12).

Por outro lado, coloca Dagnino (2002, p.282) “as continuidades autoritárias e conservadoras que reproduzem a exclusão na sociedade brasileira estão longe de estarem confinadas no aparato do Estado e certamente respondem a interesses enraizados e entrincheirados na sociedade civil”. Para avaliar o impacto da sociedade civil sobre o desempenho dos governos devem-se entender então os projetos políticos subjacentes.

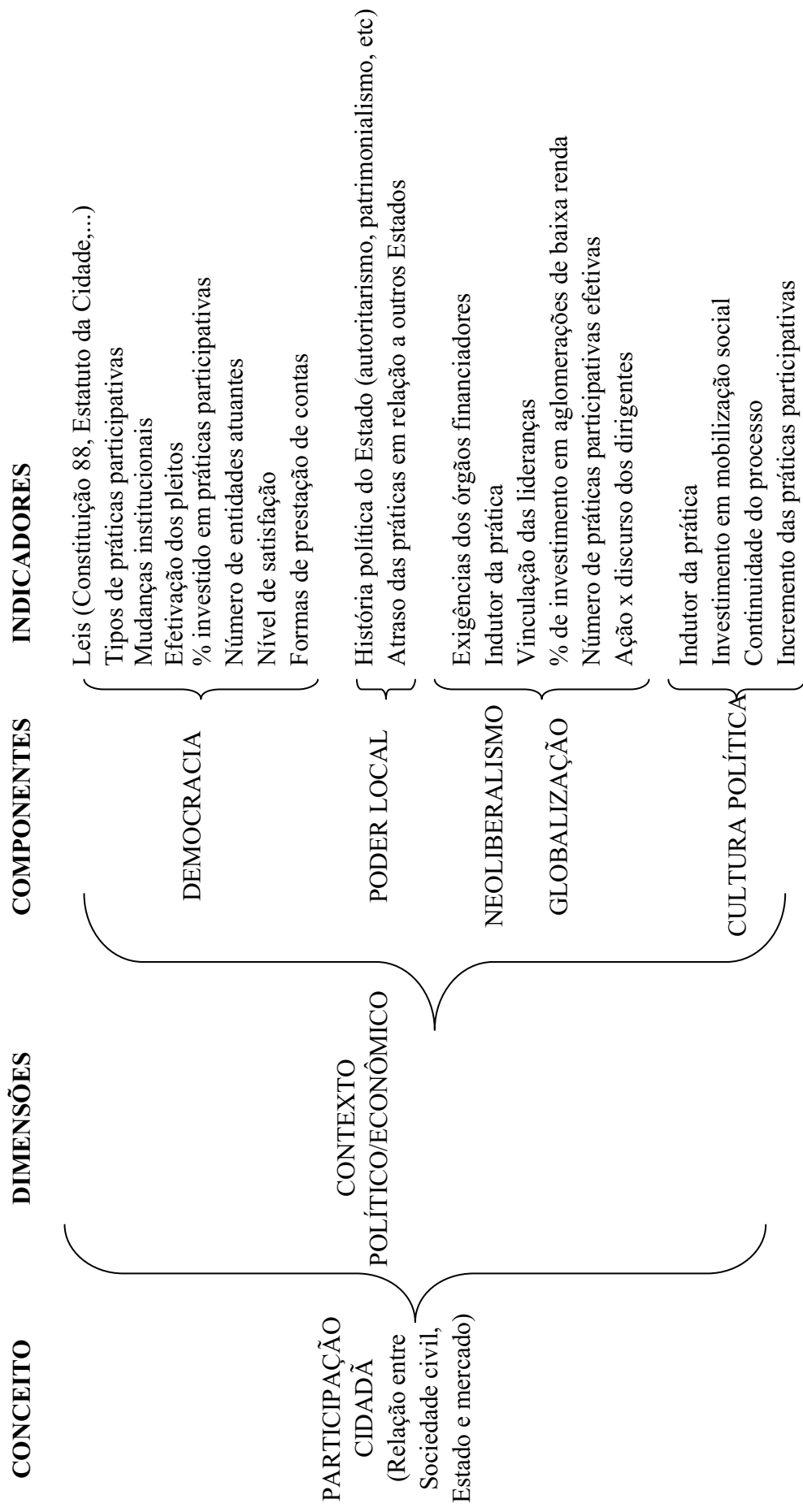
A cultura política é entendida aqui da mesma forma que Dagnino (2002) usou o termo “projetos políticos”: “conjunto de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos” (DAGNINO, 2002, p. 282).

Incorpora ainda:

de um lado, características da sociedade contemporânea como o papel das subjetividades, a emergência de sujeitos sociais de novo tipo e de direitos de novo tipo, a ampliação do espaço da política e, de outro lado, as características da sociedade brasileira, marcada pelo autoritarismo social. Esta é uma estratégia que reconhece e enfatiza o caráter intrínseco da transformação cultural para a construção democrática (DAGNINO, 1994, p. 104)

A participação cidadã então, ocorre da interação, e mesmo da atuação conjunta, permeada por conflitos, entre sociedade civil, Estado e mercado, num contexto político e econômico específico, local, que busca dar conta da complexa dinâmica de construção da democracia, processo multifacetado que resulta da disputa entre distintos projetos políticos, afetados por sua vez, pelos ajustes estruturais constitutivos das políticas neoliberais e pela globalização, bem como pelo peso das matrizes culturais.

A partir destas considerações construiu-se, então, o seguinte modelo de análise, guia para a investigação deste trabalho.



Fonte: elaboração própria

Figura 01 - MODELO DE ANÁLISE

2.1 DESCENTRALIZAÇÃO E DEMOCRACIA NO BRASIL

Buscando explicar melhor este modelo de análise, as próximas seções deste capítulo que compõe o referencial teórico, tratarão de seus componentes. Ou seja, dentro de um contexto político em busca da democracia, permeado pelas especificidades culturais locais, e sujeito ao contexto econômico no qual as práticas neoliberais ganham espaço cada vez maior, impostas principalmente pelos organismos financiadores aos quais o poder local se submete por dependência financeira, busca-se situar a participação cidadã, enquanto prática que sofre influência e influencia esses contextos.

O Estado brasileiro, bem como dos demais países em desenvolvimento, experimentou profundas mudanças políticas e institucionais nos últimos anos, bem assim a crescente transferência de responsabilidade e de competência do governo nacional para os governos locais. Este processo de fortalecimento da esfera local de governo aconteceu centrado na descentralização e na municipalização das políticas públicas (SANTOS JÚNIOR, 2001).

No cenário econômico mundial, aconteceram a globalização e as reformas liberalizantes, com a desregulamentação de mercados, seguidos da crise social com a redução do Welfare State, nos países onde este arranjo político era predominante. Estas mudanças levaram à discussão do novo papel do Estado Nacional na regulamentação e controle dos serviços públicos e posterior redefinição do papel deste Estado, valorizando os governos locais, por acreditar serem eles capazes de dar respostas a essas questões econômicas e sociais.

“Nos anos 90, os processos associados à globalização e os ajustes econômicos realizados em quase todos os países por injunções de organismos multilaterais e, ainda, um elo racional padronizador do que deve ser “desenvolvimento”, destacaram a importância do subnacional e local ante o nacional e transnacional” (FISCHER, 2002, p. 12).

Com isto, os municípios ganharam papel ativo no desenvolvimento local, não mais circunscrito à gestão de bens e serviços públicos. Porém, levando em conta o quadro brasileiro de enormes desigualdades sociais, expressadas não só regionalmente como nas periferias metropolitanas, deve-se questionar em que medida a descentralização não constitui um mecanismo perverso de aprofundamento das disparidades regionais e municipais, quanto ao acesso equitativo a padrões mínimos de qualidade de vida (SANTOS JUNIOR, 2001).

Apesar da proximidade entre governo e cidadãos, aspecto normalmente apontado como favorável à maior cidadania, Santos Junior (2001), sustenta que a descentralização municipal, por si só, não é um mecanismo suficiente para garantir nem a gestão democrática nem maior justiça no plano local. Por conta desta descentralização, as relações entre poder local, desenvolvimento e gestão passam a ser evidenciadas. Ao mesmo tempo, desenvolvimento local está associado a conceitos como pobreza, exclusão, participação e competitividade, numa busca de equilíbrio entre os interesses diversos, em prol de gestões que ampliem a qualidade de vida das pessoas.

Em se tratando de desenvolvimento, ao longo do tempo este conceito possuiu significados diferentes, tendo sido acrescido de alguns adjetivos, como integrado, local, sustentável, solidário, dentre outros. O termo integrado incorpora dimensões sociais e preocupações ambientais. O ser sustentável indica que o desenvolvimento deve ser durável. E

o “desenvolver o local” faz parte do novo rol de prioridades dos organismos financiadores internacionais (FISCHER, 20002, p. 18-20).

Nas diretrizes para o futuro traçadas por estes organismos internacionais delineiam-se, por exemplo, que os objetivos do desenvolvimento devem ser múltiplos e a qualidade de vida deve incluir, além da renda, saúde, educação e maior participação na vida pública; as políticas de desenvolvimento devem ser interdependentes e devem prever acompanhamento das ações; o papel do Estado na gestão e regulação dos processos de desenvolvimento deve ser preponderante e a metodologia de ação deve ser condizente com um desenvolvimento durável e desejo real de propiciar participação, baseada em parcerias entre a sociedade civil organizada, o setor privado e o governo (BANCO MUNDIAL, 2000 *apud* FISCHER, 2002).

A partir da enumeração dos princípios de base das estratégias de “desenvolvimento durável” na perspectiva das agências internacionais, FISCHER (2002), conclui que existem “dois sentidos e significados de desenvolvimento”, um orientado para a competição e outro para a cooperação ou solidariedade, com retóricas, ideologias e práticas diferentes em cada uma das perspectivas.

As diferenças encontram-se no papel e no peso dos atores envolvidos nas formas de gestão e nos valores de fundo que orientam as duas perspectivas. Mesmo percebendo-se essas diferenças, não é trivial distinguir tais processos nas práticas sociais, correndo-se o risco de um maniqueísmo redutor. Nos argumentos de uns e outros, são comuns os ideais utópicos de construção social de um futuro melhor (FISCHER, 2002, p. 20).

Então, embora o discurso destes organismos financiadores seja totalizante, isto é, na linha de desenvolvimento “local, integrado e sustentável”, as estratégias do

desenvolvimento de sentido competitivo têm um acento econômico e os atores sociais devem formar uma “trama produtiva”. Esta trama “pressupõe a existência de recursos humanos qualificados; relações econômicas entre produtores e clientes; circulação de informações entre agentes, instituições e indivíduos; existência de uma estrutura institucional desenvolvida; construção de uma identidade sociocultural facilitadora da confiança” (FISCHER, 2002, p. 21).

Os valores de cidadania, por sua vez, também são levantados, nas ações de desenvolvimento de sentido solidário ou alternativo, sem contudo descartar a idéia de desenvolvimento econômico. Segundo Santos e Silveira (2001), citados por Fischer (2002), estas ações incluem os setores marginalizados na produção e no usufruto dos resultados, estando o desenvolvimento econômico subordinado aos imperativos não-econômicos, com privilégio para a ação social no plano local, salientando as formas de produção não-capitalistas e estratégias econômicas autônomas.

Em qualquer das perspectivas de ação, no entanto, pressupõem-se organizações complexas e estratégias processuais, já que, segundo FISCHER (2002), os processos estratégicos de desenvolvimento local, integrado, sustentável são impactados por fatores vários, como desgaste conceitual, já que os conceitos seguem modismos; desgaste dos métodos participativos e dos chamados “consensos vazios”; pelos conflitos de interesses e de poder, entre comunidade, Estado e mercado, bem como dificuldades de articulação entre eles e mesmo pelos conflitos inerentes aos grupos sociais, com suas especificidades culturais; pela descontinuidade política; pelos modelos prontos das estratégias de desenvolvimento local; pelas fragilidades metodológicas dos tipos de intervenção em desenvolvimento local, muitas vezes conseqüência de jogos de interesses, sem preocupação com os resultados ou mesmo

independência nas comunidades apoiadas; pela superposição de programas e projetos de diferentes instituições, que dispersam e fragmentam esforços, para não perder oportunidades de financiamento; pela avaliação inexistente ou inadequada de processos, resultados e impactos.

Fundamentado no documento *Política Urbana y Desarrollo Económico: un programa para el decênio de 1990*, publicado pelo Banco Mundial (1991), Santos Júnior (2001) introduz os dilemas do poder local numa perspectiva neoliberal. Este documento prioriza a produtividade econômica e a inserção competitiva das cidades nos circuitos globalizados, ao passo que concebe que os problemas urbanos ultrapassam os conflitos por habitação e acesso à infra-estrutura. De acordo com o mesmo, é preciso que se criem as condições para o desenvolvimento de atividades econômicas capazes de competir num mercado mais amplo, para reduzir a pobreza local e os problemas ambientais.

O dilema posto por esta perspectiva está em se imputar à administração municipal uma missão ambiciosa, ao tempo em que seus recursos são reduzidos na concepção neoliberal do Estado minimalista. Para resolver este dilema, o documento propõe como alternativa de desenvolvimento as PPPs – Parcerias Público Privadas. Desta forma, institui-se a dependência de recursos privados para o desenvolvimento local, limitando o poder de controle dos governos locais, e a própria governabilidade.

Ao assumirem a lógica da competitividade, os governos municipais põem em risco um dos núcleos centrais da legitimidade do poder público, a constituição de um interesse público. A descentralização poderia por em risco a capacidade do Estado de coordenar as políticas públicas a partir de objetivos mais inclusivos e de diagnósticos mais gerais, já que atores privados podem impor seus interesses particulares (SANTOS JUNIOR, 2001).

Paralelamente, este processo de "descentralização perversa", como chamada por este autor, leva à dualização das economias urbanas e a criação de uma nova oposição territorial entre áreas integradas e excluídas do circuito econômico, da cidadania, e da possibilidade de uma vida digna.

Por consequência, se o desemprego, a pobreza e as desigualdades sociais aumentam, essas condições de exercício da autoridade são ameaçadas. Em outras palavras, se o governo local não dispõe dos recursos necessários, haverá constantes crises de legitimidade das instituições democráticas. Esta crise é a raiz da apatia da população nos processos eleitorais, da impopularidade dos parlamentos, da falta de representatividade das instituições sociais, da perda de dinamismo do movimento associativo (SANTOS JUNIOR, 2001).

Retomamos então às parcerias público privadas, como possibilidade de enfrentamento das dificuldades financeiras do Governo. No entanto, os resultados de uma cooperação advinda desta parceria dificilmente beneficiarão igualmente todos os atores envolvidos, devendo ser mais bem avaliado a força dos interesses divergentes e conflitos decorrentes, nas experiências de parceria entre o público e o privado. A natureza das relações sociais e políticas, incluindo as relações de forças entre os atores sociais têm importância diferencial em relação à parceria em si. “As vantagens políticas provenientes de projetos de parceria provém menos da parceria como modelo institucional de cooperação e mais do fato de os atores conseguirem inscrever suas exigências em função de suas prioridades, objetivos e valores” (HAMEL, 1999 *apud* SANTOS JUNIOR, 2001).

Para conseguir inscrever suas exigências, a sociedade civil deve estar organizada. Em relação a este ponto, Dagnino (2004) coloca que o marco formal do processo de

alargamento da democracia, com crescente participação da sociedade civil nos processos de discussão e tomada de decisão relacionada com as questões e políticas públicas foi a Constituição de 1988, processo este que também segundo a autora se iniciou nos anos oitenta, na luta contra o regime militar e que com o restabelecimento da democracia formal nos anos noventa, permitiu a entrada da sociedade civil nos setores do Estado, através do sistema eleitoral.

Como consequência, passa-se a apostar numa ação conjunta entre o Estado e a sociedade civil para o aprofundamento democrático. Também aqui se verificam os interesses e significados opostos, e segundo esta autora, dois projetos antagônicos estarão atuando em nome de uma sociedade civil ativa e propositiva: o projeto democratizante participativo e o ajuste neoliberal. Ao se referir sobre projeto democratizante participativo, Dagnino (2004, p. 96) esclarece que “essa aposta deve ser entendida num contexto onde o princípio de participação da sociedade se tornou central como característica distintiva desse projeto, subjacente ao próprio esforço de criação de espaços públicos onde o poder do Estado pudesse ser compartilhado com a sociedade”. Por outro lado, coloca a autora, para “a implementação do ajuste neoliberal, há a emergência de um projeto de Estado mínimo que se isenta progressivamente de seu papel de garantidor de direitos, através do encolhimento de suas responsabilidades sociais e sua transferência para a sociedade civil”.

Em outros termos, a Constituição de 88 fez emergir uma nova cultura vinculada, tanto à dimensão dos direitos sociais, quanto à pluralidade dos atores sociais com presença na cena pública, onde o papel exercido pelo poder público e pelos atores sociais exige a reconfiguração dos mecanismos e dos processos de tomada de decisão, fazendo emergir um novo regime de ação pública, no qual são criadas novas formas de interação entre Estado,

mercado e sociedade, através de canais de participação da sociedade na gestão pública. Como alerta Dagnino (2002), a busca por parte das organizações da sociedade civil de relações mais diretas com o Estado pode se vincular à precariedade da representatividade dos partidos políticos, mediadores tradicionais entre a sociedade civil e o Estado.

Nessa vocação pendular que é sua característica inerente, os partidos políticos no Brasil historicamente se inclinaram sempre na direção do Estado (com exceções, por isso mesmo, notórias), limitando sua busca de representatividade na sociedade civil aos momentos eleitorais e aos mecanismos vistos como os mais eficazes nestes momentos: o clientelismo, as relações de favor, o personalismo, etc. A distância entre a sociedade civil e os partidos, a insatisfação generalizada com a política partidária (...) indicam a precariedade desta função mediadora (DAGNINO, 2002, p. 279).

A República Federativa do Brasil constitui-se em Estado democrático de direito, que significa reger-se por normas democráticas, com eleições livres, periódicas e pelo povo, bem como o respeito das autoridades públicas aos direitos e garantias fundamentais. Ademais, é regida pelo princípio democrático, que proclama que “todo poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente nos termos desta Constituição” (BRASIL, Constituição, 1988), ou seja, exigência da integral participação de todos e de cada uma das pessoas na vida política do país, mesmo que através da representação.

Contudo, apesar de um maior ímpeto participacionista ter acontecido no Brasil no final dos anos setenta e início dos anos oitenta, “originado de setores sociais mobilizados e de grupos políticos que se consolidaram no bojo da luta contra a ditadura militar” (PIRES, 2000, p.45), e em decorrência deste clima de luta pela democracia, propostas de participação popular terem surgido na gestão dos serviços públicos, como o orçamento participativo, em meados da década de oitenta houve um “refluxo do movimento social e um ceticismo político” (PIRES, 2000, p.46), que durou até meados da década de noventa, quando a questão

da descentralização e da participação popular veio à tona sob uma perspectiva liberalizante da economia.

É nesse mesmo período, final dos anos 80 e início dos anos 90, que o neoliberalismo se instala no Brasil como ideário. Como coloca Santos *et al* (1991), desde o início dos anos 80 já estava em curso um processo acelerado de desestruturação da produção pública no Brasil, em decorrência do esgotamento de um determinado padrão de financiamento e este processo se conclui com a nova concepção de Estado mínimo. A consequência mais grave desse processo de transformações porque passa o Estado brasileiro a partir dos anos 80 foi a desobrigação do governo Federal pelas políticas públicas estruturantes (SANTOS *et al*, 1991), culminado com a nova Constituição que não define as competências, ao passo que o governo federal se desobriga destas políticas. Além do mais, são eliminados os instrumentos que garantiam um mínimo de articulação entre os níveis de governo (modelo de vinculação, principalmente).

No caso brasileiro, uma federação caracterizada por desigualdades estruturais imensas de natureza econômica, social, política e de capacidade administrativa de seus governos, a estrutura dos governos locais, especialmente quanto à capacidade fiscal e administrativa e a cultura cívica, é fundamental para a descentralização, demonstra Arretche (1999).

Com o descomprometimento do governo federal com as políticas públicas, os Estados e municípios, por estarem mais próximos das pressões da sociedade, tentam atender, de forma desordenada e pontual, às demandas da sociedade (SANTOS *et al*, 1991).

Nas condições brasileiras, não é suficiente que a União se retire da cena para que, por efeito das novas prerrogativas fiscais e políticas de estados e municípios, estes passem a assumir de modo mais ou menos espontâneo competências de gestão. Na mesma direção, a descentralização das políticas sociais não é simplesmente um subproduto da descentralização fiscal, nem das novas disposições constitucionais derivadas da Carta de 1988. Ao contrário, ela ocorreu nas políticas e nos estados em que a ação política deliberada operou de modo eficiente (ARRETCHE, 1999, p.02).

Ao analisar os impactos que o projeto neoliberal global e a reestruturação do Estado e da economia trouxeram para a cultura política do Brasil, Dagnino sugere, como dito anteriormente, “a existência de uma confluência perversa entre um projeto político democratizante, participativo, e o projeto neoliberal, que marcaria hoje, (...) o cenário da luta pelo aprofundamento da democracia na sociedade brasileira” (DAGNINO, 2004, p. 95).

Daí surge a confluência perversa citada por Dagnino, já que apesar de defenderem interesses diferentes, os dois projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva, e como os conceitos utilizados por estes projetos são os mesmos (participação, sociedade civil, cidadania, democracia), apesar dos significados diferirem, corre-se o risco de pensar estar atuando em prol da democracia participativa quando pode-se estar contribuindo para o projeto antagônico.

As razões defendidas pelos dois grupos são bem diversas. O primeiro grupo apresenta razões de cunho político, preocupado com a democracia, com a divisão de poder, enquanto que o segundo grupo apresenta razões fundamentalmente econômicas. O primeiro grupo estaria tentando afirmar uma nova cultura política, num embate com os valores que sustentam a hegemonia conservadora no nível local, onde a democracia agiria como meio e fim. A maneira de aprender a ser cidadão, já que “nem a mentalidade cidadão, nem as

instituições que dão vida à cidadania estão prontas” (PIRES, 2000, p.69), é praticando (PIRES, 2000 ; DAGNINO, 2004).

Já Leal (2003) e Fernandes (2003) distinguem como principais tendências de renovação no que tange à gestão pública municipal o ativismo democrático e o empreendedorismo local, terminologias diferentes das utilizadas por Dagnino e Pires, porém com significados semelhantes. O ativismo democrático indica um conjunto de idéias ou práticas, decorrentes da Constituição de 1988, normalmente difundidas por governos de esquerda, que buscam o exercício de uma cidadania ativa a partir da construção de espaços de participação e controle social na gestão local. Como exemplos podem-se citar os Conselhos, Orçamentos Participativos, etc, espaços que criam novos elos de articulação entre os atores. O empreendedorismo urbano deriva da necessidade de se estabelecer novas formas de governança às cidades, tornando-as protagonistas do empreendedorismo municipal. Ele é “uma perspectiva de atuação dos governos que privilegia o papel destes como articuladores na criação de mecanismos de cooperação público-privado, assim como a partir da formação de consensos em torno de projetos estratégicos”. Estes projetos estratégicos são instrumentos instituídos para dar respostas às crises e atender às aspirações de uma inserção econômica das cidades no contexto global. “Além disso, ganha relevância na atividade governamental a ênfase do marketing na gestão pública, este último visando à promoção interna e externa da cidade” (FERNANDES, 2003, p. 150).

Diante desses dois direcionamentos, questiona-se qual a força hegemônica que estará conduzindo a gestão das cidades, visto que são estabelecidos pactos entre os atores políticos e econômicos e estabelecem-se correlações de forças.

“A maior ou menor ênfase aos princípios inerentes ao empreendedorismo evidencia-se a partir da realidade de cada cidade brasileira. A coalizão de forças políticas, sua capacidade de pactuação social, sua potencialidade de inclusão nos processos de (re) configuração produtiva apontam vantagens e desvantagens na acirrada competição pela transformação da cidade em um território de oportunidades do novo cenário político-econômico” (LEAL, 2003. p. 76)

De forma complementar, Pires (2000) aponta ainda que a prática do planejamento participativo “serviu, no Brasil recente, a diferentes estratégias de luta política”, tendo servido, inclusive, como “oportunidade para o exercício da cidadania para muitas pessoas, antes totalmente alheias às questões públicas, por omissão típica de um período de silenciamento e cerceamento da participação e/ou por total desprezo dos governantes à opinião popular. Serviu, ainda, com certeza, para alavancar um novo tipo de populismo, que ao invés de paternalista, como na tradição nacional, era falsamente participacionista, lançando mão da cooptação; e para justificar o não atendimento a reivindicações crescentes num contexto econômico de recursos minguantes, de maneira a melhorar as condições de governabilidade” (PIRES, 2000, p. 52-53).

Embora existam instituições democráticas em nossa sociedade, a baixa capacidade participativa dos cidadãos, com a baixa taxa de demandas associada a um descrédito na eficácia do Estado, faz com que as dificuldades governativas do Brasil sejam muitas, imperando “um vazio de controle democrático, um vazio de expectativas legítimas, um vazio de respeito cívico” (SANTOS, W.G., 1994, p. 80 *apud* SANTOS JR, 2001, p. 87-88).

Então, para se consolidar uma democracia é preciso ir além das garantias constitucionais de igualdade e participação. De fato, a realidade dos inúmeros países que se dizem democráticos têm nos mostrado que a questão da inclusividade ultrapassa a esfera política, não se tratando somente de um problema a ser resolvido pelo aparato institucional.

Somente os direitos políticos não bastam, sendo necessário garantir o acesso a direitos sociais e civis fundamentais à existência humana, sem os quais a participação política dos cidadãos fica impedida. E “essa disjunção entre cidadania política e cidadania social é, sem dúvida, a causa de muitos problemas da democracia brasileira” (SANTOS JUNIOR, 2001, p.79).

Em outras palavras, deve-se encontrar o limite em que as desigualdades sociais começam a impedir a consolidação da democracia, já que, como de forma bem realista coloca Santos Junior (2001), é impossível determinar as condições necessárias para a habilitação social. Assim, relacionando democracia com desigualdades sociais e colocando essa relação no contexto da nova economia (globalização) e da descentralização política, hoje estamos ainda mais longe da consolidação de um sistema político democrático devido à profunda exclusão à qual cada vez mais pessoas são submetidas.

O nível de exclusão social em nossa realidade afeta de modo considerável as aceções e consolidação da cidadania. Este cenário faz com que as pessoas priorizem a sua sobrevivência e desprezem a atuação política participativa, que é relegada a um plano secundário. A satisfação das necessidades básicas sobrepõe-se a um posicionamento participativo e questionador da comunidade nos processos decisórios nacionais. Deste modo, a educação política não pode ser considerada relevante frente às necessidades mais primordiais. Em conseqüência, o Estado simplesmente omite-se em seu dever de estabelecê-la, já que os cidadãos não a reconhecem e muito menos a exigem (BENEVIDES, 1994). Historicamente, esta vem sendo uma prática comum aos governos brasileiros.

Como vimos, o ideal teórico que atribui o direito ao voto como fator valorativo e definidor da cidadania se torna fragilizado e desacreditado pelo cenário de desigualdade

imperante. Por outro lado, evidencia-se que um Estado ajustado econômico e socialmente é desejável pela população, mesmo que a forma de governo seja não democrática. Prossegue a autora, ao colocar que para se defender as instituições democráticas é preciso combinar eficiência nas decisões com defesa da cidadania. Ou então a crítica à democracia enviesará para a defesa do autoritarismo, postulando que a democracia não é eficiente para sanar os problemas sociais (BENEVIDES, 1994).

É inegável que a capacidade de uma democracia em resolver os seus problemas internos como crises sociais, quadro extremado de desigualdades, ajustes econômicos mal implementados que atingem principalmente as camadas carentes da população e alta dependência de mercados externos, só para citar alguns, é fator determinante na consolidação dela própria. Benevides (1994) complementa ainda que o exercício de uma cidadania ativa por parte da população com base na sua participação efetiva através dos seus mecanismos de voz e de reivindicação, em conjunto com uma ação governamental ativa e voltada para os seus verdadeiros fins, que se consubstanciam no atendimento às presentes demandas sociais, representa a sólida fundação para a consolidação do estado democrático legítimo.

Nesse sentido, quais são as condições essenciais à participação sócio política dos atores sociais na gestão das cidades? Acredita-se que o desenvolvimento desta cidadania ativa será fruto da própria dinâmica institucional dos regimes democráticos, desde que aliada a um contexto social incitador à participação cívica e solidariedade social.

2.2 PARTICIPAÇÃO CIDADÃ

Em relação à América Latina e Bahia, o processo de transição democrática, proveniente de sistema colonial, atêm-se ao aspecto legal e formal. Desta forma, as elites herdeiras dos senhores patrimonialistas desenvolveram “habilidades para conservar os velhos privilégios de poder totalitário”, fato evidenciado na relação sociedade civil - Estado (CASTRO, 1999).

Nesse sentido, vale refletir sobre o significado cultural que ações administrativas importadas podem ter, já que essas ações, como descentralização ou desenvolvimento local integrado “implicam na participação de atores-cidadãos em Estados sem cidadãos, ou seja, em sociedades onde se decide sobre o público como se fosse uma extensão do privado; onde o privado é muito e está na mão de poucos” (CASTRO, 1999, p.135) Desta maneira, “no mesmo contexto de simulacro de instituições democráticas dirigidas pela elite patrimonialista é que podem se abrir, e se abrem, espaços forjados de participação cidadã (...)” (FONSECA RODRIGUEZ, 1998 *apud* CASTRO, 1999, p.134).

Não obstante os aspectos apontados, as vantagens dos processos participativos vão desde a “garantia de uma maior proximidade entre as reais necessidades dos habitantes e a ação dos governos das cidades; diminuição dos gastos com manutenção de obras e maior controle público dos gastos municipais”, ou ainda contribuir com a construção da cidadania ou inversão das prioridades do Estado, visando priorizar as demandas dos mais carentes (NUNES, 1999, p.117).

Ratificando o que coloca Pires (2000), Dagnino (2004) afirma que os interlocutores do projeto democratizante participativo nos anos noventa passam do confronto aberto com o Estado, a uma busca de atuação conjunta, uma “inserção institucional”. Decorre desta inserção grande parte da interlocução entre os dois projetos conflitantes, obscurecendo as distinções e divergências entre os mesmos, “por meio de um vocabulário comum e de procedimentos e mecanismos institucionais que guardam uma similaridade significativa” (DAGNINO, 2004, p.99). A sugestão da autora é pelo repensar da condução política do projeto democratizante, buscando a criação de uma nova cultura política, com transformação social e partilha efetiva de poder de decisão entre Estado e sociedade civil, também “por meio do exercício da deliberação no interior dos novos espaços públicos” e pelo combate a visões reducionistas e excludentes da política e democracia.

Porém, o maior entrave aos processos participativos é a formação sociocultural da nossa sociedade – autoritária e paternalista, que marca a segregação entre duas categorias principais de habitantes, conforme Nunes (1999), os que tem “alguma capacidade de influenciar as decisões públicas e aqueles que sempre estiveram fora do processo decisório”. Também ratificando a característica patrimonialista da nossa sociedade, Pinho(a) esclarece que nas áreas geográficas onde a penetração e o desenvolvimento do capitalismo não fizeram emergir uma economia mais dinâmica, o patrimonialismo se faz mais presente, vivo e atuante e, conseqüentemente, o Estado se torna objeto de desejo de grupos patrimonialistas para viabilizar seus interesses e também moeda de troca para assegurar lealdades e apoios políticos.

O ápice da legitimação da gestão participativa ocorreu com o fórum Habitat II, em 1996, no qual foram destacadas as vantagens gerenciais e sociais da participação popular e

recomendada amplamente sua prática, o que também é feito nos documentos atuais do Banco Mundial e da ONU. Contudo, apesar dos avanços democráticos contidos no processo, a manipulação política também é favorecida, “pois processos burocráticos e oportunistas são divulgados como práticas participativas” (NUNES, 1999, p.115).

Além disso, a implementação continuada das práticas participativas é um grande desafio, principalmente junto à população excluída, “que interiorizou o estigma da pobreza - de incapacidade e dependência - e que encontra entraves cognitivos à participação”, além de ser inexperiente em processos democráticos diretos (NUNES, 1999, p.115).

A introdução do princípio de participação popular na esfera pública, é, sem dúvida, um remédio contra nossa arraigada tradição oligárquica e patrimonialista; mas não é menos verdade que os costumes do povo, sua mentalidade, seus valores, se opõem à igualdade política, mas à própria igualdade de condições de vida. A democratização de nosso país depende, nesse sentido, das possibilidades de mudança nos seus costumes – e nas "mentalidades" em uma sociedade tão marcada pela experiência do mando e do favor, da exclusão e do privilégio.

A expectativa de mudança existe e se manifesta na exigência de direitos e de cidadania ativa; o que se traduz, também, em exigências de maior participação política – na qual se inclui, quero crer, na institucionalização nos mecanismos de democracia semidireta.

A educação política é necessária quando se leva em conta a imensa parcela de “desorganizados” na população brasileira. Como integrá-los à sociedade e à cidadania ativa, a não ser multiplicando espaços públicos onde essa participação política é possível? A existência desse espaço público é, sem dúvida, condição indispensável para a democracia (Benevides, 1994).

Para ser efetivo, o processo participativo deve então começar pelas camadas “mais carentes e desorganizadas, buscando um maior nivelamento da capacidade participativa de todos” e os principais problemas com os quais se deparará serão:

os mecanismos, tanto de caráter objetivo, quanto subjetivo, que dificultam o envolvimento de pessoas pobres e de baixa escolaridade em processos participativos; as dificuldades de relação dialogal entre os animadores do processo (vindos provavelmente do corpo de funcionários municipais e da universidade) e os habitantes, pela tradição de relação hierárquica e de dependência entre povo e elite; as dificuldades do processo propriamente dito, que têm a ver com as duas anteriores, mas também com os conflitos que surgem com a consolidação de líderes e o amadurecimento dos grupos enquanto agentes ativos (NUNES, 1999, p.118).

Explicando melhor cada um destes tópicos, Nunes nota ser difícil levar adiante processos participativos em ambientes em que as pessoas não acreditam no valor de sua opinião, nem na do grupo, pela introjecção dos valores dominantes que terminaram por convencê-los de sua inferioridade. Adicionalmente, como a maioria não freqüentou a escola, deixou de vivenciar práticas próprias do convívio escolar que se assemelham às da democracia direta, como decidir sobre questões do seu interesse, debater ou respeitar a opinião da maioria. Então, a forma de apreensão pela população, com lógica e conceitos próprios, também deve ser considerada, devendo-se partir dos conteúdos concretos da sua vivência cotidiana e tomar o processo como uma aculturação recíproca. Além disso, as diferenças econômicas, sociais e culturais entre os dois eixos desse processo dialogal são enormes, aliado à trajetória histórica desta relação, marcada pelo autoritarismo e paternalismo, “combinando despotismos com ajudas pessoais, a elite vai se substituindo, no seu âmbito de poder (...), à frágil ação do Estado, enquanto autoridade garantidora do bem estar de todos e da igualdade perante a lei” (NUNES, 1999, p. 120).

Outro ponto a considerar, levantado por Leal (2003) é que os efeitos decorrentes das experiências de descentralização e participação popular na gestão urbana podem ser inesperados. Os limites destas experiências podem ser atribuídos à precária organização da sociedade civil, às políticas tradicionais fundadas no clientelismo e em esquemas

corporativistas, os vícios e falta de agilidade da administração pública. Para reverter este quadro, deve-se chegar, na percepção de Leal, a conclusões junto com a população, com a idéia que se tem a aprender com eles, ao invés de convencê-los. O processo comunicativo, neste caso, requer tempo, paciência e investimento pessoal, numa relação de troca entre as partes.

A pressão legítima pela ação concreta vai existir, e algumas demandas ou urgências precisam ser solucionadas para não causar o esvaziamento do debate (pode ocorrer até sob a forma de mutirão). Há que cuidar também para que os líderes desempenhem o papel de mobilizadores e não ajam como líderes fortes, nos moldes paternalistas. Os animadores do processo, segundo Nunes, vindos provavelmente do corpo de funcionários municipais e da universidade, devem atentar para o estímulo à confiança das pessoas, mostrando sua capacidade de gerenciar os conflitos e agir sem apoio externo, sendo também um mediador de conflitos e tendo sempre uma visão otimista quanto ao sucesso do grupo, em longo prazo.

Por vezes, o esforço do governo para propiciar as condições adequadas à participação é muito reduzido, tornando o processo carente de legitimidade. “O objetivo principal da participação é o de possibilitar o contato mais direto e cotidiano entre os cidadãos e as instituições públicas, de forma a possibilitar que estes considerem os interesses e concepções político-sociais daqueles no processo decisório” (JACOBI, 1990 *apud* TENÓRIO, 1998, p.12).

Os canais de participação na gestão local consistem em espaços, institucionalizados ou não, criados pelo Estado para servir de ponte com a sociedade. A participação democrática real só pode existir caso estejam presentes simultaneamente um

conjunto de cidadãos, entidades ou movimentos sociais dispostos a participar e canais de participação criados pelo Estado (DANIEL, 1994 *apud* TENÓRIO, 1998). Conforme Dantas (1991 *apud* Tenório, 1998), a participação envolve uma conduta ativa dos cidadãos nas decisões e ações públicas, na vida da comunidade e nos assuntos de interesse das coletividades de que sejam integrantes. O objetivo de uma gestão democrática envolve necessariamente conferir aos cidadãos que participam o real direito de decisão, e não apenas consulta.

Além da dimensão decisória, a participação cidadã abrange ainda o controle do Estado pela sociedade, nas dimensões da prestação de contas, que deve ocorrer baseada em critérios estabelecidos pela sociedade e na responsabilização dos representantes políticos pelos atos praticados no exercício desta representação (TEIXEIRA, 2001).

“Cabe assim à participação cidadã contribuir para melhorar a qualidade das decisões mediante o debate público e a construção de alternativas, e exigir a *accountability* e a responsabilização dos gestores. Dessa forma, poder-se-á compatibilizar a participação com a representação” (TEIXEIRA, 2001, p.41).

2.3 CULTURA POLÍTICA E GESTÃO LOCAL NA BAHIA

A existência de literatura sobre a cultura política e gestão local na Bahia é reduzida, o que pode refletir a dificuldade dos pesquisadores em tratá-lo. Contudo, buscou-se abordar os principais aspectos deste tema que são relevantes à pesquisa.

A Bahia, ao longo de décadas, vem sendo governada pelo mesmo grupo político, de tendência autoritária e centralista. Esta elite política conservadora, no entanto, estabelece agendas progressistas de governo quando necessário, para satisfazer interesses mais amplos, como captar recursos, por exemplo. É o caso do Programa Ribeira Azul, que segue critérios de gestão prescritos pelo Banco Mundial, como participação, e mais recentemente sustentabilidade, desenvolvimento social, que não coadunam com a prática usual deste grupo (FERNANDES, 2002).

Novas alternativas à gestão tradicional foram buscadas na tentativa de superar a profunda crise no campo econômico, de caráter estrutural e mundial, com repercussões nos campos social e político, aliado a uma maior cobrança por parte da sociedade. Essas ações não são exclusividade de governos chamados democrático-populares ou progressistas, mas passam a caracterizar também governos conservadores (PINHO, SANTANA e CERQUEIRA, 1997).

Ao longo da década de 90, a partir do aperfeiçoamento das práticas de intervenções físicas no espaço da cidade, buscando soluções para áreas faveladas e de populações pobres, estabelece-se um consenso entre governos locais, organismos

financiadores e ONGs, que aponta para a necessidade de aliar à urbanização em si, programas sociais que abranjam capacitação profissional, fortalecimento das organizações comunitárias, conscientização ambiental e educação básica, de forma a potencializar o tecido social existente (FERNANDES, 2004).

“Os organismos intergovernamentais já não podem desconhecer ou minimizar esse tecido associativo e buscam sua colaboração, seja para tornar seus projetos mais eficazes, seja para legitimar certas políticas” (TEIXEIRA, 2001, p.54).

De forma a atuar como local de atração de investimentos diretos por parte dos organismos multilaterais de apoio, face à falência do modelo centralizado de financiamento habitacional e de infra-estrutura, os governos locais se articulam para satisfazer as principais exigências destes organismos financiadores, quais sejam: participação da população nos processos, sustentabilidade das intervenções, a partir da educação e capacitação das comunidades pobres, além de geração de emprego e renda e fortalecimento social da comunidade. Para alcançar estes objetivos, muitas vezes o governo local se une a organizações não-governamentais em busca de apoio técnico, legitimidade, por exigência dos organismos multilaterais ou mesmo como forma de implementar futuras parcerias. Como coloca Dagnino (2002), uma vertente de complementaridade instrumental entre Estado e sociedade civil, que por sua vez pode se delinear como uma outra aliança, vincula-se a parcerias com ONGs.

O predomínio maciço das ONGs expressa, por um lado, a difusão de paradigma global que mantém estreitos vínculos com o modelo neoliberal, na medida em que responde às exigências dos ajustes estruturais por ele determinados. Por outro lado, com o crescente abandono de vínculos orgânicos com os movimentos sociais que as caracterizavam em períodos anteriores, a autonomização política das ONGs cria uma situação peculiar onde essas organizações são responsáveis perante as agências internacionais

que as financiam e o Estado que as contrata como prestadoras de serviços mas não perante a sociedade civil, da qual se intitulam representantes, nem tampouco perante os setores sociais de cujos interesses são portadoras, ou perante qualquer outra instância de caráter propriamente público. Por mais bem intencionadas que sejam, sua atuação traduz fundamentalmente os desejos de suas equipes diretivas (DAGNINO, 2002, p.292).

As instâncias de caráter público precisam então ser fortalecidas na Bahia, multiplicando experiências de gestão participativa, publicizando as tomadas de decisão e consolidando espaços públicos democráticos e novas formas de organização do Estado. Contudo, além do autoritarismo político e histórico a que esteve submetida a população baiana, as carências econômicas, sociais, violências de várias formas sofridas pela população de baixa renda, bastante numerosa na Bahia, inibe o desenvolvimento social e político da mesma, bem como a prática de cidadania. “Assim, o compromisso com a cidadania passa fundamentalmente pela ação, intervenção do Estado, longe das forças de mercado, e passa também pela tomada de consciência por parte dos atores que sofrem a falta de cidadania” (PINHO, SANTANA e CERQUEIRA, 1997, p.24).

Em relação à capital baiana, a autonomia política financeira em relação ao Governo do Estado não acontece. A cidade de Salvador “não se beneficiou da descentralização por conta de sua dependência do Governo do Estado e das empreiteiras” (SOUZA,1996 *apud* CASTRO, 1999, p.137). Castro (1999) aponta como um dos maiores problemas da cidade de Salvador sua gestão ocorrer como um prolongamento do governo estadual, sem o conhecimento das problemáticas sociais locais e suas causas estruturais, tornando as políticas públicas ineficazes.

“(...) Os cidadãos não conseguem distinguir quais são as ações do governo municipal das do estadual, parece que tudo é uma coisa só.(...)E essas coisas causam uma confusão grande na cabeça das pessoas.(...)” (Entrevista 11 *apud* CASTRO, 1999, p. 138)

Apesar de esta colocação ter sido feita em época na qual os governos estaduais e municipais representavam o mesmo grupo político, a falta de autonomia municipal ainda persiste, tanto derivado de fatores econômico-financeiros como de fatores políticos propriamente ditos. Castro (1999) observa ainda que a política estadual dos últimos 10 anos havia se preocupado fundamentalmente em fazer de Salvador a cidade para o turismo, “valorizando os espaços públicos como uma estratégia de *marketing* turístico, em detrimento das reais necessidades e prioridades da população” (SERPA, 1999 *apud* CASTRO, 1999, p. 139). Para a autora, esta política conduz ao desenvolvimento de ações que dificultam os processos democráticos e de construção da cidadania.

Do lado da sociedade civil, a autora aborda o despreparo da mesma, relacionada com a falta de incentivos para participar e com a insegurança para atuar como protagonista, sendo esta uma dificuldade para os conselhos municipais de Salvador atuarem como espaços de debate, servindo como homologadores dos projetos apresentados pelos representantes do governo. “As atitudes autoritárias da classe dirigente baiana inibem, muitas vezes inconscientemente, as possibilidades de iniciativas da sociedade civil” (CASTRO, 1999, p. 142).

Os referenciais norteadores de uma administração moderna e democrática, segundo a literatura sobre governo local são inversão de prioridades, ou seja, redefinição dos investimentos públicos, com redirecionamento para áreas mais carentes; novas relações

público-privado; participação cidadã e publicização dos serviços; desenvolvimento de iniciativas locais; etc (PINHO, SANTANA E CERQUEIRA, 1997).

Com base no exposto, três experiências de inovações de gestão ocorridas em Salvador foram estudadas por Pinho, Santana e Cerqueira, 1997: duas ocorreram na gestão municipal, de cunho progressista e a terceira na gestão estadual conservadora. Os resultados da análise destas experiências apontam para as dificuldades enfrentadas nestas, como as iniciativas convergirem do Estado, os instrutores das práticas educacionais agirem com postura autoritária, boicotes advindos da facção política contrária, o medo de participar, dentre outros. No entanto, avanços significativos também ocorreram, num processo de exercício de cidadania, especialmente nas experiências advindas da gestão progressista municipal, como um investimento em educação política e uma democratização das práticas, convergente com as características de democracia supra citadas. Não obstante, o maior avanço talvez esteja na observação do “esgotamento das formas tradicionais de dominação do campo conservador. (...) Assim, o campo conservador deve se abrir para outros instrumentos de corte mais democrático” (PINHO, SANTANA E CERQUEIRA, 1997, p. 34).

Apesar de ser força política hegemônica no interior do Estado, o poder conservador que lidera na Bahia não tem a mesma força na capital. Prova disto foram as três derrotas consecutivas para Prefeitura de Salvador em 1985, 1988 e 1992, seguida de duas vitórias em 1996 e 2000, e outra derrota em 2004. Vale ressaltar que a vitória ocorrida em 1996 foi fruto de uma tática ofensiva estabelecida pelo governo estadual em relação ao municipal, no intuito de desqualificá-lo. Para obter tal feito e demonstrar a eficiência e competência da esfera estadual, a CONDER funcionou como “uma espécie de super-prefeitura paralela de Salvador”. Esta companhia de planejamento metropolitano exerce um

papel decisivo no que tange ao planejamento e gestão urbana da cidade de Salvador, deixando a Prefeitura à margem de projetos urbanos importantes. Nas outras capitais brasileiras os órgãos metropolitanos de planejamento ou foram extintos ou funcionam acessoriamente às prefeituras. Por estar ligada à elite dirigente do Estado, a longevidade deste órgão se mantém (FERNANDES, 2004).

A existência de uma forte companhia tecnocrática, bem capacitada e amplamente sintonizada com a política do governo central opondo-se a uma frágil e pouco qualificada estrutura de planejamento municipal, tornou possível para a CONDER receber consideráveis recursos financeiros do Governo Federal ao longo de sua trajetória (FERNANDES, 2004, p. 26).

O padrão de administração pública praticado pela elite conservadora na Bahia caracteriza-se por um processo decisório fechado, com “quadros tecnocráticos de perfil dinâmico e pragmático, porém pouco afeitos a mecanismos de participação, controle social(...)” (FERNANDES, 2004, p. 27). Ou seja, convive uma conduta eficiente em termos de administração, com um desenvolvimento político baixo, em termos de democracia, o que conduz a uma arena política fraca no Estado.

Apesar de algumas iniciativas da administração estadual, como o Projeto SAC (Serviço de Atendimento ao Cidadão), representarem um avanço em termos de consolidação da cidadania na Bahia, “a iniciativa do governo do Estado da Bahia pode ser enquadrada no que Benevides (1994) chama de ‘cidadania passiva’, aquela cidadania que é outorgada pelo Estado” (PINHO, SANTANA e CERQUEIRA, 1997, p. 35).

Em termos ideológicos, a atual administração do governo do Estado (2002-2006) se insere numa coligação de forças políticas comandada pelo PFL, mais especificamente pelo

Carlismo (Antonio Carlos Magalhães - ACM). Em termos de política de governo, este grupo tem aderido a “políticas neoliberais de redefinição e enxugamento do Estado, por um programa de privatização, afinado com a política econômica a nível federal” (PINHO, SANTANA E CERQUEIRA, 1997, p. 33). A influência de ACM se constituiu a partir de suas ligações com os militares no pós-64, se desenvolveu com um estilo de chefe político carismático e de ‘pulso firme’, que não tolerava diversidade de lideranças e foi “catapultada com sua passagem pelo Ministério das Telecomunicações, onde distribuiu concessões de acordo com seus interesses, beneficiando a sua própria família ao ganhar o direito de retransmitir a programação da TV Globo na Bahia reforçando seu poder político pelo ‘controle estrito da mídia (...)’” (CARVALHO, 2000 *apud* PINHO, 2006, P.194).

Este estilo de gestão do governo é confirmado por Fernandes (2004a), ao demonstrar, a partir da constatação da diferença de ação dos governantes que estiveram à frente do Poder Municipal das cidades de Salvador e Recife, entre 1986 e 2000, que diante da oportunidade de implementar as mesmas políticas de democratização da gestão municipal, os governantes de força político-partidárias similares, agiram diferente no incentivo à implementação destas políticas. Em Recife, consolidou-se um processo decisório negociado de gestão municipal. Em Salvador, “prevaleceu um processo decisório fechado de gestão municipal, ou seja, resistente à formação de coalizões com grupos de interesse mais variados, e fortemente marcado por uma liderança política monolítica e personalista” (FERNANDES, 2003, p.155)

Em última instância, o Estado conservador na Bahia, além dos processos de descentralização e desenvolvimento local, enfrenta a economia globalizada, tendo que desenvolver ações estratégicas de desenvolvimento econômico e social. Essas ações passam a

ser defendidas independente do projeto político defendido pelo governo local. Para estar em sintonia com as novas tendências mundiais, este governo passa a empregar termos como cidadania, participação, desenvolvimento integrado, sem contudo se abster aos seus significados exatos.

Apesar de algumas práticas tidas como participativas ou em prol da cidadania, muito ainda deve ser feito para propiciar o aprendizado de uma postura cívica atuante, e de uma forma de equilíbrio entre os interesses diversos, em prol de uma gestão que amplie a qualidade de vida das pessoas e minore o quadro de exclusão e pobreza que configura a realidade da maioria dos baianos. Para inscrever suas exigências e mudar a cultura política local, a sociedade deve estar organizada. A partir daí buscam-se inclusive os métodos adequados a uma participação que seja cidadã.

Posto isso, passa-se à questão urbana e habitacional para delimitar esta participação cidadã dentro do contexto das políticas públicas de habitação popular.

CAPÍTULO 3

A QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL

O déficit habitacional é um problema mundial, e não recente. Porém, nos países em que houve e há políticas de financiamento da construção, o problema foi resolvido parcialmente ou evitado, o que não é o caso brasileiro, onde “essa política de financiamento nos tem cruelmente faltado”, delineando um quadro no qual a habitação é um dos problemas mais graves e de mais difícil solução, estando intimamente ligado ao quadro de pobreza (FURTADO, 2003, p. 184).

Em pleno século XXI, as cidades brasileiras ainda não conseguiram resolver seus problemas habitacionais e mudanças estruturais no setor são necessárias. “As cidades crescem e se desenvolvem, mediante a lógica do capital e na forma de ocupar o espaço urbano, a habitação carece de ser resolvida na sua totalidade, integralidade: a moradia, com lote, casa, infra-estrutura, preço justo”. A extensão das políticas públicas depende da política econômica praticada em nível nacional e o que se observa é uma articulação insuficiente das políticas de habitação popular com uma estratégia de desenvolvimento econômico e social (ARRUDA, 2004, p. 01).

Não basta definir a política pública e encarregar o modelo de gestão pública atual, extremamente rígido em relação às rápidas mudanças do mundo e sua complexidade, que se encarregue de pô-la em prática. Ademais, a reforma da gestão pública se insere num movimento que é mundial e que deve ser compreendido a partir da análise da globalização e da democracia.

Ao traçar um histórico do setor habitacional, Arruda (2004) informa que somente nos anos 30 o setor público executa ações relacionadas à habitação, construindo alguns conjuntos habitacionais e em 1946 institui a Fundação da Casa Popular (FCP), primeira ação pública direta. Com a acelerada urbanização brasileira e a ditadura militar, uma nova estrutura fez-se necessária, e então o FCP é extinto e nasce o Banco Nacional de Habitação (BNH). Entre 1940-60 a taxa de urbanização aumentou de 31% para 45%, aumentando o número de assentamentos irregulares e consolidando a periferia como local de moradia da população de baixa renda. O BNH não conseguiu dar uma solução às necessidades crescentes de moradia dessa população e em 1986 ele é extinto, passando a execução da política habitacional à Caixa Econômica Federal.

Com a Constituição de 1988, surgem no cenário político brasileiro alternativas da sociedade para o setor, como a cartilha 'Assentamentos mais Humanos' elaborada pela Federação Nacional dos Arquitetos e Urbanistas com a participação de inúmeras entidades do movimento social, em preparação para a 2ª Conferência das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos - Habitat II (Istambul, julho de 1996) ou o Instituto Cidadania que em maio 2000 produz o Projeto Moradia. Em 2003 ocorrem as Conferências das Cidades convocando a sociedade a participar da organização da política habitacional e "da Conferência Nacional saem as diretrizes gerais da habitação que estão sendo detalhadas no

Conselho Nacional das Cidades e que deve gerar a política Nacional de Habitação” (ARRUDA, 2004, p. 04).

Jorge Hereda, Secretário Nacional de Habitação do Ministério das Cidades, declarou em uma de suas palestras que “as prioridades do governo para o ano de 2004 são a produção de habitação e urbanização em regiões metropolitanas e a ampliação do mercado formal da habitação”, investimentos que estavam previstos para serem em grande parte financiados com recursos do FGTS e da CEF. Ainda segundo Hereda, a Política Nacional de Habitação oriunda da Conferência Nacional das Cidades deveria observar cinco pilares de sustentação: 1. moradia digna como direito e vetor de inclusão social; 2. função social da propriedade urbana; 3. habitação como política de Estado; 4. gestão democrática; 5. habitação articulada com a política urbana (ARRUDA, 2004, p.07).

Dentro deste contexto, que sofre interferências diversas da globalização e da Reforma do Estado, as comunidades, contudo, têm socialmente recuperado protagonismo (CASTRO, 1999).

Desde o final dos anos 1970, a favela passa a ser reconhecida como algo concreto dentro do contexto urbano, e ao invés da prática de remoção destes assentamentos informais, passa-se à idéia de melhorar as condições desses assentamentos. Por exemplo, algumas ações foram feitas nesse sentido em 1982, como a Lei Pró-Favela em Belo Horizonte, a Zona Especial de Interesse Social, em Recife e programa de melhoria de infra-estrutura em Diadema, denominadas “parte da recente história da habitação popular no Brasil”. “O fio condutor de todas essas experiências é a conscientização, desde os primeiros programas de urbanização, de que a favela representa um fato urbano consolidado e, portanto, um

patrimônio habitacional que deve ser recuperado e desenvolvido”. O novo Estatuto da Cidade vem reafirmar este direito de morar, que parte do reconhecimento das favelas como parte integrante das cidades (NOVARA, 2003, p. 113). De fato, a simples urbanização das favelas, sem preocupação com os laços sociais que se estabelecem no espaço de moradia, não se mostrou uma prática eficaz, pois muitas vezes “a urbanização vem de encontro às expectativas da população que, ao se sentir segura no local, investe os recursos de que dispõe na melhoria de seu espaço habitacional” (NOVARA, 2003, p. 113 citando ABIKO E ALMEIDA, 1994).

A partir da constatação das favelas como parte integrante da cidade, foram identificados dois grupos de projetos com princípios de intervenção diversos, que conduziram a política de investimento na habitação popular. Novara (2003) afirma que inicialmente, no início dos anos 1990, as intervenções em melhoria das infra-estruturas eram pontuais, com recursos limitados, sem previsão de integração com o contexto urbano. A partir de 1994, os programas passam a ter investimentos significativos e uma lógica de projeto integrado, como o Favela Bairro no Rio de Janeiro, o Programa Guarapiranga em São Paulo, o Programa Alvorada em Belo Horizonte e o Projeto Novos Alagados I em Salvador. Sucessivamente, estas experiências foram incorporadas a um amplo Programa Nacional chamado Habitar-BID, que se tornou o principal instrumento da Secretaria de Política Urbana, hoje transformada em Ministério das Cidades. Dois requisitos fundamentais eram solicitados na apresentação dos projetos pelo Programa Habitar-BID: capacidade institucional para desenvolver a intervenção proposta e definição de critérios de seleção e prioridade na escolha do assentamento a sofrer a intervenção (NOVARA, 2003).

Apesar da lógica de projeto integrado, já considerado um avanço, os investimentos deste Programa nas infra-estruturas (habitação, esgotamento sanitário, abastecimento água, energia elétrica, etc) ainda são superiores aos investimentos nos elementos de desenvolvimento socioeconômico (programas sociais, educação ambiental, geração emprego e renda, etc), o que pode favorecer um desenvolvimento não-sustentável, já que não se favorecem as potencialidades da comunidade, nem a prepara para conviver neste ‘novo’ espaço.

Seguindo lógica similar, o Banco Mundial, no início da década de 80, inicia uma avaliação crítica dos resultados de seus programas, repercutindo num modelo mais flexível de padrão de desenvolvimento urbano (em relação à abordagem tecnocrática e centralizada anterior, que era também o padrão de gestão urbana dominante no país), no entanto ainda valorizando o produto e menosprezando o processo de gestão das políticas. Nesta fase os programas passam a ser elaborados em escala menor, baseados em diagnósticos localizados, focados nas populações pobres, com participação direta das comunidades, o que os torna mais viáveis financeiramente, por estarem mais alinhados com a realidade local. “Entretanto, estes casos de sucesso dos programas não conseguiram ser replicados massivamente, dado que não estavam suficientemente ligados a estruturas institucionais mais amplas e políticas públicas gerais no nível das cidades” (FERNANDES, 2004, p. 11).

Porém, a partir do final da década de 80 as políticas dos organismos internacionais passam a valorizar o processo, já que bons programas por si só não asseguram desenvolvimento urbano. A partir daí ganha intensidade a participação comunitária e a capacitação de lideranças torna-se elemento relevante, buscando o estabelecimento de boas práticas que pudessem ser replicadas para escalas maiores, desde que as fases de formulação e

implementação fossem monitoradas e avaliadas. Passam a existir indicadores de avaliação de processos, também da capacidade de gerenciamento e da capacidade institucional de sustentabilidade (FERNANDES, 2004).

O desenvolvimento institucional, constituído nas ações de assessoria técnica, consultorias, cursos, informatização de prefeituras e “modernização” da máquina pública municipal, promovidas pelo Banco Mundial, “tem se constituído, desde a década de 1980, em um componente fundamental dos projetos urbanos do Banco, pois tem sido por ele utilizado como uma das maneiras para difundir e implementar novas formas de gestão urbana nos países da periferia capitalista, com objetivo principal de criar um ambiente favorável aos negócios nas cidades” (RIBEIRO FILHO, 2005, p. 01).

Este desenvolvimento institucional, que se tornou condição *sine qua non* para receber os empréstimos do Banco, tem seus objetivos explicitados em um documento de avaliação do Banco como: para “instituições fracas e políticas pobres, o Banco, ao invés de prover dinheiro, deveria prover apenas idéias” (WORLD BANK, 2002 *apud* RIBEIRO FILHO, 2005, p. 02). Um dos principais difusores das idéias neoliberais e promotor das reformas do Estado em toda periferia capitalista foi e tem sido o Banco Mundial (RIBEIRO FILHO, 2005, p.06).

A partir da década de 90, as agências multilaterais convencionaram o que seriam “boas políticas” e “boas instituições” e passaram a pressionar os governos dos países da periferia para que as adotassem.

“Boas políticas” seriam aquelas prescritas pelo Consenso de Washington, isto é, políticas macroeconômicas restritivas, liberalização do comércio internacional e dos investimentos, privatização e desregulamentação. E

“boas instituições” seriam, essencialmente, as existentes nos países centrais, sobretudo, nos anglo-saxônicos, quais sejam, a democracia, a “boa” burocracia, o judiciário independente, a proteção aos direitos de propriedade privada e um governo empreendedor, transparente e orientado para e pelo mercado (CHANG, 2004 *apud* RIBEIRO FILHO, 2005, p.02).

Sua difusão e implementação objetivavam “redefinir o que é cidade e enquadrar as administrações públicas municipais em um modelo de gestão gerencial ou empreendedorista para que a cidade seja administrada como se fosse uma empresa”, criando ambientes favoráveis para manter ou aumentar os níveis de acumulação capitalista. “Afinal, cada vez mais, a economia dos países está se concentrando nas cidades, principalmente no chamado terceiro mundo, chegando em algumas situações a corresponder a 90% do PIB, como é o caso do Brasil” (RIBEIRO FILHO, 2005, p.03;p.05).

Nesta década, foi introduzido também pelo Banco o termo “governança”, significando

uma espécie de “governo paralelo” na cidade que conta com a participação do governo local, mas de forma subordinada aos interesses do mercado, isto é com atribuições apenas para viabilizar um sistema de regras, de instituições e de mecanismos que sejam previsíveis e que não criem empecilhos para o funcionamento do mercado (RIBEIRO FILHO, 2005, p 16).

A governança se institui como padrão de desenvolvimento urbano da década de 90, tendo o governo local o papel de “articular e facilitar, ao invés de implementar”, as políticas urbanas junto com uma rede de atores territoriais composta pelas associações, empresas, estudiosos, mídia, organizações comunitárias, entre outros, buscando a competitividade urbana no contexto econômico mundial (FERNANDES, 2004, p. 14).

No ano 2000, a nova agenda urbana centra-se na visão de cidades sustentáveis, devendo as cidades perseguir quatro qualidades: habitabilidade, competitividade, boa governança e boa administração e serem solváveis financeiramente (RIBEIRO FILHO, 2005).

Os governos locais, por sua vez, passam a adotar processos de participação e controle social na agenda da política urbana, a partir da constatação da falência do modelo centralizado de financiamento habitacional e de infra-estrutura. A participação social ocorre em várias experiências municipais na década de 90, culminando com sua contemplação na Constituição de 88. Algumas delas, instituídas por governos progressistas, objetivaram realmente democratizar a gestão, realizando inversão de prioridades na agenda de governo e fomentando o exercício da cidadania.

Em continuidade e aprofundamento, o combate à pobreza em áreas faveladas no mundo adentra a pauta de política urbana dos organismos multilaterais de apoio, governos e ONGs. Constata-se que “a intervenção física no espaço físico das cidades com participação e controle da população não é o suficiente para tornar sustentáveis os programas de reestruturação urbana e combate a pobreza das populações residentes em favelas. Junto com o planejamento e as obras de urbanização e habitação tornam-se necessário aliar programas sociais como educação básica, capacitação profissional e conscientização ambiental, além do fortalecimento da organização comunitária buscando utilizar e potencializar o capital social das comunidades” (FERNANDES, 2004, p. 15).

Diante disso criou-se a *Cities Alliance*, em 1999, fórum composto por organismos multilaterais, comandado pelo Banco Mundial e o Habitat – Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (UNCHS), com o objetivo de “apoiar iniciativas dos governos de

países em desenvolvimento em parceria com a sociedade na erradicação de favelas e melhoria das condições de vida urbana para as comunidades carentes nas cidades do terceiro mundo” (FERNANDES, 2004, p. 15). A *Cities Alliance* divulga ainda experiências bem sucedidas na área e em seu relatório anual de 2002, apareceram dois exemplos brasileiros de experiências a serem replicadas, o Programa Ribeira Azul em Salvador e o Programa Bairro Legal em São Paulo.

O capital social também tem sido considerado um componente importante de desenvolvimento econômico e social, pelo Banco Mundial. Ele “refere-se a instituições, relações, redes e normas que moldam a quantidade e qualidade das interações sociais” (FERNANDES, 2004, p. 16), e apesar deste conceito ter grande espaço nas discussões relacionadas a desenvolvimento urbano no Banco Mundial, não existe relatório específico desta instituição acerca de como o capital social habilita a participação ativa dos pobres nos benefícios do processo de desenvolvimento.

Numa análise mais pontual, em nível de Brasil, Novara (2003) considera estar o país bastante avançado em programas e tecnologias para recuperação de favelas, mas salienta que o problema está em passar de um programa de redução de favelas para um de pobreza, a nível macro. Maricato (2003) aponta que a ideologia presente nas mudanças previstas no Consenso de Washington “completou o trabalho de desarticular e desorganizar boa parte daquilo que não havia ainda adquirido escala universalizante na sociedade brasileira: (...) moradia, saneamento,...”. e complementa que “as cidades brasileiras foram profundamente o impacto das mudanças ocorridas nas duas últimas décadas do século XX” e lembra que nesse período avanços foram alcançados, seja pelas políticas sociais participativas testadas por

governos democráticos eleitos, ou pelas lutas sociais por mudanças na legislação de uso e ocupação do solo (MARICATO, 2003, p. 162).

A autora esclarece ainda que “a partir dos anos 1980 as periferias crescem mais do que os núcleos ou municípios centrais nas metrópoles”, sendo a segregação urbana “uma das faces mais importantes da desigualdade social e parte promotora da mesma”. Um dos motivos, segundo a autora, é que a moradia tem sido predominantemente obtida por meio de expedientes de subsistência, não sendo fruto de trabalho dignamente remunerado, ao que ela exemplifica que “os trabalhadores do setor secundário e até mesmo da indústria fordista brasileira foram excluídos do mercado imobiliário privado e, frequentemente, buscaram a favela como forma de moradia”.

“A maior parte da produção habitacional no Brasil se faz à margem da lei, sem financiamento público e sem o concurso de profissionais arquitetos e engenheiros”, coloca Maricato (2003, p. 154) e complementa, citando Souza Santos que os próprios habitantes se vêem como ilegais, o que pode ser interpretado “como indicação de que nas atitudes destes para com o sistema jurídico nacional, tudo se passa como se a legalidade da posse da terra repercutisse sobre todas as outras relações sociais, mesmo sobre aquelas que nada têm com a terra ou com a habitação” (SOUZA SANTOS, 1993 *apud* MARICATO, 2003, p. 155).

Apesar de concordar com o avanço que representa a nova Constituição e o Estatuto da Cidade em relação às relações de poder sobre a base fundiária e imobiliária urbana, Maricato (2003) destaca que o nó da questão está na aplicação desses instrumentos quando se trata de “reestruturar (porque o problema é de estrutura) todo o quadro da produção habitacional de modo a conter essa determinação da ocupação ilegal e predatória pela falta de

alternativas”. Ou seja, a regularização urbanística e jurídica das ocupações ilegais vem sendo crescentemente admitida, porém não há mudança na estrutura de provisão de moradia para evitar as invasões. A própria legislação recentemente aprovada abre mais caminho no sentido de “urbanizar e legalizar a cidade informal conferindo-lhe melhor qualidade e o status de cidadania” e menos em “produzir novas moradias para aqueles que, sem outras saídas e recursos técnicos ou financeiros, invadem terras para morar”.

O direito à ocupação é admitido, pela própria tolerância do Estado brasileiro com as ocupações ilegais, mas não é dado o direito à cidade, já que esta massa habitacional encontra-se excluída dos serviços públicos. Essa situação constitui-se uma inesgotável fonte para o clientelismo político (Maricato, 2003, p. 158). “Há uma forte disputa pelos investimentos públicos no contexto de uma sociedade profundamente desigual e historicamente marcada pelo privilégio e pela privatização da esfera pública”, concorda a autora com Nunes (1999).

2.4 POLÍTICAS PÚBLICAS E HABITAÇÃO POPULAR NA BAHIA

Interessa-nos agora verificar a situação das políticas públicas de habitação popular na Bahia, para verificar como este quadro se rebate na especificidade da situação deste Estado.

Passando, então, à análise específica do Estado da Bahia e da Cidade de Salvador, através da coleta de dados secundários, constata-se que a partir da década de 50, como consequência da urbanização acelerada que aconteceu na cidade de Salvador, com crescimento urbano espontâneo e desordenado, a cidade entrou em processo de deterioração,

com utilização de sua infra-estrutura além dos limites da capacidade instalada e surgimento de diversos aglomerados habitacionais subnormais (invasões).¹

De acordo com dados da Fundação João Pinheiro - MG, Salvador em 1995, possuía 33% da sua população vivendo em favelas. De acordo com o Censo 2000 do IBGE, embora reduzindo-se para 25%, este índice ainda era extremamente elevado. No entanto, os esforços realizados pelos governos estadual e municipal, assistidos pela esfera federal, no sentido de agenciar intervenções destinadas a recompor em melhores níveis os padrões sócio-econômicos existentes, até então deixam a desejar em termos de resultados, haja vista a precariedade das condições de vida da grande parte da população local.

Nesse sentido, vários Programas e Projetos foram e continuam sendo desenvolvidos, com o objetivo de promover o desenvolvimento social e econômico das áreas de pobreza urbana, com conseqüente redução das desigualdades sociais. Para modificação do quadro social das cidades, em especial das áreas de ocupação informal, a melhoria das condições das moradias, aliado ao saneamento básico, emergem como ações fundamentais do Governo estadual para a elevação da qualidade de vida da população. Atualmente, estas intervenções estão sendo potencializadas por dita participação social e desenvolvimento de atividades econômicas, considerado um avanço significativo no direcionamento das políticas públicas para estas áreas (SEDUR, 2005).

A seguir será elencada a estrutura das políticas públicas para habitação popular na Bahia, começando pela estrutura organizacional que rege as mesmas, passando em seguida

¹ Invasão refere-se à irregularidade fundiária de uma ocupação, enquanto favela refere-se à precariedade de construção e saneamento de um espaço urbano.

para os principais programas e um resumo histórico, baseados nos *sites* oficiais da CONDER e SEDUR.

Estrutura Organizacional

De acordo com o organograma do Estado da Bahia, apresentado no *site* oficial do Estado, as políticas estaduais de desenvolvimento urbano, de habitação, de saneamento básico e de assistência técnica aos municípios seriam de responsabilidade da Secretaria de Desenvolvimento Urbano – SEDUR, órgão da administração direta.

A Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – CONDER, entidade da administração indireta vincula-se estruturalmente a esta Secretaria, e “tem por finalidade promover, coordenar e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional do Estado da Bahia e, dentre os seus objetivos sociais destacam-se o de estudar, formular e implantar planos, programas e projetos para o desenvolvimento urbano e metropolitano e de habitação de interesse social do Estado, bem como planejar, programar, coordenar e controlar a execução de serviços de interesse urbano e metropolitano, promovendo a sua unificação, integração e operação” (CONDERe). Sua finalidade é promover, coordenar e executar a política estadual de desenvolvimento urbano, metropolitano e habitacional do Estado da Bahia.

Políticas Estaduais para Habitação

Dentre as políticas estaduais voltadas à habitação, implantadas pela CONDER, destacam-se:

- Programa Viver Melhor

- Programa Habitacional do Servidor Público
- Programa de Erradicação da Doença de Chagas
- Programa Aprendendo e Construindo
- Programa do Centro Histórico

O Programa Viver Melhor, por sua vez, de acordo com a fonte de financiamento, se subdivide em:

- Habitar Brasil
- Morar Melhor
- Pró-Moradia
- Prosanear

A atenção desta dissertação será focalizada no Programa Viver Melhor, por ser este programa o mais representativo em termos de intervenções em habitação popular, objeto do nosso estudo, bem como pela sua abrangência e importância enquanto marca de Governo. As divulgações nos *sites* oficiais do Estado da Bahia relatam que o Governador da Bahia recomendou o aperfeiçoamento do Programa Viver Melhor, em sua segunda versão, incorporando uma ação social mais abrangente junto com as obras físicas, para que as comunidades beneficiadas tivessem além da casa melhorada, da urbanização e do esgotamento sanitário, noções de cidadania, preparo para o mercado de trabalho e uma formação básica. O percentual a ser investido na área social passará de 2,5% em média no Programa Viver Melhor I para 25% no programa Viver Melhor II.

Prossegue o site mencionado afirmando que historicamente, a maior parte das edificações residenciais em nosso país se deu à margem dos sistemas oficiais de

financiamento com a produção dependendo quase sempre da poupança familiar. O Estado da Bahia acompanha a tendência nacional estimando-se que desta produção apenas uma pequena parcela recebeu ajuda ou financiamento oficial.

A partir do início da década de 70, a cidade de Salvador tem uma expansão acelerada, com a implantação dos parques industriais e das grandes avenidas, ampliando a malha urbana, além da criação de novo centro comercial, financeiro e urbano na região do Iguatemi e de novo centro administrativo e institucional. A intensidade deste crescimento promoveu a descentralização das atividades e predominância dos processos informais de criação do espaço urbano (CONDERe).

O perfil do déficit habitacional no Estado da Bahia, com base em estudo feito pelo IBGE em 1995, indicava a concentração nas famílias com renda até cinco Salários Mínimos (96,38%) e em especial nas famílias com renda até dois salários mínimos, que respondem por 70,90% do déficit. Verifica-se que no Estado da Bahia a ocupação em domicílios particulares permanentes de moradores de renda mais baixa (de 0 a 2 SM) foi aumentada, diminuindo a ocupação nas faixas de 2 a 5 SM e acima de 5 SM, indicando uma produção certamente precária, periférica e carente de infra-estrutura básica (CONDERe).

O grau de urbanização na Bahia que era de 49,29% em 1980, atingiu 59,12% em 1991 e chegou ao patamar de 66,41% em 2003. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD/2003), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstram que 43,18% das famílias de áreas urbanas possuem renda per capita inferior a 2 salários mínimos, sendo que 18,11% auferem renda inferior a um salário mínimo (SEDUR, 2005).

A Política de Habitação do período 1995-2004 no Estado da Bahia foi voltada basicamente para a ampliação das alternativas habitacionais destinadas à população de renda mais baixa. Contudo, o discurso oficial explica que “o problema habitacional não se restringe à falta de um espaço físico para morar, ao número de moradias a serem construídas, ou reposição das existentes em estado precário. A sua solução depende, sobretudo, de políticas sociais integradas que tenham como objetivo a melhoria das condições de vida das famílias pobres, a erradicação da pobreza e da exclusão social” (SEDUR, 2005).

No que se refere à melhoria qualitativa da habitabilidade, o Estado da Bahia desenvolve desde 1995 um programa de saneamento que visa beneficiar Salvador e seu entorno - o Programa Bahia Azul. O Programa Viver Melhor, de urbanização de áreas carentes, de forma articulada com o Bahia Azul, beneficiou, segundo as fontes oficiais, de 1995 a 2000, 106 mil famílias, atingindo mais de 500.000 pessoas com melhorias habitacionais, infra-estrutura e recuperação de áreas degradadas, resgatando a cidadania da população de menor renda. Os investimentos globais da área de habitação somam mais de R\$ 200 milhões (CONDERe).

De acordo com o Governo, estes investimentos não geram somente benefícios diretos, mas tem um profundo efeito na economia do Estado, colocando em marcha o denominado *construbusiness*, que é o setor da construção civil (edificações e construção pesada) acrescido dos segmentos de material, bens de capital para a construção e de serviços. Este setor tem efeitos multiplicadores setoriais sobre o processo produtivo, realizando investimentos e gerando empregos diretos e indiretos.

Ademais, “as intervenções foram realizadas visando a melhoria de áreas ocupadas por invasão, mantendo as populações originais, particularmente, no que se refere àquelas inseridas na cidade formal, e representam uma mudança de atitude do poder público em relação aos problemas de habitação em Salvador, que certamente poderá contribuir para tornar as condições do habitar menos segregadora e excludente (...)” (GORDILHO *apud* CONDERe)

Um outro elemento introduzido para melhorar o atendimento às questões sociais do Programa Viver Melhor é a promoção de geração de renda, a partir da integração dos diversos Órgãos do Estado e da Iniciativa Privada, que atuam com os instrumentos de desenvolvimento econômico e social, a exemplo da Secretaria do Trabalho e Ação Social, Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração, Secretaria da Agricultura, Irrigação e Reforma Agrária e SEBRAE, Federação das Indústrias, SESI, SENAI, entre outros (CONDERe).

Além da promoção de geração de renda, o Programa Viver Melhor expandiu-se com ações integradas de Governo, envolvendo as Secretarias da Educação, da Saúde e de Combate à Pobreza, promovendo ações preventivas de saúde, destacando-se educação sanitária e ambiental, orientação às gestantes / pré-natal, orientação sobre doenças sexualmente transmissíveis, educação para o trânsito e orientação social para a manutenção das melhorias introduzidas: contenções de encostas, manutenção de passeios e meios fios, plantio e manutenção de árvores - preservação de áreas verdes, entre outros projetos de cidadania (CONDERe).

O Governo do Estado, em 2004, concentra a atenção dos Programas de Desenvolvimento Urbano nas grandes áreas de Saneamento Básico, Habitação e

Habitabilidade, mas não deixa de contemplar as demais como: Infra-Estrutura, Equipamentos e Melhorias Urbanas. De acordo com o Relatório de Governo, em 2004 foram investidos R\$ 293.255.000,00 em desenvolvimento urbano. Destes, 31,38% em habitação, 40,31% em infraestrutura urbana (pavimentação, drenagem, etc), 9,15% em equipamentos urbanos e o restante em edificações públicas. Dos 31,38% desembolsados em 2004 para habitação, 89,11% o foram para o programa Viver Melhor e destes 89,11%, 33,80% em comunidades urbanas, sendo 24,90% investidos em Salvador.

Dentro de uma perspectiva de assumir um papel muito mais relevante de gestor, articulador de ações integradas e indutor de desenvolvimento social, o Governo criou, em 2003, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, que representa uma resposta a essa visão institucional que objetiva a adequação à política de desenvolvimento urbano do Governo Federal, e ao alinhamento com o Estatuto da Cidade. Desse modo, estão sendo priorizados os programas que orientem ações pontuais, coletivas e estruturais, de forma a suprir a necessidade de moradia para a população com renda familiar de até 6 SM, com destaque para o atendimento das famílias com renda até 2 SM, levando-se em conta a multiplicidade de situações inerentes à questão habitacional no Estado e às particularidades de cada cidade, conduzindo por sua vez, a ações diferenciadas.

A estratégia de planejamento e atuação da área habitacional está vinculada às diretrizes do Plano Estratégico da Bahia, através da concretização de ações que efetivamente conduzam à inclusão socioeconômica, ao combate a pobreza e desigualdades sociais e ao fortalecimento das cidades estratégicas. Os programas, projetos e ações habitacionais implementados em 2004 estão vinculados a um, ou mais, eixos de atuação definidos no Plano Estadual de Habitação - Produção e Melhoria de Habitação, atendendo ao déficit habitacional quantitativo; Melhoria das Condições de Habitabilidade das Áreas de Ocupação Informal;

Regularização Fundiária e Urbanística, que contemplam o atendimento ao déficit qualitativo, além das Intervenções em Áreas Especiais, a exemplo de áreas de proteção de mananciais – que, no seu conjunto, buscam a melhoria das condições de habitabilidade da população baiana (SEDUR, 2005).

A política de desenvolvimento urbano do Estado da Bahia vinha sendo de tipo setorial e destinada principalmente a projetos convencionais de moradia. Nos últimos anos, contudo, o Governo vem executando programas de tipo integrado. Partindo desta visão integrada, que inclui a intervenção de natureza física e de desenvolvimento social, o Governo do Estado da Bahia propõe-se a envolver, no processo, as instituições locais, os financiadores internacionais, outras organizações de desenvolvimento, e as organizações de base comunitária.

Vimos pela exposição desse material oficial que existe uma trajetória no sentido de incorporar elementos que faziam parte de um ideário crítico de oposição nesses programas habitacionais governamentais, como por exemplo, a não remoção das populações carentes dos assentamentos objeto de intervenção, uma visão integrada de desenvolvimento incorporando melhorias que extrapolavam a produção da unidade habitacional *per se*.

Programa Viver Melhor

O Programa Viver Melhor, dentro desta perspectiva de projeto integrado, tem por objetivo a recuperação de áreas degradadas, insalubres ou inadequadas para moradia através das ações de construção habitacional para famílias remanejadas, melhorias habitacionais, incluindo-se unidades sanitárias, infra-estrutura (água, esgoto, energia, drenagem,

pavimentação, contenções e obras complementares de urbanização) equipamentos comunitários, serviços urbanos, regularização fundiária e promoção social.

O objetivo do programa é ampliar o número de famílias e áreas beneficiadas dando maior visibilidade às ações, articulando recursos para que simultaneamente à melhoria da habitabilidade sejam intensificados os mecanismos de incentivo à geração e ampliação de renda e ao aumento nos índices de escolaridade. O Programa utiliza recursos oriundos do FGTS, através do Pró-Moradia, do Banco Mundial, através do PRODUR, recursos do Fundo de Combate à Pobreza e do Orçamento Geral da União (OGU), através do Programa Habitar Brasil (BAHIA 2003/2004).

Amplo programa de regularização fundiária que está sendo coordenado pelo Estado, nas áreas já contempladas por intervenções do Programa Viver Melhor. Para implementá-lo foi firmado, em abril deste ano, convênio entre os Ministérios das Cidades e do Planejamento, Orçamento e Gestão, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e a Prefeitura Municipal do Salvador, buscando estabelecer cooperação técnica interinstitucional, e visando acelerar o processo de regularização fundiária de ocupações urbanas. Busca-se assim garantir a concretização dos direitos sociais de moradores em assentamentos informais de baixa renda nos termos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/01) e demais Legislação Federal, Estadual e Municipal, aplicável (SEDUR, 2005).

Esta cooperação deverá concretizar-se mediante a formulação e execução de políticas e ações que aproximem as esferas de governo dos beneficiários finais, cabendo, especificamente, ao Estado da Bahia, proceder, nos imóveis de sua propriedade ou posse, a regularização fundiária dos assentamentos, a partir da utilização dos instrumentos adequados.

Programa Ribeira Azul

Entre os destaques do Programa Viver Melhor, está o Programa Ribeira Azul, que delimita-se à área localizada em Salvador nas margens da Bahia de Todos os Santos, englobando a Enseada dos Tainheiros, que apresenta ocupações espontâneas do tipo consolidada, semiconsolidada e em palafitas, abrigando cerca de 40.000 famílias em 11 comunidades (ver quadro 01), equivalente a aproximadamente 150.000 habitantes, representando 6% da população atual do município de Salvador. Alguns trechos possuem infra-estrutura implantada pelo poder público e em outros grande carência deste serviço, sendo considerada a área de Salvador com maior grau de degradação urbana e ambiental. A área contribui com um crescente comprometimento da qualidade ambiental da Baía, notadamente nas praias, principal opção de lazer da população (CONDERe).

O Programa Ribeira Azul tem como objetivos gerais promover a redução da pobreza urbana e promover a recuperação e preservação física/ambiental. E como objetivos específicos promover a urbanização, infra-estrutura das áreas consolidadas e erradicação das palafitas, através de aterro com reassentamento das famílias; promover o desenvolvimento econômico social; promover o exercício da cidadania e participação comunitária através da educação ambiental e sanitária, treinamento e qualificação de mão de obra (idem).

Dentre os impactos positivos do Programa, de acordo com o Governo do Estado, destacam-se os mais expressivos benefícios sociais, econômicos e ambientais, gerados a partir da implantação dos sistemas de infra-estrutura, melhorias habitacionais e serviços urbanos. Citam-se como resultados positivos a diminuição das doenças de veiculação hídrica, diminuição dos índices de bactérias causadoras de doenças nos mariscos comestíveis,

melhoria da qualidade das praias, investimentos privados em projetos de incentivo turístico e recuperação da qualidade das águas do ecossistema aquático.

As linhas básicas de ações do Programa Ribeira Azul são:

1. Recuperação física
2. Recuperação e preservação ambiental
3. Promoção social e fortalecimento da organização comunitária

No programa há uma participação de diversas entidades e organizações não governamentais. Destaca-se o trabalho de cooperação técnica entre a CONDER e a AVSI / CDM. Os recursos necessários à viabilização do Programa Ribeira Azul somam aproximadamente US\$ 60.000,000 (sessenta milhões de dólares), dos quais US\$ 5.000.000 (cinco milhões de dólares) serão financiados pelo MAE (Ministério de Assuntos Exteriores da Itália) a fundo perdido. A modalidade de financiamento do MAE se dá através de um recurso multilateral, inserido no quadro do Plano de Ação do *Cities Alliance for Cities Without Slums*. Isto permitirá a inserção do Programa Ribeira Azul num esforço concordante ao que está sendo desenvolvido pela comunidade internacional para o combate à pobreza urbana. *Cities Alliance* é uma parceria global entre o UNCHS (Habitat), o Banco Mundial, outras agências das Nações Unidas, bancos de desenvolvimento regional, autoridades locais e ONGs (CONDERc).

A trajetória percorrida até a definição da participação das entidades acima citadas iniciou-se em 1999, quando foram feitos os primeiros contatos entre o MAE, o Governo do Estado da Bahia e a AVSI, com o objetivo de comprometerem-se com uma iniciativa para enfrentar a pobreza urbana em Salvador. Em dezembro daquele ano, foi assinado um

convênio de cooperação técnico-financeira entre o Governo da Bahia e a AVSI, onde se estabelecia a reaplicação da metodologia adotada em Novos Alagados 1ª etapa em outros bairros localizados no subúrbio, que então passou a se chamar de Ribeira Azul. Em abril de 2000, uma missão composta por representantes do MAE, do Banco Mundial e do HABITAT chegou a Salvador com o objetivo de discutir a possibilidade de proporcionar suporte financeiro e assistência técnica ao Programa Ribeira Azul, através da *Cities Alliance*, assim como discutir as principais características do Programa. Baseado nas discussões durante a visita de abril de 2000, dos representantes do MAE, o Governo do Estado da Bahia elaborou o Projeto de Apoio Técnico e Social - PATS que foi aprovado pelo Comitê de Orientação para o Desenvolvimento Cooperativo da Itália.

O Programa Ribeira Azul surgiu então da necessidade de integração das ações pontuais realizadas nas áreas, permitindo a passagem de escala de projeto para programa. A metodologia utilizada pelo programa é a mesma que havia sido proposta no Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados 1ª etapa, em função do êxito demonstrado. Esta metodologia tem uma característica inovadora no que tange a uma proposta de requalificação urbana e está consolidada nas seguintes linhas: *integrada*, busca a inclusão de todos os aspectos físicos e sociais que compõem a intervenção; *participativa*, todos os envolvidos no processo são considerados participantes no planejamento e acompanhamento da execução das ações; *transversal*, busca refletir a importância dos elementos envolvidos no processo de intervenção (CONDERe).

O quadro 01 a seguir mostra os investimentos deste Programa, a fonte de recursos e a situação atual das obras.

| COMUNIDADE | VALOR (R\$) | SITUAÇÃO ATUAL | FONTE DE RECURSOS |
|---|-----------------------|------------------|-------------------------------|
| Alagados I | 3.257.945,00 | Concluído | Gov. Estado/Gov. Federal |
| Alagados II | 3.075.260,00 | Concluído | Gov. Estado/Gov. Federal |
| Novos Alagados I | 14.182.270,00 | Concluído | Gov. Estado/CAIXA/BIRD |
| Novos Alagados II | 24.145.558,00 | Concluído | Gov. Estado/BIRD |
| Obras complementares de Novos Alagados | 2.248.000,00 | Concluído | Gov. Estado/BIRD |
| Joanes Centro Oeste | 2.389.099,00 | Concluído | Gov. Estado/CAIXA |
| Mangueira I | 2.857.424,00 | Concluído | Gov. Estado/CAIXA |
| Mudança | 1.020.000,00 | Concluído | Gov. Estado/CAIXA |
| Equipamentos comunitários | 3.000.000,00 | Concluído | Gov. Estado/CAIXA |
| Alagados III | 4.546.595,00 | Em andamento | Gov. Estado/BIRD |
| Alagados IV e V (I etapa) | 11.249.843,00 | Em andamento | Gov. Estado/Gov. Federal/BID |
| Alagados IV e V (II etapa) | 12.850.388,00 | Em andamento | Gov. Estado/Gov. Federal/BID |
| Projeto de Apoio Técnico e Social - PATS | 14.000.000,00 | Em andamento | Governo Italiano |
| Joanes Azul | 2.930.724,00 | Em andamento | Gov. Estado/CAIXA |
| Alagados VI | 25.343.154,00 | A realizar | |
| Obras Complementares Invasão São Bartolomeu | 1.500.000,00 | A realizar | |
| Pista de Borda | 6.000.000,00 | A realizar | |
| TOTAL | 137.225.232,00 | | |

Fonte: CONDER, Núcleo Programa Ribeira Azul, 2006

Quadro 01- Quadro de Investimentos Programa Ribeira Azul: Situação atual por comunidade

CAPÍTULO 4

A INTERVENÇÃO URBANÍSTICA E SOCIO-AMBIENTAL EM NOVOS ALAGADOS II

A ênfase será dada na análise de Novos Alagados II, pois Novos Alagados foi a área inicial de intervenção do Programa Ribeira Azul, tendo servido como ‘piloto’ para as demais intervenções. Ademais, esta área foi alvo de diversos estudos e obteve uma atenção especial por parte dos organismos financiadores, da AVSI e do Governo, além de sua população possuir um perfil diferenciado, com histórico de organização comunitária, o que *a priori* favorece a participação cidadã.

A invasão de Alagados surgiu entre 1948 e 1950, na área da Enseada dos Tainheiros, no Subúrbio de Salvador, pela falta de oportunidade de milhares de famílias de ocupar espaço em terra firme, construindo então suas casas sobre palafitas, avançando sobre a maré e manguezais. Em 1970, com população estimada em 70 mil pessoas, símbolo de miséria conhecida em todo Brasil, Alagados sofreu sua primeira intervenção, através da AMESA - Alagados Melhoramentos S.A., empresa criada pelo Governo com este fim, que mais tarde virou HAMESA.

Em 1977, na área aterrada para construção da Avenida Suburbana, espalhando-se pela Enseada do Cabrito, na Bahia de Todos os Santos, surge invasão com características

semelhantes a Alagados, sendo por isto batizada de Novos Alagados. Com população de cerca de 13 mil habitantes morando nas piores condições, 38% em palafitas e o restante em barracos sob o aterro de lixo e entulho, sem acesso a serviços públicos ou infra-estrutura, com situação epidemiológica de alto risco, esta área sofre sua primeira intervenção em 1993, com a criação do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados (CONDERb).

Não obstante a situação sócio-econômica da área, “a ênfase no aspecto ambiental da intervenção marca uma das motivações principais do Projeto Novos Alagados” e “o processo acelerado de degradação do meio ambiente (...) foi fator determinante para a decisão governamental de intervir na área, uma das mais poluídas de Salvador” (CONDERb, p.13). Além disso, a gama de iniciativas já em andamento conferia à área um forte potencial de desenvolvimento.

O Projeto Novos Alagados nasceu integrado ao Projeto Metropolitano, componente Saneamento Básico, projeto desenvolvido pela CONDER desde 1986 e financiado pelo Banco Mundial, visando, dentre outras ações, reverter o precaríssimo quadro de saneamento básico nesta região. No entanto, com a entrada de novos atores sociais, em 1993 foi criado o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados. Este Projeto foi criado através de acordo entre o Governo do Estado da Bahia, com coordenação pela CONDER, a ONG italiana AVSI, a Arquidiocese de Salvador (através da Fundação Dom Avelar Brandão Vilela) e a Associação 1º de Maio (idem).

Em 1995 começaram a ser implementadas as ações deste Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados, através do Programa Viver Melhor, e já contando com recursos do MAE (Ministério de Assuntos Exteriores da Itália) e,

posteriormente, do Banco Mundial. Mas a parceria entre Governo da Bahia, AVSI e MAE, com vistas à viabilização de financiamento direcionado ao enfrentamento da pobreza urbana só ocorreu em 1999 e a partir dela nasceu o Programa Ribeira Azul, que deveria replicar para outros bairros localizados na área do Programa a metodologia aplicada em Novos Alagados – 1ª etapa (CONDERc).

Os recursos doados pelo MAE estão vinculados ao PATS (Projeto de Apoio Técnico e Social), que desenvolve a área social e de cidadania do programa Ribeira Azul, elaborado em 2000. A modalidade de financiamento do MAE se dá através de um recurso multilateral, inserido no quadro do Plano de Ação do *Cities Alliance for Cities Without Slums* (FERNANDES, 2004, p.24)

As parcerias efetuadas para a execução do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados, de acordo com publicação da CONDER intitulada Novos Alagados foram as constantes da Figura 02.

Do ponto de vista de integração das ações, o Projeto visava conciliar a proteção do meio ambiente com a melhoria das condições de vida da população residente. Pretendia-se, portanto, transferir famílias que residem em palafitas para loteamentos construídos em áreas contíguas à ocupação e para uma faixa de terra ao longo da enseada; implementar as infra-estruturas e os serviços coletivos essenciais; regularizar a posse da terra; desadensar e requalificar a ocupação consolidada; recuperar o manguezal originário, que se encontrava totalmente comprometido (IBAM, 2006).



Fonte: CONDERb

Figura 02 - Parcerias no Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados

O Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados contemplou os seguintes programas:

- Loteamento para Relocação da População Residente em Palafita
- Conformação (recomposição) do Aterro Existente e Recuperação Ambiental
- Urbanização, Infra-estrutura e Saneamento Básico
- Geração de Emprego e Renda
- Programa de Formação de Mão-de-Obra
- Melhoria Habitacional/ Sanitária e Regularização Fundiária
- Educação Ambiental

Dentre as estratégias específicas de promoção social encontrava-se o Programa de Geração de Emprego e Renda, através de projetos de lavanderia coletiva, cooperativa de pesca, confecções e artesanato, com a criação da Cooperativa de Habitação, Produção e

serviços dos Moradores de Novos Alagados; e o Programa de Formação de Mão-de-Obra, em parceria com o Sesi e Senai (CONDER, 1998, p.44). Esta vertente de Geração de Emprego e Renda visa manter a população na área e suas ações objetivam fortalecer as iniciativas que já vinham sendo desenvolvidas pela própria comunidade, como um centro de formação profissional, uma marcenaria e uma gráfica comunitária (CONDERb, p.16).

Além da recuperação física e ambiental, as intervenções realizadas pelo Projeto Novos Alagados permitiram estabelecer uma relação entre vários agentes, possibilitando uma forma articulada e integrada de intervir no espaço urbano e de transformar o comportamento dos moradores em relação ao seu habitat (IBAM, 2006).

“O trabalho desenvolvido pela CONDER/SEDUR no aglomerado de palafitas de Novos Alagados simboliza bem os objetivos do Programa Viver Melhor” (CONDERe).

A execução do Projeto Novos Alagados desdobrou-se em duas etapas. A primeira etapa beneficiou 1.992 famílias, abrangendo 60% da área, e apesar de terem sido estimados cerca de R\$ 5 milhões (CONDERb) foram gastos um pouco mais que R\$ 14 milhões (ver Quadro 01). A segunda etapa beneficiou 2.021 famílias, tendo sido gastos um pouco mais de R\$ 24 milhões (CONDER, 1999). A segunda etapa se iniciou em 1998, com o re-diagnóstico da área, conforme entrevista, contudo o Plano de Ação Social e Educação Ambiental data de novembro de 1999.

Dentre os problemas da Comunidade Novos Alagados II destacam-se, de acordo com retrato da comunidade citado neste Plano, que 54% do total de domicílios apresentavam risco físico-ambiental, sendo 26% do total de domicílios palafitas; 45% da população em

idade ativa não trabalhava ou gerava renda e 62% dos domicílios tinham renda de até ½ salário mínimo (CONDER, 1999).

A Figura 03 mostra a configuração geral da intervenção, conforme publicação intitulada Novos Alagados, da CONDER, com o aterro de borda ao longo da Enseada do Cabrito e Estuário do Rio do Cobre e os loteamentos para reassentamento das famílias (Araçás I e II e Nova Primavera).

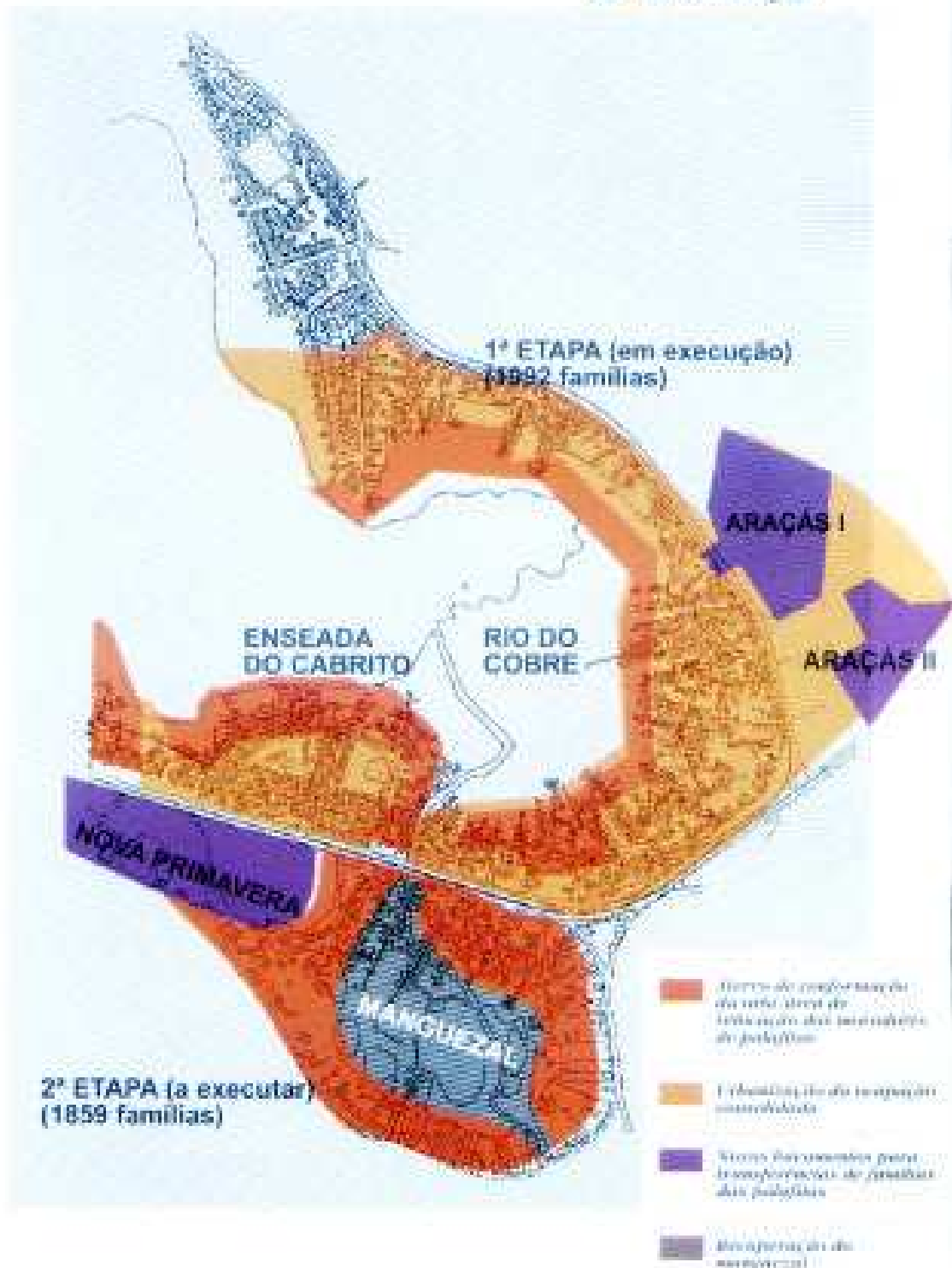
Do exposto, pode-se observar o rumo tomado pelas políticas públicas de habitação popular no Estado da Bahia, exemplificada pela intervenção em foco. Em busca de ações voltadas à inserção competitiva da cidade, atendendo as exigências da globalização, instituem-se mecanismos de captação de recursos diversos, que atuam em tempos diferentes, com objetivos dentro do território também diferentes, de forma a complementar, ou mesmo completar, uma intervenção. As políticas não partem de um planejamento estratégico, mas ocorrem a partir das possibilidades de recursos e de suas sistemáticas específicas. A partir destes direcionamentos dos organismos financiadores são elaborados os projetos, quase nunca de forma articulada: parte por consultores, parte pelo órgão, nem sempre com os estudos prévios e necessários disponíveis ou com compatibilização entre eles; quase sempre com prazos curtos.

A ênfase inicial desta intervenção era no aspecto ambiental, apesar do número de pessoas vivendo nas piores condições de vida, pois o financiamento inicial era voltado para saneamento básico. Mas a partir de novas parcerias a ênfase passou para pobreza urbana, dado que esses novos parceiros financiadores colocavam na agenda a necessidade de extrapolar do saneamento básico para a questão mais ampla do combate à pobreza.

Os critérios de escolha das áreas prioritárias para investimento não são tornados públicos, bem como dispositivos de contenção das invasões, caso existam. Ou seja, executam-se intervenções pontuais, acompanhadas de um *marketing* intenso, desvinculadas de uma política estruturante. No caso do Programa Ribeira Azul, apesar de denominado como programa de desenvolvimento urbano integrado, não se verifica na realidade prática esta integração nas ações interinstitucionais, nem entre sociedade, Estado e mercado. Ademais, a sociedade civil como um todo deveria opinar em relação à aplicação dos investimentos em habitação popular, visto que os montantes gastos não estão sujeitos a controle social, nem partem de discussão prévia quanto a prioridades.

Esta análise será aprofundada no capítulo seguinte, com exemplificação através dos dados secundários e entrevistas.

Configuração geral da intervenção



Fonte: CONDERb

Figura 03-Configuração Geral da Intervenção em Novos Alagados

CAPÍTULO 5

PARTICIPAÇÃO CIDADÃ NAS INTERVENÇÕES URBANÍSTICAS: PRÁTICAS E PERCEPÇÕES DOS ATORES SOCIAIS

Para melhor entender como se processa a participação cidadã nas intervenções urbanísticas em assentamentos de baixa renda, pelo Governo do Estado, em Salvador, partiu-se para pesquisa em bibliografia específica (livro e publicações institucionais), projetos diversos, atas reuniões, *folders*, dentre outros, além das entrevistas com peças chave nestes processos de intervenção. A análise de documentos diversos e bibliografia específica forneceram fundamentação às práticas e percepções dos grupos sociais (Estado e sociedade civil). As entrevistas, por sua vez, buscaram investigar o modo como os diferentes grupos sociais dão significado e reconstruem, na prática histórica concreta, conceitos como participação e cidadania, servindo como contraponto à visão oficial. Os resultados são expostos a seguir e nas tabelas do sistema de codificação (apêndice).

Percepções e práticas do Estado – dados secundários

O discurso do Governo do Estado enfatiza o Programa Viver Melhor como boa prática, ligada a preceitos dos organismos multilaterais, expostos anteriormente. De acordo com o Relatório de Governo, 2004:

O Programa Viver Melhor colocou em prática um novo conceito de intervenção em áreas ocupadas, voltada para a preservação das relações de vizinhança já consolidadas, através da permanência da população na

comunidade o que inspira em cada morador um sentimento de pertencimento ao local.

As intervenções realizadas e propostas no Viver Melhor contribuem para elevar a qualidade de vida das famílias, atuando de forma integrada nas áreas de: habitação, infra-estrutura (abastecimento de água, esgotamento sanitário, contenção de encostas, drenagem pluvial, energia elétrica, sistema de vias e acessos), equipamentos urbanos, parcelamento do solo, recuperação ambiental, obras de contenção, regularização urbanística e fundiária, geração de trabalho e renda, de desenvolvimento social e fortalecimento das identidades culturais locais.

Para viabilizar essas ações, com uma efetiva participação comunitária, será implantada, em cada comunidade, a Casa do Viver Melhor que tem o papel de agregar, integrar, articular e implementar ações sustentáveis de desenvolvimento local nos âmbitos: social, econômico, habitacional e institucional, em espaços dispostos em rede, com regras de conduta comuns, abrigo unidades de gestão compartilhada (SEDUR, 2005).

A análise do Projeto de Apoio Técnico e Social (PATS) do Programa Ribeira Azul, por sua vez, indica sua consonância às diretrizes adotadas pelos organismos financiadores, com ênfase no desenvolvimento econômico e social das comunidades em situação de pobreza, chegando a explicitar ser “de fundamental importância que os projetos só sejam implantados se estiverem em conformidade com a realidade cultural das comunidades do Ribeira Azul e sejam **bastante** aceitos pelos moradores” (CONDERc) (grifo nosso)

Outro ponto abordado no PATS que demonstra a consonância supra citada é a criação e/ou fortalecimento da capacidade institucional de governos locais para programas de larga escala de redução de pobreza, cujos pré-requisitos são conhecimento acerca da área urbana na qual se está intervindo, construção de elenco de problemas prioritários, com soluções, formação de parcerias para implementação de projetos e estabelecimento de programas de larga escala, o que no caso do PATS incluiu a criação de um comitê tripartite (MAE, CONDER e Banco Mundial) para “gestão, monitoramento e avaliação do Programa Ribeira Azul, garantindo sua qualidade e coerência com os princípios do *Cities Alliance*, assim como o respeito às normas de gestão de projetos do Banco Mundial” (CONDERc, p. 6)

e um comitê consultivo integrando as entidades envolvidas (CONDER, PMS, MAE, Banco Mundial, AVSI, representantes comunitários).

No PATS assertivas neoliberais também são explicitadas, ao tratar do desafio da *Cities Alliance*:

Seguindo as tendências mundiais de democratização e descentralização, os governos locais de várias partes do mundo voltam-se cada vez mais para a elevação da qualidade de vida nas cidades. Ao mesmo tempo, **com o crescimento do setor privado, o governo não é mais visto como o único ou mesmo o principal provedor dos serviços. Estes desenvolvimentos, junto com o avanço da democracia e da sociedade civil, têm causado mudanças profundas na capacidade dos pobres urbanos em influenciar a ação política.** A virada do século, portanto, representa uma oportunidade para que o Banco Mundial e as Nações Unidas desafiem a comunidade internacional de desenvolvimento a criar uma nova convergência de esforços entre governos locais e centrais, o setor privado e as próprias comunidades das favelas a fim de capacitar aos pobres urbanos a realizarem seu verdadeiro potencial (CONDERc, p.19). (grifo nosso)

O Plano de Ação da Elevação da Qualidade de Vida nas Favelas de todo o mundo, a ser executado pela *Cities Alliance* é exposto a seguir, para fornecer uma idéia do montante investido por estes organismos multilaterais:

| RESUMO DO PLANO DE AÇÃO | | | |
|--------------------------------|--|---|---|
| ANO | 2000 | 2001-2005 | 2006-2020 |
| AÇÕES | Mobilizar compromettimentos políticos e financeiros globais para a elevação da qualidade de vida nas favelas e criar a capacidade de apoiar ações em larga escala. | 20 programas em escala municipal ou nacional sendo executados em 5 regiões e mudando a vida de 5 milhões de pobres urbanos. | 50 programas em escala nacional relacionados com estratégias de desenvolvimento de favelas na maioria dos países; 100 milhões de moradores de favelas com acesso aos serviços básicos e fim da formação de favelas. |
| Apoio em doações | \$4 milhões | \$111 milhões | \$180 milhões |
| Incremento do budget urbano | \$3,5 milhões | \$35 milhões | \$100 milhões |
| Investimentos em upgrading | \$200 milhões | \$2,300 milhões | \$47,500 milhões |

Fonte: CONDERc, p. 20

Quadro 02 – Plano de Ação para Elevação da Qualidade de Vida nas Favelas – *Cities Alliance*

Os dados analisados nesta dissertação indicam que o próprio surgimento do PATS fornece algumas evidências de como são conduzidas as políticas habitacionais na Bahia: sem planejamento algum, à mercê dos financiamentos que surgem à medida que as intervenções começam, como confirma a seqüência cronológica das ações. O PATS surgiu em 2000, da necessidade de pedido de financiamento ao MAE, posterior ao surgimento do Programa Ribeira Azul, em 1999. Ou seja, o programa nasce desvinculado a uma base social de apoio, que só é elaborada posteriormente como exigência de financiamento. Este Programa, por sua vez, se baseava na reaplicação da metodologia utilizada em Novos Alagados, cuja intervenção se iniciou com o Projeto Metropolitano (que se iniciou em 1986), sofreu ações através do início do Programa Viver Melhor (em 1993), teve a metodologia utilizada como base para o Programa Ribeira Azul (1999), e continuou sofrendo intervenções através deste Programa. A área ficou 'sob intervenção' por mais de 10 anos, teoricamente. Especificamente em relação a Novos Alagados II, a intervenção se iniciou em 1998, mas o Plano de Ação Social data de novembro de 1999, mais uma vez desvinculada a variável envolvimento social com ações físicas. Ademais, os números relacionados à população beneficiada, montante investido, etc, dados básicos da intervenção, divergem de publicação oficial para publicação oficial, refletindo uma desorganização do órgão responsável pela implementação das intervenções, organização esta primordial para administrar intervenções nesta amplitude e com tantas interrelações, inclusive financeiras.

Contudo este Plano (PATS), mais tarde aprofundado através do Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul, é muito bem elaborado, com base em metodologia consistente, que fundamenta as ações a serem desenvolvidas, mostraram os dados analisados.

Todas as ações propostas no Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul surgiram da aplicação do princípio metodológico do desenvolvimento dos corpos intermediários, visando apoiar e fortalecer, com diversas ações e estratégias, as associações da sociedade civil, partindo do pressuposto metodológico e da visão de desenvolvimento como ação livre de sujeitos que se juntam em prol de um benefício social e comunitário (CONDERf, parte 11).

Vale mencionar que todas as etapas do plano foram concebidas sempre com a preocupação metodológica da centralidade da pessoa (“a pessoa é o centro de cada ação, sua dignidade e seu desenvolvimento são a finalidade última de cada tipo de intervenção”) e de que a comunidade, a quem se destina o plano, se reconhecesse nos estudos e aprovasse as ações propostas, assumindo o compromisso de atuar responsavelmente em favor do próprio desenvolvimento (CONDERf, parte 11). O que se vê é que o órgão oficial de planejamento da Região Metropolitana de Salvador incorpora todo o discurso da agência financiadora.

A construção deste plano foi iniciada em setembro de 2001, através da subcontratação da CDM, o que permitiu a utilização do *know-how* e da metodologia da AVSI, permitindo também, ao mesmo tempo, que o plano fosse o resultado de um trabalho conjunto entre a CONDER e a AVSI, possibilitando à primeira o domínio do processo de formulação, podendo também utilizar a experiência em outras intervenções. Com esta finalidade, a elaboração do Plano foi acompanhada e supervisionada, em todas suas etapas, pelo Governo do Estado da Bahia, através da CONDER, pela *Cities Alliance*/Banco Mundial e pela Cooperação Italiana (CONDERf, parte 11).

Em julho de 2003 concluiu-se a proposta das ações a serem implementadas pelo PATS. Esta proposta foi apresentada e discutida com a representação comunitária do

programa (CONDERf, parte 11). Cabe aqui lembrar que o Programa Ribeira Azul se iniciou em 1999.

Saindo do nível do Ribeira Azul e passando a Novos Alagados, objeto mais específico de nossa investigação, da análise do Plano de Ação Social (PAS) e Educação Ambiental (PEA) de Novos Alagados II, podem-se conhecer os objetivos e metodologia utilizada nas intervenções do Programa Ribeira Azul como um todo, pela similaridade entre os Planos. Este Plano é a base teórica para o trabalho social desenvolvido na área, sendo considerado a etapa posterior à elaboração do Retrato da Comunidade (com base em levantamentos sócio-econômicos), elaboração do Projeto Urbanístico e dos Projetos de Infra-estrutura, o que considera-se nesse trabalho como equivocado baseado no referencial teórico empregado, quando se trata de formar cidadãos. A idéia em voga é inserir a população no processo somente após definição pelos técnicos de um “pacote pronto”, porém sujeito a modificações após submissão à comunidade.

Elaborado em conjunto com a AVSI, o PAS prega a integração do assentamento subnormal à cidade formal, permitindo o acesso a direitos antes não possuídos, o que também implica novas regras e responsabilidades à população, necessárias à preservação das conquistas adquiridas (CONDER, 1999). Como objetivos gerais do Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados II, ao qual está inserido o Plano de Ação Social (PAS) e Educação Ambiental (PEA) de Novos Alagados II, tem-se, por sua vez: 1. propiciar a satisfação das necessidades humanas básicas; 2. fortalecer as iniciativas comunitárias existentes; 3. recuperar e proteger o meio ambiente; aspectos tidos como fundamentais para propiciar um desenvolvimento comunitário sustentável, entendido como continuidade das melhorias.

Já os objetivos do Plano de Ação Social e Educação Ambiental aproximam-se (ao menos teoricamente) do conceito adotado de participação cidadã, pois possuem a pretensão de: “definir ações de transformações voltadas à elevação da qualidade de vida da área; capacitar os moradores da área para serem os principais agentes das mudanças sociais e ambientais a serem feitas brevemente; promover socialmente a comunidade, reduzindo sua vulnerabilidade no que diz respeito aos fatores educação, saúde, geração de renda, relações familiares e capital social” (CONDER, 1999).

Uma das três linhas gerais da intervenção presentes no PAS é o planejamento participativo, definido como envolvimento da população beneficiada nas etapas de planejamento, execução, avaliação e gestão das intervenções, com a previsão de reuniões com a comunidade e formação de comissões para assumir o gerenciamento das ações a serem implantadas junto com a equipe AVSI/CONDER. Outra linha geral, que favorece a presença da participação cidadã, é a adequação dos recursos a serem utilizados com a realidade socioeconômica e cultural da área de intervenção. A terceira linha geral já coaduna com os modelos dos órgãos financiadores, de educar e capacitar a comunidade para garantir a execução das ações dos projetos e conservação do meio ambiente recuperado.

O Plano de Ação Social e Educação Ambiental compõe-se de: Programa de Educação Ambiental e Programa de Promoção Social. Estes programas atuarão com ações específicas em nível de cada um dos programas e com ações integradas interinstitucionalmente, através de um trabalho em rede. A metodologia utilizada neste Plano apóia-se em experiências anteriores desenvolvidas pelo Banco Mundial e/ou pela AVSI/CDM, que procedem a uma leitura integrada e dinâmica da pobreza urbana,

abrangendo mais do que apenas fatores econômicos, atentando-se também para a dinâmica espacial, cultural, contextos urbanístico, jurídico, político e mesmo afetivo dos indivíduos.

São destacadas a teoria do Patrimônio da Comunidade elaborada por Caroline Moser e teoria das redes sociais elaborada por Lia Sanicola. A teoria do patrimônio defende a execução de um diagnóstico que se constituirá no retrato da comunidade, para a partir dele planejar ações que utilizem os recursos comunitários e reforce-os no processo de mudança. Estes recursos do patrimônio são trabalho, moradia, educação, saúde, relações familiares e o capital social, tido como capacidade de organização e participação, e a depender do nível de atendimento dos mesmos, a comunidade se torna mais ou menos vulnerável. Para enfrentar a pobreza e diminuir a vulnerabilidade do patrimônio são utilizados entidades e programas existentes na comunidade, denominados aceleradores. Complementarmente, a teoria das redes sociais defende o investimento no capital pessoal dos indivíduos e conseqüentemente no capital social, através do desenvolvimento da capacidade de acesso dos indivíduos e da comunidade, visando o *empowerment* da comunidade (definido como dotação de poder, conceito que vai além de fortalecimento).

Apoiada nesta fundamentação teórica, a metodologia do Plano de Ação Social e Educação Ambiental prega que a comunidade é o principal agente no processo de mudanças pretendidas e deve ser instrumentalizada para ser capaz de planejar e executar as ações junto com a equipe AVSI/CONDER, bem como manter as conquistas alcançadas. Esta metodologia apresenta-se em fases, conforme Quadro 03. De acordo com o Plano, as fases 1 e 2 devem ocorrer anteriormente às obras. A fase de avaliação coletiva, considerada como mecanismo de transformação em direção à melhoria da qualidade de vida e crescimento dos envolvidos no processo não foi executada, conforme informação obtida nas entrevistas realizadas. Outros

pontos da metodologia também não aconteceram a contento, baseado no depoimento dos entrevistados (como veremos adiante), como a potencialização da rede entre as instituições.

Numa mesma linha defendida pelos organismos financiadores, a participação é defendida em publicações oficiais, o que é um avanço em se tratando da defesa da participação (inclusive na linguagem utilizada), apesar de seu significado ser reduzido em relação ao referencial teórico desta pesquisa, apontando como ganho principal a manutenção das benfeitorias instituídas com as intervenções. Ao tratar o Projeto de Novos Alagados como um conjunto integrado de ações físicas e sociais é colocado que “para alcançar tal objetivo, o projeto não poderia ser imposto de cima para baixo, como um mero pacote de medidas e providências definidas em gabinetes” (...) “a participação da comunidade, enfim, era fundamental para que ela criasse um vínculo de compromisso com o projeto. Sem esse vínculo- outras experiências têm demonstrado -, a população não assume a responsabilidade de manter os benefícios conquistados, de cuidar da infra-estrutura e dos equipamentos implantados, de dar a continuidade natural ao trabalho e aos esforços desenvolvidos” (CONDERb, p. 6).

| FASES | FASE 1 Investigação e Sensibilização (Valorização do conhecimento da comunidade) | FASE 2 Planejamento Coletivo | FASE 3 Execução Coletiva das Ações | FASE 4 Avaliação Coletiva |
|-------|--|--|---|--|
| AÇÕES | 1.1) Pesquisa de História Oral 1.2) Pesquisa sobre as representações sociais 1.3) Exploração das redes sociais | 2.1) Mobilização de lideranças 2.2) Mobilização dos indivíduos que são “pontos de rede” 2.3) Potencialização da rede entre as instituições 2.4) Fórum de Gestão | Definição de grupos de trabalho de acordo com as áreas do patrimônio em que atuam (saúde, educação, geração de renda, etc) Isto se tornará possível a partir da troca de informações gerada pela rede que compõe o Fórum de Gestão . | Elaboração de relatórios semestrais a partir de uma avaliação coletiva e processual sobre: <ul style="list-style-type: none"> ● O andamento dos projetos ● O desenvolvimento da comunidade ● O desempenho da equipe técnica. |

Fonte: CONDER, Plano de Ação Social e Educação Ambiental, 1999

Quadro 03 – Metodologia do Plano de Ação Social e Educação Ambiental

Mais adiante, neste documento, é dito que “o Projeto de Recuperação Ambiental e Promoção Social de Novos Alagados contou, desde a sua fase de concepção e planejamento, com o ativo engajamento da comunidade, que participou das discussões juntamente com os técnicos envolvidos no projeto”, através de reuniões regulares, nas quais “os moradores **ouvem e opinam** sobre o andamento dos trabalhos, **são informados e dão importantes informações** para o desenvolvimento do projeto (grifo nosso)” (CONDERb, p.7).

De forma contraditória, na mesma publicação é afirmado que “os projetos urbanístico e habitacional – já concluídos – foram apresentados e discutidos com os grupos representativos da comunidade diretamente envolvida” (idem, p.12), o que demonstra que a comunidade não listou de antemão seus anseios e que a participação foi muito mais para informar do que para propiciar atitudes de cidadania ativa.

A sustentabilidade, tida neste documento como objetivo maior da participação, é uma das preocupações dos organismos internacionais, tanto que o Banco Mundial contratou um estudo (PSIA) acerca do Programa Ribeira Azul, abrangendo análise interinstitucional, análise qualitativa da intervenção, pela visão da comunidade, análise da sustentabilidade em si e indicadores relacionados a custo-benefício, para a partir destes resultados, montar o Programa Viver Melhor II, que como visto terá o percentual investido na área social nas intervenções aumentado de 2,5% (no Viver Melhor I) para 25%.

O programa prevê o atendimento de 120.000 famílias residentes na Região Metropolitana de Salvador e em treze cidades estratégicas do interior do Estado de acordo com o seguinte quadro de custos e componentes:

| % | FONTES COMPONENTES DO PROJETO | F.EXTERNA BIRD | F. ESTADO |
|------|--|----------------|---------------|
| 5% | 1. Estudos e Projetos | 4.800.000,00 | 3.200.000,00 |
| 5% | 2. Desenvolvimento Institucional | 4.800.000,00 | 3.200.000,00 |
| | 2.1 Assistência Técnica | 1.200.000,00 | 800.000,00 |
| | 2.2 Treinamento | 2.160.000,00 | 1.440.000,00 |
| | 2.3 Avaliação de Eficácia | 1.440.000,00 | 960.000,00 |
| 25% | 3. Ação Social | 24.000.000,00 | 16.000.000,00 |
| | 3.1 Organização Comunitária | 2.400.000,00 | 1.600.000,00 |
| | 3.2 Geração de Emprego e Renda | 6.000.000,00 | 4.000.000,00 |
| | 3.3 Educação Ambiental | 3.600.000,00 | 2.400.000,00 |
| | 3.4 Equipamentos Comunitários | 7.200.000,00 | 4.800.000,00 |
| | 3.5 Unidades Produtivas | 4.800.000,00 | 3.200.000,00 |
| 32% | 4. Habitação | 23.296.000,00 | 27.904.000,00 |
| | 4.1 Reassentamento | 0,00 | 12.800.000,00 |
| | 4.2 Regularização Fundiária | 0,00 | 2.560.000,00 |
| | 4.3 Melhorias Habitacionais | 11.648.000,00 | 6.272.000,00 |
| | 4.4 Oferta de Alternativas Habitacionais | 6.656.000,00 | 3.584.000,00 |
| | 4.5 Cestas de Material de Construção | 4.992.000,00 | 2.688.000,00 |
| 28% | 5. Infra-estrutura Urbana de Ambiental | 34.304.000,00 | 10.496.000,00 |
| 5% | 6. Supervisão e Gerenciamento | 4.800.000,00 | 3.200.000,00 |
| 100% | TOTAL | 96.000.000,00 | 64.000.000,00 |

Fonte: CONDER, Grupo Trabalho Viver Melhor II

Quadro 04 - Custos e Componentes da fase de implementação do Programa Viver Melhor II

Esta nova versão do programa Viver Melhor contará ainda com projeto de monitoramento e avaliação de processos e resultados, com indicadores em nível de qualificação urbana e ambiental, desenvolvimento social, comunitário e econômico e desenvolvimento organizacional e de gestão, demonstrando uma preocupação maior com os processos que envolvem essas intervenções, o que poderá implicar num fomento à cidadania.

Dentre os pressupostos do projeto de monitoramento e avaliação, no entanto, está “a demonstração da contribuição do Viver Melhor II para o alcance dos objetivos do Plano Estratégico da Bahia, para o atendimento da Estratégia de Assistência do Grupo Banco

Mundial ao Brasil (*country assistance strategy* – CAS/BIRD) e para o alcance dos Objetivos do Milênio correlatos” (CONDER, 2006), bem como sua metodologia embasa-se no documento do BIRD “*Poverty Monitoring*”, o que reflete o grau de comprometimento deste Programa, como do anterior, com os anseios dos organismos financiadores.

O Projeto de Desenvolvimento Institucional do Programa Viver Melhor II retoma os conceitos e princípios da agenda 2000 do Banco Mundial: descentralização, articulação, subsidiaridade, *empowerment*, transparência/*accountability*, sustentabilidade, mix público-privado, eficiência, efetividade e “responsividade”.

Por outro lado, da análise do Plano de Reassentamento Involuntário de Alagados VI – versão preliminar, que comporá o Programa Viver Melhor II, verificou-se que um dos fundamentos que deverão nortear este Plano é a garantia da oferta de diferentes opções de atendimento com equivalência de atratividade, ou seja, “os afetados terão total liberdade de escolha quanto à opção de atendimento”, dentre outras “boas práticas” constantes no Plano, como não pressionar a população visando atender ao cronograma de obras, etc. Este Plano de Reassentamento contempla ainda ações de “comunicação/interação e participação das comunidades”, através de reuniões diversas e reconhece que “muito ainda tem-se a desenvolver em termos de participação e desenvolvimento comunitário”, bem como que “canal de comunicação transparente, acessível e critérios de negociação definidos são a base para o estabelecimento de uma relação saudável entre poder público e comunidade”, sendo esta a prática que a CONDER buscará durante o processo.

A Política de Atendimento ou de Compensação deste Plano almeja a possibilidade de reconstrução dos laços comunitários, recuperação ou melhoria da qualidade de vida, da

capacidade produtiva, das condições de moradia, compensando ao máximo as perdas ocasionadas e buscando soluções diferenciadas para as famílias.

Pelo exposto, explicita-se que a retórica oficial pode conter elementos essenciais à participação cidadã, inclusive seguindo as fundamentações teóricas dos órgãos multilaterais, no entanto a prática pode ocorrer conforme os interesses imperantes, que não necessariamente são os da democracia participativa.

Por fim, em relação ao conceito de cidadania apresentado pelo Governo, percebeu-se que ele aparece apenas como direitos concedidos, sejam eles possibilidade de se manter no local de origem após intervenção, ou como uma reconquista de cidadania após aquisição de espaço urbano digno (CONDERb) ou acesso à cidade formal (CONDER, 1999) ou como acesso a informações de saúde ou educação ambiental (CONDERe). O Planejamento Estratégico da CONDER 2004-2007 considera o “**cliente/cidadão** a pessoa física ou jurídica que demanda ou utiliza serviços ou produtos fornecidos por organizações públicas”. (grifo nosso)

Vale ressaltar que desenvolvimento social, conceito muito usado nos documentos oficiais como equivalente à cidadania, não equivale à cidadania ativa, já que se pode melhorar a qualidade de vida das pessoas, até integrá-las a um tecido social, sem que, no entanto, elas aprendam a agir politicamente em prol da comunidade, de maneira engajada, não acomodada. De qualquer forma, o desenvolvimento social *per se* é necessário para manter a população na área e dar sustentabilidade à intervenção, coadunando com os interesses públicos.

Percepções e práticas da sociedade civil – dados secundários

Da leitura de algumas atas de reuniões ocorridas em Novos Alagados II, entre CONDER, demais instituições e moradores ou lideranças, observou-se, como era de se esperar, que o processo participativo foi permeado por conflitos todo o tempo, sendo muitas vezes interrompidas as reuniões por invasão dos moradores (reivindicações) ou mesmo pela presença de moradores em uso de bebidas alcóolicas. No entanto, a força política da comunidade ficou evidente, seja na fala dos representantes da CONDER, citando que algumas conquistas aconteceram após solicitações dos moradores, inclusive mudanças físicas nas habitações (após suposição da inadequação dos materiais e/ou técnicas construtivas utilizadas em Novos Alagados I); seja na atitude de algumas lideranças comunitárias, ao marcarem reunião para discutir o afastamento de outras lideranças, por conta das mesmas terem sido afastadas das ações cotidianas do projeto, e mesmo cobrar da CONDER um retorno das reuniões que teriam deixado de acontecer, como forma de retomar o processo participativo. Outra cobrança das lideranças ocorreu em relação aos serviços estarem sendo dado como concluídos, sem o estarem, e ainda pela dificuldade de responsabilização de pessoas pela resolução dos problemas, num “jogo de empurra”. Em outra reunião já foi colocado explicitamente à CONDER que eles (lideranças) não admitiam politicagem no meio das reuniões, nem a presença de deputados e vereadores.

Outro ponto identificado nas atas trata da falta de decurso de tempo necessário para assimilação pela comunidade das informações e decisões que deverão ser tomadas em sua vida e mesmo para solução dos problemas que por ventura ocorram. Verificou-se ainda comentário de liderança comunitária expondo que os moradores das palafitas não possuíam educação ambiental, o que estava contribuindo para o mau funcionamento dos esgotos,

configurando que a mobilização social e educação ambiental executadas pelo órgão não haviam sido efetivas.

Alguns pontos colocados em entrevista foram confirmados pela literatura, como o enfraquecimento da mobilização comunitária, presente nas favelas de 1960 a 1980 e o esfacelamento das lideranças, decorrente de uma perda de referenciais de luta, identificando-se mesmo uma “distorção da mobilização comunitária”, que deixa de atender aos interesses comuns da população e “favorece pequenos grupos dentro da comunidade, excluindo os outros” (SANTOS, 2005, p. 192-193).

“(…) podemos até desconfiar de projetos sociais ou de figuras que se dizem fundamentais dentro da comunidade, quando estas estão integradas aos referidos projetos e não à comunidade. A função destes projetos e associações diante de uma possível falência da organização comunitária nas favelas brasileiras é, de certa forma, uma presença, ainda que instável, dos próprios agentes da comunidade promovendo intervenções que, por definição, seriam dos governos” (SANTOS, 2005, p. 193).

Ou, em outra passagem, o autor coloca que as associações “começaram a se enfraquecer quando começaram a se institucionalizar e a confundir objetivos comuns com diversos outros interesses, inclusive os pessoais” (SANTOS, 2005, p. 217) ou ainda que “a questão dos projetos sociais como esvaziadores de lutas é que eles tornaram-se, de certa forma, o braço assistencial do governo dentro das favelas, com suas cestas básicas (necessárias), cursos profissionalizantes, reforço escolar, bolsa escola, tudo isso como um complemento à renda familiar” (SANTOS, 2005, p. 228). Desta forma, favorecem o assistencialismo e não o protagonismo.

Este autor afirma que os projetos de urbanização de favelas, da forma como são conduzidos, buscam mascarar uma realidade que os governantes não conseguem resolver, considerando que para os pobres qualquer coisa serve. “O Brasil, com seus políticos e

governantes, parecem tratar dos pobres e a pobreza como algo a ser remediado, jamais resolvido” (SANTOS, 2005, p. 206). Ele chega a associar pobreza com falta de cidadania, porém numa visão restrita a direitos. “A falência se evidencia no fato de que não parece existir para o pobre brasileiro a concepção de cidadania que lhe confere os direitos como outros cidadãos” (SANTOS, 2005, p. 211).

De forma complementar, este autor diagnostica que a urbanização de favelas, pura e simplesmente, não logra o efeito necessário, sendo preciso estar associada a políticas em nível macro. Adicionalmente, para solucionar os problemas, é preciso conhecê-los de antemão, o que segundo este autor não acontece.

Por fim, a literatura trata também da organização comunitária de Novos Alagados, tida como forte e fundamental para que as conquistas tivessem sido obtidas. O diferencial de Novos Alagados em relação à maioria das comunidades carentes de Salvador está no histórico de organização comunitária, que se iniciou em 1977, com a formação da Sociedade 1º de Maio e continua enquanto forma de pressão dos poderes públicos para melhoria de vida do local (SANTOS, 2005). Este diferencial foi confirmado pelos entrevistados.

O quadro a seguir resume as características principais, segundo Santos (2005), de Novos Alagados ao longo das décadas de 1970 a 2000.

| | |
|------|--|
| 1970 | Formação da favela, organização das ruas, início da organização comunitária através de mutirões, educação e construção de espaços comuns; invasão das áreas da 19 de Março, 1 de Novembro e São Bartolomeu; existência de palafitas a partir dessa década e durante as duas décadas seguintes, 1980 e 1990. |
| 1980 | Consolidação, expansão e mobilização social dos moradores da área por melhores condições de vida através da moradia, saúde, trabalho e educação; paralisações da Avenida Suburbana em virtude dos acidentes e mortes envolvendo moradores; passeatas; invasões de Araças, Boiadeiro e São João; violência e morte de jovens e marginais da área; invasão de casas e palafitas por policiais; tiroteios constantes. |
| 1990 | Expansão dos equipamentos comunitários constituídos por membros locais; chegada de outras organizações – ONGs (Organizações Não Governamentais) e governamentais – na comunidade; início do processo de urbanização de Novos Alagados; a convite de Dom Lucas chega a AVSI (Associação de Voluntários para o Serviço Internacional) para realizar trabalho de urbanização na área. Tentativa de invasão da área de Nova Primavera sem consolidação, devido ao fato de a área já estar comprometida com a construção de conjunto residencial para os moradores das antigas palafitas do Boiadeiro e São Bartolomeu; constante mortalidade de jovens envolvidos na delinqüência pelos seus pares, grupo de extermínio e policiais; início do crescimento do bairro com a abertura e urbanização das novas ruas; 60 casos de cólera na área; morte de crianças electrocutadas nos fios elétricos das palafitas. |
| 2000 | Fim das palafitas com a urbanização da área; existência de mais de 30 associações, ONGs e projetos sociais atuando na área, alguns surgidos na área, outros com sede em outros bairros e países. Aumento da mortalidade de jovens envolvidos na delinqüência por grupos de extermínio, seus pares e policias; aumentos de assaltos e violência contra antigos e novos moradores; morte e agravamento de doenças nos velhos moradores da área, fundadores e figuras de referência. |

Fonte: Santos, 2005, p. 41

Quadro 05 – Características de Novos Alagados através das décadas

Finalmente, elencaremos as principais conclusões do PSIA (*Poverty and Social Impact Analysis*). O PSIA caracteriza-se por ser um estudo, encomendado pelo Banco Mundial, que pretendia examinar a experiência de desenvolvimento urbano integrado de Novos Alagados – 2ª etapa (1999-2004), através da análise da pobreza e do impacto social. Após análise das lições aprendidas com a experiência e as implicações da ampliação da mesma, estão sendo instituídas as bases para o Programa Viver Melhor II. O estudo era focado em quatro vertentes:

- Análise do programa de desenvolvimento urbano integrado, na perspectiva dos beneficiários, através de abordagem qualitativa;
- Análise dos impactos sociais e na pobreza do desenvolvimento urbano integrado, levantamento de dados quantitativos, análise da relação custo/benefício através de 12 indicadores;
- Análise institucional do desenvolvimento urbano integrado, através de entrevistas;
- Questões relacionadas à sustentabilidade para ampliação do Viver Melhor, através de entrevistas.

Como este estudo foi elaborado por consultores independentes, ligados a centros de pesquisa conceituados, as conclusões apresentadas nestes quatro volumes, condensadas pelo Banco Mundial no documento Análise do Impacto Social e sobre a Pobreza (PSIA) serão consideradas como dados secundários provenientes da sociedade civil. Estas conclusões são importantes por consistirem em análise fundamentada do Programa Ribeira Azul, contribuindo para as conclusões desta pesquisa e por isto serão resumidas a seguir.

Bastos *et al* (2005, p. 02), uma das consultoras contratadas, na introdução do volume sobre análise do programa na perspectiva dos beneficiários, afirma que com base em estudo sobre Programa Saúde na Família, “o nível de conhecimento sobre um projeto pode estar associado à satisfação do usuário quanto a um serviço ou equipamento”. No mesmo estudo, pode-se constatar que a “lógica da necessidade” pode não corresponder à “lógica do planejamento”. Ou seja, o processo de implantação de um programa pode exigir uma aprendizagem e compreensão mais amplas do que inicialmente se supunha, a partir da “confrontação cotidiana entre um modelo e a prática desse modelo” (BASTOS *et al*, 2005, p.

03), o que precisa ser levado em consideração na elaboração dos projetos e implantação das intervenções.

No PSIA, com base nos resultados de Bastos *et al*, na avaliação qualitativa da intervenção em Novos Alagados, nos itens obras de infra-estrutura (urbanização e moradia), projetos sociais (saúde, educação, emprego e geração de renda) e outras questões que se destacaram (lazer, violência, infância e adolescência, conhecimento sobre o projeto e percepção da integralidade das ações), conclui-se que como aspectos positivos foram apontados pelos beneficiários melhorias gerais em qualidade de vida, maior senso de dignidade, redução da violência urbana, expansão das oportunidades educacionais e de treinamento. Como aspectos negativos estavam a demanda pelo aumento de oportunidades através do Projeto, especialmente em relação aos programas educacionais, alimentares, de saúde e de treinamento e ao número de casas; questões relacionadas à moradia e seu tamanho, inclusive abordando o aumento da violência doméstica; questões da infra-estrutura executada; e ainda incerteza em relação à escritura de posse das unidades residenciais. Outro ponto apontado foi a nostalgia sentida das palafitas, pelas percepções de redução de espaço e resistência de assumir novas responsabilidades financeiras (BANCO MUNDIAL, 2005).

Para complementar as entrevistas feitas nesta pesquisa, serão colocados algumas falas dos moradores disponíveis em Bastos *et al* (2005) para melhor fundamentar a percepção da comunidade acerca da intervenção em Novos Alagados II.

A gente percebe que haveria mais benefícios se desenvolvessem um trabalho que conscientizasse mais os moradores (...)(H3, Grupo Focal Educação)

Aqui o que mais quebra a cabeça da gente é rede de esgoto. Eu preferia que eles botassem pra pagar rede de esgoto e a gente tivesse um esgoto decente(...)(M3, Grupo Focal Moradia)

Posso falar uma coisa, mudou muita coisa, né? Melhorou muita coisa. (...)Da água foi uma coisa boa. Aí encanou, fez...tudo correto, colocou a água assim...prá todo mundo...e também o saneamento básico que não existia, né?Hoje existe, não é bem feito, como Mainha falou, porque....eu vejo assim....no meu ponto de vista eu vejo assim, que a prefeitura libera, mas sempre tem alguém que desvia um tanto e os funcionários que trabalham também desvia, aí sai tudo de segunda mão, o material ao invés de ser perfeito sai imperfeit, né?(Entrevista individual, moradora antiga).

Algumas (famílias) preferem morar lá (nas palafitas) porque aqui agora só tem dois quartos, a família está crescendo, eu tenho que pagar água, luz, então...(Grupo Focal Atores Institucionais).

(Antes do projeto)eles diziam Eu não sou Guaiamum. Aí quer dizer, a luta toda era essa, nós somos gente, não somos Guaiamum(...)È, porque inclusive não se declarav quando ia trabalhar num emprego qualquer, não podia dizer que morava ali, quer dizer, ali realmente era um espaço, era um gueto e muito assim alijado, era realmente, não estava inserido. A inserção começou com a abertura de ruas. Isso mudou, hoje o pessoal é um pessoal inserido. Mas aí é que está, ele não foi inserido somente com a urbanização. Ele veio as duas coisas juntas, quer dizer, na medida que havia um processo de educação(...)Então já começou o processo de integração e que hoje existe, agora continuam dentro de seu espaço. Eles hoje há todo esse entra e sai.(Entrevista individual, liderança).

Tem toda uma lógica no trabalho urbanístico, né, um trabalho social e se você faz um trabalho urbanístico, dá oportunidade as pessoas saírem das palafitas para ir pra uma casa de alvenaria e se essa pessoa não recebe essa base de educação, essa conscientização com certeza daqui a pouco se acaba(Grupo Focal Cooperados).

Ontem mesmo, tive que espalhar pedaços de papelão pela casa toda, porque onde chove, a casa ta toda molhada(...) Aí eu chamei o encarregado: 'moço, por favor, chega aqui, entra aí'. Ele disse: 'não, aqui ta bom'. Aí eu diise: 'senta'. Ele sentou e disse que já ia. Aí eu disse: 'o que foi?' ele: 'não foi nada, é que a chuva ta grossa', eu disse: 'tá vendo lá em cima que ao invés de vocês colocarem assim vocês colocaram assim?(mostra com os dedos que as telhas estão afastadas ao invés de juntas).Tá certo uma coisa dessas?(Mulher, Grupo Focal Moradia).

O chão, eu não posso nem jogar um balde de água num xixi da minha menina que tem 1 ano e 8 meses, se ela fizer xixi, eu tenho que limpar na mesma hora, porque se não cai todo na casa do vizinho. E o vizinho de baixo reclama (Mulher, Grupo Moradia).

Do jeito que eles fizeram, só rebocaram por fora, não rebocaram nada por dentro, deixa pra gente rebocar, só que ela não tem condição de rebocar, porque eles não fazem isso? Eles deviam pelo menos ter um pouco de dignidade e fazer as coisas tudo direitinho, dar rebocadozinho, bonitinho (...) a minha ta lá, bonitinha, mas foi eu. Ao os meninos disseram: 'Dona Maria, a senhora serviu de laranja!' 'de laranja, por quê?' 'é que levaram a senhora na brincadeira, porque vieram aqui, brincaram com um, brincaram com outro, e não filmaram lá, aí entraram na sua casa, filmaram sua casa, tiraram retrato, mas não filmou o barraco da senhora, não

abriram a porta e mandaram eles filmarem(...) Então o que eu queria que vocês entendessem era isso, ele foi lá, filmou o chão da minha casa, custou o meu dinheiro, a parede que ta lá rebocada custou o meu dinheiro. A casinha bonitinha é só por fora, porque ele não entrou na casa da minha vizinha pra filmar lá dentro, pra mandar, hein? (Mulher, Grupo Moradia).

Eu não te pedi pra você fazer. Foi o governo que fez, é a obrigação dele fazer. É obrigação dele. Eu não sou agradecida por ele ter feito não. É obrigação dele fazer(...)(Mulher, Grupo Moradia).

Eu acho errado a gente pagar essas casa. É errado eles dizer que a gente vai pagar, eu não vou pagar é nada, vocês trocaram....Foi troca. (Mulher, Grupo Moradia).

(...)e o projeto era pegar essa daqui pra acabar com esse negócio de palafita, ele deveria fazer uma coisa melhor pra dar pro povo. Por que não é fazer uns vãozinho desse daqui, colocar um mini banheiro que é uma porcaria (alto tom de voz) pra te dizer assim:Eu dei uma casa, porque a gente não pode dizer que isso aqui, estamos numa casa. Não é porque vivia em cima da maré que isso aqui é melhor que em cima da maré, por que eu acho que não...(...) (Mulher, Grupo Moradia).

Agora eu acho que o problema que teve aqui no bairro foi, o ribeira azul, junto com a CONDER e a AVSI não teve um preparo com o pessoal, eles questionaram muitas coisas, mas se tivesse tido um preparo antes, o trabalho seria em 100% (H1, Grupo Atores Institucionais).

Existem muitos jovens do lado de fora, querendo, a disputa é muito grande, porque não tem vaga pra todo mundo (para o CEDEP), não tem espaço pra comportar todo mundo ali dentro, que fosse ampliado pra outras pessoas que estão lá fora, porque tem muitos (M2, Grupo Focal de Educação).

Na saúde estamos esperando aí, porque quem está agora no poder não vai poder fazer nada, né (referência ao fim de um governo, início de outro). (Esperar) o novo prefeito tomar a frente e a gente ir a ele, cobrar o que ele prometeu. Aí a gente vai tentar reunir muita gente aí, pra ver né, porque a saúde aqui não é muito boa, e também o ensino não é bom (Entrevista individual com beneficiária 2).

Tem outras famílias grandes que quando a assistente social vai na casa delas ela coloca mas eu não sei como é que é possível, como é que dormem seis filhos, oito filhos ali dentro! É uma promiscuidade né...E aí a gente tem aqueles casos todos de violência dentro de casa, do menino que não pode ficar dentro de casa porque não tem espaço pra ficar (Entrevista individual).

Quando tinha várias reuniões que ouvia o pessoal dava suas opiniões, dizia 'porque eu não quero, não sei o que', então encontravam uma forma que agradasse. Então é uma importância que essa comunidade nunca tinha recebido (Grupo Focal, atores institucionais).

Em relação ao levantamento de dados quantitativos, a análise dos custos do Projeto Novos Alagados II não diferiu muito dos custos de projetos similares (BANCO MUNDIAL, 2005).

Passando à análise institucional, verifica-se que os principais aspectos levantados na mesma abordam a participação ativa da comunidade de Novos Alagados II, sendo este um gargalo na implementação do salto de escala a um programa de dimensões maiores que o Ribeira Azul, como será o Viver Melhor II, por ser esta uma situação diferenciada nas demais comunidades carentes, inclusive no interior do Estado (BANCO MUNDIAL, 2005).

Em relação às relações inter e intragovernamentais, detectou-se a falta de um mecanismo formal ou sistemático para negociar com as agências do Governo, ao tempo em que a administração municipal teve um papel relativamente pequeno. Neste nível intergovernamental, houve problemas de comunicação entre agências, o que provocou lacunas na implementação do Programa (BANCO MUNDIAL, 2005).

Em relação às associações comunitárias, o estudo apontava que elas estavam constantemente envolvidas nas discussões sobre o desenvolvimento do Programa com os gestores principais e nas atividades de campo. Contudo, foi afirmado também que “para estimular a cooperação, foram fornecidos vários incentivos às associações comunitárias (...) Essa estratégia, no entanto, trouxe algumas disputas entre as Associações, devido à falta de recursos financeiros das mesmas” (BANCO MUNDIAL, 2005, p.12).

De acordo com o estudo, a manutenção de uma estrutura paralela de parceria CONDER-AVSI no escritório de campo ajudou a garantir a consistência na cooperação. A

parceria entre a AVSI e a CONDER foi tida como positiva, tendo propiciado ganhos para ambas as partes (BANCO MUNDIAL, 2005).

E o envolvimento de várias fontes de recursos financeiros no Programa Ribeira Azul foi percebido como importante para a continuidade do Programa e para expansão de seus objetivos. Embora a capacidade financeira das instituições envolvidas tenha sido reforçada pela existência de várias fontes de recursos, no último ano foi mais difícil atrair recursos para o Programa (BANCO MUNDIAL, 2005, p. 14). Esta colocação coaduna com o exposto anteriormente acerca da falta de planejamento nas intervenções, ocorrendo à mercê dos aportes financeiros que por ventura consigam ser captados.

Em relação ao papel da ONG local CDM, que trabalhou com a AVSI no projeto de implementação, notou-se o seu crescimento substancial, com a assinatura de acordos independentes com o setor público e privado e parcerias com outras ONGs locais. Contudo, sua independência financeira (de ONGs estrangeiras e do Governo) ainda precisaria ser alcançada (BANCO MUNDIAL, 2005).

A resolução dos problemas relacionados às unidades habitacionais e às obras de forma geral foi o principal desafio do Programa. O tempo curto para resolução dos problemas foi abordado (BANCO MUNDIAL, 2005).

Adicionalmente, os principais gestores estavam conscientes de que com o envolvimento da comunidade, se houvessem falhas na implementação, haveria comprometimento de todo o programa e a credibilidade das instituições (BANCO

MUNDIAL, 2005). Este item remete ao trabalho e desgaste maior que a participação enseja, justificando em parte a resistência dos técnicos em instituí-la.

A vertente da sustentabilidade concluiu que na Bahia há uma forte cultura de direito aos bens e serviços fornecidos pelo Governo, que é difícil de ser modificada e que faz com que as tentativas de recuperação de investimentos geralmente não sejam bem-sucedidas, comprometendo a sustentabilidade financeira dos programas (BANCO MUNDIAL, 2005). Visando minimizar, pelo menos indiretamente, esse comprometimento financeiro, evitando a concessão repetida de benefícios às mesmas pessoas, a CONDER está criando um banco de dados, fato apontado por uma das entrevistadas como importante para a continuidade dos processos participativos, ao estimular, desta forma, a manutenção do beneficiário no local que sofreu intervenção.

Este estudo apontou ainda que a Bahia está abaixo da média nacional e inclusive da média do Nordeste, em relação à taxa de urbanização (66%), devendo o governo buscar conter novas invasões (BANCO MUNDIAL, 2005).

Mais uma vez o baixo envolvimento da prefeitura nas operações e manutenção das melhorias feitas na comunidade foi mostrado como ponto negativo, apesar de fundamental na sustentabilidade, pelo mau funcionamento dos serviços públicos (BANCO MUNDIAL, 2005).

As comunidades não assumiram explicitamente nenhuma responsabilidade por operações de manutenção, o que contraria um dos indicadores da participação cidadã, a instituição de práticas de auto-gestão ou gestão compartilhada, segundo Teixeira (2001). As atividades educativas que ocorreram para familiarizar os moradores com o uso de serviços

específicos geraram mudanças benéficas no comportamento (BANCO MUNDIAL, 2005). Com a comparação desta afirmação com a das lideranças comunitárias em relação à falta de educação dos moradores para os novos sistemas de infra-estrutura, conclui-se que as práticas educativas não foram suficientes, apesar de eficazes e necessárias, como será visto adiante.

Os impactos de longo prazo dos programas de geração de trabalho no Ribeira Azul não são conhecidos. O estudo sugere que seja investigado mais detalhadamente a eficiência econômica desses programas em relação a outros programas sociais, como apoio a creches.

Por fim, este estudo coloca claramente as dificuldades em se ampliar a experiência do Ribeira Azul para o Programa Viver Melhor II, apesar da experiência ter sido considerada positiva, pela nova abrangência, pela postura diferenciada das comunidades, pela participação da AVSI, tida como um diferencial importante no Ribeira Azul, não ser uma certeza no Viver Melhor II e pelas novos arranjos inter-institucionais (BANCO MUNDIAL, 2005).

Percepções e práticas do Estado – entrevistas gestores e técnicos governamentais

A partir das entrevistas com gestores e técnicos governamentais, foi possível confirmar alguns pressupostos, bem como atentar para novas nuances da problemática participação cidadã nas políticas públicas habitacionais para baixa renda. O Anexo A fornece os cargos dos entrevistados e datas das entrevistas, todas ocorridas em 2006.

Inicialmente, constata-se que a definição de cidadania e de participação cidadã apreendida pelos entrevistados do grupo social Estado não está totalmente de acordo com os conceitos apresentados nesta pesquisa, por não abrangerem a dimensão de coletividade e

solidariedade. Se compararmos as noções dos entrevistados com a dos dados secundários, a distância em relação ao referencial teórico da pesquisa fica ainda maior.

Dentro do mesmo grupo político, as posições defendidas pelos participantes também podem diferir, como mostraram as entrevistas. Por parte dos gestores e técnicos governamentais, percebe-se a consciência da importância da participação cidadã, concomitante ao reconhecimento que este processo encontra-se em construção e possui uma complexidade muito grande, pelas variáveis envolvidas: vontade política, recursos disponíveis, aparato institucional, novo olhar por parte dos técnicos, conscientização da comunidade.

(...) acho ainda que a gente tá...iniciando, pelo menos aqui, em termo de política pública mesmo, a questão da participação né, porque inclui uma série de contextos mesmo, de modificação(...) (Entrevista SEDUR 1, 2006).

Em relação à nova postura por parte dos técnicos e gestores, foi colocado pelos entrevistados que conhecer a área que sofrerá a intervenção e os relacionamentos e história dos moradores é primordial, pois os desejos deles podem ser diversos da percepção dos técnicos e gestores. Para isso, “*você tem que abrir mão de uma série de coisas (...)*”(Entrevista SEDUR 1, 2006), como preconceitos, tecnicismo, etc.

(...) Por que nem, acho que a, os técnicos ou mesmo há uma questão maior em termo de diretriz de participação, tão preparados né, pra sentar e pra ouvir ou pra entender ou pra olhar, ter um olhar diferente né, da forma que as pessoas querem, que as pessoas é, identificam suas necessidades, suas demandas. Acho que participação mesmo é um processo. É um processo pedagógico, inclusive, acho que todos temos que aprender mesmo a participar, acho que de ambas as partes envolvidas, em todos os atores que tão envolvidos no processo (Entrevista SEDUR 1, 2006).

Ainda em relação a esta postura, porém indo além, no contexto político de atuação do Estado, as opiniões dos entrevistados divergem quanto a apresentar de antemão alternativas à comunidade ou construí-las junto com os moradores.

(...)Eu acho que é o grande perigo, é você ir com um projeto pronto né, um projeto que se diz participativo, então eu acho que a melhor forma de entrar e vir (barulho...) com um escopo de um projeto participativo, é você ir para essa área, com uma, assim... disposto a você ver, sentir, e as pessoas terem a oportunidade de colocar né, as suas necessidades, como as pessoas vivem, como elas gostariam de viver, como elas aproveitam o espaço, então eu acho que é assim, um grande, um grande equívoco, quando se, ainda né se tem o discurso da participação, é de você, é... fingir uma participação que não é uma coisa assim que seja intencional (...)(Entrevista SEDUR 1, 2006).

Então claro que nós temos que chegar com uma proposta, como eu já lhe disse né, nós não podemos chegar sem nada (Entrevista CONDER 2, 2006).

Quanto ao contexto político de atuação do Estado nas políticas públicas de habitação popular, apesar de considerado democrático e participativo pelos seus membros entrevistados, esta percepção da participação variou de uma “participação fingida”, ainda não incorporada “apesar de todas as exigências dos organismos financiadores” (Entrevista SEDUR 1, 2006), a um estágio intermediário entre participação meramente informativa e decisória ou por vezes associada a mera concessão de direitos por parte do Estado.

(...) essa participação cidadã vem sendo ampliada a cada momento, “certo”, e é uma ... via de duas mãos, ao mesmo tempo que os movimentos vem pressionando por uma maior participação, ao mesmo tempo o Governo do Estado também vem abrindo é, novos canais de ...de efetivação dessa participação, nos programas e nas políticas do Estado (Entrevista CONDER 1, 2006).

(...) o Estado já tem dado passos avançadíssimos né, para que, para implantação de políticas públicas habitacionais cidadãs, quando melhora a vida da comunidade e melhora as condições de habitabilidade e as deixa dentro de seu de seu.... é, local, de seu habitat original, não tira ele dali né, claro que em alguns momentos precisa tirar(...) (Entrevista CONDER 2, 2006).

(...) Eu acho que o autoritário aqui já... quer dizer, não vejo assim de imposição, nos projetos em particular existem uma série de imposições, mas por exemplo, acho que com o Pelourinho antes na 7ª etapa, acho que foi, ele foi autoritário, até onde ele pôde, até onde ele conseguiu, em que não havia uma mobilização, certo. Então ele realmente usou pra tirar aquelas pessoas, ele usou de todas de todo o autoritarismo né(...)(Entrevista SEDUR 1, 2006).

Como características do Governo foram colocadas nas entrevistas ainda, junto com democrático e participativo, que ele é burocrático, com resquícios de autoritarismo e patrimonialismo e está vinculado aos órgãos financiadores e suas exigências.

(...) a gente vê que Órgão Financiador ele exige né, ele tem os modelitos também, esses modelitos quando não se cumpre né, é, fica retido parcelas e não sei o que, mas que também não fazem com que você mude uma prática participativa né, ele só exige uma receita que você tem que seguir, se seguir tudo bem(...)(Entrevista SEDUR 1, 2006).

Eu acho que o autoritário aqui já... quer dizer, não vejo assim de imposição, nos projetos em particular existem uma série de imposições, mas por exemplo, acho que com o Pelourinho antes na 7ª etapa, acho que foi, ele foi autoritário, até onde ele pôde, até onde ele conseguiu, em que não havia uma mobilização, certo. Então ele realmente usou pra tirar aquelas pessoas, ele usou de todas de todo o autoritarismo né. (Entrevista SEDUR 1, 2006).

Apesar destas características, quando há participação, os entrevistados apontaram que as mudanças decorrentes da mesma vão desde aumento da auto-estima dos moradores a mudanças nos projetos e práticas.

(...) só para ter uma idéia, no Pelourinho, “certo”, da 1ª a 6ª etapas foi feita a requalificação urbana do Pelourinho, sem que houvesse o uso habitacional. Já na 7ª etapa, como houve a participação cidadã, alguns moradores se mobilizaram, foram ao Ministério Público, e ocorreu um Termo de Acordo de Conduta, onde 103 famílias foram definidas como moradoras do Pelourinho e que deveriam continuar. E o projeto foi feito neste sentido, abrigando estas famílias, diferentemente das outras etapas (Entrevista CONDER 1, 2006).

Um dos entrevistados enxerga com clareza que a participação cidadã advém da interação entre Estado, sociedade e mercado, porém afirma que o equilíbrio entre estes atores precisa ser instituído.

(...)Estado, Mercado e Sociedade é como se vivessem em tempos diferentes “certo” a forma de você colocar esses 03 juntos dialogando, é exatamente num plano de desenvolvimento urbano. E a gente perde a oportunidade e tem que fazer um plano de desenvolvimento urbano local “certo” local, e aí você congrega esses 03 elementos que são esses três elementos, não adianta o Estado dizer que está fazendo um.....uma.....um projeto, uma política pública, aplicando programas, mas não é suficiente se, as outras a os outros componentes do triângulo não se mobilizarem, “certo” basicamente é isso(...)(Entrevista CONDER 1, 2006).

Ademais, o desenvolvimento urbano praticado reflete a falta de uma política estruturante, já que as ações possuem abrangência limitada, em territórios específicos, e desta forma funcionam apenas como paliativo. Esta política mais geral, segundo entrevistado, propiciaria inclusive uma motivação maior à participação.

(...)mas quando você vai né pra cidade segregada, quando você vai pra aquele subúrbio pra... aí realmente você vai intervir numa área como por exemplo, em Alagados, que você é rodeado de um mar, você tem todo aquele subúrbio, aquela pobreza, então eu acho que realmente é difícil você ter um rebatimento né enquanto, enquanto questão de abrangência mesmo, eu acho que ficam assim coisas bem pontuais, pontuais nessa cidade segregada, que a gente tem, que é 70% né, da cidade (Entrevista SEDUR 1, 2006).

(...)você tá investindo nessas áreas ocupadas pra dar uma melhor ocupação, mas você também não tá oferecendo nenhuma alternativa (Entrevista SEDUR 1, 2006).

(...)quando você tem uma, uma política em que você permite, em que você estabelece que as coisas tem que ser decididas em Conselho, então você, cria conselhos, mesmo que você ainda continue se debatendo por um longo tempo né, com essa questão da, do controle social, mas eu acho que se passa por aí entendeu, acho que a nível assim de política geral, eu acho que a participação, acho que é um dos aspectos que você não abordou isso, é como em termos de políticas maiores né, podem ser importantes pra reforçar um... a participação assim, nem que seja no início obrigando em que haja um controle social, que se inicie esse processo de discussão, que seja né, que exija uma participação, então eu acho que é uma questão também de uma política geral, que passa por todos os níveis, pela União, de Estados e Municípios, então eu acho que essa questão né, geral mesmo, é uma coisa importante, acho que dá uma força, dá uma legitimidade, acho

que as pessoas se sintam se sintam, com respaldo de se organizar de, de exigir, de querer participar de ... (Entrevista SEDUR 1, 2006).

Da análise das entrevistas, fica claro que, na visão dos gestores governamentais, o papel dos membros da comunidade é essencial para começar e manter o processo participativo, sendo a cultura cívica destas comunidades, mesmo que embrionária, o diferencial na condução dos processos de intervenção. Por outro lado, o envolvimento das associações e lideranças comunitárias ainda se processa com um caráter meramente reivindicativo, necessitando de amadurecimento quanto aos papéis, obrigações e responsabilidades de cada entidade (a partir deste amadurecimento a cultura cívica poderá se tornar satisfatória). Há que se superar, no entanto, a simples reivindicação e passar para uma atitude propositiva, o que requer o reconhecimento dos interesses totais envolvidos, tendo a visão da sociedade em seu conjunto e, desta forma, superando os particularismos e corporativismos.

(...) eu acho que se você pega uma comunidade que ela não tem uma, em que não há uma organização em que os movimentos sociais não atuam, você pode forjar mesmo uma, uma, um dito projeto participativo(...)
(Entrevista – SEDUR 1, 2006).

Em relação a este protagonismo social essencial à participação, Novos Alagados II apresenta uma posição diferenciada em relação a outras comunidades, aspecto unânime tanto nos dados secundários quanto nas entrevistas dos dois grupos sociais.

(...)E essa história, essas gerações “certo”, tem um substrato, completamente, que é muito forte, completamente diferente de algumas áreas que você chega, não tem uma história, não tem ... Ai fica, mas você teria que construir esse substrato, construir esse tecido social (Entrevista – CONDER 1, 2006).

Essa comunidade de Novos Alagados, que é uma comunidade muito rica no ponto de vista de uma rede de relacionamento interno, é rica no ponto de

vista de um tecido social. Esse fato que acho que é um fato, é um patrimônio enorme dessa comunidade, que provavelmente nos permitiu esse trabalho com essa associação, que não sei se é replicado automaticamente em outras áreas. Por que era uma sociedade civil já organizada, já fortalecida, já consciente, portanto encontramos um tecido rico (Entrevista – AVSI, 2006).

Diferencial ainda foi o arranjo institucional nas intervenções do Ribeira Azul, pela presença da ONG italiana, colocaram os entrevistados, que também reconheceram que esta relação gerava troca de papéis entre o Estado e esta instituição.

(...) então foi um diferencial nesse sentido, ou seja, no sentido de... o Estado compartilhar com uma organização “certo” do 3º setor, atividades que eram típicas do Estado “certo” então, ele compartilhou, tornou mais fácil essa identificação entre a comunidade “certo” e o Estado, através de uma intermediação pela AVSI, então muitas vezes, uma das coisas que foram... uma algumas análises pontuam, é a questão da do protagonismo da AVSI “certo”. Em alguns momentos, você esquecia que era a URBIS, esquecia que era a CONDER, pensava somente na AVSI, e isso era às vezes até muito interessante para o próprio Estado “certo”. Hoje em dia eu acho que a gente tem um pouco mais um equilíbrio, e ninguém tá na frente, de fato a comunidade assumiu o lugar de estar na frente do processo e, tanto o Estado como a AVSI tem um papel, ou seja, tem um papel no desenvolvimento dessa área. (Entrevista – CONDER 1, 2006).

Outro ponto importante levantado pelos gestores governamentais entrevistados é o aprendizado necessário para se chegar às melhores soluções possíveis a partir da participação cidadã, nem sempre as desejáveis pela comunidade, por limitantes técnicas ou financeiras ou pelos conflitos de interesses que estão sempre presentes.

É um processo pedagógico, inclusive, acho que todos temos que aprender mesmo a participar, acho que de ambas as partes envolvidas, em todos os atores que tão envolvidos no processo (Entrevista – SEDUR 1).

(...) É uma participação que é conquistada, tá iniciando, por que acho que ainda se precisa ter uma organização, ter uma força de pressão, e que também a, a os dirigentes né, se sensibilizem pra este fator e abra assim, mão mesmo de donos, de donos de verdade. Mas eu acho que existe... o processo, ele vêm caminhando com a organização, acho que o processo da habitação a gente já tem algumas experiências né, conflituosas, acho também que participação é conflito(...) (Entrevista SEDUR 1, 2006).

Em relação às melhorias desejáveis às práticas, foi interessante perceber que os entrevistados responderam de acordo com as funções desempenhadas, numa espécie de auto-crítica. Foi abordada a necessidade de uma pedagogia da participação, como defende Nunes (1999), aliada a uma nova postura, especialmente entre técnicos e gestores e a um maior acesso às informações por parte da comunidade para poder interferir no processo; ou um desenho de mobilização mais efetivo; ou preparação maior da comunidade para gerir os seus destinos.

(...) acho que é uma revisão mesmo de conceito, a internalização, acho que tanto da parte de quem... muito mais, acho que da parte técnica, dos gestores né, eu acho que assim discutindo uma série de conceitos, do que é mesmo, o que é mesmo participar, o que é mesmo construir uma coisa junta, acho que daí é que pode surgir uma coisa, acho que é, essa coisa mesmo de troca, acho importante se internalizar a coisa da troca, em qualquer projeto você tem que ir aberto, então acho que é uma mudança mesmo de postura (Entrevista – SEDUR 1, 2006).

Olha, eu acho que o 1º passo a ser feito é ... aquilo que nós já estamos fazendo no Ribeira Azul. É mobilizar mesmo, a duras penas, que não é fácil mobilizar, é fácil pedir, exigir, mas na hora da participação, na hora de tá ali presente tem diversos problemas né, conflitos de interesses, então nós precisamos é criar esse mecanismo de ... de participação, de mobilização primeiro, eu não falo nem de organização, por que a comunidade já tá organizada, mas como mobilizar.... Acho um desenho de mobilização que seja efetivo, que mova as pessoas, mesmo não é? (Entrevista – CONDER 2, 2006).

Deveria haver seria desenvolvimento institucional de cada experiência, cada experiência, cada empreendimento, cada requalificação de favela, cada, deveria ter ao lado de um projeto técnico, de um projeto social, um projeto também institucional e de gestão, onde se preparasse a comunidade para ser gestora dos seus destinos, a par ... é...na medida que o governo se afastasse, “certo”, a comunidade tivesse plenamente capacitada a gerir os seus destinos, em comum acordo com a Prefeitura, através de conselhos, pólos de desenvolvimento e câmaras locais, enfim, tendo uma estrutura de gestão, ao lado de, é... do projeto propriamente dito, de... técnicos do projeto físico haveria também um projeto institucional, “certo”, onde haveria toda parte de administração de ... é ... toda parte realmente de desenvolvimento institucional. (Entrevista – CONDER 1, 2006).

Pode-se observar um alto grau de heterogeneidade das percepções desses gestores entrevistados quanto à vivência das práticas participativas, seja pelo interesse da população em participar, seja pelo nível de satisfação com a própria participação.

Pelo contrário, em relação à propulsão das práticas participativas houve praticamente uma homogeneidade de respostas, que a atribuíam aos órgãos financiadores, aos órgãos executores e à comunidade. O mesmo ocorreu em relação às principais políticas, sendo o Viver Melhor considerado o programa principal.

Pode-se perceber ainda, pelas manifestações dos entrevistados, o reconhecimento que não houve transparência no uso dos recursos, sendo difícil obter dados sobre o uso dos recursos disponíveis e mesmo mensurar, a partir das informações, os percentuais investidos por área (educação, saúde, habitação, etc). A instituição de mecanismos de controle social não é prática muito comum do Governo, mesmo porque não há cobrança da sociedade neste sentido, contudo havia prestação de contas global no programa Ribeira Azul e material disponível no escritório de campo, disseram os entrevistados.

Olhe, eu acho que o único mecanismo que (...pausa) aí, eu acho que é uma falha, porque não existe um mecanismo de prestação de contas, acho que é geral nas políticas, você é... teria que prestar contas, né? (...risos) Teria...é dinheiro investido, por que o que a gente vê são os relatórios que tão aí, mas não tem acesso, por que até, nem sei assim, a questão de recursos, acho que tinha que ser assim destinado, aberto, né(...) (Entrevista SEDUR 1, 2006).

(...) mas essa coisa de transparência né, que envolve não somente a informação, mas a possibilidade de intervenção, de questionamentos. Eu acho que isso não, atualmente não, não eu desconheço que mecanismos existiriam (Entrevista SEDUR 1, 2006).

(...) prestar contas de fato da comunidade, em primeiro lugar, a gente não vê muito uma cobrança nesse sentido, e do outro lado também o Estado da mesma forma... (Entrevista – CONDER 1, 2006).

Indicadores consistentes acerca da efetividade das práticas também inexistem, apesar de considerados importantes, “*è o Banco exige né, quem financia exige*” (Entrevista CONDER 2, 2006).

A percepção dos principais entraves às práticas participativas foi bastante diversa, sendo apontados o autoritarismo do Estado, o tecnicismo, abordagem inadequada, falta de uma política mais abrangente, a baixa motivação das pessoas, pela urgência da sobrevivência, a especulação imobiliária, falta de mecanismos participativos adequados, despreparo para a cidadania, e mesmo conflito de interesses.

Então, um dos entraves seria exatamente este, os interesses são diversos, “certo”, as comunidade são diversas, e não existe uma preparação para a cidadania, ou seja, uma das formas de preparar para cidadania é dizer... o seu bairro, é alguma coisa que depende também da sua participação, ou seja, o projeto de futuro é uma coisa que se constrói coletivamente, “certo”, em fóruns que deverão ser proporcionados também pelo Estado também pela ... “certo” pela comunidade, então eu vejo que uma das...um dos principais entraves pra participação é a falta dessa consciência cidadã de que o futuro não é só do Estado, não é o Estado que vai chegar lá e dar um futuro melhor, é, isso é uma partilha entre: mercado, sociedade e Estado “certo”(Entrevista – CONDER 1, 2006).

É, eu acho importante essa discussão que se trata, tanto a nível né, de gestão mesmo nos poderes e a nível técnico, porque eu acho também é importante essa forma de encarar, ficar com esse modismo de participação que todo mundo fala, você chega vê o Banco Mundial falando de participação (...risos). Mas é participação como modelos, e acho que não é, acho que é um processo criativo né, que é específico, que é a única forma de enfrentar isso, é você indo assim com a, a capacidade de absorver, de entender que é uma troca de saberes né, você tem claro, que você não vai abrir né de toda a questão técnica, acho que tem né, que existem permitir determinadas coisas, mas também de como, como entender né, acho que é meio uma troca, isso passa acho que por uma abordagem diferente. Tanto a nível de política, mas em nível técnico (Entrevista – CONDER 1, 2006).

Os mecanismos legais que institucionalizam a participação nestas políticas, conforme gestores e técnicos do Estado, são basicamente diagnóstico sócio-econômico envolvendo comunidade, reuniões diversas com lideranças e moradores, escritório de campo, surgimento de estância decisória, conselho de representantes, diagnóstico das associações e projetos sociais, seminário intra-institucional, informativos, cursos capacitação, etc, frisando mais uma vez que apesar destes mecanismos, a participação pode ficar no discurso, forjando “um dito projeto participativo” (Entrevista – SEDUR 1, 2006).

Em relação à continuidade dos processos, foi colocado pelos entrevistados que a rotatividade dos beneficiados com novas habitações na área de Novos Alagados II foi baixa, que faltam avaliação e monitoramento dos processos participativos e intervenções e que a tendência é a comunidade querer participar sempre mais, mantendo esta continuidade.

Por sua vez, a importância da participação cidadã foi atribuída pelos entrevistados à sustentabilidade, mas não apenas a ela e à manutenção das benfeitorias, mas também como respaldo para boas práticas de Governo, delimitando os desejos da população e mesmo ampliando a gestão das benfeitorias.

(...) todos nós sabemos que não pode existir desenvolvimento sustentável sem a participação dos beneficiários, por que? Por que nós já temos, centenas ou milhares de experiências no país inteiro, no mundo inteiro onde, quando o beneficiário não participa, ele não se sente é... parte do processo, então o que é que ele vai cuidar? Então a participação ela é importante por isso (Entrevista – CONDER 2, 2006).

O Plano de Desenvolvimento Urbano deve gerar em cada bairro, em cada porção da cidade uma discussão sobre o que se quer, que medidas efetivas vão gerar o futuro “certo”, pra que mobilize as diversas, os diversos grupos da sociedade, então, você tem lá, proprietários de imóveis, proprietários de terra, você tem lá comerciantes, você tem pessoas é, professores, a sociedade vista, não somente como os moradores, mas vista de uma forma mais ampla “certo” que ai sim você poderia, num espaço de 10, 20 anos, promover o desenvolvimento urbano. Desenvolvimento Urbano não pode ser entendido como uma coisa é ... de curto prazo “certo”. Desenvolvimento Urbano é necessariamente de longo prazo (Entrevista – CONDER 1, 2006).

As divergências de posicionamentos ocorreram também entre os discursos dos distintos grupos sociais, em relação à participação em si, mas também no que tange a aspectos específicos, como o pagamento estipulado aos moradores pela nova casa.

(...) quando a gente diz assim.. vocês tem que pagar 20% da casa, a gente está fugindo do clientelismo, do assistencialismo, por que é subsidio é, ele paga 20%, mas é uma forma de fazer com que ele sintá-se também, que ele saiba meu dinheiro tá ali, responsável ok (Entrevista – CONDER 2, 2006).

Uma das coisas que eu não concordei em Novos Alagados foi o não pagamento de uma taxa pequena, eu não concordei, é uma forma de participação, pagar 10,00 reais por mês, é uma forma de participação. Ah não, mas a pobreza, pobreza não significa inatividade, pobreza só é inatividade na cabeça de quem quer se manter no poder (Entrevista – Morador A, 2006).

E ao ser perguntado se a taxa havia sido liberada, o Morador A respondeu: *‘Eu acho que sim, ou não foi paga, por que essa foi uma das batalhas também das pessoas das associações que querem se... Tudo bem, você pode até dizer, pô ..., pô fulano, você tá muito ... crítico, mas a pobreza não significa a falta absoluta’.*

Convergências entre os discursos dos grupos também ocorreram, ressaltando a visão dos mesmos em relação ao nível de conhecimento, percepção, e porque não dizer, inteligência dos moradores de áreas pobres.

(...)E a gente fica assim surpresa é né, de ver como as pessoas reagem né, a projetos. Então ela já conhece né, uma série de conquistas que elas tiveram, questões de equipamentos né, algumas gerações de renda, algumas oportunidades que tiveram, mas já conhecem também toda a imposição da padronização, da forma como é feita é, o projeto a nível físico, do tamanho das habitações, as implicações(...) (Entrevista SEDUR 1, 2006).

(...) evidencia um dos elementos que eu fiquei realmente surpreso: como a comunidade percebe o interesse e a importância de noção integrada, ou seja, é importantíssimo realizar urbanização, entregar habitações, isso é fundamental. Mas o beneficiário percebe muito mais como benefício para teu filho ter uma escola, ter uma creche, um posto de saúde, ou seja, a possibilidade de olhar um futuro na “prospectiva” de mudança por ele mesmo e também para os filhos. E foi uma coisa que realmente ficamos é marcados por que a comunidade é muito mais consciente de que se imagina dessa intervenção (Entrevista AVSI, 2006).

Percepções e práticas da sociedade civil – entrevistas com morador, liderança comunitária e dirigente de ONG

Finalmente, passando à análise das questões levantadas pelo grupo sociedade civil, verificou-se que a percepção dos conceitos de cidadania e participação cidadã se assemelha ao referencial desta pesquisa, chegando um dos entrevistados a definir a participação cidadã de forma muito próxima como concebida aqui.

Sobre cidadania se entende substancialmente uma pessoa que é protagonista dentro contexto social, civil, do próprio futuro... do próprio desenvolvimento (Entrevista – AVSI, 2006).

Participação claramente não poderá ser um Estado que impõe uma ação, mas participação significa cada ator sensibilizado sobre seu papel, que se coloca em jogo dentro de uma parceria, finalizando um objetivo comum, cada um com a sua própria responsabilidade. Portanto participação cidadã significa por nós exatamente essa partnership, essa capacidade, essa clareza de papel de cidadão, de associações, de Estado, de atores internacionais, de se colocar conjuntamente dentro do processo que tem como objetivo melhorar as condições de vida de determinadas pessoas (Entrevista – AVSI, 2006).

Este mesmo entrevistado abordou a multiplicidade de significados que cidadania e participação podem ter.

Por que todo mundo utiliza muito essa palavra e na realidade é sempre é, não é claro entender porque é contextualizada em diversas situações, sem ninguém entender realmente a que estamos falando (Entrevista – AVSI, 2006).

Outro entrevistado coloca que a cidadania é concedida, não conquistada, e de diferentes formas, a depender do público alvo, concordando que este conceito carrega diferentes significados.

(...)tá engatinhando ainda a noção de cidadania, então é, vai precisar de muito chão ainda, pra que... primeiro a gente se reconheça enquanto gente,

porque quanto mais área pobre, mais essa noção de cidadania é dada como favor, parece que cidadania deve algum favor e... não responde as necessidades básicas ainda das pessoas, então... é muito fácil... é muito fácil dizer, que está se fazendo uma ação cidadã, mas se está nivelando pelo mínimo, sempre nivelando um pouco por baixo (Entrevista – Morador A, 2006).

Em relação à participação nas intervenções do Programa Ribeira Azul, baseado na definição de Teixeira (2001), esta se caracteriza como participação popular, ao invés de cidadã, ao analisarmos a fala de um dos entrevistados, confirmada em outra entrevista.

Por que muitas vezes a participação pode ser limitada a uma reivindicação e na nossa experiência muitas vezes acontece essa compulsão, ou seja, “uno” participa quando ele reivindica, que é um ponto que provavelmente não é completamente correto (Entrevista – AVSI, 2006).

A participação cidadã eu entendo exatamente quando esses direitos, o Governo nos roubam e a gente tenta, através de manifestações, através de abaixo assinado, através de reivindicação de uma forma organizada a buscar esse direito né (Entrevista – Liderança, 2006).

Só existe essa participação quando é de interesse dos Governantes. Quando existe interesse desse governante existe essa participação, se não fosse assim não estaria hoje na cidade de Salvador no Estado da Bahia, diversas comunidades fechando pistas pra não passar carros de uma forma de protestar, por que não estão sendo ouvidos (Entrevista – Liderança, 2006).

Mesmo assim, contraditoriamente, ao ser perguntado se havia participação cidadã nas políticas públicas de habitação popular na Bahia, a resposta do entrevistado da ONG foi afirmativa, limitada ao Programa Ribeira Azul.

(...) limitando à nossa experiência e acho que nós fazemos uma grande tentativa de garantir dentro, não na política, dentro do programa uma participação efetiva dos beneficiários (Entrevista – AVSI, 2006).

Para isso, a parceria entre Estado e associações comunitárias foi instituída, segundo este entrevistado, contribuindo para o desenvolvimento. Esta parceria permitiu o

fortalecimento das associações e lideranças, o que ocorreu em nível do programa como um todo e com foco mais localizado, por comunidade.

(...) o desenvolvimento parte do fortalecimento deste corpo associado que já existe. Na realidade esse elemento requer uma consciência por parte do Estado, que o Estado não pode impor uma política, uma ação, que portanto reconhecer que já existe um patrimônio que são essas associações. Do outro lado a associação ficou mais consciente da potencialidade dela e do fato que a associação tem que ser parceira do Estado, para poder agir dentro contexto que essa associação está atuando (Entrevista – AVSI, 2006).

Quanto ao fortalecimento das lideranças, o entrevistado que representa as lideranças não concorda com a afirmação anterior, abordando que houve cooptação de lideranças de forma a aprovar os projetos, refletindo uma participação ‘maquiada’.

(...) digamos assim, a parte é... teórica, sabe, é excelente né, a parte teórica são boas, agora a parte prática ai é que o bicho pega, ai a parte prática é na verdade não ouvir, falar... a resposta são bonitas, agora houve realmente participação do povo? Não houve, por que, por exemplo, pra formar líderes comunitários pra... né isso, aprovar os projetos deles... (Entrevista – Liderança, 2006).

(...) eu não vou dizer que a coop... cooptação de liderança seja participação cidadã, que houve cooptação de liderança lá em Alagados II e cooptação de Alagados não é participação cidadã (Entrevista – Liderança, 2006).

(...)E ai eles tentam de todas as formas é... na verdade, maquear essa participação entendeu (Entrevista – Liderança, 2006).

No momento em que a gente foi ter um encontro no Quatro Rodas, com toda aquela né, aquela situação, no momento que a gente começou a questionar ele fala épa, vocês são do Conselho Consultivo, a gente só se for necessário a gente vai consultar vocês, mas nada, você não tem participação nenhuma aqui, imagine... é isso ai, há formas, são as formas que eles tem! (Entrevista – Liderança, 2006).

A idéia de participação popular em situação de pobreza foi aventada por um dos entrevistados, colocando ser difícil manter uma posição cidadã ativa frente às emergências diárias, o que coaduna com as colocações de Benevides (1994).

(...)É difícil falar de participação popular em situação de pobreza... (é pesado isso...) por quê? Por que às vezes as pessoas estão lutando pelo básico ainda, pra se manter, acordar de manhã e ter o que comer... se você não tem o que comer de manhã, você vive numa emergência... se você não tem um trabalho, você vive na emergência... se você não tem uma escolarização básica, você vive na emergência... então, veja que vai criando uma teia de situações onde a pessoa, se não tem essa ... essas condições básicas, pra viver em sociedade, digamos assim, o protagonismo vai diminuindo... então é muito fácil falar em participação, mas é difícil enfrentar essas questões anteriores. Por exemplo, pensa você... por que a participação pressupõe que, que além do Estado, o sujeito social, ele intervenha na sociedade, logo, o sujeito social que não tem essas condições respondidas a priori, ou seja, como condições básicas, a primeira oportunidade de intervir na sociedade vai ser pra satisfazer essas necessidades não pra ... e aí ele pode fazer um trabalho social cujo fim é que ele ganhe dinheiro... (Entrevista – Morador A, 2006).

Outro ponto levantado foi a crítica ao papel das associações na atualidade. Segundo o entrevistado, as associações prestam serviços sociais, através de gerenciamento de projetos sociais, se distanciando da luta comunitária. Elas fazem o papel do Estado na prestação de necessidades básicas da comunidade como educação, reforço escolar, etc e se desvinculam da mobilização da comunidade.

(...) você vai pensar que existem associações, mas tenha cuidado, por que não é associação, então... pessoas que gerenciam Projetos Sociais, você não vai ter nenhuma associação aqui, por exemplo né, que tenha só ... Que tenha só, que tenha mobilização comunitária. Nenhuma associação mobiliza mais ninguém, por quê? Por que a associação geralmente ela agora está se restringindo a prestar serviço, ou seja, contrata pessoas nas condições mais precárias possíveis mas que são as que existem aqui dentro ou em qualquer outro lugar e prestam serviços, então cê vai ter escola, vai ter projeto, vai ter reforço, vai ter bolsa, vai ter tudo que você imaginar, mas pra... beneficiar, quer dizer... pra conferir aquilo que as pessoas não tem, nesse sentido a associação não é mais associação, ela pode ser uma gerenciadora de projetos.(...) Substituindo o Estado, o pessoal não tem mais acesso ao Estado... não tendo acesso ao Estado, tem acesso à associação, transferindo pra associação, essa, esse mecanismo que era do

Estado. O Estado sai, vai, ele vai entrar via associações e as pessoas perdem de vista de que quem deveria garantir era o Estado, então vai para garantia da associação. Como na relação beneficiário, ninguém responde o desejo total de ninguém, como a relação poderia ser de engajamento, passa a ser de cobrança, passando a ser de cobrança você dá a passividade pra as pessoas, como a resposta eu só espero... e aqui você tem.. (Entrevista – Morador A, 2006).

Dentre os entraves à participação, a luta pelo poder, vinculada a ganhos monetários, é detectada pelos entrevistados.

(...) quando tem dinheiro na jogada... quando tem dinheiro na jogada muda, muda ... a lógica de participação, de todos os lados... dinheiro e poder, é tremendo isso (Entrevista – Morador A, 2006).

(...) então é, uma exceção Novos Alagados, não sei se eles vão encontrar tantas dificuldades assim em outros lugares, ou tanta organização, ou tanta coisa... ou tanta luta pelo poder mesmo, que todo mundo quer poder pô, todo mundo quer...é a coisa mais impressionante...dinheiro, dinheiro e poder (Entrevista – Morador A, 2006).

(...) aonde tem dinheiro todo mundo tá, o Governo tá (Entrevista – Liderança, 2006).

Constatou-se ainda certo preconceito por parte de entrevistado em relação à capacidade de participação cidadã da comunidade, ao colocar que “*não se muda saber técnico por sua prática*”, o que converge com a colocação de Nunes (1999) de que a população excluída interiorizou o estigma de incapacidade e dependência. Este é um dos fatores que derrubam a idéia de participação cidadã, segundo este entrevistado, junto com a falta de transparência nos gastos e a falta de consciência dos moradores.

(...)quem é que vai mudar um Projeto de Arquitetura? quem é que vai mudar um Projeto de Urbanística? quer dizer, muito difícil.

(...) que ninguém muda o projeto urbanístico nesse sentido, que precisa de um saber técnico, que pro povo é diferente, pro povo, o saber, ele é mais, ele não é técnico, ele é prático, então você não muda o saber técnico por sua prática. Então, esse é o primeiro ponto que derruba, depois... a super... a falta de transparência nos gastos... deve ser uma coisa maluca, mas a falta de transparência me parece que... metade, alguma parte do dinheiro

vai no ralo, também a falta de consciência dos moradores, que metade dos materiais são roubados (Entrevista – Morador A, 2006).

Essa colocação da falta de saber técnico é rebatida em outra entrevista, podendo ser solucionada através da obtenção de assessoria especializada.

(...) ela não vai com o pensamento somente dela, ela busca também assessorias, que são o IAB, o CREA, né isso, e tudo mais. Então ela vai também de uma forma técnica, não somente popular (Entrevista – Liderança, 2006).

Outra colocação do entrevistado que vai de encontro à idéia de participação cidadã é a predominância de uma expectativa assistencialista por parte da comunidade. Bastos *et al* (2005) também detectou que os participantes, de um modo geral, atribuem aos atores institucionais o papel de atender as suas reivindicações e solucionar os problemas, sendo raras as opiniões que remetem a princípios de co-responsabilidade ou empoderamento.

(...) não se tem participação mais por que o vínculo é.. assistencial, eu recebo, você me dá, se você não me dá, eu ganho por outros meios (Entrevista – Morador A, 2006).

E eu imagino que em Novos Alagados foi uma troca, só que a população é, e eles não encara assim, eles querem que essa população ainda pague. Ninguém vai pagar nada, mas eles querem que pague durante 5, 6 anos entendeu, mas a gente entende que em Novos Alagados foi uma troca de casas de palafitas grande por uma casa de construção pequena, embrião, certo (Entrevista, liderança, 2006).

A participação de políticos nos processos de intervenção foi colocada por diversas vezes na fala de um dos entrevistados, o que de certa forma converge com a colocação anterior, dando indícios de que o assistencialismo está ligado ao clientelismo e ao oportunismo político.

Faz uma obra lá em Paripe o Vereador Vanete Oliveira no sei das quantas vai no município sabe que aquela obra vai ser inaugurada e diz oh, tem algum candidato lá, eu vou pra lá e vou colocar minhas faixas lá como foi que, como que eu tivesse feito (Entrevista – Liderança, 2006).

.... de repente a gente vê na cidade toda, Oliveira, um vereador que nunca teve nesses encontros colocando que é uma luta dele, tenha dó! então isso não é, entendeu? nem, nem... isso é até anti-ético. Então é com esse... esse representante que a gente tem no, no, na Câmara de Vereadores (Entrevista – Liderança, 2006).

Ainda em relação ao contexto político de atuação do Estado, a liderança aponta que a pequena votação obtida pelo candidato da situação nas eleições municipais, na área do Programa Ribeira Azul, reflete a insatisfação da população (o que pode demonstrar um incremento de conscientização política) com os projetos e obras em curso.

Então, como é que um programa dessa magnitude, um projeto tão importante de uma comunidade... de, de, de um, de pra, pra uma população tão grande como o projeto é Ribeira Azul que envolve, eu nem sei quantos, quantas pessoas, como é que um programa desse o Governo só toma pau desses locais, como é que num, nem uma áreas dessa por exemplo, o Governo não teve voto pra o, o, o Prefeito dele. O Prefeito dele perdeu uma, uma eleição que efetivamente com esse projeto ai ele ganhava né, então ele perdeu é, é, entendeu. Então, o governador em todos os locais que eles, eles vão nessas comunidades infelizmente a população não vê ele com bom olhos não é, eu tive experiência de ter visto ele aqui na comunidade no espaço do Centro Educacional da AVSI, aonde eu contei 6 pessoas da comunidade. Olha um Governador que vai numa localidade e tem 6 pessoas da, da, da população (Entrevista – Liderança, 2006).

(...) por que toda população de Salvador hoje reclama da, do Salvador não, do Estado da Bahia, por que os 500 anos do Brasil isso ficou na historia do Brasil. Por que os 500 anos do Brasil em Porto Seguro na verdade o pessoal, os índios toda a população que tava reivindicando tomou pau, quebraram todo mundo no pau, isso vai ficar na historia como ficou a questão da UFBA, do Campus da UFBA que foi invadido, um Campus que é Federal e que o Governo Estadual que não tinha não é, eles nunca eles não poderia nem entrar lá e eles invadiram, isso realmente é trágico pra gente. Fica na historia política (Entrevista – Liderança, 2006).

É ponto consensual também entre os entrevistados deste grupo social que a sustentabilidade das intervenções só acontece se a comunidade estiver engajada e participante. Caso contrário, a área volta a se degradar rapidamente, inclusive com um alto percentual de abandono das moradias pelos beneficiados e ocupação em novas áreas insalubres. Em relação a este aspecto, foi observado em uma das entrevistas que para satisfação da comunidade com os benefícios, é preciso haver mais educação ambiental, inclusive pelo aspecto cultural.

É, eu acho que sim, mas de qualquer forma eu acho que com certeza pode ter mais investimento neste setor. Mas é substancialmente uma coisa que precisa de muito tempo para uma pessoa que culturalmente se acostumou a um determinado tipo de vida. A educação ambiental é fundamental, com certeza tem...(...) Agora, é claro que uma das indicações é essa parte ambiental que provavelmente deverá ser, ter investimento maior, mas eu acho que todo aspecto realmente cultural, aspecto realmente numa mudança de um costume de uma pessoa que precisa de muito, muito mais (Entrevista – AVSI, 2006).

Ainda em relação à sustentabilidade, também neste grupo, a ela é atribuída uma das importâncias da participação.

Em primeiro lugar por que acho que a participação cidadã permite uma real é, resposta de necessidade da população. Portanto, como eu falei, a possibilidade de uma política na atuação do Estado que não seja de cima por baixo, mas que realmente nasça da resposta da necessidade. Portanto é importante sobre uma participação no planejamento para o Estado responder às reais necessidades. Dois, porque dessa forma é possível abrir um diálogo e portanto um 'parceria' efetivo que é fundamental para uma atuação. Em terceiro, por que essa participação principalmente, através das associações, cria um tecido social interno, que possa melhorar as condições de vida da população e garantir uma sustentabilidade futura do desenvolvimento nesta área que deverá continuar a ser suportado pelo Estado, mas que terá um ator próprio que são as associações que tem como motivação ideal continuar no tempo essa atividade. Portanto um elemento de sustentabilidade que acho que é muito importante dentro de algo deste tipo (Entrevista – AVSI, 2006).

Outro ponto importante levantado nas entrevistas foi que uma das grandes falhas de concepção e implementação dos programas habitacionais, inclusive do Programa Ribeira

Azul, aponta-se no fato da interação interinstitucional não ocorrer a contento, comprometendo a continuidade dos processos e sustentabilidade das intervenções. Este problema remete a uma revisão da própria política pública habitacional, a nível macro, já que a captação de recursos e implementação se dá pela esfera estadual de governo e a responsabilidade por assumir a área pós-intervenção, no nível de provimento de serviços públicos e relação dialogal com os moradores fica a cargo do poder municipal, que não se engajou no processo de intervenção na área desde o início e não assumiu de fato os encargos que lhe seriam instituídos com a saída do poder estadual da área. Este problema também foi detectado em estudo encomendado pelo Banco Mundial (PSIA), como vimos.

Portanto um pode de qualquer forma colocar que tudo aquele que são serviços voltada a pessoa cidadão no território, são muito mais inerentes a uma presença, a uma responsabilidade do Município que do Estado. O que o Estado fez no Ribeira Azul, foi um pouco além da própria responsabilidade. O que não foi feito no Ribeira Azul, que é o ponto de grande atenção do Viver Melhor II, eu acho também da política pública, que se não tem formas regulamentadas, definidas de uma real articulação institucional entre o Estado e o Município, no momento do Estado deixa o território, perde a capacidade do território de continuar com o desenvolvimento integrado (Entrevista – AVSI, 2006).

Já o entrevistado que representa as lideranças comunitárias aborda que a insatisfação com o que foi oferecido pelo Governo, de maneira autoritária, é o que compromete a sustentabilidade.

(...) então a população não aceitou, mas infelizmente foi imposta pelo Governo do Estado esse tipo de casa o que gera hoje, a protesto, da comunidade, o que gera hoje a que as famílias não conseguiram se adaptar as casas e que as pes... as famílias hoje estão vendendo essas casas. As pessoas compram uma casa, compra outra casa, compra 4 (quatro) casas pra fazer 1 (uma), destrói tudo e constrói de novo, então infelizmente é essa Comunidade Novos Alagados, ela está se perdendo né, as pessoas vendem as casas e vão pra outro lugar já que não se adaptaram ao tipo de casas que foram construídas aqui (Entrevista – Liderança, 2006).

Por outro lado, a presença da AVSI no processo foi importante para o desenvolvimento da comunidade, pela atuação diferenciada desta ONG em termos metodológicos.

Quando há esse olhar diferenciado para os moradores... e nesse sentido, a AVSI tem um trabalho importante, por que se não fosse a AVSI, isso aqui seria qualquer outro projeto que, por exemplo, não se preocuparia com os vínculos das pessoas, eles se preocuparam, você tem que continuar no espaço todo mundo junto. (...) A mudança ela é proporcionada no encontro, na relação, na diretividade do encontro, ou seja, se essas ações forem feitas com este olhar (...) (Entrevista, Morador A, 2006).

Eu tenho sérios problemas com a AVSI, tenho sérios problemas, mas no ponto de vista de moradia, de moradia, de estrutura entendeu, agora eu bato palmas pra AVSI no ponto de vista é... social, do ponto de vista de social, ela, eu bato palmas, eu, em todo lugar que falo eu acho que é um trabalho é, que ajuda a muitas e muitas crianças da, do, da, da nossa cidade, do nosso Estado, do Brasil, digamos assim, do ponto de vista social, agora do ponto de vista de construção de casas do é, é isso ai da forma de, de trabalhar com a comunidade pra aprovar esse projeto ai, eu tenho minhas criticas, nada é 100%, eu acho que eu tenho esse direito. Mas que foi um diferencial foi, que talvez sem a AVSI não tenha feito nada disso aqui (Entrevista, Liderança, 2006).

Esta ONG coloca, no entanto, que o Estado esteve presente e atuante ao seu lado e que sua função é principalmente técnica.

Portanto é interessante colocar que essa parceria Estado-AVSI, não é somente financeira, mas também uma parceria técnica, ou seja, uma equipe da nossa organização que junto de uma equipe do Estado, trabalhava conjuntamente no escritório para fazer toda essa atividade de planejamento, de acompanhamento, de encontro com a comunidade, por que o elemento também participativo foi muito forte dentro dessa intervenção (Entrevista – AVSI, 2006).

(...) no sentido que nossa função é exatamente aquela de também apoiar o Estado nessa visão estratégica, estratégica e metodológica. Portanto a função da nossa organização é substancialmente uma função técnica, ou seja, de apoiar tecnicamente o Estado, por exemplo, na elaboração de projeto de urbanização, mas principalmente na área social, portanto definir junto com o Estado, ações sociais e acho que do ponto de vista principal, definir um método de ação que respondesse a essa idéia do desenvolvimento integrado e participativo (Entrevista – AVSI, 2006).

(...) começasse um processo de 'parceria' e de co-responsabilidade. Esse fato criou confiança, colocou nexos também de amizade, criou possibilidade que esse grupo se inserisse dentro da comunidade, criou dentro da CONDER principalmente nesses anos, uma capacitação institucional e uma modificação na visão de desenvolvimento que acho muito, muito interessante, olhando todo o processo que aconteceu Entrevista – AVSI, 2006).

Posto isso e da análise do arranjo institucional do Projeto Novos Alagados, verifica-se que o Governo do Estado está afinado com o projeto de Estado mínimo, que busca passar para a sociedade civil, no caso em questão, organização não governamental AVSI, papel que a priori é seu, de incitar o desenvolvimento social através de 'equipamentos sociais' como centro de formação, creches, etc, fomentando a comunidade cívica e a cidadania ativa. Inclusive esta educação para a cidadania apresenta dificuldades ainda maiores nos locais onde não há parceria instituída com nenhuma organização não governamental, visto não estar o Estado tecnicamente preparado para esta tarefa, seja pela falta de capacidade técnica, seja pela vontade política.

Ademais, o Programa Ribeira Azul funcionou como um laboratório, conforme fala dos entrevistados do Governo e sociedade civil mais estreitamente ligados à condução do programa, contudo um laboratório diferenciado, por contar com apoio técnico, metodológico e financeiro de organismos internacionais, mas a partir dele pode-se conceber um novo modelo de intervenções, com foco mais social. Para isso, uma sistemática de monitoramento e avaliação deve estar presente, analisando os pontos positivos e negativos, numa busca de melhoria dos processos participativos e das intervenções físicas em si.

Porque o objetivo é demonstrar se realmente esta forma de atuação deu certo, (...) e o que está dando certo possa dar indicações ao Estado para

uma política, uma forma de atuar no desenvolvimento (Entrevista, AVSI, 2006).

(...) demos muita atenção ao monitoramento, ou seja, temos uma base line anterior a 2000 que vamos constantemente a compará-la com outros momentos de avaliação (Entrevista, AVSI, 2006).

No grupo sociedade civil, pode-se verificar que a percepção dos posicionamentos da ONG se assemelham ao do Governo. Mesmo assim, ela distingue pontos negativos na participação e na condução das políticas públicas, com certa dúvida em relação ao Governo, da importância da participação nos processos de intervenção.

Bom, por parte acho que do Estado é que, como eu falei, acho que para ter esta visão, ou seja, esta coragem, precisa participar, eu acho de uma experiência que convença o Estado que funcione ou seja, o que eu vivenciei esses anos de quando começamos a falar de trabalhar no desenvolvimento através de uma ação obviamente participativa, de uma ação que voltada a fortalecer as pessoas, cidadãos, as associações, que lançamos essa iniciativa junto com o Estado, por que não é uma iniciativa da AVSI, é uma iniciativa do Estado, encontramos uma certa desconfiança ou seja, bom, vai levar o que isso, o que, mas... (Entrevista, AVSI, 2006).

Segundo ponto que acho como preocupação é, conteúdo também voltado a esclarecer melhor qual é o papel do Estado e da sociedade civil e das pessoas, em processo de desenvolvimento. E eu percebo muitas vezes que não é claro isso, seja para o Estado, mas não tô falando no contexto da Bahia, mas no geral, no Estado, no que acontece no Brasil e da sociedade civil que muitas vezes não entende exatamente qual é a função dela, que muitas vezes esta função é resumida ou limitada a uma função de reivindicação e não de uma parceria real, reivindicando que é correto, mas dentro da forma de se jogar dentro disso, e não ficar de lado somente reivindicando (Entrevista, AVSI, 2006).

Os outros entrevistados deste grupo não enxergam a intervenção, nem a atuação do Governo de maneira tão favorável como a ONG. As críticas partem principalmente da liderança comunitária, também em relação à atuação da ONG, apesar de em outro trecho da entrevista reconhecer que a presença da AVSI fez diferença no processo, em termos de projetos sociais.

(...) quer dizer, o Governo do Estado deu como concluído, sem ter concluído na verdade e já que o Banco Mundial já estava repassando o recurso pra o Alagados II, então o Governo do Estado priorizou na verdade o Alagados II, abandonando os Alagados I, esquecendo e deixando o Projeto de Alagados I, sem ter realmente terminado (Entrevista, Liderança, 2006).

Então, esse, essa intervenção no Projeto 2ª etapa de Novos Alagados só contribuiu para fortalecer o patrimônio deles né, da ONG italiana que tá aqui (Entrevista, Liderança, 2006).

Ganhouuu, ganhouuu, prêmios pra caramba esse projeto, a nível do mundo né, Istambul e por ai vai, ganhou muita coisa, mas aqui oh, eu tenho uma coisa aqui, por que aqui é uma coisa atual, isso aqui é uma, é foi em 2004, que o pessoal fez essa manifestação que fechou a pista e agora o pessoal tá querendo fechar de novo, por que a situação lá é dramática dessa rua (Entrevista, Liderança, 2006) (se referindo à Rua Senhor do Bonfim, que desde 2004 apresenta problemas de retorno dos esgotos devido ao mesmo estar ligado à rede de drenagem, solução dada pelos moradores por insatisfação com a rede condominial instalada).

Os entrevistados deste grupo social apresentam ainda similaridade de percepções em relação aos do grupo Estado, no que tange às mudanças decorrentes da participação nos processos, que apesar da complexidade, pelos conflitos de interesse existentes, vão desde desenvolvimento da comunidade a mudanças nos projetos e práticas.

Graças às discussões algumas coisas foram mudadas, tamanho de casas é... é, espaços, como as casas seriam construídas, aqui isoladas, se conjuntas, quer dizer, essas coisas todas foram resolvidas, resolvidas entre aspas. É. E a relação foi conflituosíssima, por que na verdade em tudo tem o jogo de interesse. A cabeça romântica da gente às vezes pensa que não, que quem mora na favela não tem interesses, tem interesses pesados no sentido de que é o poder que tá entrando (Entrevista – Morador A, 2006).

Por sua vez, os fatores que propiciariam uma maior participação, segundo entrevistados, são uma maior distribuição de renda, convencimento do Estado da importância da participação nas políticas públicas, maior ênfase aos grupos organizados, encontros itinerantes, indo mais próximo à comunidade.

Tem que ter distribuição de renda. (...) Então, primeira coisa, acho que a renda é fundamental, você não pode falar de nada, se você falar com pessoas que ainda não tem um nível mínimo de sobrevivência e depois condições de protagonismo social... (...) distribuição de renda, qualidade de vida e depois, é, favorecer que essas pessoas saiam dessa pa... dessa pa... dessa passividade (...) a participação é dada por essa.. dependência que... que é uma dependência, estrutural, a pessoa não tem por onde, então é muito difícil falar de participação popular, de participação cidadã, num país que não avançou. É... é louco, como a gente não respondeu ainda aos 2% do que é direito humano, do que é cidadania (...) (Entrevista, Morador A, 2006).

Eu acho que deveria se começar das políticas públicas onde esta visão de responsabilidade do Estado, de importância da sociedade civil, do cidadão sejam mais explicitados e levado às políticas públicas, ou seja, se realmente uma experiência, outra experiência indica que esse é o processo que deu certo, o Estado deverá ter força e coragem de criar políticas que permita isso de forma mais ampla. Portanto eu acho que precisa por um lado que o Estado através de experiências chamado pilotos, que pode ser também experiência de Novos Alagados e Ribeira Azul, possa partindo dessa experiência, reconhecer que esta forma de atuação de participação cidadã é realmente uma forma para contribuir no desenvolvimento. E portanto ter coragem para investir na política pública (Entrevista, AVSI, 2006).

O componente de controle social na participação cidadã, mais uma vez foi tido como inexistente, pela falta de transparência e diálogo por parte do Governo.

(...) a comunidade solicita, pede como é que tá esse recurso, eles não dão, a comunidade vai no Ministério Público, dá queixa e entra com mandat... com, um, um, um pedido ao Ministério Público e ai eles mandam um caminhão de material. Não é isso que a população pediu, a população pediu sobre, por exemplo, Novos Alagados I, aquele ali, então pra eles complicar a situação eles pegam e manda um caminhão falando dos 500 anos do Brasil em Porto Seguro (Entrevista, Liderança, 2006).

De maneira similar, a continuidade dos processos fica comprometida, segundo entrevistado, pela dificuldade de diálogo pós-intervenção.

Então, eles não deixam o local fixo de Escritório nessa localidade (Entrevista, Liderança, 2006).

Não existem mais reuniões por que veja bem, é como eu falei, Alagados I. Alagados principalmente Alagados I, o Governo fez um ofício dizendo que

foi entregue ao município por que já estava terminado, sem terminar, entendeu como é que é. Então é quando existe um problema aqui a população tem que se dirigir em Naranjiba, como por exemplo é... dessas 20 (vinte) casas que caíram (Entrevista, Liderança, 2006).

Por fim, as ações e programas sociais, apesar de não abrangerem ao universo populacional beneficiado pela intervenção urbanística, foram consideradas como benéficas pelos entrevistados de ambos os grupos, por contribuir, mesmo que com amplitude reduzida, para o desenvolvimento da comunidade. Este foi o desafio do Programa Ribeira Azul, segundo ONG italiana, dar o salto de escala de pontual para territorial.

Portanto, é verdade que Novos Alagados atuou ainda com ações pontuais. Mas acho que não existia outra solução, por que era uma área pontual. Qual foi o salto, o salto foi de Novos Alagados para Ribeira Azul, onde não era mais uma ação pontual, mas uma ação territorial. Portanto todo o desafio do Ribeira Azul foi exatamente o salto de escala de pontual para territorial, que engloba exatamente uma visão de planejamento não mais pontual, mas territorial (Entrevista, AVSI, 2006).

Eu diria o seguinte que pequenas amplitudes reduzidas “certo” de programas, é... programas sociais, “certo”, ela não deve ser medida de per si, mas na medida em que ela se articula a uma outra ... outra iniciativa, o que quero dizer; eu quero dizer que, numa comunidade, você pode ter o benefício do Bolsa Família, o benefício do Agente Comunitário de Saúde, o benefício do Programa Minha Sopa, benefício do Programa Nordeste ... é, Viva Nordeste e eu tô colocando propositalmente Programas Federais, Estaduais e Municipais. Esta soma, de iniciativa de Programas Sociais de amplitude reduzida, lhe dá uma enorme rede de Proteção Social, então isso significa realmente um incremento de renda, um incremento de qualidade de vida, um incremento mesmo na vida do cidadão, então a gente nunca deve pensar que ... esses programas de amplitude reduzida na realidade eles se somam, é como se fossem nós de uma rede (Entrevista, CONDER 1, 2006).

Assim deu para perceber, pela fala destes segmentos, que as políticas públicas de habitação popular na Bahia encontram-se vinculadas às exigências dos organismos financiadores internacionais, e suas práticas participativas ocorrem muito mais para atender às obrigações contratuais decorrentes destas parcerias, do que a um anseio real por parte do

Governo em instituir um projeto democratizante participativo, como concebido por Dagnino. A lógica política que conduz as ações para habitação popular associa-se aos interesses econômicos de cunho neoliberal, isentando o Estado de obrigações sociais que lhe são inerentes, instituindo uma cultura que valoriza ganhos monetários acima de quaisquer outros ganhos, buscando inserir o local no contexto globalizado, através do empreendedorismo urbano, definido por Leal e Fernandes e da trama produtiva citada por Fisher.

Para lograr tal intento, ao falar em participação, entendida neste trabalho como envolvendo uma decisão política, uma decisão de influir no poder e exercer a cidadania, o poder local exercido pelo Governo conservador aparece mascarado para disfarçar sua presença, sob a forma do assistencialismo, paternalismo, do autoritarismo disfarçado e do tecnicismo. Isto ocorre ao não se atacar os problemas estruturais, se fixando em medidas paliativas, dadas como favor às comunidades, e evitando que elas desenvolvam um senso crítico frente aos problemas. A população não é levada a lutar por melhorias amplas de qualidade de vida, numa perspectiva coletiva, exigindo seus direitos de forma cidadã, mas a debater apenas suas necessidades imediatas, numa perspectiva de quem pede aos ‘donos do poder’ uma atenção para estas necessidades e em territórios delimitados. Ao mesmo tempo, o autoritarismo se disfarça ao acusar quem tenta exercer a cidadania de reivindicador, insatisfeito, que atrapalha o processo e ao impor limites à participação, como detectado a partir das falas dos entrevistados. Não são instituídos espaços nos quais o diálogo e a reflexão sejam praticados, com compartilhamento de poder entre Estado e sociedade, não obstante a retórica participativa bem elaborada nas fontes oficiais.

Os interesses econômicos não conduzem apenas a atuação do Estado nestes processos estudados, mas também da sociedade civil, através das associações comunitárias ou

organizações não-governamentais, fato alertado por Dagnino e confirmado pela análise dos dados coletados. A cultura política dominante não estimula o agir coletivo, nem a busca de uma conscientização política, por parte de nenhum dos atores. Como Coloca Santos Junior, as parcerias instituídas buscam favorecer as prioridades, objetivos e valores dos envolvidos. Como a sociedade civil não se organiza enquanto sociedade civil, a cidadania não se solidifica e suas exigências não são inscritas. Este comportamento pode ser atribuído ao cenário de exclusão social exposto por Benevides, que conduz as pessoas a priorizarem sua sobrevivência e relegarem a atuação política participativa a um plano secundário em suas vidas, associado ao descaso do Governo em relação à educação política da população baiana e mesmo pelo histórico de autoritarismo a que esteve submetida esta população.

Outro fator observado nas políticas estudadas foi a fragmentação de esforços, pela articulação deficiente entre as instituições e seus programas e projetos, aliado a uma avaliação deficiente de processos, resultados e impactos. É inegável, contudo, o avanço que já vem acontecendo nas intervenções urbanísticas e habitacionais em áreas de baixa renda na Bahia, em termos de participação popular, apesar de muito ainda ter que ser feito para se alcançar uma participação cidadã. Esta mudança de conduta de um autoritarismo explícito para uma participação fingida, como colocado por um dos gestores governamentais entrevistados, se deve exatamente à necessidade de alinhamento à ideologia dos organismos financiadores.

Especificamente em relação à intervenção urbanística e ambiental em Novos Alagados II, apesar dos muitos elementos diferenciadores em relação às demais intervenções objeto das políticas públicas de habitação popular na Bahia, pelo engajamento da comunidade, pelo suporte técnico metodológico fornecido pela AVSI, pela quantidade de instituições ‘de peso’ envolvidas, e mesmo por servir de projeto piloto e modelo para as

demais intervenções, nesta intervenção também não foi praticada a participação cidadã, mas uma participação que atendesse aos modelos exigidos pelas instituições internacionais e acalmasse a população à medida que a ela eram concedidas a execução de alguns pleitos.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

A favela, desde o final dos anos 1970, passa a ser reconhecida como algo concreto dentro do contexto urbano, e ao invés da prática de remoção destes assentamentos informais, passa-se à idéia de melhorar as condições dos mesmos, como coloca Novara. O novo Estatuto da Cidade (lei 10.257/2001) vem reafirmar este direito de morar, que parte do reconhecimento das favelas como parte integrante das cidades. Contudo, a simples urbanização das favelas não se mostrou uma prática eficaz, pois muitas vezes a urbanização não acontece de acordo com os anseios da comunidade, nem com a sua participação ativa, comprometendo a sustentabilidade da mesma e reduzindo a cidadania a uma concessão de direitos, de qualidade questionável, por parte do Estado.

Ao longo do tempo, as práticas intervencionistas que conduzem as requalificações urbanas nas comunidades carentes trazem consigo resquícios de autoritarismo, patrimonialismo e clientelismo. A participação da comunidade, quando acontece, na maioria das vezes se restringe a dar a conhecer à comunidade as soluções já pensadas, desenvolvidas e em vias de implantação pelos setores governamentais, apenas pela necessidade legal de obtenção de seu consentimento, haja vista os processos participativos poderem servir a diferentes estratégias políticas, como abordaram os diversos autores citados nesta pesquisa.

No entanto, ainda que de maneira incipiente, a comunidade começa a ser enxergada enquanto ente que merece respeito, que possui opinião própria e que muito pode contribuir nas soluções para seus problemas diários.

Ademais, como a cidadania no Brasil ainda é um processo em construção, a dimensão do controle social presente na participação cidadã também não é encontrada, nem nos mecanismos de prestação de contas, sequer na responsabilização dos agentes políticos, de acordo com as leis e padrões éticos vigentes, pelos atos praticados em nome do povo. O comportamento dos políticos, associados com os inúmeros escândalos relacionados à corrupção e falta de ética, tem contribuído para desacreditar o sistema político de representação, o que alia-se ao cenário de desigualdade imperante e causa uma apatia generalizada, afastando a sociedade civil do seu dever político enquanto cidadão.

Como a participação cidadã deve funcionar como um complemento à democracia representativa, e não uma alternativa a ela, o controle social precisa ser eficaz, segundo Teixeira. Este é o desafio que se apresenta: articular os mecanismos de representação, baseados no princípio da maioria, e os de participação, sem tendência ao particularismo de interesses.

No que tange às políticas públicas estaduais para habitação popular na Bahia, a participação da comunidade ainda não se configura como participação cidadã, baseado na prática concreta e nos discursos dos atores (mesmo que nos documentos oficiais este discurso se assemelhe à participação cidadã). Não há interesse real do setor público na transformação social, muito menos no exercício da cidadania. O processo ainda é conduzido de forma

conservadora, aliada a uma abordagem comunitária inadequada (no sentido de que não se ouviu os anseios da comunidade, além da linguagem e metodologia utilizada para mobilizar as pessoas não lograr este intento), ao desajuste temporal entre mobilização comunitária, projeto e obras e a uma fraca cultura política da população. Considerando a urgência, a complexidade e até a gravidade de algumas intervenções, estas não permitem ampliação dos espaços de participação.

A participação que ocorre nas políticas públicas habitacionais de baixa renda no Estado da Bahia, particularmente no Programa Viver Melhor, apresenta-se muito mais como participação popular que como participação cidadã. Quando se incorpora a dimensão cívica na análise, busca-se verificar o quanto esta participação também assume deveres e responsabilidades, numa dimensão de solidariedade e universalidade, indo além dos particularismos e corporativismos e da própria condição sócio-econômica dos participantes.

Nas políticas em estudo, de maneira ampla, a participação apresenta-se ainda bastante territorializada, sem envolvimento dos vários setores da sociedade civil: atêm-se aos grupos sociais que serão favorecidos pelas intervenções. Este fator muito favorece aos interesses dominantes que conduzem estas políticas, sejam governos ou organismos internacionais, já que a manipulação ideológica destes segmentos populares, pela falta de cultura política imperante, conforme coloca Nunes, é facilitada e desta forma obtêm-se legitimidade para os projetos e políticas. Por parte do Governo, as resistências à participação cidadã são ainda maiores, pois o grupo hegemônico não quer perder, sequer ratear, poder. Esta resistência talvez explique a dimensão de controle social ausente nestas políticas.

As entidades que representam o governo mantêm uma prática bem sintonizada com o “projeto neoliberal” e exigências dos organismos financiadores, e utilizando-se de representantes da comunidade e às vezes organizações não-governamentais, que teoricamente representam a sociedade civil, manipulam os processos participativos e os conduzem de forma que esta ideologia se estabeleça. Esta prática demonstra que na tentativa de manutenção e perpetuação dos interesses dominantes, muitas vezes estes podem estar camuflados, travestidos ou até mesmo inseridos em discursos ou ideologias antagônicas. Isto demonstra a similaridade entre o referencial exposto e a realidade estudada.

Cabe aqui um parêntesis no sentido de colocar que as exigências dos organismos financiadores apresentam aspectos positivos, benéficos, especialmente no que tange à participação, pois mesmo que não sejam executadas a contento, forçam os atores do processo a atentar para esta problemática. A lógica da política local, no entanto, ainda se mantém conservadora, tradicional, tentando resistir a certos ímpetus modernizantes. De qualquer forma as ações desses organismos em si dão um passo a frente em relação à realidade anterior existente na Bahia ao forçarem o poder político local a se acomodar a um novo padrão de relações políticas. A necessidade de se engajar na ‘modernidade’ foi um dos principais fatores a forçar o Governo conservador a mudar a prática extremamente autoritária com que conduzia as intervenções urbanísticas para populações de baixa renda, introduzindo a participação na pauta destas políticas habitacionais.

Na Bahia, não há inversão de prioridades nos gastos do Governo, baseado em diálogo com a população. Os dirigentes decidem onde e como investir os recursos disponíveis. Deste modo, os investimentos em infra-estrutura básica e em habitação acontecem como resposta à precariedade de condições de vida de grande parte da população e

não como tentativa de construção da cidadania nas áreas pobres da cidade, apesar das obras interferirem no cotidiano dos moradores, promovendo melhorias em suas condições de vida, sendo momentos potenciais de participação ativa da população.

Outro fator a ser destacado é que com o envolvimento da população a ser beneficiada obtêm-se inclusive redução de custos nos processos, com as parcerias e mutirões instituídos. Só que neste caso as parcerias são efetuadas para resolver os problemas dos próprios moradores, com uso de sua força de trabalho, sem outros retornos, como isenções fiscais, etc, a não ser o benefício direto decorrente da ação executada por eles.

A comunidade, por sua vez, ainda não aprendeu a praticar a cidadania ativa, seja pelo histórico sócio-cultural, pelo grau incipiente de organização cívica e cultura política da sociedade baiana, que dificulta a criação e amadurecimento dos canais de participação, pela dificuldade de diálogo com os técnicos, ou mesmo por indiferença ou priorização da sobrevivência frente ao exercício da cidadania, aliado ao fato de que a riqueza destas experiências depende de sua dinâmica de funcionamento: se as experiências não são verdadeiramente democratizantes e participativas, a apreensão desta prática pelos participantes não ocorre a contento.

Por estes motivos, apesar de ter sido verificado uma forte dimensão expressivo-simbólica nas ações coletivas dos últimos anos, com lógica de solidariedade e integração, distinta da lógica eleitoral, competitiva, de acumulação, como afirma Teixeira, nas políticas em estudo esta dimensão não foi observada, pois a população encontra dificuldades culturais no agir coletivo. Além disso, os mecanismos participativos existentes se resumem aos institucionalizados e as associações, que poderiam ter um papel relevante de força

aglutinadora e motivadora, muitas vezes se envolvem na lógica própria do poder, na racionalidade técnico-burocrática e se desvirtuam do compromisso com a cidadania.

Há que haver ainda um novo posicionamento por parte dos técnicos, sendo importante uma conscientização dos agentes envolvidos, com treinamento que desenvolva uma nova postura, mais voltada ao ouvir, instituindo novas formas de motivação e responsabilização. Evidentemente isto passa por uma profunda reformulação dos organismos do setor público que, obviamente, estão associados às estruturas de poder vigentes.

Não se pode estabelecer com exatidão a forma que melhor funciona a participação cidadã, pois o desenvolvimento social de cada local é diferente e reage de acordo com a própria realidade. Logo, a concepção ideal não se refere necessariamente aos mecanismos de funcionamento, mas sim ao processo de construção desta participação, que deve contar com uma cidadania ativa dos membros da comunidade, uma postura que permita a maior acessibilidade e flexibilidade por parte dos órgãos governamentais, respeito mútuo entre os agentes sociais e uma atitude reflexiva e analítica do processo. Assim, quando se pensa em participação cidadã, se pensa no processo de construção da mesma adequada às especificidades locais.

Com a valorização do patrimônio de vida de cada indivíduo, suas histórias e relações, ajudando a pessoa a entender o seu próprio valor, sua dignidade, e sua importância na apropriação de um espaço coletivo, desenvolve-se uma responsabilidade. E a partir dessa responsabilidade cada um pode gerir seu espaço físico e se portar de maneira participativa. Então a base da participação cidadã tem que ser o respeito ao cidadão, confiança, integração, numa via de mão dupla onde ganhem todos os lados, de forma equilibrada (Estado, sociedade

e mercado), não perdendo o foco de qual a pertinência dos métodos participativos que serão aplicados e para que tipo de decisão mais se adequará no processo de deliberação política local.

As práticas de participação cidadã nas políticas públicas de habitação popular devem ser vistas como experimentos processuais que precisam ser avaliados e amadurecidos do ponto de vista político, e que apesar dos estrangulamentos estruturais a que estão sujeitos, pela conjuntura sócio-econômica do Estado e do país, funcionam como referência para se repensar a conduta política atuante e suscitar um projeto de democracia com maior inclusão social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARRETCHE, MARTA, *Políticas sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 14, nº 40, São Paulo, jun. 1999
- _____. *Dossiê Agenda de Pesquisa em Políticas Públicas*, Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 18, nº 51, 2003
- ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de, *Nossas Cidades: Desafios Habitacionais*. São Luis: 61^a Semana Oficial de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, Painel n. 3, 2004
- BARDIN, L. , *Análise de conteúdo*, Madrid: Ediciones akal, 1977
- BAUER, Martin W. *Análise de conteúdo clássica: uma revisão*. Em: Em: Bauer, M.W. e Gaskell, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Tradução: Pedrinho a. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, 189-217.
- BAHIA 2003/2004, *Viver Melhor, uma prática de sucesso*, p. 60-67
- BANCO MUNDIAL, *Relatório sobre o desenvolvimento no mundo 1999-2000, 2000*
- _____. *Desenvolvimento Urbano Integrado: A experiência do Programa Ribeira Azul, Salvador – Bahia, Análise do Impacto Social e sobre a Pobreza*, maio 2005
- BASTOS, Ana Cecília (org) et al, *Análise de um Programa de Desenvolvimento Urbano Integrado, na perspectiva de seus Beneficiários, através de uma Abordagem Qualitativa*, 2005
- BENEVIDES, Maria Vitória, *Democracia e Cidadania*. Polis, São Paulo, n. 14, p. 11-19, 1994a
- _____. *Cidadania e Democracia*. Revista Lua Nova 33 – 194. Publicação ANPOCS. São Paulo: 1994b
- BENEVIDES, Maria Vitória, VANNUCHI, Paulo; KERCHE, Fábio (orgs). *Reforma Política e Cidadania*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2003
- BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado, 1988
- BROSE, Marcus (org), *Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos*. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001, 312 p.
- CARVALHO, Maria do Carmo A. A. *Participação Social no Brasil Hoje*, São Paulo, Polis, Assessoria, Formação e Estudos em políticas Sociais, 1998, 60 p.
- CASTRO, Rocío, *Gênero e Participação Cidadã para o Desenvolvimento Local: os Conselhos Municipais de Salvador - Bahia*. Revista Organizações & Sociedade. Salvador, v.6, n.16, set/dez 1999
- CONDERa, *Planejamento Estratégico 2004-2007*, Salvador: CONDER
- CONDERb, *Novos Alagados, publicação oficial (revista)*, Salvador: CONDER, 24 p. il.
- CONDERc, Programa de Redução da Pobreza Urbana na área do Ribeira Azul. *Projeto de Apoio Técnico e Social*. Bahia, 2006. Disponível em: <<http://www.conder.ba.gov.br/ribeira.htm>>.
- CONDERd, *Plano de Reassentamento Involuntário de Alagados VI – versão preliminar*, Salvador: CONDER
- CONDERe, Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia. Disponível em: <http://www.conder.ba.gov.br>.
- CONDERf, *Plano de Desenvolvimento Social e Ambiental do Programa Ribeira Azul*, Salvador: CONDER
- CONDER, *Projeto Metropolitano: investimentos Urbanos na Região Metropolitana de Salvador*, Salvador: CONDER, 1998, 60p. il.
- _____. *Projeto Novos Alagados – 2 etapa: Plano de Ação Social e Educação Ambiental*, Salvador: CONDER, novembro 1999

- _____. *Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU*: Salvador:CONDER, 2002, v.1
- _____. *30 Anos de Desenvolvimento*, publicação oficial (livro), Salvador: CONDER, julho 2004, 150 p. il.
- _____. *Projeto Alagados VI, Plano de Reassentamento*, Salvador, 2006
- DAGNINO, Evelina (org), *Anos 90: Política e Sociedade no Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994, 172 p.
- _____. (org), *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. São Paulo: Paz e Terra, 2002, 364 p.
- _____. *Sociedade Civil, Participação e Cidadania: de que estamos falando?* In: Daniel Mato (coord), *Política de cidadania y sociedad civil en tiempos de globalización*. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004, p. 95-110.
- FERNANDES, Antonio S. A., *A Trajetória de Democratização da Gestão Municipal em Recife e Salvador: Escolhas Políticas e Processo Decisório*, Revista O&S, Salvador: EAUFBA, v. 10, n. 27, maio/agosto 2003, p.141-160
- _____. *Gestão Municipal e Participação Social no Brasil – a trajetória de Recife e Salvador (1986-2000)*. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2004a, 236 p.
- _____. *Agenda Internacional de Gestão Urbana e o Caso do Programa Ribeira Azul*, In: *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, FGV, vol. 9, n. 39, jun. 2004b
- _____. *A Democratização da Gestão Urbana no Brasil – Teoria e Empíria*, In: ANPUR, mai. 2005, Salvador. Anais eletrônicos...Salvador, UFBA, 2005.
- FILHO, Geraldo Browne Ribeiro. *O Banco Mundial e as estratégias de desenvolvimento institucional para as cidades: primeiro, idéias, depois dinheiro* In: CD Anais do XI Encontro Nacional da ANPUR. Salvador, 23 a 27 de maio/ 2005.
- FISCHER, Tania (org.), *Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais: marcos teóricos e avaliação*, Salvador, BA: Casa da Qualidade, 2002. 344 p.
- FONT, Joan (org) *Ciudadanos y decisiones públicas*. Barcelona: Ariel Ciência Política, 2001
- FREITAS, H. & JANISSEK, R., *Análise Léxica e Análise de Conteúdo: Técnicas complementares, seqüenciais e recorrentes para exploração de dados qualitativos*, Porto Alegre: Sphinx: Editora Sagra Luzzatto, 2000, 176 p.
- FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. *Centro de Estudos Políticos e Sociais. Déficit Habitacional no Brasil*. BH: 2004
- FURTADO, Celso. *A habitação*. Revista Estudos Avançados USP, São Paulo, volume 17, n. 48, maio/agosto/2003
- GASKELL, G. *Entrevistas Individuais e Grupais*. Em: Bauer, M.W. e Gaskell, G. Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som. Um manual prático. Tradução: Pedrinho a. Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002, 64-89.
- GOHN, Maria da Glória, *Teoria dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*, Edições Loyola, São Paulo, 1997
- IBAM - *Experiências Inovadoras Em Serviços Urbanos*, 2006, In: www.ibam.org.br/urbanos/assunto3/blt2_4.htm
- JACOBI, Pedro; PINHO, José Antonio (orgs.), *Inovação no Campo da Gestão Pública Local: Novos Desafios, Novos Patamares*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, 204 p.
- LEAL, Suely. *Fetichismo da Participação Popular: novas práticas de planejamento, gestão e governança democrática no Recife*. Recife: Editora do Autor, 2003
- LUBISCO, Nídia ; VIEIRA, Sonia. *Manual de Estilo acadêmico: monografias, dissertações e teses*, 2 ed.- Salvador:EDUFBA, 2003, 145 p.;il.
- MARICATO, Ermínia. *Habitação e Cidade*. Série Espaço & Debate. 3. Ed, São Paulo: Atual Editora, 1997
- _____. *Metrópole, legislação e desigualdade*. Revista Estudos Avançados, volume 17, número 48, maio/agosto 2003

- MILANI, Carlos. *Como Articular o Capital e o Social? Teorias sobre o Capital Social e Implicações para o desenvolvimento Local*. IN: Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador. Anais do Colóquio Internacional sobre Poder Local, 2003
- MINAYO, M. C. de S. *O Desafio do Conhecimento*, São Paulo-Rio de Janeiro: Hucitec-Abrasco, 1996, 4ª edição, 269 p.
- NOVARA, Enrico. *Promover os talentos para reduzir a pobreza*. Revista Estudos Avançados, volume 17, número 48, maio/agosto 2003.
- _____. *A favela como patrimônio da comunidade*. Revista Estudos Avançados
- NUNES, Débora, *Por uma Pedagogia da Participação Popular*. Revista Organizações & Sociedade. Salvador, v.6, n.16, set/dez 1999
- PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. *Uma Resposta Estratégica aos Desafios do Capitalismo Global e da Democracia*. In: Balanço da Reforma do Estado no Brasil – A Nova Gestão Pública. Ministério do planejamento, Orçamento e Gestão – Coleção Gestão Pública, Volume II, Brasília, 2002
- PERISSINOTO, Renato e FUKS, Mario (org), *Democracia: teoria e prática*. Rio de Janeiro: relume Dumará e Curitiba: Fundação Araucária, 2002, 306 p.
- PINHOA, José A. G. de, *Poliarquia à Brasileira: crítica à teoria a partir de algumas evidências empíricas*, NPGA / EA - UFBA
- PINHO, José A. G. de, *Inovação na gestão municipal no Brasil: a voz dos gestores municipais*, In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, FGV, n. 35, fev. 2004
- _____. *Inovação em contexto de múltiplas adversidades: o caso de Vitória da Conquista – Bahia*, In: Inovação no Campo da Gestão Pública Local, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p. 185-204
- PINHO, J. A. G. de, SANTANA, M. W., CERQUEIRA, S. M. B., *Gestão Pública em Busca de Cidadania: experiências de inovação em Salvador*, In: Cadernos Gestão Pública e Cidadania, FGV, vol. 5, jun. 1997
- PIRES, Valdemir, *Orçamento Participativo: o que é, para que serve, como se faz*. Editora Manole, 2000
- QUIVY, Raymond e CAMPENHOUDT, LucVan, *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva Publicações Ltda, 1998, 282 p.
- SANTOS, José Eduardo F., *Novos Alagados: histórias do povo e do lugar*, Bauru, SP: EDUSC, 2005, 414 p.
- SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. *Democracia e Governo Local: Dilemas e Reforma Municipal no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan: FASE: 2001. Parte I, p. 29 a 119.
- SANTOS, CONDER Ildo, et al, *Políticas Públicas Baianas: Análises e Perspectivas*, Salvador: Editora Universitária Americana, 1991, 2ª edição.
- SEDUR, *Relatório de Governo – ano 2004*, Salvador, 2005
- STAKE, Robert E., *Case Studies*, In: Denzin, N. & Lincoln, Y. (eds.) Handbook of Qualitative Research, second Edition. London:Sage Publications Inc., 2000, 435-453
- TEIXEIRA, Elenaldo, *O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã*. São Paulo: Cortez Editora, salvador: UFBA, Recife: Equip, 2001, 224 p.
- TENÓRIO, F. G. e da COSTA, F. L. (coords), *Bases Conceituais e metodológicas para o estudo da participação cidadã na gestão pública: entre práticas e representações sociais*, Projeto de Pesquisa, FGV, Rio de Janeiro, 1998
- YIN, Robert K, *Estudo de Caso – Planejamento e Método*, 2 ed., Porto Alegre: Bookman, 2001, p. 19-77

APÊNDICES

| | |
|--|------------|
| Apêndice A – Sistema de Codificação – dados secundários | 106 |
| Apêndice B – Sistema de Codificação por entrevistado | 107 |
| Apêndice C – Sistema de Codificação por grupo social | 113 |

Apêndice 1: SISTEMA DE CODIFICAÇÃO – Dados secundários

| Categorias de análise | DADOS / Fonte de pesquisa |
|-----------------------------------|---|
| Definição cidadania | Cliente/cidadão (CONDERa); direito a espaço urbano digno (CONDERb); direito acesso à cidade formal (CONDER, 1999); acesso a informações (CONDERc) |
| Definição participação cidadã | Participação comunitária (PDDU, 2002), moradores como agentes das mudanças sociais (PAS) |
| Visão de concessão ou conquista | A noção de cidadania é dada como se para os pobres qualquer coisa servisse (SANTOS, 2005, p. 206) Combate a pobreza, criminalidade e poluição (PDDU, 2002); Permanência da comunidade no local (SEDUR, 2005); fortalecimento capacidade institucional governos (PATs); governo não é o único provedor dos serviços (PATs); para estimular cooperação, foram fornecidos incentivos às associações (PSIA) |
| Principais políticas | Viver Melhor (CONDERc); site; publicações; SEDUR, 2005) |
| Principais práticas | Parcerias (PDDU, 2002); Casa Viver Melhor (SEDUR, 2005); reuniões (PAS); opções de atendimento; boas práticas (CONDERd); escritório de campo (PSIA) |
| Contexto político atuação Estado | Pobreza como algo a ser remediado, jamais resolvido (SANTOS, 2005, p. 206) Participativo (CONDERb), Estado provedor (PSIA) |
| Mudanças decorrentes | Desenvolvimento social sustentável, melhoria qualidade vida (SEDUR, 2005) |
| Entraves às práticas | Necessidade de conhecer mais a fundo problemas da comunidade (SANTOS, 2005, p. 212); falta de articulação interinstitucional (PSIA); conflitos inerentes (atas) |
| Melhorias desejáveis às práticas | Processos de auto-gestão e co-gestão; soluções não convencionais (PDDU, 2002); canal de participação transparente e acessível (CONDERd); aumento oferta programas sociais (PSIA) |
| Indutor da prática | Organismos financiadores (PATs, CONDER, N. Alagados), comunidade (CONDERb) |
| Nível satisfação c/ participação | Bom (SEDUR,2005; CONDERb) |
| Interesse população em participar | Ótimo (CONDERb; atas) |
| Continuidade processos | Avaliação impactos sócio-culturais (PDDU, 2002); importante ter fontes recursos variadas (PSIA) |
| Mecanismos controle social | Previstos (PDDU, 2002); não aceitar politicagem (atas) |
| Importância participação | Sustentabilidade (PDSA; PSA), cidadania (PDSA) |

Apêndice 2: SISTEMA DE CODIFICAÇÃO - por entrevistado

| Categorias de análise | Entrevistado: CONDER 1 |
|-----------------------------------|---|
| | Perfil entrevistado: CONDER – Programa Viver Melhor II – Coordenadora grupo trabalho |
| Definição cidadania | Direito de ser cidadão, ter todos direitos constitucionais respeitados na vida cidadã, inclusive parte de decisões e definição políticas. |
| Definição participação cidadã | Dentre os direitos do cidadão estaria o direito de participar |
| Visão de concessão ou conquista | Os movimentos vêm pressionando uma maior participação e o Governo vem abrindo novos canais de efetivação de sta participação nos programas e nas políticas do Estado. Não é o Estado que vai dar um futuro melhor, é uma partilha entre Estado, sociedade e mercado. Concessão e conquista. |
| Principais políticas | Quantitativas – produção de unidades para servidor público. Qualitativas – requalificação urbana (Centro Histórico, favelas, interior Estado, Doença de Chagas) |
| Principais práticas | Diagnóstico, encontros diversos com a comunidade, surgimento de estância decisória, conselho de representantes. Estágio intermediário entre participação meramente informativa e decisória. |
| Contexto político atuação Estado | Democrático, patrimonialista, participativo. |
| Mudanças decorrentes | Reivindicações populares atendidas. |
| Entraves às práticas | Políticas públicas não disporem dos mecanismos adequados a uma maior participação. Falta de um projeto de futuro por parte da comunidade, falta de preparação para a cidadania. Interesses serem diversos. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Desenvolvimento institucional de cada experiência, preparação da comunidade para ser gestora de seu destino. Interação maior em termos temporais entre Estado, mercado e sociedade para gerar desenvolvimento urbano. |
| Indutor da prática | Comunidade, órgão executor, órgão financiador, eventualmente políticos. |
| Nível satisfação c/ participação | Cada caso é um caso, conjuntura de fatores. |
| Interesse população em participar | Casos e casos. |
| Continuidade processos | Sim, após impulso a tendência é a comunidade querer participar sempre mais. |
| Mecanismos controle social | Não é prática muito comum; não há cobrança da sociedade nesse sentido. Conselhos onde há prestação de conta global (R.-Azul). |
| Importância da participação | Respaldo para boas práticas do Governo. Delimitação dos produtos a serem oferecidos pelo Governo, de acordo com o que a população quer. Ampliação da gestão e manutenção das benfeitorias. |

| Categorias de análise | Entrevistado: CONDER 2 |
|-----------------------------------|--|
| | Perfil entrevistado: CONDER – Programa Ribeira Azul – Coordenadora de Projetos Sociais |
| Definição cidadania | Acesso a determinado tipo de serviço, acesso à participação na definição de políticas públicas ou tomadas de decisão que vão influenciar na sua própria vida. |
| Definição participação cidadã | Participar e ter voz, sem ranço de assistencialismo, ver que o que está acontecendo tem seu dedo. |
| Visão de concessão ou conquista | Comunidade articulada, politizada. Avanço na participação, lógica diferente. Construção de casas na própria comunidade, deixar no local, melhoria de vida. Sem participação a gente não vai conseguir trabalhar nem manter empreendimento. A CONDER, o Ribeira Azul propiciou que ele participasse de forma cidadã. (Concessão dentro de lógica “cidadã” e conquista). |
| Principais políticas | Ribeira Azul, Viver Melhor |
| Principais práticas | Diagnóstico sócio-econômico envolvendo comunidade, reuniões sistemáticas, eleição de lideranças (2 representantes por grupo de 60 pessoas), escritório de campo (canal aberto), dar voz às pessoas, diagnóstico das associações e projetos sociais, seminário interinstitucional, informativos, cursos capacitação, núcleos de gestão. |
| Contexto político atuação Estado | Democrático e participativo. |
| Mudanças decorrentes | Mudança em projetos em função das demandas população “na medida do possível”. Adequações em função das vocações locais. Aumento auto-estima moradores. Informação disponibilizada. Legitimação do indivíduo dentro do contexto do tecido social (empoderamento). Instrumentalização da comunidade econômico e socialmente. |
| Entraves às práticas | Conflitos de interesses. Especulação imobiliária. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Desenho de mobilização que seja efetiva. |
| Indutor da prática | Órgão executor, órgãos financiadores, comunidade. |
| Nível satisfação c/ participação | Bom. |
| Interesse população em participar | Ótimo. |
| Continuidade processos | Cadastro integrado evitando venda das unidades. Comunidade organizada para solicitar direitos. |
| Mecanismos controle social | Falta de indicadores que demonstrem melhorias. Reuniões trimestrais. Material no escritório de campo. |
| Importância da participação | Dar continuidade às melhorias, sustentabilidade. |

| Categorias de análise | Entrevistado: Morador A |
|-----------------------------------|---|
| | Perfil entrevistado: membro comunidade / doutorando |
| Definição cidadania | Acesso a direitos e saber aciona-los. Palavra da moda usada sem que haja participação efetiva. Processos ainda iniciais de cidadania. |
| Definição participação cidadã | Movimento com consciência para atingir algo, com senso de humanidade, dignidade, percepção de fim, agente ativo de mudança que intervém na sociedade junto com o Estado. |
| Visão de concessão ou conquista | Não há participação cidadã. Quanto mais pobre a área, mais a noção de cidadania é dada como favor. Não muda saber técnico por sua prática. (Concessão). |
| Principais políticas | Viver Melhor |
| Principais práticas | Reuniões com comunidade por ruas ou palafitas, formação de líderes. |
| Contexto político atuação Estado | Clientelismo, patrimonialismo, assistencialismo, burocrático. Associações substituindo Estado na prestação serviços públicos, o que enfraquece a mobilização comunitária. Jogo de interesses. “Quando tem dinheiro na jogada muda a lógica da participação de todos os lados”. “Na relação de quem manda, pra quem é pobre, você não olha o outro assim, você já olha desqualificando...” |
| Mudanças decorrentes | População mais reivindicativa. |
| Entraves às práticas | Certa apatia diante da realidade social. Falta de transparência. Institucionalização das associações. Falta de consciência dos moradores (roubo materiais). |
| Melhorias desejáveis às práticas | Distribuição de renda para sair da emergência e poder ter protagonismo. Transparência. Olhar diferenciado para os moradores. Mais investimento em educação. |
| Indutor da prática | Comunidade, órgão executor. |
| Nível satisfação c/ participação | Regular. |
| Interesse população em participar | Regular. |
| Continuidade processos | No plano individual não. No plano de organização sim; as pessoas passam a entender que para ter voz tem que se associar e que reivindicando podem conseguir seus pleitos. |
| Mecanismos controle social | Falta de transparência nos gastos. Relatórios, reuniões, jornais. Ministério Público |
| Importância da participação | Educação ambiental. Conscientização. Sair da inércia. Sustentabilidade. |

| Categorias de análise | Entrevistado: SEDUR 1 |
|-----------------------------------|--|
| | Perfil entrevistado: SEDUR – Superintendência de Habitação – Coordenadora de Projetos |
| Definição cidadania | Conjunto de direitos e deveres, acesso tanto em nível de serviços como de reivindicações. Ligado à qualidade de vida, comprometimento com o entorno. |
| Definição participação cidadã | Acesso à informação para ter possibilidade de interferir no processo. Processo de troca, pedagógico. |
| Visão de concessão ou conquista | Ganhos nos projetos em função de conflito de interesses. Depende da organização do movimento social. Estatuto da Cidade. (Concessão e conquista). |
| Principais políticas | Viver Melhor. |
| Principais práticas | Participação ainda inicial nas políticas públicas habitacionais. Necessidade de mudança conceitual, estar disposta a ouvir, apreender as vivências da comunidade. Participação “fingida”. Atividades de geração de renda, capacitação, reuniões periódicas, diagnóstico participativo. |
| Contexto político atuação Estado | Não é uma prática ainda incorporada apesar de todas as exigências dos organismos internacionais. A participação fica muito em discurso, pode-se mesmo forjar um dito projeto participativo. Democrático, burocrático, autoritário diminuindo, participativo iniciando. |
| Mudanças decorrentes | Pessoa se sentir parte, ajudar no construir. Comprometimento. Representação de símbolos. Mudanças nos projetos. |
| Entraves às práticas | Autoritarismo do Estado. Tecnicismo. Baixa motivação das pessoas, pela urgência da sobrevivência. Resistência por parte dos técnicos. Abordagem inadequada. Falta de política pública geral. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Pedagogia de participação. Mudança de conceitos e práticas, nova postura, especialmente entre técnicos e gestores. Avaliação |
| Indutor da prática | Ideal seria comunidade, postura técnica aberta, decisão política de fazer. Na prática órgão financiador, órgão executor e políticos. |
| Nível satisfação c/ participação | Ruim. |
| Interesse população em participar | Regular. |
| Continuidade processos | Não. Faltam avaliação e monitoramento dos processos participativos e intervenções. |
| Mecanismos controle social | Não há prestação de contas. Relatórios. |
| Importância da participação | Sustentabilidade, manutenção. |

| Categorias de análise | Entrevistado: Liderança |
|-----------------------------------|---|
| | Perfil entrevistado: Sociedade 1º de Maio – Vice-presidente |
| Definição cidadania | As famílias viverem dignamente conforme a Constituição Brasileira, sendo ouvido, tendo moradia digna, educação, saúde, segurança e trabalho. |
| Definição participação cidadã | Busca de direitos roubados pelo Governo, através de manifestações, abaixo assinado, reivindicação de uma forma organizada, já que Governo não ouve população. Grande colaboração que a comunidade organizada dá ao Governo. |
| Visão de concessão ou conquista | Só existe participação quando é de interesse dos governantes.(concessão) |
| Principais políticas | Programa Ribeira Azul |
| Principais práticas | As piores possíveis. Não há mobilização efetiva e há exclusão de liderança/associações. Conselho Consultivo com participação ‘maqueada’, pesquisa com associações ‘direcionada’, cooptação de lideranças. |
| Contexto político atuação Estado | Os políticos não entendem nada de cidadania. Tem mais valor o que vereadores falam do que povo. Clientelista. Autoritário. Burocrático. Assistencialista |
| Mudanças decorrentes | A própria participação é um avanço, após protestos. |
| Entraves às práticas | Administrações regionais, distância das comunidades. Falta vontade política. Diferenças culturais. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Mais ênfase aos grupos organizados, ouvir mais. Encontros itinerantes nas comunidades/associações. |
| Indutor da prática | Líderes comunitários, comunidade |
| Nível satisfação c/ participação | Ruim, discurso bonito, mas a prática é não ouvir. |
| Interesse população em participar | Ótimo, mas há desilusão às vezes. |
| Continuidade processos | Não. |
| Mecanismos controle social | Informações negadas. Propaganda enganosa. Ministério Público. Votação ruim para o candidato da situação. |
| Importância da participação | Por exigência de financiamento. Para obras saírem bem feitas. |

| Categorias de análise | Entrevistado: AVSI Perfil entrevistado: AVSI - diretor |
|-----------------------------------|---|
| Definição cidadania | Sentido final não muito claro, depende do contexto. “Pessoa” é mais importante que “cidadão”; protagonista do contexto social e civil e do próprio desenvolvimento. Parte integrante. |
| Definição participação cidadã | Complexo, participação dentro do programa de desenvolvimento. Além da reivindicação, <i>partnership</i> . Força de vários atores sensibilizados dentro dum processo, equilíbrio em busca de objetivo comum. |
| Visão de concessão ou conquista | Parceria entre Estado e comunidade, cada um com suas responsabilidades e competências. Estado responsável pela política pública, mas não pode ser imposta. (conquista) |
| Principais políticas | Respostas baseadas no Programa Ribeira Azul. |
| Principais práticas | Lideranças locais em nível micro; fortalecimento das associações em nível macro. Projetos sociais. Escritório campo, diagnóstico sócio-econômico, Comitê Consultivo. |
| Contexto político atuação Estado | Participativo. Vontade política de fomentar parcerias. Aberto a ser convencido de que a metodologia utilizada no Ribeira Azul, com participação, é boa e deve ser melhorada e replicada. |
| Mudanças decorrentes | Desenvolv. social. Fortalecimento das associações para se tornarem protagonistas. Capacitação do existente. Melhorias urbanas. |
| Entraves às práticas | Falta de convencimento do Estado da importância da participação nas políticas públicas. Esclarecer papéis do Estado e sociedade civil, aprofundando conteúdos sobre este assunto. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Visão da importância da sociedade, pelo Estado, nas políticas públicas. Coragem do Estado de investir nessas políticas. |
| Indutor da prática | Comunidade, órgão executor, órgão financiador. |
| Nível satisfação c/ participação | Em termos de associações muito bom; em termos de comunidade não saberia avaliar, mas considera bom |
| Interesse população em participar | Muito alto. |
| Continuidade processos | Sim, intervenções na área Ribeira Azul até 2008, com escritório de campo, Comitê Consultivo, etc. Através das associações. Problemas com a manutenção dos serviços, feito pela Prefeitura. |
| Mecanismos controle social | Indicadores em fase de construção. Relatórios Comitê Consultivo. |
| Importância da participação | Real resposta da necessidade da população e políticas que nasçam desta resposta. Tecido social fortalecido. Sustentabilidade. |

Apêndice 3: SISTEMA DE CODIFICAÇÃO – grupo social

| Categorias de análise | Grupo social: ESTADO |
|-----------------------------------|--|
| Definição cidadania | Direitos e deveres; acesso a decisões políticas |
| Definição participação cidadã | Participar e ter voz |
| Visão de concessão ou conquista | Concessão e conquista; partilha entre Estado, mercado e sociedade; depende organização comunitária; deixar no local, melhoria de vida |
| Principais políticas | Viver Melhor |
| Principais práticas | Diagnósticos, reuniões, estância decisória, conselho de representantes. Estágio intermediário entre participação meramente informativa e decisória. Participação “fingida”, seminário interinstitucional, informativos, cursos capacitação |
| Contexto político atuação Estado | Democrático, participativo, vestígios de patrimonialista e autoritário. Não é uma prática ainda incorporada apesar das exigências dos organ. internacionais. A participação fica muito em discurso, pode-se mesmo forjar dito projeto participativo |
| Mudanças decorrentes | Comprometimento. Representação de símbolos. Mudanças nos projetos. Aumento auto-estima moradores. Informação disponibilizada. Legitimação do indivíduo dentro do contexto do tecido social. |
| Entraves às práticas | Autoritarismo do Estado. Tecnicismo. Baixa motivação das pessoas, pela urgência da sobrevivência. Resistência por parte dos técnicos. Abordagem inadequada. Falta de política pública geral. Falta de mecanismos adequados a uma maior participação. Falta de um projeto de futuro por parte da comunidade, falta de preparação para a cidadania. Interesses serem diversos. Especulação financeira. |
| Melhorias desejáveis às práticas | Pedagogia de participação; nova postura, especialmente entre técnicos e gestores. Avaliação. Desenv. institucional de cada experiência, preparação da comunidade para ser gestora de seu destino. Melhor desenho de mobilização. |
| Indutor da prática | Orgãos financiadores, órgão executor e comunidade |
| Nível satisfação c/ participação | variável |
| Interesse população em participar | variável |
| Continuidade processos | Falta avaliação e monitoramento; tendência é continuar participando |
| Mecanismos controle social | Não é prática comum, falta cobrança sociedade; prestação contas global e escritório campo |
| Importância da participação | Sustentabilidade, manutenção, respaldo a boas práticas, delimitação desejos população, ampliação gestão |

| Categorias de análise | Grupo social: SOCIEDADE CIVIL |
|-----------------------------------|--|
| Definição cidadania | Depende do contexto. Protagonista do contexto social e civil e do próprio desenvolvimento. As famílias viverem dignamente conforme a Constituição Brasileira, sendo ouvidas. Palavra da moda usada sem que haja participação efetiva. |
| Definição participação cidadã | Força de vários atores sensibilizados dentro dum processo, equilíbrio em busca de objetivo comum. Busca de direitos roubados pelo Governo, através de manifestações, abaixo assinado, reivindicação de uma forma organizada |
| Visão de concessão ou conquista | Concessão e conquista. Parceria entre Estado e comunidade. Só existe participação quando é de interesse dos governantes. Não há participação cidadã. Quanto mais pobre a área, mais a noção de cidadania é dada como favor. |
| Principais políticas | Programa Ribeira Azul |
| Principais práticas | Não há mobilização efetiva e há exclusão de liderança/associações. Conselho Consultivo com participação ‘maqueada’, pesquisa com associações ‘direcionada’, cooptação de lideranças X Lideranças locais em nível micro; fortalecimento das associações em nível macro. Projetos sociais. Escritório campo, diagnóstico sócio-econômico, Comitê Consultivo. |
| Contexto político atuação Estado | Participativo X Clientelista. Autoritário. Burocrático. Assistencialista. Associações substituindo Estado na prestação serviços públicos, o que enfraquece a mobilização comunitária. Jogo de interesses. |
| Mudanças decorrentes | Desenvolv. social. Fortalecimento das associações para se tomarem protagonistas. Melhorias urbanas. A participação em si. |
| Entraves às práticas | Falta de vontade política. Esclarecer papéis do Estado e sociedade civil. Diferenças culturais. Administrações regionais. Certa apatia diante da realidade social. Falta de transparência. Institucionalização das associações |
| Melhorias desejáveis às práticas | Coragem do Estado de investir nessas políticas. Ouvir mais. Encontros itinerantes. Distribuição de renda para sair da emergência e poder ter protagonismo. Transparência. Olhar diferenciado para os moradores |
| Indutor da prática | Comunidade, órgão executor, órgão financiador. |
| Nível satisfação c/ participação | Ruim a muito bom. |
| Interesse população em participar | Regular a ótimo. |
| Continuidade processos | Não x Sim, intervenções na área Ribeira Azul até 2008 |
| Mecanismos controle social | Relatórios Comitê Consultivo. Informações negadas. Propaganda enganosa. Ministério Público. |
| Importância da participação | Real resposta da necessidade da população e políticas que nasçam desta resposta. Tecido social fortalecido. Sustentabilidade. Por exigência de financiamento. Para obras saírem bem feitas. |

ANEXOS

| | | |
|----------------|---|--|
| Anexo A | – | Relação dos Entrevistados |
| Anexo B | – | Questionário |
| Anexo C | – | Transcrições |
| Anexo D | – | Termos de Consentimento |
| Anexo E | – | Mapa 1 – Ações do Programa Viver Melhor em Salvador |
| Anexo F | – | Mapa 2 – Poligonal do Programa Ribeira Azul |
| Anexo G | – | Fotografias da Área Objeto da Intervenção |

ANEXO A - RELAÇÃO DOS ENTREVISTADOS

CONDER

CONDER 1 – Coordenadora do Grupo de Trabalho do Programa Viver Melhor II –
06/04/2006

CONDER 2 – Coordenadora de Projetos Sociais Ribeira Azul – 10/04/2006

SEDUR

SEDUR 1 – Coordenadora de Projetos - Superintendência de Habitação – 01/06/2006

COMUNIDADE

Liderança – Vice-presidente Sociedade 1º Maio – 18/05/2006

Morador A – Membro da comunidade e doutorando – 21/04/2006

ONGS

AVSI – Diretor AVSI/CDM – 31/05/2006

ANEXO B - QUESTIONÁRIO

Este questionário destina-se à coleta de dados para subsidiar dissertação de mestrado a ser defendida na escola de administração da UFBA, cujo tema é “Participação Cidadã nas Políticas Públicas Baianas Ligadas à Habitação Popular”.

1. Perfil do Entrevistado

1a. Nome: _____

Contato: _____

Órgão: _____

Cargo: _____

2. O que você entende por cidadania?

3. O que você entende por participação cidadã?

4. Há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais estaduais em Salvador?

() sim () não

5. Existem mudanças efetivas decorrentes desta participação? () sim () não

6. Caso existam, quais as mudanças efetivas decorrentes da participação ?

7. O que poderia ser feito para propiciar uma maior participação cidadã?

8. Quais os principais entraves à participação cidadã nestas políticas?

9. Quais as formas principais de participação (práticas) ?

10. A participação é geralmente induzida por quem?

() comunidade () órgão financiador () políticos

() órgão executor () outros

11. Os mecanismos institucionais utilizados nessas intervenções tem propiciado um nível de participação:

() ótimo () bom () regular () ruim () péssimo

12. O nível de interesse da população na participação é:

() ótimo () bom () regular () ruim () péssimo

13. Há continuidade nos processos participativos? () sim () não Como isto se processa?

14. Existem indicadores que atestem melhorias das comunidades beneficiadas com políticas habitacionais? () sim () não Quais?

15. Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado para prestar contas à população destas políticas habitacionais?

16. Quais das características abaixo se aplicam ao governo do Estado, em relação à condução das políticas habitacionais ?
- democrático participativo autoritário
 patrimonialista clientelista burocrático
 neoliberal outros
17. Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para populações de baixa renda?
18. Por que o incremento da participação cidadã nestas intervenções é importante?
19. Como a participação cidadã contribui para a sustentabilidade das intervenções?
20. Qual o efeito que programas sociais de amplitude reduzida podem obter no desenvolvimento da comunidade e incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção?
21. Qual o percentual de intervenções urbanísticas para população de baixa renda (< 3 s. m.) das que você tem conhecimento que tiveram a participação da comunidade desde a fase de projeto?
22. No caso da pergunta anterior ser afirmativa, que tipo de práticas participativas houveram?
23. E em relação a Novos Alagados II, houve participação cidadã? sim não
24. Caso afirmativo, através de que mecanismos?
25. Em que fases?
26. Como Novos Alagados II se insere nas políticas habitacionais do Estado: é um modelo ou uma exceção às práticas correntes?
27. Por que a participação se processou desta forma?
28. A presença da AVSI foi um diferencial?
29. Pode-se considerar que houve desenvolvimento urbano integrado, já que as ações sociais foram pontuais e de amplitude reduzida?

Data:

ANEXO C - TRANSCRIÇÕES

1. Entrevista - CONDER 1 (06/04/2006)

Ivilana - O que você entende por cidadania?

CONDER 1 - Bom, cidadania seria o direito de ser cidadão, ou seja, é ... ter todos os direitos constitucionais respeitados na vida cidadã, ou seja, na vida da cidade, é ... todos os direitos constitucionais inclusive a parte de ... decisão da ... parte decisória, a parte de definição de políticas, é isso que eu entendo por cidadania.

Ivilana – E o que você entende por participação cidadã?

CONDER 1 - Participação cidadã tem a ver exatamente com cidadania na medida em que, dentre os direitos da... do cidadão estaria o direito de participar, “certo”, daquilo que me diz respeito, ou seja, em termo de orçamentos, em termo de políticas públicas, em termo de suas necessidades e suas aspirações - isso que eu entendo sobre participação cidadã.

Ivilana – Há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais em Salvador?

CONDER 1 - Você está falando em relação à política habitacional do município ou em relação à política do Estado?

Ivilana: Do Estado.

CONDER 1 - Eu diria que, bem ...num crescendo, ou seja, essa participação cidadã vem sendo ampliada a cada momento, “certo”, e é uma ... via de duas mãos, ao mesmo tempo que os movimentos vem pressionando por uma maior participação, ao mesmo tempo o Governo do Estado também vem abrindo é, novos canais de ...de efetivação dessa participação, nos programas e nas políticas do Estado.

Ivilana - Existem mudanças efetivas decorrentes desta participação?

CONDER 1 - Existem, por exemplo: só para ter uma idéia, no Pelourinho, “certo”, da 1ª a 6ª etapas foi feita a requalificação urbana do Pelourinho, sem que houvesse o uso habitacional. Já na 7ª etapa, como houve a participação cidadã, alguns moradores se mobilizaram, foram ao Ministério Público, e ocorreu um Termo de Acordo de Conduta, onde 103 famílias foram definidas como moradoras do Pelourinho e que deveriam continuar. E o projeto foi feito neste sentido, abrigando estas famílias, diferentemente das outras etapas.

Ivilana - O que poderia ser feito para propiciar uma maior participação cidadã?

CONDER 1 - Eu acredito que haveria, é, o que de ... deveria haver seria desenvolvimento institucional de cada experiência, cada experiência, cada empreendimento, cada requalificação de favela, cada, deveria ter ao lado de um projeto técnico, de um projeto social, um projeto também institucional e de gestão, onde se preparasse a comunidade para ser gestora dos seus destinos, a par ... é...na medida que o governo se afastasse, “certo”, a comunidade tivesse plenamente capacitada a gerir os seus destinos, em comum acordo com a Prefeitura, através de conselhos, pólos de desenvolvimento e câmaras locais, enfim, tendo uma estrutura de gestão, ao lado de, é... do projeto propriamente dito, de... técnicos do projeto físico haveria também um projeto institucional, “certo”, onde haveria toda parte de administração de ... é ... toda parte realmente de desenvolvimento institucional.

Ivilana: Certo, na verdade, desenvolvimento institucional falando da comunidade, né?

CONDER 1 - Da comunidade, ou seja, de gestão mesmo, alguma coisa de desenvolvimento das forças da comunidade no sentido de desenvolver lideranças, desenvolver inclusive estrutura para auto gestão – “certo”.

Ivilana - Quais são os principais entraves à participação cidadã nas políticas habitacionais?

CONDER 1 - Bom, eu diria o seguinte, eu diria que existem 3 (três) grandes campos onde as políticas públicas perpassam: o mercado, a sociedade, “certo” e o Estado.

As políticas públicas são emanadas pelo Estado, ou seja, são prerrogativas do Estado, e essas políticas públicas afetam a sociedade e o mercado, afetam e são afetadas, “certo”, afetam e são afetadas, então o que eu vejo é que poderia haver mais participação.

O que foi que você perguntou aí?

Ivilana: Quais os principais entraves?

CONDER 1 – Isso, os principais entraves é que neste momento haveriam alguns mecanismos, nas políticas públicas. Por exemplo: o orçamento, o orçamento ainda é uma coisa muito fechada, “certo”, embora já exista toda uma iniciativa do orçamento cidadão, mas o percentual desse orçamento cidadão que efetivamente tá aberto para a consulta à sociedade ainda é muito pequeno. O próprio orçamento do Estado já é muito engessado com a questão constitucional, com o fato de você ter algumas definições vinculadas, o fato de você não poder dispor desse orçamento mais livremente. A própria lei de responsabilidade fiscal, tudo isso engessa um pouco, “certo”, esse sistema e diminui essa participação, diminui essa ampliação da participação, mas a tendência é que neste, esse percentual de orçamento, “certo” que é dado para ser...que é aberto para participação da comunidade, da sociedade, a tendência é que isso cada vez seja ampliado.

Ivilana – E nas intervenções, quais são os principais entraves que você vê à participação das comunidades?

CONDER 1 - Em cada intervenção – já tratando da intervenção, não mais no planejamento, mas já o orçamento definido dentro de cada intervenção.

Eu vejo o seguinte: exatamente a falta de uma organicidade na mais ... boa parte da ... das intervenções das comunidades que a gente trabalha, não existe é, o que existe é uma miríade de, existem muitas associações que não estão com um projeto de futuro para aquele bairro, para aquela comunidade, então antes de mais nada, seria este projeto de futuro, ou seja, o que é que se quer daquele bairro, qual é a comunidade que deverá habitar os próximos 5/10/20 anos.

Então, uns dos entraves seria exatamente este, os interesses são diversos, “certo”, as comunidade são diversas, e não existe uma preparação para a cidadania, ou seja, uma das formas de preparar para cidadania é dizer... o seu bairro, é alguma coisa que depende também da sua participação, ou seja, o projeto de futuro é uma coisa que se constrói coletivamente, “certo”, em fóruns que deverão ser proporcionados também pelo Estado também pela ... “certo” pela comunidade, então eu vejo que uma das...um dos principais entraves pra participação é a falta dessa consciência cidadã de que o futuro não é só do Estado, não é o Estado que vai chegar lá e dar um futuro melhor, é, isso é uma partilha entre: mercado, sociedade e Estado “certo”.

Ivilana - Quais são as formas principais de participação, quais as principais práticas que o estado vem propiciando nessas intervenções?

CONDER 1 - Bom, é ... em primeiro lugar, eu acho que a maior parte do que a gente tem feito “certo” ... é ... para o caso de ... vamos supor, para o caso de específico de requalificação de áreas carentes, “certo”, os principais mecanismos são: desde o início a comunidade tá ciente de que haverá uma intervenção naquela área ... desde antes disso, na maior parte das vezes, o Estado é solicitado pela comunidade a intervir, ou seja, existe um pleito ... daquela comunidade, “certo” pra que o Estado interfira ali, e desde o início da entrada do Estado é feita uma comunicação formal àquela comunidade de que se estará trabalhando ali, através de um projeto, “certo” então há muito desenvolvimento do projeto diagnóstico ... o ... próprio levantamento de dados conta com a participação da comunidade, o diagnóstico que é devolvido... é ...como vão ser as fases do trabalho “certo” tudo isso é conversado com a comunidade, e ... em alguns casos, é feito inclusive uma ... uma estância decisória (*interrupção - risos*) sim, então em alguns casos já está se fazendo inclusive a própria estância “certo” de ação de fóruns, criação de conselhos e isso amplia de alguma forma essa participação.

Ivilana - A participação é geralmente induzida por quais dessas opções, quem desses atores aqui?

CONDER 1 - A comunidade, tem um papel fundamental “certo” o órgão executor, o órgão financiador, políticos.

Ivilana - Então pode ser induzida por qualquer um deles?

CONDER 1 – Exatamente.

Ivilana – Mas na maioria dos casos é induzida por quem, por qual deles? Pela comunidade, você acha?

CONDER 1 - Não, não porque, você... cada caso é um caso “certo” mas é um ... é alguma coisa entre esses três, entre a comunidade, órgão executor “certo” e órgão financiador.

Ivilana - Os mecanismos institucionais utilizados nessas intervenções tem propiciado um nível de participação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

CONDER 1 - Eu diria o seguinte, cada caso é um caso, “certo”, cada caso é um caso, você tem lugares em que não existe uma participação muito significativa e tem outros que tem uma participação extremamente ativa, “certo”, então eu acho que é muito ... muito.. genérico você dizer, é bom, ótimo, regular, não é um mecanismo utilizado, é realmente uma conjuntura de fatores “certo” ou seja, tem que ter uma comunidade minimamente organizada, do órgão executor tem que ter uma equipe participante uma forma de fazer que esteja afinada com isso ”certo” e o órgão financiador, uma supervisão dessa coisa toda de forma que funcione “certo” então eu acho, que tem casos e casos “certo”.

Ivilana - O nível de interesse da população na participação, de um modo geral, você acha que é: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

CONDER 1 - Casos e casos, quando a comunidade já tem um nível, já tem uma ... um histórico de participação e ela já tem um tecido social mais organizado é ótimo “certo”, agora pode ser também péssimo, “certo” quando ela de alguma forma se sentir ameaçada ou não estiver...ou de alguma forma ela não estiver engajada “certo”

Ivilana - Há continuidade nos processos participativos?

CONDER 1 -Depende ... na maior parte das vezes sim, ou seja, uma vez que a comunidade recebe um impulso para essa participação, a tendência é que ela comece a querer cada vez mais, ou seja, então ela passa de uma participação que é local, “certo”, ela começa a trabalhar em outros ... em outro nível, por exemplo, de um conselho local ela passa por uma Agenda 21, de uma Agenda 21 ela já passa pra um orçamento participativo, já começa a trabalhar junto com Câmara de Vereadores, município e até o Estado “certo” então há continuidade no processo participativo? eu diria que sim, geralmente sim, “certo” os casos de ruptura desse processo participativo são muito poucos, muito poucos.

Ivilana - Existem indicadores que atestem melhorias das comunidades beneficiadas com políticas habitacionais?

CONDER 1 - Sim, existem.

Ivilana - Quais são esses indicadores geralmente?

CONDER 1 - Bom, na maior parte das vezes você tem, percentual de famílias atendidas por redes de água, percentual de famílias atendidas por rede de esgoto, eu tenho uma lista de indicadores que a gente trabalhou no Programa Viver Melhor que são esses que a gente vai acompanhar, eu passo pra você “certo”. São os principais indicadores.

Ivilana - Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado para prestar contas à população destas políticas habitacionais?

CONDER 1 - Esse é um dos problemas, ou seja, a prestação de contas, “certo”, a comunidade não é uma ... não é uma prática muito comum, existe prestações de contas, por exemplo, no projeto do Ribeira Azul, através do conselho de desenvolvimento local, eles tem um conselho.. e é feito uma espécie de participação, de prestação de contas global “certo” do Projeto, mas é... prestar contas de fato da comunidade, em primeiro lugar, a gente não vê muito uma cobrança nesse sentido, e do outro lado também o Estado da mesma forma... já que ninguém cobra, já que ninguém pede e ele tem obrigações, vamos dizer assim, constitucionais de prestar contas, Tribunal de Contas a...a...a... a essa prestação de contas regimental, “certo”, essa prestação de contas de participação de ... junto com a

comunidade de ... é muito pouco realmente ... muito pouco levantada. Existe, no Ribeira Azul, “certo” em outros locais é ... muito pouca ... existe muito pouca cobrança nesse sentido.

Ivilana - Quais das características abaixo se aplicam ao Governo do Estado, em relação à condução das políticas habitacionais?

Risos (pausa).

CONDER 1 - Eu não diria autoritário esse não, “certo” esse não

Eu diria que ele tende a ser mais democrático, “certo”, mais democrático, patrimonialista ainda tem a um ranço de patrimonialismo, ou seja, ainda existe “certo” um ranço de patrimonialismo, mas é uma tendência de cada vez mais diminuir, “certo” tendência de ... Neoliberal? não, eu não diria que é neoliberal, por exemplo, se você comparar com a política habitacional do Estado de São Paulo onde é ... boa parte das ações do Estado de fato passam pelo mercado “certo” ou seja, é, as companhias de habitação com base incorporadora, eu diria que ele é... não é neoliberal, ele é menos neoliberal do que outras.. “certo” não.. é menos neoliberal, alguma coisa assim.

É participativo? é, eu acho que a tendência é ser cada vez mais participativo. É clientelista? eu diria que não, não no sentido de ... ou seja, não existem listas “certo” até porque o Governo do Estado não está mais atendendo de uma forma ampla ao mercado ou a demanda por habitação ou a carência de habitação. A produção habitacional está restrita para servidores públicos, nesse sentido você até poderia dizer que sim, ele é clientelista no sentido de só atender nesse momento servidor publico, quem está, quem não está ... quem não mora em favela e quem não é servidor público de fato está excluído dessa política pública “certo” dessa política habitacional. Embora essa política, a própria política habitacional hoje esteja em fase de ... é ... a política tá sendo... formulada “certo”.

Ivilana - Mas quando eu estou falando de política, eu estou incluindo também as intervenções urbanísticas, habitações de baixa renda...

CONDER 1 - É ... isso, exatamente, mas então, se você não mora em favela, se você não é servidor público, você está excluído, então de alguma forma seus clientes “certo” você limitou seus clientes, a rigor o Estado deveria atender o universo inteiro, mas eu já excluí aqui, quem mora em favela e é servidor público. Então esse outro universo... entendeu, é parcialmente clientelista, vamos dizer assim....

Ivilana - Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para populações de baixa renda?

CONDER 1 - Eu diria o seguinte: são Políticas, é ... Quantitativas e Políticas Qualitativas “certo”, vamos dizer assim.

Quantitativas é produção de unidade, e essa produção de unidade, ele está fazendo basicamente “certo” é ... produção de unidades para o servidor publico.

Qualitativas seria requalificação urbana, seja de Centro Histórico, seja de ... favelas, seja de municípios do interior do Estado, seja através de Programa de Doenças de Chagas, são diversos programas, mas todos eles em se tratando de requalificação urbana.

A produção taria fechada no servidor público “certo”.

Ivilana - Por que o incremento da participação cidadã nestas intervenções é importante?

CONDER 1 - Por que o sucesso de um produto, vamos dizer assim... Sucesso de uma intervenção, o sucesso numa ... a ... uma boa prática de Governo necessita de um respaldo, ou seja, o que é que a população quer, o que é que o cidadão quer “certo”, então a participação é importante pra delimitar que produtos deverão ser oferecidos, como deverá ser feita a ... os... serviços de reabilitação, então é ... a participação é importante pra delimitar exatamente a ação, o recorte dessa política do Estado “certo”

Ivilana - Como a participação cidadã contribui para a sustentabilidade das intervenções?

CONDER 1 - O Estado demora um tempo definido, ou seja, o Estado demora o tempo em que tá fazendo projeto e a obra. Quando termina a obra, “certo”, aquilo que não é da competência do Estado assumir, teria que ser assumido por alguém, ou seja, conservar, manter, operar, você entrega uma casa com um sistema sanitário “certo”, incluído dentro dele, se a ... o cidadão não cuida desse sistema, ele

começa a funcionar mal “certo”, então é muito nesse sentido, ou seja, o incremento da participação cidadã nessas intervenções é importante para ampliar a questão da gestão, a questão da própria manutenção mesmo, da qualidade de vida ampliada com essas intervenções.

Ivilana - Qual o efeito que programas sociais de amplitude reduzida podem obter no desenvolvimento da comunidade e incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção?

CONDER 1 - Eu diria o seguinte que pequenas amplitudes reduzidas “certo” de programas, é ... programas sociais, “certo”, ela não deve ser medida de *per si*, mas na medida em que ela se articula a uma outra ... outra iniciativa, o que quero dizer; eu quero dizer que, numa comunidade, você pode ter o benefício do Bolsa Família, o benefício do Agente Comunitário de Saúde, o benefício do Programa Minha Sopa, benefício do Programa Nordeste ... é, Viva Nordeste e eu tô colocando propositalmente Programas Federais, Estaduais e Municipais. Esta soma, de iniciativa de Programas Sociais de amplitude reduzida, lhe dá uma enorme rede de Proteção Social, então isso significa realmente um incremento de renda, um incremento de qualidade de vida, um incremento mesmo na vida do cidadão, então a gente nunca deve pensar que ... esses programas de amplitude reduzida na realidade eles se somam, é como se fossem nós de uma rede.

Ivilana - É, mas quando eu quis falar de amplitude reduzida, eu quis falar, por exemplo, que o Bolsa Família na comunidade não atende à comunidade toda, atende ao percentual de 10% da comunidade.

CONDER 1 – Exatamente.

Ivilana - A educação vai atender a 5%, então... a comunidade é 100%, como é que pequenas intervençõezinhas tem o efeito?

CONDER 1 - É a soma de tudo isso, ou seja, Bolsa Família mesmo que atenda 10%, o Agente Comunitário de Saúde está atendendo outros 20%, “certo”, Minha Sopa está atendendo ... você tem uma ... um diferencial na comunidade que é exatamente... os pobres, muito pobres, os, um pouco menos pobres e esses programas, programas diversificados, Programa de Educação, Programa de Saúde, “certo” a soma desses programas, mapeamento desses programas em cada comunidade vai lhe mostrar realmente, de alguma forma uma ... um esforço importante na superação de pobreza “certo”, um esforço muito importante na superação de é ... da pobreza mesmo que existe em cada área dessa.

Ivilana - E você não acha que poderia haver outro mecanismo que aumentasse essa amplitude?

CONDER 1 - ...A idéia é essa mesma, ou seja, é tornar ...os programas possam ser os mais amplos possíveis, mas você tem de alguma forma, “certo” é ... ter um foco.

Se você perder o foco, “certo”, ou seja, se o seu foco, no caso da habitação seria habitação de interesse social, ou seja, habitação para a família que recebem até 3 salários mínimos, “certo”, você tem que tá...(interrupção- pausa), então o que eu vejo é o seguinte, como você tá falando de habitação em geral “certo” a gente teria que somar a questão de habitação de interesse social à habitação, vamos supor, de mercado popular, “certo”, aí eu já atinjo a uma faixa de renda um pouco maior, mas é importante que a gente mantenha o foco em determinadas áreas da cidade e sob essas áreas incidam políticas “certo”, como você chama, programas sociais de amplitude reduzida, “certo”, amplitude reduzida tem que ser por causa do foco mesmo, ou seja, você não pode estender a questão da Bolsa Família indefinidamente porque ela tem um papel muito importante para (pausa)

Ivilana: É, eu estou com pouquinho de dificuldade de elaborar esta questão, acho que ela não tem como perguntar de maneira mais clara. Mas, por exemplo, eu teria intervenção no Alagados II, intervir no local, abrangendo 1.000 famílias, vamos dizer assim, só que o Bolsa Família, o Programa Social que eu fiz, foi só para 100 pessoas, a educação, o treinamento foi para 50, então, o Governo coloca aqui, houve intervenção que beneficiou 1.000 famílias, mas na verdade os Programas Sociais são com amplitude totalmente reduzida em relação a esse universo.

CONDER 1 - É eu (pausa), eu diria o seguinte, eu diria que na realidade tem um efeito multiplicador, cada uma dessas coisas que você está fazendo, eu entendo que você diz, por exemplo: é .. Bolsa Escola, “certo”, só vai pegar daquela comunidade a família que esteja abaixo de um patamar de vida, mas existem outros, existe o Agente Comunitário de Saúde, que pega de repente todo mundo, “certo”, então, o que eu vejo é o seguinte, a ampliação destes Programas Sociais de amplitude reduzida

com foco em alguns temas que são mais específicos de cada comunidade, isso pode lhe dar no final, parte desse objetivo, ou seja, você tem que ter objetivos definidos, um dos objetivos é qualidade de vida, melhoria de qualidade de vida. O outro objetivo seria ampliação da renda, “certo”, então a soma de vários Programas “certo” ao longo do tempo, é que pode fazer com que você realmente atinja esses objetivos, mesmo que você tenha uma capacitação pra 20 pessoas, no 1º ano, é importante continuar esse programa, garantir a continuidade desse programa, e por isso a participação cidadã é importante pra não deixar a peteca cair, mesmo quando o Estado saia, tenha condições de reivindicar, não, você é ... é ... atendeu capacitando 20, agora preciso de 40, depois preciso de 60... pra que de fato, esses programas não fiquem concentrados e não acabem junto com a participação do Estado “certo”.

Ivilana – Essa próxima pergunta aqui é mais para eu entender qual a justificativa para não entregar a escritura de posse das unidades residenciais?

CONDER 1 - É o seguinte, tem 2 (dois) tipos de Programas:

O 1º é o que se refere à situação de risco, quando você não consegue deslindar “certo” a situação jurídica, ou seja, você faz uma ... vamos supor, você faz uma desapropriação, essa desapropriação é encaminhada à PGE, a PGE não concluiu o processo, não concluiu o processo de desapropriação, “certo” isso ficava pendente muito tempo, com o advento do Estatuto da Cidade e também com o novo Código de Direito Civil, existe uma faculdade que diz que você pode registrar a emissão de posse, ora, registrando a emissão de posse, você de fato pode passar a escritura, então a rigor existe uma questão, que é uma pendência jurídica, a pendência do próprio Sistema Judiciário “certo” que é lento, mas que ta ... tão havendo medidas, que ao longo do tempo tende a se resolver “certo” então, uma das coisas seria essa, a questão jurídica que tende a se resolver e o Estado tende a ser mais eficiente na é ... na entrega da escritura de posse.

A outra questão é o contrário dessa, ai eu respondo com outra pergunta. Para que uma escritura de posse, “certo”, por que não outras formas de você ocupar um imóvel de habitação, “certo” tipo uma locação social, um arrendamento porque não, não se pensar nisto, “certo” ao invés de se pensar numa escritura definitiva de posse. E o que acontece é o seguinte, agora mesmo nós estamos entregando edifícios de apartamento numa área extremamente valorizada de Salvador. Salvador é uma capital, uma das ... uma, se não me engano, a maior, capital de maior densidade “certo” demográfica do Brasil. Por que, ela tem um território muito exíguo, muito pequeno “certo” e com o incremento populacional ocorrido ela ... as áreas tão cada vez mais difíceis “certo”, então, nós estamos entregando agora, edifícios de apartamentos, objeto de uma requalificação de uma favela “certo” que foi feita, e o ... o reassentamento foi feito nesses edifícios.

Ocorre que essas pessoas que estão, deveria m ser beneficiadas pelos apartamentos, estão sendo.... é assediadas, vamos dizer assim, assediadas por pessoas que estão em outra faixa de renda, como o Estado não está atendendo a ninguém a não ser a servidor publico, então as outras faixas de renda terminam competindo com empreendimentos pra faixa de mais baixa renda, e ai a saída não é dar escritura, que a escritura vai facilitar para que essas pessoas sejam de fato expulsas, elas recebem inclusive um valor, muito menor do que o que foi gasto para produção das unidades e vão ter que resolver seu problema novamente, provavelmente ocupando irregularmente alguma outra área.

Então.... (pausa).

O 2º caso é a justificativa de não entregar a escritura de posse seria a que talvez, em algumas situações, o arrendamento, a locação social, outras formas de você ocupar o imóvel, sejam melhores do que a escritura de posse.

Ivilana - Porque a população tem uma noção cidadã muito baixa, se tivesse um fortalecimento, isso não ocorreriam essas....

CONDER 1 - Mas o valor do dinheiro é muito grande, a pessoa chega, eu quero comprar, ter o direito de morar, pelo valor do apartamento, ai você faz o quê, o quê? “certo”, você faz.

Ivilana - Qual o percentual de intervenções urbanísticas para população de baixa renda (< 3 s. m.) das que você tem conhecimento que tiveram a participação da comunidade desde a fase de projeto?

CONDER 1 - Você fala do projeto Viver Melhor, desde que ele começou, 1995, até 2006, o percentual dos que tiveram participação?

Ivilana – Isso, da comunidade, anterior até ao projeto, desde o início a comunidade participando.

CONDER 1 - Eu diria em torno de 70%, 70% houve uma participação, “certo” agora, a qualidade dessa participação, pode ser até questionada, mas houve de alguma forma uma, alguma participação da comunidade nesse 70% desse desses.

Ivilana - Que tipo de práticas participativas houveram?

CONDER 1 - Principalmente prática de participação consultiva “certo” não é aquela prática decisória, e eu disse se a gente tiver um (pausa), um crescendo de tipos de participação “certo” é, começando com uma participação consultiva “certo” você é consultado, você é informado, vamos dizer assim, uma participação informativa “certo”, até uma participação decisória, “certo” decisória.

Eu diria que a tendência, “certo”, tem sido de ir da participação informativa, até uma participação consultiva, uma participação, em termos de trocar realmente papéis, “certo”, é o caso de levantamento de dados, de você ter lideranças... é, através de conselhos “certo” eu acho que a gente taria aqui no meio “certo”, uma participação entre, meramente informativa e uma participação decisória, eu diria que a gente está num estágio intermediário.

Ivilana - E em relação a Novos Alagados II, houve participação cidadã?

CONDER 1 - O que você está dizendo que é participação cidadã? Eu tenho um conceito de participação cidadã, qual é o conceito que você está dizendo de participação cidadã?

Ivilana: Seria uma participação mais decisória.

CONDER 1 - Bom, em relação a Novos Alagados, houve participação cidadã? Houve, eu diria que houve participação, porque foi constituído um conselho de representantes “certo” é ... a área Alagados é uma área de diversas representações “certo” diversas lideranças, diversas associações, diversas representações, foi constituído um conselho, com representante de cada uma das 55 associações ou entidades que trabalhavam na área.

Esse conselho é, recebia informações, “certo” e esse conselho deliberava, em alguns períodos, ele deliberava sobre, é.... as ações que deveriam ser feitas, quais são ...em que caminhos, por exemplo, definia a questão da cooperativa de pesca, cooperativa de serviço de construção civil, então, houve uma, um percentual grande eu diria, de... definições tomadas com a participação da organização certo, da própria organização da comunidade.

Ivilana - Então a pergunta seguinte seria através de que mecanismos?

CONDER 1 - Um conselho “certo” de desenvolvimento local, um conselho de representantes “certo”.

Ivilana - Em que fases a participação ocorreu?

CONDER 1 - Desde o projeto, desde o projeto, projeto “certo”.

Ivilana - Permeou todas as fases?

CONDER 1 - Permeou todas as fases.

Ivilana - Como Novos Alagados II se insere nas políticas habitacionais do Estado: é um modelo ou uma exceção às práticas correntes?

CONDER 1 - Eu diria o seguinte... não é Novos Alagados que passa a ser um modelo, eu acho, que Novos Alagados foi uma nova experiência, “certo”. De Novos Alagados, você gerou um conjunto de intervenções que é o Ribeira Azul “certo”. Eu diria que ela é uma boa prática, é um modelo? é uma exceção? nem um nem outro, é uma boa prática “certo”. É uma boa prática e se por isso vem sendo dado como paradigma “certo” em algumas por que cada caso é um caso, cada comunidade tem sua especificidade, mas eu diria que, é um paradigma em termos de conquista, em termos de constituição de fóruns de desenvolvimento, de participação, eu diria que sim “certo”.

Ivilana – A participação em Novos Alagados você disse que ela foi bastante rica, certo? E por que a participação se processou desta forma?

CONDER 1 - Por que já tinha uma história desde 1948, a área é atípica é por causa disso, tem uma história de participação, então, desde 1948 a população se mobiliza pra permanecer em muitos momentos, o governo disse, vocês vão sair, o Estado disse, você vão sair daqui. E essa história, essas

gerações “certo”, tem um substrato, completamente, que é muito forte, completamente diferente de algumas áreas que você chega, não tem uma história, não tem ... Ai fica, mas você teria que construir esse substrato, construir esse tecido social.

Ivilana - A presença da AVSI na área foi um diferencial?

CONDER 1 - Foi, eu acho que é um diferencial, por que ela é uma ONG “certo” que veio com um trabalho... já colocado em prática em outros lugares, inclusive do Brasil, a experiência de Belo Horizonte, então foi um diferencial nesse sentido, ou seja, no sentido de... o Estado compartilhar com uma organização “certo” do 3º setor, atividades que eram típicas do Estado “certo” então, ele compartilhou, tornou mais fácil essa identificação entre a comunidade “certo” e o Estado, através de uma intermediação pela AVSI, então muitas vezes, uma das coisas que foram.... uma algumas análises pontuam, é a questão da do protagonismo da AVSI “certo”.

Em alguns momentos, você esquecia que era a URBIS, esquecia que era a CONDER, pensava somente na AVSI, e isso era às vezes até muito interessante para o próprio Estado “certo”. Hoje em dia eu acho que a gente tem um pouco mais um equilíbrio, e ninguém tá na frente, de fato a comunidade assumiu o lugar de estar na frente do processo e, tanto o Estado como a AVSI tem um papel, ou seja, tem um papel no desenvolvimento dessa área. A comunidade tem um papel, a AVSI tem um papel e o Estado tem um papel “certo”, e esses papéis vem sendo, ao longo do tempo, sempre tem que ter pacto, tem que ter, “certo” então, eu diria que a presença da AVSI foi um diferencial foi, no sentido de é ... novos parceiros chegarem para essa relação “certo”, depois da AVSI veio Pangea, vieram outras ONGs, hoje em dia a CONDER, o Estado trabalha com uma miríade de outras ONGs “certo”.

Ivilana - Pode-se considerar que houve desenvolvimento urbano integrado, já que as ações sociais foram pontuais e de amplitude reduzida?

CONDER 1 - Bom, a palavra desenvolvimento urbano “certo”, é que me chama atenção nessa pergunta “certo”, por que eu vejo o seguinte, é a Ponta de Itapagipe, o bairro da Ribeira onde se insere “certo” Novos Alagados “certo” é um pedaço da cidade de Salvador e é um pedaço da cidade de Salvador que necessita, vamos dizer assim, de um desenvolvimento urbano local, e realmente as intervenções de Novos Alagados foi uma parte, uma parte do desenvolvimento urbano, mas não foi suficiente para reverter um quadro, “certo” é ...que já tava, já tava acontecendo, então, ao mesmo tempo que houve uma ação do Estado, “certo” eu vejo que não houve, “certo” uma participação maior do mercado, vamos dizer assim, é como se o mercado levasse um tempo para acompanhar as ações do Estado, então... o Estado começou a fazer Novos Alagados “certo” propor fez o Ribeira Azul, investiu mais de 110 milhões na área, mais de 110 milhões na área já foram investidos.

O mercado, o que é que fez nessa mesma área, se a gente colocasse uma lupa? O que o mercado fez, você vai me dizer: fez o Outlet Center “certo”, o Outlet Center que fica junto de lá, tá montando um ... um arranjo produtivo local de confecções na área. Isso não vem sendo suficiente para reverter o quadro de degradação da Ribeira, dessa, dessa Ponta da Península como um todo, por que, falta quem? Me parece que falta a sociedade, “certo” ou seja, aquele negócio de plano de futuro “certo”, que futuro que se quer pra essa, pra essa parte da cidade? Parte também da questão de que futuro se quer para Salvador. Então o próprio PDDU - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, foi discutido muito... muito longe da comunidade, então uma oportunidade de estabelecer parceria é a descrição do plano de desenvolvimento urbano, que não é auto aplicado.

O Plano de Desenvolvimento Urbano deve gerar em cada bairro, em cada porção da cidade uma discussão sobre o que se quer, que medidas efetivas vão gerar o futuro “certo”, pra que mobilize as diversas, os diversos grupos da sociedade, então, você tem lá, proprietários de imóveis, proprietários de terra, você tem lá comerciantes, você tem pessoas é, professores, a sociedade vista, não somente como os moradores, mas vista de uma forma mais ampla “certo” que ai sim você poderia, num espaço de 10, 20 anos, promover o desenvolvimento urbano. Desenvolvimento Urbano não pode ser entendido como uma coisa é ... de curto prazo “certo”. Desenvolvimento Urbano é necessariamente de longo prazo. Então as intervenções pontuais, como você fala, ações sociais pontuais, ações de requalificações urbanas, com amplitude reduzida, que realmente tem uma amplitude reduzida, mas elas são extremamente significativas, ou seja, o que vai significar esta, a via de borda, por exemplo,

que está sendo feita de Novos Alagados até a Ribeira, o que pode significar isso ao longo de 10 anos “certo”.

O mercado imobiliário não se mobilizou ainda, mas existem uma série de balcões vazios, uma série de edifícios antigos, que podem ser requalificados e até um percentual, como eu falei com você que Salvador tem uma carência de áreas... Na Península de Itapagipe é um dos locais em que existe um percentual construtivo “certo” a ser absorvido pelo mercado imobiliário e não houve uma mobilização “certo”, ou seja, é como se as ações do Estado não fossem seguidas pelas ações do mercado, muito por falta desse plano de futuro, ou seja, muito por falta também de uma mobilização. Estado, Mercado e Sociedade é como se vivessem em tempos diferentes “certo” a forma de você colocar esses 03 juntos dialogando, é exatamente num plano de desenvolvimento urbano. E a gente perde a oportunidade e tem que fazer um plano de desenvolvimento urbano local “certo” local, e aí você congrega esses 03 elementos que são esses três elementos, não adianta o Estado dizer que está fazendo um.....uma.....um projeto, uma política pública, aplicando programas, mas não é suficiente se, as outras a os outros componentes do triângulo não se mobilizarem, “certo” basicamente é isso.

Lista de indicadores
(fornecida por CONDER 1, em resposta à questão sobre indicadores)

PROGRAMA VIVER MELHOR/BIRD

Indicadores de Resultado

| Descrição | Linha de Base | | Meta | | | | | | | | | | | | Periodicidade dos Relatórios | Instrumentos de Coleta de Dados | Responsável |
|---|---|--|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|-------|------------|---|------------------------------|---------------------------------|-------------|
| | | | Ano 1 | | Ano 2 | | Ano 3 | | Ano 4 | | Final | | | | | | |
| | S | I | S | I | S | I | S | I | S | I | S | I | | | | | |
| Objetivo Geral do Projeto | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Melhoria da qualidade de vida nas comunidades contempladas (Índice de Vulnerabilidade Social e Urbana) | 17.000 famílias em 20 comunidades (média IVSU = 43,44) | 13.000 famílias em 44 comunidades (média IVSU = 42,10) | 43,44 | 42,10 | 44,75 | 42,75 | 46,34 | 42,69 | 46,47 | 43,55 | 47,37 | 44,29 | Anual | Censo Demográfico, PSE, SIG VM | CONDER | | |
| COMPONENTE A - QUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Número de casas beneficiadas com melhorias (40% da demanda nas áreas de Projeto em Salvador e no interior) | 8.500 (habitações 50% das existentes) | 6.500 (habitações 50% das existentes) | 0 | 0 | 500 | 200 | 1.900 | 1.400 | 3.400 | 2.600 | 3.400 | 2.600 | Trimestral | MIS, Base Pública de Dados, Grupo Focal | CONDER | | |
| 2. Número de famílias em moradias precárias reassentadas (5% dos domicílios nas áreas de Projeto em Salvador e no interior) | 850 domicílios | 650 domicílios | 100 | 100 | 300 | 250 | 550 | 400 | 850 | 650 | 850 | 650 | | | | | |
| 3. Redução do número de casas em áreas de risco | 600 domicílios | 1.300 domicílios | 300 | 0 | 500 | 300 | 600 | 800 | 600 | 1.300 | 600 | 1.300 | | | | | |
| 4. Redução na incidência de doenças de veiculação hídrica e relacionadas à falta de saneamento | 0% de redução na incidência em pré-escolares | 0% de redução na incidência em pré-escolares | 0% | 0% | 10% | 10% | 20% | 25% | 30% | 35% | 30% | 35% | Anual | Pesquisa epidemiológica, dados das Secretarias de Saúde, Estadual e Municipal | | | |
| 5. Incremento da regularização fundiária | 10% das terras regularizadas | 10% das terras regularizadas | 20% | 20% | 30% | 30% | 40% | 40% | 50% | 50% | 50% | 50% | Trimestral | MIS, Base Pública de Dados, Grupo Focal | | | |
| COMPONENTE B - DESENVOLVIMENTO SOCIAL, COMUNITÁRIO E ECONÔMICO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Instalação das Casas do Viver Melhor | 1 | 0 | 2 | 1 | 2 | 4 | 2 | 6 | 2 | 7 | 2 | 7 | Anual | MIS, Base Pública de Dados | CONDER | | |
| 2. Elaboração de Programas sociais (saúde, educação e treinamento) | 0% | 0% | 25% | 5% | 60% | 50% | 85% | 85% | 100% | 100% | 100% | 100% | Trimestral | Dados das Secretarias de Saúde, Estadual e Municipal | | | |
| 3. Incremento da vacinação infantil | 95% | 90% | 95% | 92% | 96% | 95% | 97% | 97% | 98% | 98% | 98% | 98% | Trimestral | PSE, dados das Secretarias de Saúde, Estadual e Municipal | | | |
| 4. Incremento na assistência a pré-escolares | 5% | 3% | 10% | 3% | 15% | 7% | 25% | 15% | 30% | 20% | 30% | 20% | Anual | Dados das Secretarias de Saúde, Estadual e Municipal | | | |
| 5. Redução da desnutrição infantil | 5% | 12% | 5% | 12% | 4% | 10% | 3% | 8% | 2% | 5% | 2% | 5% | Trimestral | MIS, Base Pública de Dados, Discussão em Grupos Focais | | | |
| 6. Número de beneficiários de Programas de Treinamento Profissional | 0 | 0 | 200 | 0 | 500 | 300 | 800 | 600 | 1.200 | 1.000 | 1.200 | 1.000 | Anual | Pesquisas locais | | | |
| 7. Número de jovens e adultos em programas de alfabetização | 0 | 0 | 200 | 0 | 400 | 300 | 600 | 700 | 800 | 1.000 | 800 | 1.000 | Trimestral | MIS, Base Pública de Dados, Discussão em Grupos Focais | CONDER | | |
| 8. Redução da criminalidade/segurança na comunidade (violência e melhoria na percepção da segurança na comunidade) | Dados de vitimização e percepção da violência obtidos em pesquisa para determinação de linha base | | 0% | 0% | 10% | 5% | 15% | 10% | 15% | 15% | 15% | 15% | Anual | Pesquisas locais | | | |
| COMPONENTE C - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Montante de fundos suplementares para organizações estaduais e municipais (investimentos e O&M (US\$ milhão)) | 0,0 | 0,0 | 1,0 | 0,0 | 2,4 | 0,45 | 2,8 | 1,0 | 3,0 | 1,6 | 3,0 | 1,6 | Trimestral | Contratos para implantação de MIS e Convênios | CONDER | | |
| 2. Implementação da estrutura e instrumentos de Gerenciamento do Projeto (MIS e GIS) | 0% | | 100% | | 100% | | 100% | | 100% | | 100% | | | | | | |
| 3. Número de técnicos municipais treinados em concepção de políticas chave (planejamento e controle da ocupação urbana, GIS, recuperação de custos, etc.) | 0 | 0 | 25 | 10 | 50 | 40 | 50 | 50 | 50 | 70 | 50 | 70 | | | | | |
| 4. Número de reuniões comunitárias | 8 | 0 | 44 | 12 | 80 | 96 | 116 | 180 | 116 | 234 | 116 | 234 | | | | | |
| 5. Número de beneficiários de Programas de Treinamento Profissional | 0 | 0 | 200 | 0 | 500 | 300 | 800 | 600 | 1.200 | 1.000 | 1.200 | 1.000 | Trimestral | MIS, Base Pública de Dados, Discussão em Grupos Focais | CONDER | | |
| 6. Número de jovens e adultos em programas de alfabetização | 0 | 0 | 200 | 0 | 400 | 300 | 600 | 700 | 800 | 1.000 | 800 | 1.000 | Anual | Pesquisas locais | | | |
| 7. Redução da criminalidade/segurança na comunidade (violência e melhoria na percepção da segurança na comunidade) | Dados de vitimização e percepção da violência obtidos em pesquisa para determinação de linha base | | 0% | 0% | 10% | 5% | 15% | 10% | 15% | 15% | 15% | 15% | Anual | Pesquisas locais | | | |
| COMPONENTE C - DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E GESTÃO | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Montante de fundos suplementares para organizações estaduais e municipais (investimentos e O&M (US\$ milhão)) | 0,0 | 0,0 | 1,0 | 0,0 | 2,4 | 0,45 | 2,8 | 1,0 | 3,0 | 1,6 | 3,0 | 1,6 | Trimestral | Contratos para implantação de MIS e Convênios | CONDER | | |
| 2. Implementação da estrutura e instrumentos de Gerenciamento do Projeto (MIS e GIS) | 0% | | 100% | | 100% | | 100% | | 100% | | 100% | | | | | | |
| 3. Número de técnicos municipais treinados em concepção de políticas chave (planejamento e controle da ocupação urbana, GIS, recuperação de custos, etc.) | 0 | 0 | 25 | 10 | 50 | 40 | 50 | 50 | 50 | 70 | 50 | 70 | | | | | |
| 4. Número de reuniões comunitárias | 8 | 0 | 44 | 12 | 80 | 96 | 116 | 180 | 116 | 234 | 116 | 234 | | | | | |

2. Entrevista – CONDER 2 (10/04/2006)

Ivilana - O que é que você entende por cidadania?

CONDER 2 - Sua pergunta é assim: a cidadania de uma maneira geral ou a cidadania dentro do...daqui ... da, do nosso projeto de intervenção?.

Ivilana – De uma maneira geral e também você pode dizer dentro do projeto.

CONDER 2 – Tá, o meu entendimento por cidadania – eu acho que é aquele entendimento clássico não é, que é onde as pessoas tem acesso a determinado tipo de serviço, tem acesso a participação na definição, digamos assim de políticas públicas de... de determinadas tomadas de decisão que vão influenciar na sua própria vida, então quando ele participa, quando ele opina não é, quando ele ajuda a construir é ... políticas, ajuda a construir é ... diretrizes, que vão interferir na sua própria vida, isso é pra mim é cidadania.

Ivilana - E a cidadania dentro do projeto, qual seria....

CONDER 2 - A cidadania dentro do projeto – eu acho que nesse projeto particularmente nós ... é, tivemos uma grande demonstração do que o projeto entendia como cidadania, e quais foram assim, os mecanismos que o projeto utilizou para que de fato houvesse uma participação cidadã né, que a gente fugisse das tradicionais práticas de intervenção que no passado elas eram direcionadas para, eu tenho que aceitar aquilo que tá vindo, por que o que tá vindo foi elaborado por uma equipe de técnicos que tem determinados saberes e que, por conta disso, eles conhecem as nossas necessidades, e que sabem o que é que nós precisamos, nós estamos, nós não sabemos, porque o que está vindo é tecnicamente correto. Não, dessa vez eu acompanho esse projeto, aliás, eu estou trabalhando na região de Alagados, desde, do final de 1992... em 93 nós já trabalhamos Participação Comunitária dentro da 1ª etapa do projeto, que foi quando nós utilizamos as associações comunitárias locais e todos os núcleos que eram assim, gerados por essas próprias associações como área de educação, saúde, para participarem do projeto, então, quais são as nossas ... – eu lembro da nossa 1ª reunião no espaço chamado.. uma escola e as perguntas foram: quais foram as nossas necessidades, quais são as nossas necessidades, o que é que nós precisamos de fato aqui, o que poderia vir com a intervenção, pra facilitar a nossa vida e até fortalecer aquilo que nós já estamos fazendo e pra você ter uma idéia, até no próprio diagnóstico né, a pesquisa sócio-econômica, nós utilizamos os próprios moradores, pessoas que tinham uma determinada... escolaridade, eram monitores da escola, monitores de capoeira, pessoas que tinham uma escolaridade que podiam é, muito bem, pegar um questionário, ler este questionário, receber um treinamento e aplicar este questionário junto aos seus, digamos assim, vizinhos aos seus, a pessoas da sua comunidade, então já ai digamos, que são os primeiros passos da cidadania com, ao longo do movimento do projeto é, nós fomos aprendendo, muito, nós aprendemos muito com a comunidade, porque nos estávamos lá dentro, dia e noite era, foi um trabalho muito intenso com reuniões, nós tínhamos uma população uma, um número de casas de 3.000 e tantos domicílios né, não me lembro agora, mais quase 3.200 domicílios e nós fizemos reuniões com toda essa população, não só quem tava na terra firme como tava... não só da palafita a ordem é essa, mas também quem tava na terra firme.

Ivilana – Você está falando do Programa Ribeira Azul?

CONDER 2 - Não, estou falando de Novos Alagados que é o seu recorte né, que é, digamos assim, que é o nosso laboratório.

Então, nós é, trabalhamos com essa comunidade inteira, dioturnamente por que todas as nossas reuniões comunitárias eram feitas à noite, em qualquer lugar possível de se aglutinar pessoas, então era numa escola, era numa rua, numa igreja, na garagem do carro da associação, em qualquer lugar... na própria é ... entrada da palafita, que tinha um espaço maior. Então nós fazíamos esses eventos e fomos aprendendo, então nós fomos aprendendo o que? no início nós é ... é impossível você trabalhar com uma população naquela época, estimada em 14.000 mil pessoas, então é impossível você trabalhar com todo mundo todo dia.

Então, quais são as estratégias para que as pessoas participem, então nós é ... é elegemos não só a comunidade para participar, aliás, foi uma eleição digamos assim é, coletiva, participativa, porque a comunidade através das suas lideranças, sua associação ela definiu as formas de participação junto

conosco, então, ela e mais, pessoas que tinham ajudado a construir a comunidade, mas nós não nos demos por contente, então, nós elegemos em cada grupo de 60 moradores 02 representantes, por que? Por que esses 02 representantes eles estavam bem próximo a esse grupo de 60, por que você sabe muito bem como é distribuída aquela região, então eles iam, participavam ativamente, nós tínhamos reuniões sistemáticas, muitas, muitas, muitas reuniões e nós víamos até mudando o projeto em função das demandas que iam aparecendo, então o projeto físico ele foi tomando um contorno, foi feita uma proposta inicial por que tem que ser feito né, uma proposta inicial, apresentada e ele foi mudando um pouco o seu contorno, em função do que a comunidade pretendia daquilo que a comunidade achava..., considerava como adequado, na medida do possível quando a gente podia é, ajustar, então, pra mim toda essa mobilização que formou mobilização maciça né, uma grande mobilização e a possibilidade de dar voz a essas pessoas, isso já é um grande avanço em relação a participação, então foi fácil?. Não, não, não foi fácil, foi um desafio grande, por que nós tínhamos que estar diuturnamente e quando você está dentro de uma área sobre intervenção que você entra, o Estado né entra para intervir dentro de uma área socialmente, fisicamente, ambientalmente ele passa a ser digamos assim, o... o... a válvula de escape para todos os problemas, e nós fomos muito a válvula de escape para vários problemas que a comunidade tinha que fugia até, digamos assim da... da alçada do Projeto, que ela não era a questão do Projeto, era uma questão da Secretaria de Saúde, era na questão da Secretaria Municipal e Estadual né, quando eu falar sempre um Órgão a nível de estadual e municipal, era de demanda dessas outras estâncias, mas estava sempre nas costas do Projeto. Com isso tudo, foi na 1ª etapa – 1ª e 2ª etapas que nós começamos com diagnóstico juntos e primeiro, primeiros passos de diálogo né, para participação, para redefinição do projeto que tinha sido elaborado junto. Depois do programa de recurso, o recurso não dava para fazer as duas etapas e aí dividimos 1ª e 2ª etapa. Executamos a 1ª e em 1998 nós partimos para é, fazer o rediagnóstico por que já tínhamos, nós tínhamos feito o 1º diagnóstico em 93, vamos fazer o diagnóstico em é... 98, de novo levantar já na 2ª etapa o retrato da comunidade. E aí mais uma vez nós utilizamos de reuniões comunitárias, para explicar por que, o que é que nós estamos fazendo com esse novo diagnóstico, já que tinham passado tantos anos e as famílias estavam né, ávidas querendo saber e aí quando, já mudou a área de lá, quando muda nossa área? então de novo reuniões comunitárias, mas não são reuniões, que as reuniões a gente pensa na reunião comunitária como aquela coisa, nós vamos lá para informar, isso aí não existiu, por que, como eu já lhe disse, tiveram vários desafios, um dos desafios é... nós estamos em uma região onde a comunidade é bastante articulada, onde é politizada em todos os sentidos né, não é uma comunidade que não sabe o que quer, por que quando eles se instalaram ali, eles sabiam o que queriam, eles queriam resolver o problema de cada dia, da sua forma, então na maré, por que, por que eles não queriam invadir terra firme, por que tinham medo dos donos do terreno expulsarem, então eles sabiam o que queriam e como já disse a própria invasão na maré é uma forma de dizer, queremos a casa não importa aonde, então isso é um desafio, estamos lidando com pessoas que são decididas, então foi é, tivemos momentos de entaves, momentos de conflito, mas é, nós conseguimos dialogar, e aí já nessa 2ª etapa quando você... retomando a questão da cidadania, nós é, fomos mais além, então nós tentamos por que a comunidade ela trabalhava, tinham vários núcleos né, varias associações que trabalhavam de forma isolada, então além do diagnóstico, censitário né, moradia por moradia pra saber dados sócio-econômicos e físicos, nós também fizemos um diagnóstico com todas as associações que trabalhavam, qualquer serviço prestado pela própria comunidade, nós fizemos o diagnóstico lá, o que oferece, para quantas pessoas são, tipo de serviço né, quem são beneficiários, quanto tempo de existência, quais são os principais problemas que tem, e aí nós, pela primeira vez montamos um Seminário Interinstitucional local. Então muitas instituições que não se conheciam passaram a se conhecer ali, passaram a saber o que é que a outra está fazendo dentro do mesmo território, que você imagine né, dentro do mesmo território quando a gente imagina todas as associações estão trabalhando em rede, elas tinham essa distância. Então foi um exercício grande de cidadania institucional digamos assim, se a gente pode criar esse termo e aí é, nós partimos para dentro dessas reuniões, a participação ativa dessas instituições e criamos um grupo de lideranças comunitárias. Já não eram mais moradores né, que a gente antes chamava de líderes, agora, nós passamos a chamar de liderança, então nós criamos também em cada grupo de 60, duas representações, então nós tínhamos duas representações que acompanhavam o projeto diariamente, por que muita gente não trabalhava, quem não trabalhava melhor ainda, quer dizer, melhor no sentido de acompanhar, que tava ali ô na rua tal, foi programado fazer isso, mas a gente não tá vendo fazer assim né, era pra tirar a frente de tal casa, não tirou, ah, tem que tirar frente

de tal casa, mas por que é que vocês não dão uma recuada do lado de cá e ai deixa aquela casa aonde está, então tudo isso nós fomos incorporando na medida do possível, como eu já lhe disse, na minha concepção é cidadania dentro do projeto, não, é? Por exemplo, curso de qualificação profissional nós estamos fazemos de acordo com as vocações locais e eles diziam não adianta esse curso aqui, por que não tem, nós não temos como inserir no mercado de trabalho as pessoas, é melhor esse curso que assim nós temos mais possibilidade de trabalhar, então tiveram assim vários momentos né, onde nós podemos afirmar, eu digo mesmo essa coisa da participação massiva, dos informativos que circularam, das reuniões onde os técnicos saíram descabelados por que a comunidade exigia, a comunidade queria diferente e nós tínhamos que tentar é conciliar, tentar fazer com que o projeto seguisse uma linha que não entrasse em conflito com a comunidade, eu acho que foi cidadania. Foi uma cidadania é, pra comunidade, eu digo assim... eles ganharam muito né, eu me lembro que tinha um... motorista de ônibus que ele era uma liderança e quando ele recebeu o certificado, por que nós tivemos até curso de capacitação de liderança.

Olha quando um projeto, uma instituição, a Conder fic... é... no que se dispõe a criar um curso de capacitação de líderes e poderia está criando o que? Pessoas que iam aprender a se voltar até contra nós mesmos né, por que eles iam saber montar reuniões, noções de cidadania, de direito, o que é que eu, o que é que eu tenho direito de reclamar em relação a políticas públicas, então tudo, todos esses cursos foram dados sem nenhuma ingerência nossa, nós contratamos um consultor externo que não foram os técnicos que deram, o consultor que deu o curso e deu o curso montando a proposta do curso junto com eles, então o motorista disse assim... eu quando exibo lá, estou exibindo meu certificado de líder comunitário que tem o currículo atrás que foi o que eu aprendi. Eu sou mais respeitado agora até pelos meus próprios chefes, que eu digo, não, ele quis fazer dentro da empresa que ele trabalhava com os colegas, digo assim, uma movimentação de acordo com o que ele aprendeu, então esse foi um aspecto positivo, e muitas e muitas conquistas que a comunidade adquiriu foi em função da possibilidade de participar ativamente, da possibilidade de ser cidadão dentro do projeto, não ser um mero receptor de informações né, eu recebo informação, vou pra casa quietinho e espero o projeto acontecer, isso não, de fato não acontecia, foi um (?)....

Ivilana - E o que é que você entende por participação cidadã? Só pra dar uma fechada.

CONDER 2 - É, a participação cidadã é quando, eu não é, participo e tenho voz, eu não estou ali apenas, participo... e também tem aquela questão que o próprio beneficiário ele tem que considerar se considerar, ele tem que se ver enquanto cidadão, então a cidadania é quando eu busco né, uma necessidade que eu tenho e essa necessidade ela é respondida, então eu não fico apenas como, com aquela, aquele ranço do assistencialismo, eu saio desse ranço do assistencialismo, então eu acredito que ai vem a participação cidadã né, é você dar voz pras pessoas e as coisas e as pessoas verem que aquilo que está acontecendo tem o dedo dele não é, então se ele diz assim, eu não consigo mais, é, se ele diz: o lixo não está vindo.... não, um exemplo claro bem interessante o correio. Então, antes do correio não tinha um arruamento definido, não tinha nomenclatura das ruas, então o correio entregava cartas aos meninos que chegava assim... quem é Luciana Filho? os meninos, ah...eu conheço, então pegue a carta e entregue ali, então, isto, os moradores vieram, olha nós temos que resolver o problema do correio, então o que nós podemos fazer, precisamos definir claramente as ruas, eles exigiam da gente que a gente é, resolvesse problemas com o correio e nós vamos buscar o Correio Central, pra ver o que é que se podia fazer e até colocar essa questão de que as cartas eram entregues assim, a quem dizia que conhecia essa pessoa.

A questão do lixo também foi importante. O lixo não está entrando né, então eles reclamando com a gente, vocês abriram a rua, mas o lixo não está indo lá, por que o lixo era a Prefeitura, então vamos chamar a Limpurb.. na comunidade... que eles vem sábado, fizemos uma ampla reunião com os moradores no sentido de...como é que a Limpurb vai fazer e depois nós vamos entregar aos moradores, olha vocês agora sabem quem é a pessoa da Limpurb que vocês vai procurar, que são as pessoas que vão procurar, então isso é cidadania, por que eles se sentiram digamos assim... empoderados né, bom agora nós podemos, nós sabemos o telefone ta aqui, nós vamos lá e vamos procurar, por que com, antes da intervenção eles eram, digamos assim um pouco abandonados mas com a intervenção eles é, como se eles estivessem sendo legitimados dentro do contexto do tecido social. Nós existimos, estamos aqui, nós precisamos que a melhoria continue né, que tenha continuidade e que foi assim uma

meta nossa, a questão da sustentabilidade, não pode existir sustentabilidade de uma intervenção se não existe a participação cidadã, que é dar voz aos beneficiários, para que eles reconheçam os seus direitos e saibam como buscá-los.

Ivilana - E há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais estaduais em Salvador?

CONDER 2 - Olha, se eu respondesse a você que sim ou que não, estaria mentindo, por que de fato, eu não tenho assim em... como se diz? eu não tenho a questão das políticas públicas na mão, quando você fala assim... estaduais e municipais, por que eu não estou dentro do município – ah perdão, estaduais! Estaduais, como eu te falei, essa mudança né, essa quebra de paradigma eu acho que já é um avanço muito grande na questão da participação né, por que hoje é o morador, ele, ele diz assim: essa casa aqui, esse modelo de casa poderia ser dessa forma, então claro que nós temos que chegar com uma proposta, como eu já lhe disse né, nós não podemos chegar sem nada. Essa proposta, ela já deve ir lá com, sabendo que ela pode ser modificada. Uma questão interessante, por exemplo, pra você ver dentro do Estado, das políticas públicas de habitação do Estado é a nossa const..., é a construção das casas dentro da própria comunidade. Você sabe que ali o metro quadrado ficou caríssimo, em função da construção do aterro, mas por que as casas foram construídas ali e não nas outras áreas mais distantes, porém com maior facilidade de constru.... de.... de construtiva, por que a população tem relação de vizinhança, de trabalho, de parentesco, de sobrevivência, nas proximidades de onde ela invadiu, então nós consolidamos as habitações ali, construímos ali, pra que eles não perdessem esse vínculo, então isto já é uma demonstração clara de que o Estado já trabalha dentro de uma lógica diferente da participação por que foram os moradores que pediram, nós queremos continuar dentro da nossa comunidade, então isso, ao meu ver, é uma política pública de habitação cidadã que o Estado tá criando, por que senão seria muito mais barato pra o Estado né, muito mais barato pro Estado muito mais, menos conflituoso pro Estado e digamos assim, muito mais é.. seguro, construir mais distante, porém você sabe que a cidade de Salvador, não... não... não tem mais terreno dentro da área urbana, não é, digamos assim dos centros para construir casas estamos todos, tá tudo tomado, então teríamos que construir em lugares mais distantes, mas não, para que a comunidade fosse atendida, por que foi uma exigência da comunidade, isso é participação cidadã, isso é política pública cid.... habitacional cidadã, quer dizer nós não desvinculamos eles de estratégias que são cruciais para a sua sobrevivência.

Ivilana – Certo, mas essa pergunta tá mais ou menos, vou fazer de outra forma. O Programa Ribeira Azul é uma exceção ou ele é um modelo de políticas públicas habitacionais dentro do Estado?

CONDER 2 - Não, eu não diria que ele é uma exceção não, por que tem outras comunidades que estão sendo requalificadas né, que eu não trabalho, meu trabalho se limita à área do Ribeira Azul, mas tem outras áreas da cidade que são... Que tão sendo trabalhadas, que as famílias não estão mais saindo dali pra lugares distantes. Gamboa é um exemplo disso, não é, você sabe, Calabar é um exemplo disso, o Candeal é um exemplo disso, não é, que teve aquele todo trabalho lá, que a Conder fez dentro do Candeal e que é um exemplo né, nós temos aqui na Lapinha, também foi feito um trabalho semelhante, então eu acho que já está dentro do ... do... do... é do trabalho do próprio Estado já está dentro das políticas públicas do Estado, na medida do possível né, que eu digo isso tecnicamente por que nós temos vários problemas para atender a essa demanda, a esse desejo da comunidade. Tem problemas, é muito mais difícil trabalhar eu lhe digo, mas eu acho que já está dentro do Estado, na minha opinião está por esses exemplos, não é? Costa Azul agora está sendo feito, a comunidade vai ser mantida na sua, no seu local. É, sexta-feira o Governador disse.. Paraíso Feliz salvo me engano é o nome, então ele dizia assim, que quando a comunidade invadiu, botou esse nome por que a esperança estava no coração deles que um dia aquilo ia mudar...claro que por longos anos não foi feliz, mas agora certamente será melhor, por que está havendo uma intervenção e a comunidade vai ficar ali no mesmo local, não é, então já é uma mudança sim, e já não é? O Ribeira Azul, já não é uma exceção. O Ribeira Azul é um modelo, por que? Por que o Ribeira Azul é um modelo? Por que o Ribeira Azul não trabalha só a questão habitacional, o Ribeira Azul é uma intervenção integrada onde nós estamos valorizando o capital social, onde nós estamos é, criando mecanismos de relação de vida, fortalecimento de economia doméstica, onde nós estamos criando a possibilidade da chegada de parcerias externas né, onde nós estamos dando à comunidade os instrumentos, as ferramentas pra que eles se sustentem, onde nós estamos é, digamos assim, fortalecendo as vocações produtivas locais,

então o Ribeira Azul tem tudo isso, é uma parceria muito larga de... agentes internacionais, nacionais de financiamento, então é uma demonstração de que, em rede, nós podemos trabalhar muito melhor e integrado, com ações integradas se pode gerar melhorias bem mais é, substanciais do que se nós fizermos ações pontuais isoladas. Então o Ribeira Azul é um modelo nesse sentido, mas o Estado já tem dado passos avançadíssimos né, para que, para implantação de políticas públicas habitacionais cidadãs, quando melhora a vida da comunidade e melhora as condições de habitabilidade e as deixa dentro de seu de seu.... é, local, de seu habitat original, não tira ele dali né, claro que em alguns momentos precisa tirar, por que por exemplo, nós já tivemos em reuniões a moradora que dizia não, no lugar da praça, que tá previsto uma praça, constrói casa.... e ai nós perguntamos pra ela e seus filhos onde eles vão brincar? seus filhos vão ficar presos em casa? e as áreas verdes? nós vamos destruir todo verde? ela ah... mas pra que nos quer isso, você tá vendo o conflito, então né, na cabeça de algumas pessoas, muitos pode pensar como ela, é mais importante né, o cimento, não está preocupada com a questão das áreas coletivas, de convivência, do espaço verde que vão equilibrar o ambiente, ninguém não está preocupada com isso né.

Ivilana - Existem mudanças efetivas decorrentes da participação cidadã?

CONDER 2 - Eu acabei de te dizer né.

Ivilana - E quais são as mudanças decorrentes dessa participação?

CONDER 2 - Eu acho que também acabei de te dizer.

Construir no próprio local né, valorizar o capital social, fortalecer as organizações com capital social, ok!, aquele que ele construiu pelas próprias organizações locais, pela comunidade, pela sociedade organizada, não é, gerar é ... Qualificação profissional e com isso favorecer a inserção no mercado de trabalho ou a geração do trabalho, que hoje falar né, emprego tá difícil né, gerar a possibilidade de trabalho.

Ivilana - É, o que é que poderia ser feito pra propiciar uma maior participação cidadã?

CONDER 2 - Olha, eu acho que o 1º passo a ser feito é ... aquilo que nós já estamos fazendo no Ribeira Azul. É mobilizar mesmo, a duras penas, que não é fácil mobilizar, é fácil pedir, exigir, mas na hora da participação, na hora de tá ali presente tem diversos problemas né, conflitos de interesses, então nós precisamos é criar esse mecanismo de ... de participação, de mobilização primeiro, eu não falo nem de organização, por que a comunidade já ta organizada, mas como mobilizar.... Acho um desenho de mobilização que seja efetivo, que mova as pessoas, mesmo não é?

Ivilana - E quais os principais entraves da participação cidadã nessas políticas habitacionais?

CONDER 2 - Olhe, os principais entraves que eu acho é... né nem por parte da.... da.... da comunidade, quer dizer, também, por que o que a comunidade precisa é livrar-se do especulador, por que dói muito pra gente quando nós trabalhamos afincamente pra responder uma demanda da comunidade, pra responder um anseio da comunidade e alguns moradores se deixam influenciar pela especulação imobiliária que é uma praga, uma chaga da nossa sociedade, por que tem muita gente que vive disso, não é? e nós sabemos que o morador... a gente sempre ta dizendo pra ele.... essa casa vale X, vale 20, 17, 18 mil reais, não vendam ela por 4 ou 5, por que o imediatismo né, estou precisando, eu vejo 4 ou 5 mil eu dou, ai eu vou invadir noutro lugar. Graças a Deus hoje nós temos um cadastro unificado, isso está sendo um instrumento importante, pra que a gente mantenha essa participação cidadã dentro das políticas habitacionais, para que o morador continue ali, que ele não seja, digamos assim, comprado né, pelo especulador externo.

Ivilana – Como é esse cadastro?

CONDER 2 - Assim, aqui tá o setor de comercialização e tem contrato né, quando o morador recebe a casa tem um contrato

Ivilana – Ah, ele não pode vender.

CONDER 2 - Não, no contrato, por que fica lá cadastrado que ele recebeu o benefício, subsidiado, ele não pode receber outro, então tá vindo muita gente agora, que tá se dando conta, chorando aaah, por que eu não, eu fui assinar o contrato e não pude receber... por que a senhora não pode receber? o

senhor não pode receber? por que eu já tinha recebido uma casa não sei aonde, e o que aconteceu com essa casa? Eu vendi! Certo, então por que o senhor vendeu? Então às vezes ele vendeu por uma bobagem e vão invadir em outro lugar, então isso já tá sendo disseminado e talvez seja um instrumento importante pra gente no futuro, pra que não haja, você tá entendendo, essa cultura da invasão, a invasão né, eu tô falando da invasão pela invasão. A invasão como estratégia de negócio, de comércio.

Ivilana - É, quais são as principais formas de participação? As principais práticas participativas?

CONDER 2 - Olhe, os fóruns, os seminários, não é, as reuniões constantes, os núcleos de gestão, o núcleo de gestão que é formado por, pelas próprias instituições comunitárias, os grupos que a gente chama de Agente de Divulgação do Projeto né, que a gente mudou um pouquinho o nome de liderança, pra não ter conflito com as instituições, que são moradores que não tinham, que não participavam de nada, de nenhuma organização e a gente além de trazer morador que participa de organização, além de trazer gestor de organização, traga aquele morador que não tinha esse, essa cultura, não tinha essa prática, pra que ele seja mais um, quer dizer, é a soma. A instituição ela não tá lá naquela palafita né, ela não tá lá naquele fileiro de palafita e aquele morador está, então a ponte dele tá com problema, ele vem cá, não é? Houve um acidente na ponte dele, ele vem cá, ele tem um canal aberto com o Projeto, então o canal dele não é só a organização comunitária, mas é também o Projeto, ele sabe que ele pode vir ali, e o vizinho dele que não pode vir, já sabe que ele é interlocutor, então fala com ele e ele muitas vezes se une até à organização pra vir junto, então essa é uma ...

Ivilana - A frequência dessas reuniões que você falou, é qual frequência?

CONDER 2 - Olha, quando nós estamos com a intervenção andando... é como se diz, acontecendo, acontecendo nós estamos com uma frequência aqui de, é a cada 20 dias ou mensal, mas nós temos mensalmente a reunião do núcleo de gestão e além disso o escritório é aberto 8 horas por dia. Então na maioria das vezes chega um grupo de morador que não tinha reunião nenhuma de nada, mas teve uma questão lá, quer dizer, não está limitado a esperar acontecer a reunião, por que o escritório tem essa função, de ser assim né, o núcleo, onde a trama, vou usar essa palavra, do projeto acontece, seja do ponto de vista técnico ou seja do ponto de vista da participação de apoio à comunidade.

Ivilana - Quem é que fica nesse núcleo de gestão, no escritório de campo?

CONDER 2 - Ficam sempre Assistentes Sociais, Engenheiros.

Ivilana - Só da Conder?

CONDER 2 - Só da Conder ou das empresas que nós é... temos feito contrato né, tipo empreiteira é, ou alguma organização, alguma Ong que esteja executando o projeto lá, que a Conder contrate para executar o projeto social, então tem sempre a empreiteira que tá construindo, tem sempre a Conder, tem sempre... quando é o caso, a terceirizada. Mas ali naquele escritório o morador sabe que a porta tá aberta para ele o dia todo, então não tá programado.... eu posso chegar lá, eu mesma né, já cheguei varias vezes pra reunião por exemplo, com o núcleo da gestão, quando eu chego na porta do escritório tem 100 pessoas, ele sabem que vai ter uma reunião, ele tem uma questão que eles querem saber, por exemplo: por que não chegou o projeto na minha área? e eles vão lá e até o núcleo de gestão acusar a gente, vocês convidaram os moradores né, também pra reunião e não nos avisaram, eu digo não... calma ai, vamos sentar pra ver, nós nem sabíamos que eles vinham.

Ivilana - O núcleo de gestão é o Comitê Consultivo, é?

CONDER 2 - Não, por que o Comitê Consultivo já é outra coisa, é do PATS, a gente tá falando dos Projetos, é setorizado.

Ivilana - E o núcleo de gestão é quem?

CONDER 2 - Não, mas o núcleo de gestão não é pra, você tá falando da 2ª etapa né, do Projeto então, do Ribeira Azul né isso, trabalho lá.

Quando você for falar núcleo de gestão é o... é a... Comitê Consultivo né, que você tá falando. É a soma dos moradores das associações comunitárias, representantes dos moradores que forma esse Comitê Consultivo dentro do Projeto de Apoio Técnico Social do Ribeira Azul, mas além do PATS, por exemplo, que inclusive como terminou, nós temos os e.... (perdão viu - telefone tocou), nós temos

os escritórios nessas áreas, por exemplo, Novos Alagados, como você tá focando Novos Alagados tem escritório de campo.

Ivilana – É por que eu fiquei confusa quando você falou agora em núcleo de gestão.

CONDER 2 - É núcleo de gestão é o que – núcleo de gestão sócio ambiental, não tem nada a ver com comitê consultivo.

Ivilana – Núcleo de gestão é quem?

CONDER 2 - São as organizações comunitárias da região, daquela região que formam núcleo de gestão do projeto.

Ivilana – Ah, você falou... o núcleo de gestão fala “você chamou mais gente”... o núcleo de gestão é a própria comunidade, mas através...

CONDER 2 - É a própria comunidade através das suas organizações locais, através das suas organizações locais.

Ivilana – São associações comunitárias.

CONDER 2 - Isso, são associações comunitárias.

Ivilana – Só foi pra eu entender, “certo”?

Ivilana - A participação você acha que ela é geralmente induzida por quais desses... atores aí ?

CONDER 2 – Induzida... (pausa...)

Ivilana – É, você acha que quem dá o, acende o fósforo pra iniciar a participação?

CONDER 2 - Olha, hoje, o órgão executor tem dentro da sua metodologia a exigência da participação, nós enquanto Conder, nós sabemos que sem a participação a gente não vai conseguir trabalhar e não vai conseguir é, como é que se diz, manter o empreendimento.

Os órgãos financiadores, por sua vez... pode ser mais de um? por sua vez eles também tem dentro né, das suas exigências lá a participação da comunidade, então eu acho que todos nós, executores, financiadores, a própria comunidade é, os próprios políticos né, todos nós sabemos que não pode existir desenvolvimento sustentável sem a participação dos beneficiários, por que? Por que nós já temos, centenas ou milhares de experiências no país inteiro, no mundo inteiro onde, quando o beneficiário não participa, ele não se sente é... parte do processo, então o que é que ele vai cuidar? Então a participação ela é importante por isso.

Por exemplo, é, em Novos Alagados nós criamos mecanismos de vigilância para não invasão de novas palafitas, utilizando a própria comunidade, a comunidade sabia que quanto mais casas chegassem, mais distante do benefício ele ficavam, quanto mais palafitas, por que nós dizemos.. olhe, quando nós fomos negociar, pedir o financiamento, nós pedimos para x, nós não podemos depois chegar e dizer que entrou mais 50, por que vamos ter que voltar atrás, para conseguir mais dinheiro para mais essas 50, como é que pode vocês que estão há 20 anos dentro da maré permitir que alguém que nunca morou na maré venha e construa ai e obstrua o processo de requalificação da área né, ai ô..., eles se tornaram vigilantes, é uma forma de participação, não é verdade? eles estão participando, eles estão vigilantes da área.

Ivilana – Então você pode colocar aí também a comunidade. Os mecanismos institucionais utilizados nessas intervenções têm propiciado um nível de participação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

CONDER 2 - Olha, eu diria Bom.

Ivilana - E o nível de interesse da população na participação seria: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

CONDER 2 - No caso do Ribeira Azul, não é? eu... eu fico, eu sei que não existe o ideal o...o...o 100% né, a gente não consegue atingir 100%, mas eu lhe falo com experiência de quem tá há 13 anos e meio nesse trabalho, de que eu considero ótimo sabe, pelo que eu vi acontecer durante esses anos todos.

Ivilana - Há continuidade nos processos participativos, você acha?

CONDER 2 - Eu acho que sim, há continuidade sim, por que, por que nós vemos a comunidade depois, dando alguns passos pra conseguir determinadas coisas.

Ivilana – Então como é essa continuidade?

CONDER 2 - Por exemplo, eles sabem que eles precisam procurar a Secretaria de Educação para resolver um problema relacionado à Educação, então eles sabem que, não é um só que vai ter que ir lá eles sabem que eles precisam se organizar para ir lá, eles sabem chamar para dialogar e eles sabem mencionar o projeto não é, a intervenção como um... um... um nicho onde eles participaram ativamente, onde eles tiveram voz, e as coisas chegaram por que eles tiveram voz, então eu acho que essa é uma forma de demonstração de continuidade, eu mesmo vejo quando diz assim, eu consegui... Ah, um morador né, que já tirou a gente do sério... uma liderança, meu Deus que.. essa liderança eu digo a ele, senhor meus cabelos brancos todos o senhor é o responsável, ai ele hoje né, ele veio pras reuniões ele chegava nas reuniões com lama até acima do joelho, por que ele ia de casa em casa chamar as pessoas né, ele nem conhecia o projeto, mas ele ia chamar pra que as pessoas fossem contra, vocês não aceitem nada que eles querem. Hoje ele já é uma pessoa diferente, então hoje quando ele tá dialogando com a gente ele diz assim, tá vendo D. Fátima, foram vocês que me ensinaram a conversar assim, eu fui pra Brasília sabia?! Então o orgulho dele de ir pra Brasília, então eu fui pra Brasília, eu participei do Seminário, eu falei lá, mas eu não falei mais daquele jeito que eu falava não viu, D. Fátima, eu já falei assim...mais tranquilo né, então isso é uma demonstração que no inicio eu falava assim... dolorosíssima, mas é tão gratificante você ver esse percurso e você vê as pessoas não é? Então, que diz assim, olha tem um organismo é na... nos Estados Unidos que quer ajudar a nossa instituição, mas eles precisam que vocês da Conder dêem uma carta falando que nós participamos, por exemplo, vários chegam aqui, varias organizações, ô dê uma carta pra gente né, uma declaração de que nós fomos capacitados no curso de elaboração de projeto, que nós demos o curso de elaboração de projeto, pra que aí eles saibam que nós somos instrumentalizados, que nós passamos por um processo de qualificação, de formação né, que, teve um, uma instituição que tem peso no Estado que confiou na gente, que instrumentalizou a gente, mas a gente precisa que vocês dêem essa declaração, a gente já tem o certificado, mas eles querem além certificado, a declaração. A gente apronta aqui, Dr. Mario assina e dá, então eles tão buscando continuidade. E o fato de vir me procurar legitima né, um valor que a intervenção teve, o valor que o Órgão Público deu a essa comunidade e digamos assim, e a forma que o... a Conder, o Ribeira Azul propiciou pra que ele participasse de forma cidadã, porque agora que ele tá procurando outro órgão, o outro órgão está querendo que isso seja referendado né.

Ivilana - Existem indicadores que atestem as melhorias das comunidades beneficiadas com políticas habitacionais?

CONDER 2 - Nós estamos construindo esses indicadores, nós estamos ai com um projeto de uma, um trabalho de avaliação né, que está mostrando os indicadores, não está finalizado ainda né, por que são técnicos do Banco Mundial, especialistas do Banco Mundial é, contratados, outros, contratados pelo... (interrompido por Ivilana).

Ivilana – Você fala do PSIA, né.

CONDER 2 - Não, que estão construindo esses indicadores que demonstrem as melhorias de fato que a comunidade pediu.

Ivilana – Não, mas o trabalho que você está falando é o PSIA, é esse o trabalho do Banco Mundial que você ta falando?

CONDER 2 - É esse trabalho.

Ivilana – Mas nos seus controles não têm nenhum indicador assim?

CONDER 2 - Não, não fizemos, nós já fizemos alguns trabalhos como eu já te falei, mas estão em fase de ... por que você sabe que tem um período não é? Não podemos, acabou a intervenção e você já faz uma avaliação, por que você precisa consolidar o trabalho, consolidar aquela ocupação. Então, nós já fizemos, por exemplo, levantamento pra verificar se os moradores continuavam morando, tamos super felizes, por que no universo de quase 400 unidades habitacionais somente 20 e poucas não estavam mais sendo ocupadas por seus moradores originais, então esse é um indicador positivo.

Ivilana – E algum outro?

CONDER 2 – É, não, ainda não, mas está em fase de construção.

Ivilana – Por que esses indicadores são importantes, né?

CONDER 2 - Importantíssimo, e o Banco exige né, quem financia exige. Por exemplo, agora mesmo, acabamos de vir de um curso em S. Paulo, que o Ministério das Cidades deu através da PUC, onde nós fomos é.. trabalhar não é, esses indicador... que tipo de indicadores nós vamos levantar dentro da... do Alagados 4 e 5.

Ivilana – E vocês chegaram a que conclusões?

CONDER 2 - Não, nós fizemos um trabalho lá, tiveram oficinas, então os técnicos que estão atuando efetivamente, tiveram condição de opinar não é, e eles vão mandar ainda o CD pra gente, por que o trabalho vai ser, tá sendo sistematizado pelo pessoal da PUC e depois esses indicadores vão chegar, não sei quando.

Ivilana - Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado para prestar contas à população dessas políticas habitacionais?

CONDER 2 - Nós sempre estamos utilizando é...o próprio, como eu já disse, esses grupos organizados, então a cada período né, trimestral, que nós chamamos toda a comunidade e prestamos conta, ô tava planejado isso conforme vocês participaram do planejamento, foi executado isso, falta isso, então a comunidade está acompanhando, nós também, por exemplo é... disponibilizamos material no escritório de campo pra que eles consultem, mas a comunidade através de suas organizações, suas lideranças, elas tem essa prestação de conta pessoal, onde não é só entregar um papel e eles lá tão lendo e depois não tem a quem perguntar, mas eles tem esses momentos aonde eles levanta é...como se diz, ele tem lá a lista do programado, do executado e tem possibilidade de questionar.

Ivilana - Quais dessas características aqui, se aplicam no Governo do Estado em relação à condução das políticas habitacionais?

CONDER 2 - Olha, eu vou lhe dizer, democracia sim, por que até alguns né, tem o ranço do antigo... ah, era melhor... alguns mais radicais que não estão muito interessado, tanto dizia assim, ah antes era melhor... que você chegava ô jogava e pronto, todo mundo tinha que aceitar, então poucos diz assim né, sabe como é... os enraivados, que tão bêbados e que tão cansado de ser chamado toda hora.... ah faz como quiser.... então eu acho que quando ele diz isso, ele tá dando uma comprovação de que nós estamos até enchendo o saco deles, buscando, trazendo, pra perto, pra discutir, pra dialogar né, então... é democrático é participativo (pausa...) não creio que clientelista não, que nós estamos saindo disso né, quando a gente diz assim.. vocês tem que pagar 20% da casa, a gente está fugindo do clientelismo, do assistencialismo, por que é subsidio é, ele paga 20%, mas é uma forma de fazer com que ele sintase também, que ele saiba meu dinheiro tá ali, responsável ok.

Ivilana - Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para a população de baixa renda?

CONDER 2 - Eu vejo...é mais geral né.

Ivilana – É por que essa 1ª parte é um questionário que vai ser aplicado para várias pessoas, então a partir dele eu tenho que chegar a uma compilação de ... por isso tem que ter uma parte mais geral.

CONDER 2 - É por que aqui eu já não tô assim dentro do....

Ivilana – Aqui a gente pode pular.

CONDER 2 - É por que, eu não tô dentro do planejamento a nível da Secretaria de Desenvolvimento, tem aqui Departamentos específicos, eu só sou cá do

Ivilana – Tá bom, mas é por que eu tenho que elaborar mais geral pra todo mundo. Por que o incremento da participação cidadã nessas intervenções é importante? Você até me respondeu – mas você quer completar?

CONDER 2 - Eu só vou repetir né.

Ivilana - Como a participação cidadã contribui para a sustentabilidade das intervenções?
CONDER 2 - Eu acho que cheguei a falar.

Ivilana – Mas eu gostaria que você falasse de novo, essa é importante.
CONDER 2 - Como a participação cidadã...

Ivilana – Contribui para a sustentabilidade das intervenções – você disse que na medida em que as pessoas participam, se sentem responsáveis no... não entregam sua casa, não saem, a sustentabilidade seria basicamente isso, ou você queria

CONDER 2 - É, e também de manutenção de outros equipamentos que são implantados, por que não é só a casa, é a rua, é a escola, é a praça, é a creche não é, é uma cooperativa então ele... ele sai daquele espaço do privado né, mas ele também passa a, a contribuir na gestão dos espaços coletivos, que é importante, e mais importante ainda é ele contribuir pra que não haja uma reinvasão, por que nós sabemos a maré tá ali na frente dele, ele foi oriundo de lá, mas ele, ele quer que aquele espaço agora como ele disse, continue bonito, preservado, então a participação cidadã ela é... se dá com isso, principalmente nessa direção, não só do público mas do, do digamos, do privado mas do público principalmente, por que se ele não cuidar do público se ele não está instrumentalizado pra cuidar do público, o privado dele vai por água abaixo, por que uma reinvasão de novo, não quero dizer... é descaracteriza né, é desqualifica aquela região.... aquela área dele, que ele tem o endereço, ele não tá mais na maré, ele não é mais um caranguejo como era chamado que vivia na lama.

Ivilana – E assim qual o efeito que programas sociais de amplitude reduzida (eu vou explicar por que estou falando de amplitude reduzida) podem obter no desenvolvimento da comunidade, no incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção? Esses programas sociais, eu não estou falando especificamente programas sociais da Conder, eu estou falando, por exemplo, a Saúde, se eu fiz uma intervenção pra 400 unidades, a Saúde só tá atendendo 50, a Educação só tá atendendo mais 20 a ... sei lá, o treinamento, a capacitação tá atendendo mais 10, os programas não atendem ao universo inteiro que sofreu intervenção.

Por isso que eu estou chamando Programas Sociais de Amplitude Reduzida. Qual é o efeito que esses programas sociais, pouquinho ali, pouquinho aqui podem obter no desenvolvimento da comunidade como um todo e mesmo na sustentabilidade?

Bom, se você mesma já disse que ele é reduzido, se tem uma comunidade de 500, faz uma... uma, digamos assim um Posto de Saúde que só vai atender 20, então o efeito não é, não vai.... vai, não... o efeito é negativo.

Ivilana – Mas não é assim que acontece?

CONDER 2 - Não, não é assim, por que hoje tá sendo um pouco diferente, por exemplo, vou só te exemplificar em relação a nossa realidade. Nós estamos numa comunidade digamos um recorte do Ribeira Azul, que tem uma demanda por que nós estamos fazendo um diagnostico, o diagnostico não serve só para a gente construir a casa, o diagnostico serve para que nos respalde na implementação de serviços, de outros serviços. Então, se tem uma demanda de 400 crianças em idade de creche, nós não vamos construir uma creche pra 50.

Ivilana – Mas sabe de onde foi que eu tirei esses dados, desse próprio...desse próprio trabalho do PSIA. Uma das principais queixas da comunidade é de que a capacitação foi aquém do necessário.

CONDER 2 - Qual foi a comunidade?

Ivilana – Novos Alagados II.

CONDER 2 - A capacitação em que sentido?

Ivilana – Eles falam da creche que não atende a todo mundo, eles falam da capacitação que é feita no centro educacional...

CONDER 2 - Sabe quantas creches tem em Novos Alagados, vou dizer pra você:

Em Novos Alagados tem 01 creche São José Operários, tem 01 creche João Paulo II, tem 01 creche Heroína do Lar e Derei e tem 01 creche que é gerida pela Associação da Paróquia de São Brás, com as irmãs filhas da Igreja, tem 04 creches, 04 creches lá. Ah, tem uma... Pingo do Saber, então é a gente precisa ver assim, naquele momento que foi feito o diagnóstico, tá sendo pensado pra X pessoas, é claro que a creche...se nós temos 400 crianças, não vou mentir pra você, nós vamos fazer a creche para 400, mas vamos fazer uma creche pra 200 né, até por que aquela criança, 1 ano depois que a creche é limitada, aquela criança que tinha 4 anos, já vai ter 5, então ela já não é mais creche, então eu... eu não sei, claro que se tem uma... se nós fazemos um... um serviço né, por que o Ribeira Azul ele implementa, ajuda, fortalece o que já existe, constrói alguns, mas principalmente fortalece o que já existe né, se uma creche tá lá com 3 salas a gente vai lá constrói mais 2, mais 3 salas, e aí amplia a possibilidade de serviço e nós temos feito muito isso, eu acho que o efeito é muito positivo, agora tem determinados tipos de serviços, por exemplo, nós temos que... teremos que ter um programa de planejamento familiar por que você sabe que na comunidade de baixa renda toda hora nasce criança, então se você for atender essa demanda, por exemplo, se você não for no... no problema, se for só no... no.. no..na...na como é que diz, na solução você vai construir intermi....creches intermina.... de maneira interminável.

Ivilana – É, mas não só foi creche não, nesse trabalho a comunidade se queixa de que todos os pro... assim, não vou dizer todos, eu queria que você me explicasse quais são todos, mas fala da capacitação que é dada aos jovens, o treinamento que é dado às cooperativas, Posto de Saúde, creche....que assim... tem uma seleção que são filas intermináveis para conseguir entrar né.

CONDER 2 - Claro, são filas intermináveis, tem seleção, por que nós não podemos fazer as coisas assim. Os cursos, por exemplo, de qualificação profissional na área de construção civil tem uma exigência de escolaridade, tem uma exigência....exigência.... a escolaridade principalmente, então se o cidadão, claro que vai se queixar, não fez nem a 3ª série primária.

Ivilana – Não, mas quem tá na fila é por que já tem os pré-requisitos.

CONDER 2 - Não, não senhora, por que quando a pessoa vai... mesmo sabendo que ele não tem.... ele vai como tentativa, tem fila que o povo não sabe nem pra que é e tá entrando, você acredita nisso? nós já fizemos determinadas atividades lá que o pessoal tava na fila quando chegava, ah eu não sabia que era pra isso, mas foi avisado, foi divulgado, só que ele vai. A gente tem que pensar também nas outras faces não é, é um contexto muito amplo e que tem várias faces né, nós tivemos o programa pra requalificação do manguezal e fomos chamar os jovens somente que participavam do futebol de areia. Tinha jovens de tudo que era lado achando que ia ter uma bolsa, era do futebol de areia por que esses que vão ser envolvidos, por que eles estavam jogando futebol ali, e eles que arrancaram os mangues, mas tinham jovens pra tudo que era lado, tá entendendo? mas a cartinha era... era direcionado nós fomos nas ligas de futebol mandamos... mas o outro que soube vai, que você sabe como existe uma carência grande pra tantas e tantas coisas, então qualquer notícia que tem ali, a pessoa tá sem fazer nada mesmo, eu vou entrar na fila, então a fila é interminável... eu vou, vou tentar, então a gente não pode avaliar só por um lado né, por que você sabe como é, se numa área mais é, digamos assim, com um atendimento maior para determinados serviços, já você vê qualquer coisa, qualquer movimentozinho, o povo tá entrando na fila sem saber o que é... imagine numa comunidade onde tem grande parte da população que está ociosa né, que tá ávida pra alguma coisa, nós recebemos sim, inúmeras reclamações, por exemplo, gostaríamos nós de ter recursos pra fazer 4 ou 5 turmas no CEDEP. Gostaríamos nós de ter possibi..... a cooperativa, por exemplo, poderia ter mais entram determinados membros na cooperativa e eles não, entram na cooperativa mas depois quando vai saber como é que funciona uma cooperativa, não quer ficar, que ele quer carteira assinada, ele quer ter FGTS, ele quer ter 13º (décimo terceiro), ele quer ter férias e a cooperativa não funciona assim, então depois ele sai.. por que ele reclama da cooperativa? por que o formato de cooperativa... nós, eu comecei um trabalho, a COMONAL, a cooperativa que tem lá, aquela cooperativa trabalhei dioturnamente de domingo a domingo pra consolidar aquela cooperativa, foi uma luta enorme, por que quando nós fomos trabalhar o que era cooperativa, o formato de cooperativa, ah...desse jeito não....

Ivilana – É, por que a cidadania é difícil.

CONDER 2 - Não, a compreensão porque nós não temos as informações, nós não ... nós não temos a cultura de cooperativa.

Ivilana – É, isso, é a cultura.

CONDER 2 - É, mas é cultura não é cidadania, é cultura, a cooperativa ela é o Nordeste principalmente não tem a cultura da cooperativa, a cooperativa surgiu na Europa, após a 2ª Guerra. Quando os produtores, eles sabiam que sozinhos estavam destruídos, eles não conseguiam ir em frente, então eles criaram, se agruparam e até hoje existe, você chega na Suíça, chega na Itália os grandes supermercados são cooperativas, cooperativas de produtor de queijo né, que até o *Coupe* lá que depois que eu fui saber o por que era esse nome, que vem de cooperativa, eles são cooperados. Mas na nossa sociedade nós não temos essa cultura então você inserir um hábito né, um padrão dentro de uma sociedade que não tenha... que não está habituada aquilo é difícil. Então dizer assim, ah eu não vou ter décimo terceiro, não quero, eu não vou ter férias não, não quero, então quando eu dizia olha, como funciona, tem o patrimônio que é dividido entre os sócios, todos são donos, todos são patrões, não existe padrão integrado, então isso aí já assusta, pra gente pra gente foi muito difícil trabalhar, eu quase que posso dizer assim, eu entrei varias vezes, por que no inicio 94, pra fazer reuniões, o morador... ah eu não vou não... ah esse negocio... deixe isso pra lá.... as lideranças sim, as associações que tavam ali, mas o morador mesmo que a agente queria era mobilizar todo mundo, era uma proposta ousada de mobilizar a comunidade inteira, essa é uma proposta ousada, e às vezes tem pessoas que não estão querendo.. estão ali né, ainda com o ranço, como eu digo do assistencialismo, a coisa tem que chegar.... por que vou ter que dar opinião nenhuma?

Ivilana – Exatamente. Eu vou fazer a última pergunta dessa parte depois a gente volta pra Novos Alagados, certo? Por que já está no seu horário. E é bom que você me explique bem essa coisa que contesta aqui no trabalho, pra deixar bem claro....

CONDER 2 - A gente pode até marcar outra rodada só que tô preocupada com a CGU.

Ivilana – Pronto, eu só vou fazer a ultima pergunta dessa parte.

Ivilana - É, qual é o percentual das intervenções urbanísticas de população de baixa renda das que você tem conhecimento, já que você tem conhecimento dentro do Ribeira Azul, que fale do Ribeira Azul, que tiveram participação da comunidade desde o inicio, desde a fase de projeto?

CONDER 2 - Olha, do Ribeira Azul eu sei, de outras áreas eu não sei nada explicar.

Ivilana – Do Ribeira Azul, todas as comunidades...

CONDER 2 - Todas as comunidades do Ribeira Azul, todas, todas de.... de... a gente chega lá com a proposta preliminar pra discutir com a comunidade.

Ivilana – Certo.

CONDER 2 – Ah... não, isso aqui não pode ser assim, ah... o Posto deveria ser ali de saúde, ah, o Posto Módulo Policial, dando um exemplo aqui, não era melhor que ele ficasse aqui nessa faixa, por que assim oh... pega essa e essa comunidade, aqui tem mais problema, não a creche deve ser... não, pode abrir essa rua aí, por que tem uma creche aí na frente... e as crianças e o tráfego de veículos?

Ivilana – Certo, e as práticas participativas principais são sempre fóruns, reuniões...

CONDER 2 - Seminários e o escritório de campo e o núcleo de gestão.

3. Entrevista – Morador A (1ª parte) – 21/04/2006

Ivilana - O que é que você entende por cidadania?

Morador - Bom, primeira coisa é... acessos a direitos....hum.. saber como acioná-los né.

É ... cidadania me parece que é uma ... é noção de, primeira coisa é a noção de que a pessoa ela é feita pra que... as necessidades dela sejam respondidas, socialmente, digamos assim, então me parece que é um pouco ... a idéia é relacionada um pouco a direitos humanos....tipo, concebo um pouco assim. Aqui, no Brasil, aqui na Bahia também essa noção começa assim um pouco a se desenvolver, mas ainda tá muito precária, por que o Estado não entende a pessoa enquanto cidadão ainda. Apesar de tudo, ter a cidadania ter virado moda, então tudo que você vai é serviço ao cidadão, é não sei o quê cidadão, Prefeitura de participação, mas na verdade não são participações efetivas. Por exemplo, um outro dia teve um senhor aqui que fez uma coisa, interditou a rua, e fez uma construção indevida, ai a gente procurou os locais pra fazer uma denúncia. Olha, tu liga no 101,156,150, sei lá, da Prefeitura, você tem que ir lá e mas, mas na propaganda se diz que por telefone você faria, então... nesse nível pensa que no.... que tá engatinhando ainda a noção de cidadania, então é, vai precisar de muito chão ainda, pra que... primeiro a gente se reconheça enquanto gente, porque quanto mais área pobre, mais essa noção de cidadania é dada como favor, parece que cidadania deve algum favor e... não responde as necessidades básicas ainda das pessoas, então... é muito fácil... é muito fácil dizer, que está se fazendo uma ação cidadã, mas se está nivelando pelo mínimo, sempre nivelando um pouco por baixo.

Ivilana – Certo, e o que é que você entende por participação cidadã?

Morador - Primeiro, pra participar exige que o sujeito tenha consciência de alguma coisa, quer dizer, se conceba com alguma coisa... não só como beneficiário no sentido de alguém que vai receber uma coisa, mas como alguém que se move pra atingir é ... essa ... esse objetivo né, quer dizer, pra se mover tem que ter uma consciência, e tem que ter algumas coisas muito bem delimitadas: tem que ter um censo de humanidade, dignidade, tem que ter uma percepção de fim, como agente de mudança... de alguma coisa.

Bom, se não existe isso, é...você fica numa certa passividade, você como se esperasse dos outros que te dessem uma chave pra viver, e na verdade o movimento é inverso, é a pessoa que se move diante das coisas, porque tem consciência de que foi feito né, é... tá vivendo pra ter o melhor, digamos assim. É difícil falar de participação popular em situação de pobreza.... (é pesado isso...) por quê? Por que às vezes as pessoas estão lutando pelo básico ainda, pra se manter, acordar de manhã e ter o que comer... se você não tem o que comer de manhã, você vive numa emergência.... se você não tem um trabalho, você vive na emergência... se você não tem uma escolarização básica, você vive na emergência... então, veja que vai criando uma teia de situações onde a pessoa, se não tem essa ... essas condições básicas, pra viver em sociedade, digamos assim, o protagonismo vai diminuindo... então é muito fácil falar em participação, mas é difícil enfrentar essas questões anteriores. Por exemplo, pensa você... por que a participação pressupõe que, que além do Estado, o sujeito social, ele intervenha na sociedade, logo, o sujeito social que não tem essas condições respondidas a priori, ou seja, como condições básicas, a primeira oportunidade de intervir na sociedade vai ser pra satisfazer essas necessidades não pra ... e ai ele pode fazer um trabalho social cujo fim é que ele ganhe dinheiro...puxa, é perverso isso...é meio, meio difícil ... mas se não tem a ... se não tem essas condições iniciais básicas respondidas, a pessoa pode até fazer um trabalho social, isso é uma critica na verdade ... na década de 90 mudou o protagonismo das associações... O que era comunitário passou a ser Serviço Social, ou passou pior, passou a ser Projeto Social, que significava que antes, até a década de 80, a luta das associações era uma luta comunitária. Na década de 90, acabam as suas associações, podem até, você vai pensar que existem associações, mas tenha cuidado, por que não é associação, então... pessoas que gerenciam Projetos Sociais, você não vai ter nenhuma associação aqui, por exemplo né, que tenha só ... Que tenha só, que tenha mobilização comunitária. Nenhuma associação mobiliza mais ninguém, por quê? Por que a associação geralmente ela agora está se restringindo a prestar serviço, ou seja, contrata pessoas nas condições mais precárias possíveis mas que são as que existem aqui dentro ou em qualquer outro lugar e prestam serviços, então cê vai ter escola, vai ter projeto, vai ter reforço, vai ter bolsa, vai ter tudo que você imaginar, mas pra... beneficiar, quer dizer... pra conferir aquilo que as

pessoas não tem, nesse sentido a associação não é mais associação, ela pode ser uma gerenciadora de projetos.

Ivilana – Ou ela tá substituindo algum gancho do Estado, que deixou de ... de fazer....

Morador - Deixou de fazer, isso. Substituindo o Estado, o pessoal não tem mais acesso ao Estado... não tendo acesso ao Estado, tem acesso à associação, transferindo pra associação, essa, esse mecanismo que era do Estado. O Estado sai, vai, ele vai entrar via associações e as pessoas perdem de vista de que quem deveria garantir era o Estado, então vai para garantia da associação. Como na relação beneficiário, ninguém responde o desejo total de ninguém, como a relação poderia ser de engajamento, passa a ser de cobrança, passando a ser de cobrança você dá a passividade pra as pessoas, como a resposta eu só espero... e aqui você tem... É pesado falar disso, mas é um mecanismo difícil, por quê? Você agora não encontra mais referências comunitárias, você vai encontrar pessoas, por exemplo, você tá me encontrando aqui, por quê?! Por que você está me encontrando aqui? Se eu fosse um Presidente da associação, você não estaria me encontrando aqui?

Ivilana – Estaria te encontrando via CONDER.

Morador - Via CONDER!

Então, perceba que essa é uma mudança do vínculo comunitário, por que até a década de 80 aqui, você encontrava pessoas, você agora encontra via instituições, então à exceção de mim que escrevi esse bendito livro, que vai me trazer dores de cabeça tremendas um dia, mas é ... você, então a pesso... então nessa relação se perde um pouco o protagonismo, então você não vai ter gente que vai estar transitando como se tinha os antigos líderes, os mestres, as pessoas que educaram a gente, que ensinaram pra gente que educação é uma coisa fundamental, que você pode mudar a realidade fazendo mobilização, que você pode mudar a realidade pegando esses meninos que tão aí, ensinando coisa boa, dizendo que musica presta, que o mundo é mais do que aqui. Na relação beneficiário-associação ou beneficiário do Governo, beneficiário do Governo você inibe a participação dando um cala-boca.

Ivilana – Agora eu fiquei com uma dúvida, por que... na minha cabeça e pelo que todo mundo fala, Novos Alagados é um exemplo de participação, de mobilização comunitária, pelo menos até então eu achava isso. E você mesmo está me dizendo que até a década de 80 foi, por que vocês deixaram isso se perder?

Morador - Por causa da institucionalização das associações. Essa é uma visão minha, não é uma visão partidária, aliás as pessoas até detestam isso, por que acaba um pouco o mito, mas, é por que, por experiência própria, eu trabalhei muitos anos em algumas associações aqui, e o esquema é pequena empresa, pode ser que é bonito dizer que é participação... Agora... é uma comunidade diferente, cê vai dizer que é uma comunidade, então até a década de 80 , até a década de 80, isso aqui é um lugar protagonista, só que não tem parâmetro em Salvador, não tem, cê pode pensar... o Calabar, sim, o Calabar nasceu por causa do pessoal daqui, por causa de Vera. A Escola aberta de Calabar, a primeira Escola Popular daqui da Bahia é essa aqui. Escola Popular Novos Alagados que Vera veio na década de 70, pegou o método do Paulo Freire, pegou essas meninas, (Moradora X) deveria ter 15,16,14 anos, assim como outras, pegou e formou no método Paulo Freire, botou todo mundo pra ensinar, ou então pegava a gente que ficava rodando por aqui nas palafitas, eles pegavam a gente, aqui tinha biblioteca em 1980, em cima da maré tinha uma biblioteca.... então esse contexto de... de... de... de gente que tinha cultura, gente de mobilização... deu um diferencial pra comunidade tremendo, então é uma comunidade que querendo ou não, você tinha que se defrontar com pessoas que tinham cabeça, que pensavam e que não tavam só no nível da emergência, então até a década de 80, o que foi formado, foi formado, quer dizer no sentido de que conferiu uma ... um protagonismo a todas as pessoas, quer dizer, se lutou pela água, se lutou pela luz, se lutou pela escola.

Só que isso, isso entendido enquanto espaço de organização comunitária. Por que também a associação se preocupava com isso, a, até década de 80 a Sociedade 1º de Maio era a única associação daqui, no sentido de que era uma associação respeitável. E.. vai fazer 30 anos daqui a 1 ano, me parece, então..que a contribuição da Associação 1º de Maio é tremenda, é uma contribuição de base que, que... por que as pessoas se doavam a essas, a essas causas e ajudavam as pessoas em situação de pobreza a entender que elas eram maiores do que a situação de pobreza. Claro que, por exemplo, eu

tenho críticas ao trabalho, muitas críticas, mas esse ponto você não pode colocar em dúvida, eles são responsáveis, pelo diferencial que tem nesse bairro, abriram caminhos ...

Ivilana – E onde estão eles?

Morador - Não sei te dizer.

Ivilana – Saíram da comunidade?...

Morador - É, a Vera e o Lázaro saíram, Lázaro faleceu no ano passado, a Vera saiu, alguns líderes, os mais antigos, faleceram. E hoje você tem, vai encontrar gente que, os funcionários, a Coordenação, a Presidência, pessoas muito capacitadas que se envolvem muito na comunidade, mas então... e mesmo se quisesse retornar um... um.... uma mobilização comunitária, me parece um pouco difícil por causa dessa relação assistência beneficiário e muito, hoje você encontra as pessoas e seus respectivos cargos, mas não sei se você encontra mais as pessoas enquanto mobilizadores. Não mobiliza mais, o único caso de mobilização que eu conheço é esta associação, mas que já virou associação nesse mês agora. É a família do Morador Y e da Moradora Z que mora no 19 de março, é uma família que não tinha associação nenhuma, mas a rua 19 de março..... festas, brincadeiras, jogos... é trabalho, catequese, tudo que você imaginar uma família fazia, então isso, isso... é uma mobilização comunitária quer dizer tem...faz a comunidade ter uma vida, digamos assim....

Ivilana – Mas não tinha nada religioso por trás dessa ...

Morador - Tinha um viés religioso... catequese, organização de grupos, mas ao mesmo tempo tinha uma característica de associação, por que eles faziam festas e todas essas coisas. Fora, mas é uma família que me impressiona por que não tinha ... não tinha a questão do cargo da pertence a uma associação. Nesse sentido era mais um movimento próprio, mas você não vai encontrar movimento próprio, não.

Ivilana – Certo, e como foi a participação mesmo, essa mobilização, enquanto a CONDER e a AVSI estavam aqui fazendo esse trabalho de reurbanização e um trabalho.... dito de mobilização também, que as pessoas estavam participando por rua ou por quadra e reclamando, como foi isso... de fato?

Morador - Isso, foi muito conflituoso, eu acompanhei alguns momentos, não acompanhei o processo todo, então antigamente não é, que... tenho até que falar bem da AVSI, por que me... me... me dava o meu salário, quer dizer, mas foi muito conflituoso, por que... Então a idéia de participação ela é... participar e reivindicar. Participar significa na ca... nossa senhora ...

É eu se... sintetizaria que a participação aqui foi reivindicação, ou seja, vinha um projeto pré-estabelecido no sentido de que tinha uma, você tem que ter uma norma inicial e diante dessa norma inicial se propunha isso pra comunidade e, isso gerava uma serie de discussões, por exemplo, eles devem falar melhor pra você do que eu. Mas, se não fosse esse conjunto de discussões, tiveram muitas discussões, formação de líderes, um monte de encontros, eu participei de alguns só, mas não agüentei muito a barra por que era um nível que não me satisfaz muito... que Graças às discussões algumas coisas foram mudadas, tamanho de casas é... é, espaços, como as casas seriam construídas, aqui isoladas, se conjuntas, quer dizer, essas coisas todas foram resolvidas, resolvidas entre aspas. É. E a relação foi conflituosíssima, por que na verdade em tudo tem o jogo de interesse. A cabeça romântica da gente às vezes pensa que não, que quem mora na favela não tem interesses, tem interesses pesados no sentido de que é o poder que tá entrando, quer dizer que minha rua aqui, minha rua ficou mais de 20 anos passando esgoto no meio e não tinha ninguém que conseguia resolver, também na época era, era... Essa indústria da pobreza é uma coisa impressionante, quem.... quer ganhar em cima da pobreza, é uma coisa Então, ah, o conflito se deu justamente por isso, por que é, só depende, mas mantém uma força, tem uma historia aqui dentro. Se for no caso da CONDER, precisariam dar as mãos um pouco com isso, com essa associação pra chegar num consenso, sei lá, alguma coisa que fosse mais, mais próxima da participação.

Ivilana – É só uma dúvida – quando você falou “o nível não me agradou”, você tá falando em nível, em termo de... é ... nem sei como colocar isso, termo de manipulação de interesse ou você tá falando nível em termo de ... da coisa verbal.

Morador – Vamos fazer uma pausa ...

Ivilana – (...risos) é essencial, essa parte é essencial, é isso que eu quero ...

Morador - Nós voltamos a falar disso – por favor, dê uma pausa, pelo amor de Deus....

3. Entrevista – Morador A (2ª parte) – 21/04/2006

Ivilana - Há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais estaduais em Salvador?

Morador - Olha, eu acho que não, por que, é... se você pensa que... quem é que vai mudar um Projeto de Arquitetura? quem é que vai mudar um Projeto de Urbanística? quer dizer, muito difícil. Aqui tinha uma discussão sobre se os blocos, eu lembro na [conjunto Nova Primavera] Primavera, que não teve cimento, todos os blocos eram encaixados, isso foi uma guerra do povo, por que o povo, sinceramente, achava que bloco tem que ser com cimento, não foi com cimento, só um aspecto pra te dizer... pra mudar isso.

Ivilana – É, alvenaria estrutural.

Morador – É, estrutural, então pensa você... que ninguém muda o projeto urbanístico nesse sentido, que precisa saber de um saber técnico, que pro povo é diferente, pro povo, o saber, ele é mais, ele não é técnico, ele é prático, então você não muda o saber técnico por sua prática. Então, esse é o primeiro ponto que derruba, depois... a super... a falta de transparência nos gastos... deve ser uma coisa maluca, mas a falta de transparência me parece que... metade, alguma parte do dinheiro vai no ralo, também a falta de consciência dos moradores, que metade dos materiais são roubados.

Ivilana – Pelos próprios moradores?

Morador - E quanto, e tanto material... eu me lembro que numa chuva, uma vez, tinha os materiais de uma casa, das casas da Nova Primavera, metade foram roubados... as pedras, paralelepípedos, foram roubados, por que? Então, eu voltando.... não se tem participação mais por que o vínculo é.. assistencial, eu recebo, você me dá, se você não me dá, eu ganho por outros meios. Então, e também, então nem a Prefeitura nem o Estado nem o Governo Federal se dão conta disso.... acho que se dão, é por que o fim político nosso é sempre a manutenção do poder, então você pode andar pela cidade e ver mil placas de Governo Federal, Prefeitura de Participação Popular, Brasil país de todos, o Governo do Estado não sei que lá qual o lema dele... Todos eles são para se manter no poder, para se manter no poder eles entenderam, temos que dar... então damos, quem não tem nada se satisfaz com qualquer coisa, logo, é muito fácil as pessoas serem cooptadas. Eu lembro que tinha uma cooperativa lá em Novos Alagados que foi dada pra comunidade, tinha um fundo, fundo básico, fundo básico... problemas aconteceram, no financiamento...são coisas da comunidade, por que na relação assistência benefício a pessoa não se sente protagonista, não se sente alguém que se coloca como...

Ivilana – Então, o que é que tá faltando aí nessas políticas, o que é que o Estado tem que fazer mais? Mais mobilização, mais conscientização?

Morador - Tem que ter distribuição de renda. Se eu tenho o meu, não preciso roubar... se eu tenho o básico não preciso... (pausa) não preciso ter... se eu tenho meu básico não preciso roubar o do outro. Por que apesar da corrupção do Brasil estar sendo uma desgraça... Como é vergonhoso...não me sai da cabeça a deputadazinha que dança... aquilo ali merecia protestos, mas veja como a gente tá apático, também por que hoje a gente se conforma com tudo e a gente acha que tudo é intriga da oposição. É, tá faltando distribuir renda mesmo, assim, no sentido de dizer, é... o que sai...o que sai na corrupção do Brasil, cara, daria pra fazer o salário aumentar 100%. Essa lógica, essa classe política podre, vagabunda, vulgar, estúpida, um bando de meliante, que detém o poder, nós que não sabemos como derrubá-los, nem como chegar ao poder, nem como... oh, chegar ao poder não... tinha como fazer com que o poder seja revestido em benefício da população, cria essa apatia. Então, primeira coisa, acho que a renda é fundamental, você não pode falar de nada, se você falar com pessoas que ainda não tem

um nível mínimo de sobrevivência e depois condições de protagonismo social... Por que acho que o único ganho nosso é o Ministério Público atualmente, me parece que é uma coisa que é um diferencial fantástico aqui no Brasil, por que até a Polícia Federal teria medo de te dizer se é isenta hoje... Então como é... com é... então de qualquer maneira pelo sujeito social hoje ele tá armado, ele tá cercado, você não pode ter protagonismo, você vai escrever sua dissertação sim e daí, eu vou escrever a minha sim, e daí mudou o que? Por que é um saber muito interessante e ajudou na literatura, mas não mobilizou, quer dizer, por que também, outra coisa, as pessoas não encontram mais sujeitos, eu tô falando agora dos pobres em relação às lideranças, não encontram mais lideranças, os pobres encontram prestadores de serviços, e o que muda muito, é nesse encontro face a face, que poderia ajudar então, distribuição de renda, qualidade de vida e depois, é, favorecer que essas pessoas saiam dessa pa... dessa pa... dessa passividade, essa apatia, “não sei meu Deus”... me perguntava muito naquelas reuniões, era uma série de reuniões, e as pessoas não ganhavam nada pra tá ali, tudo bem. Mas depois pensei: não, ganham sim, quer dizer... Pensa um técnico que vem aqui fazer uma entrevista... fazer uma reunião técnica no fim do mês ele tem o dele garantido. Mas pense aquelas pessoas, a garantia delas é, e aí, eu vou ganhar o que no fim? e um pouco a... a... a participação é dada por essa.. dependência que... que é uma dependência, estrutural, a pessoa não tem por onde, então é muito difícil falar de participação popular, de participação cidadã, num país que não avançou. É... é louco, como a gente não respondeu ainda aos 2% do que é direito humano, do que é cidadania... eu... pensa, que, pra gente é fácil as pessoas é...é normal as pessoas morrerem, serem assassinadas, é normal os jovens, você vê, os jovens no jornal assassinados e dizer ah... mais um, e passa, é normal pegar ônibus lotado, quer dizer... o baixo nível da satisfação é tanto, que a participação só vai ser gerada por reivindicação, ou seja, quero ganhar o meu e aí, e quando você tá no nível da emergência você não cria nada, você pode até criar as associações, as coisas assim que vão ganhar o Prêmio Nobel, o Prêmio não sei o que, mas você não mobiliza. Eu fico pensando, essas favelas todas que tem tal, elas... você pode olhar, todas elas tem serviços, não temos assim....

Ivilana – Então, isso leva a uma das perguntas que tá aqui. Se há continuidade nesse ... a partir desses processos participativos...

Morador - No plano individual não, mas no plano, plano de organização sim, por que algumas pessoas entenderam então que pra ter voz tem que constituir uma associação e constituem uma associação. Constituem projetos... e aí vai num outro plano, que é essas pessoas constituindo um projeto de associações etc e tal, tem voz, mas a voz não é mais... particularizada, a comunidade não existe, existem associações da comunidade, que também vão querer manter seus espaços de ação, e a continuidade se dá um pouco por isso. Um dos méritos do trabalho da AVSI, nesse sentido, foi fortalecer as associações... por que é um princípio, chamado subsidiariedade, uma coisa assim, que eu não sei bem, mas é que fortalecendo a entidade, você favorece o desenvolvimento da comunidade, mas não é mais a comunidade, não é mais participação popular, é a participação das associações prestadores de serviço à comunidade, que você fortalecendo essas associações, você fortalece a comunidade... mas veja que vai ter sempre um funil e o último vestígio de tudo é a comunidade, então é, a continuidade é dada por isso agora, e depois individualiza muito, não sei te dizer... é complicado falar disso, espero não estar viajando muito, viu?

Ivilana – Não, e aí eu tinha perguntado se havia participação cidadã nas políticas públicas habitacionais, você me disse que não.... A pergunta seguinte é, existem mudanças efetivas decorrentes dessa participação?

Morador – Não.

Ivilana – Então, não.

Morador - Não, por que de fato quem é que vai mudar um projeto? Quer dizer, eu entendo participação é o seguinte: você tem que dar transparência, pra pessoa ver o projeto, com recurso, onde esses recursos serão alocados...

Ivilana – Vem cá, você acha que a comunidade não mudou nada, não pôde... nada do que ela reivindicou foi atendido?

Morador - Não, foi atendido, então essa, aquele caso do... de como as casas seriam... da estrutura, da estrutura urbana, isso mudou, na verdade.

Ivilana – Mas você acha que mudou muito pouco, né?

Morador - Muito pouco, por que, aí meu Deus do Céu, como é que te digo isso, é uma cilada... mas é assim, se uma ... se uma... a comunidade, nesse plan... então, aqui teve um processo decisório, processo de estruturação do projeto, teve... a 'CONDER 2' participou de uma das reuniões me parece, muitas reuniões, muitas reuniões e discussões tremendas... pra chegar, eu acho que aqui foi a comunidade que mais teve embates com o projeto. É. Acho que a fase inicial daqui foi muito conflituosa, por que de fato as pessoas queriam intervir, queriam..... e conseguiram algumas coisas. Eu não saberia te dizer no plano da construção eu não saberia te dizer, mas eu lembro que foi muita guerra, muita guerra pra chegar... por exemplo, o conjunto daqui, o Araçás, teve momento que as ruas racharam, afundaram, por que é massapê, então você tem que fazer uma fundamentação abaixo do nível do... do... do... do cimento não, do asfalto! pra conter, não foi feito... então, ah sim, a participação depois a continuidade é só reivindicar o que não foi feito, que vai pra jornal que faz.... que faz... que vai pro jornal, que faz denúncia e aí toda essa coisa pode ser melhorada, mas nesse nível assim, também partindo de associações ...meu Deus.

Ivilana – E o que é que poderia ser feito pra propiciar uma maior participação cidadã?

Morador - Primeira coisa é a transparência, por que, se existe uma coisa que faz o outro.... por que é muito dinheiro, o volume de dinheiro não sei quanto é, o volume de dinheiro deve ser... fantástico!

Ivilana – 25 milhões, em Novos Alagados II.

Morador - Imagine, 25 milhões (...)... quer dizer, transparente né, eu não sei te dizer...que... por que, ajuda a favorecer... nós estamos falando de um país tão... nada é transparente né, nada é transparente, até as contas dos políticos das eleições que vão ser, tem que mostrar os doadores só depois da eleição... quer dizer, então eu não sei, eu sou meio dividido que a... fosse um país democrático, não sei, as pessoas saberiam quantos recursos foram alocados, é, quanto é que custa cada caso, sem que isso caia no ralo da burocracia.

Ivilana – Mas isso devia estar disponibilizado no escritório de campo, não tá não?

Essas planilhas, essas.....

Morador - É foi uma das reivindicações de um dos... essa foi uma das reivindicações, e a gente pediu que ficasse em Massaranduba, mas também não sei te dizer...

Ivilana – Certo. A pergunta seguinte tem a ver com essa. Quais são os principais entraves na participação cidadã nessas políticas?

Morador - Mas a respostaJá tá.....

Ivilana – É, respondido. Quais as formas principais, as principais práticas de participação que acontecem? Quais são os meios que são propiciados pra essa comunidade... participar?

Morador - Acho que o acesso, o acesso... o acesso a... a encontros, onde se falam desses processos seria uma coisa boa, as reuniões que, mesmo que pra saber o que está acontecendo, aqui tinha reuniões por, por ruas ou palafitas né, então eles encontravam mais diretamente os moradores, depois foi por lideranças de ruas e aí era um mecanismo que ajudava as pessoas a terem consciência do que tava acontecendo.

Bom, no salto de escala isso muda um pouco, no salto de escala isso muda, por que tem uma... uma variação e você perde esse face a face... é... e pensa que... o mecanismo seria interessante, se ele desse continuidade face a face, mas quando você pensa projeto, você não pensa mais na pessoa, você pensa... pensa milhões de pessoas, centenas de pessoas, aí você perde a possibilidade de ajudar as pessoas a se darem, a entender qual o processo pelo qual estão passando, então retornar um pouco pra isso, não sei como, operativamente me parece difícil, mas seria uma forma de favorecer a participação, depois a ... o acesso aos dados seria importante.

Ivilana - A participação ela é geralmente induzida por quais desses... desses atores?

Morador - Olha, acho que comunidade é primeiro, comunidade, aqui no caso foi a comunidade e depois Órgão Executor.

Ivilana – Certo. E os mecanismos institucionais utilizados nas intervenções, tem propiciado um nível de participação, ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Morador - Regular.

Ivilana - E o nível de interesse da população na participação é ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Morador - Regular, tem gente que não se interessa, só quer receber as coisas.

Ivilana - Há continuidade nos processos participativos?

Morador - Eu acho que não... é contraditório, mas eu acho que não.

Ivilana – Então a pergunta seria como isso se processa, mas como não há...Existem indicadores que atestem melhorias de comunidade beneficiadas com políticas habitacionais?

Morador - Só se as políticas habitacionais tiverem um aporte social ou seja, não adianta dar casa, tem que dar uma estrutura que organize essas casas, escola, projeto... social, espaço de lazer, espaço de cultura. Se não tiver isso, é como uma velha cidade de Deus na década de 60, cê bota todo mundo lá e é um bando de gente se, se auto destruindo.

Ivilana – Mas quais são... tem indicadores assim...aumentou a educação em tanto, existem indicadores palpáveis de... de... de que houveram melhorias?

Morador - Pra eu te dar em números assim, não, em números eu não te daria.

Ivilana – Pra provar o que aconteceu.

Morador – Em números eu não te daria é... em números não te daria, agora, aumentaram o números de projetos, aumentaram, aumentaram o número de escolas, aumentaram, creches aumentaram e projeto pra juventude, aumentaram.

Ivilana – Mas ainda não abrange a comunidade toda, né?

Morador - É... ainda não, mas assim... é muito, por exemplo, daqui deve ter uns 19... ou mais de 19, entre projetos sociais, só aqui nessa área... cooperativas, projetos, escolas é um monte de... essas intela... porque o segundo momento a coisa que geraria participação é fazer as pessoas entenderem que elas podem fazer, que elas tem condições de fazer e aqui você nasce um ... e o aspecto social é importante por isso, por que ajuda a dar uma, uma... uma ampliação do... do... do universo de oportunidades, então acho que esse seria um diferencial e aqui na área também foi, lá na Massaranduba também ... parece que tem muita ... muita ... muita gente que começa a se mobilizar, mas pra criar associações e ai elas começam a ter um protagonismo. É, mais ou menos isso.

Ivilana – É a outra pergunta seria quais os mecanismos que o Governo tem utilizado pra prestar contas à população dessas políticas habitacionais?

Morador – Hum.... então as reuniões, tem umas reuniões ai que não sei bem o nome, encontros dos... que tem representantes daqui de Alagados, aí tem umas reuniões que as pessoas vão lá pra, aí eles prestam contas em relatórios, pra dizer quanto foi gasto essas coisas, tem esse mecanismo...

Ivilana – Então de certa forma tem uma, transparência né.

Morador - É, tem uma transparência.

Ivilana – Pelo menos para as lideranças.

Morador - Para as lideranças sim, exatamente. A gente explicou em relatórios, eu participei de uma só, que também foi muito conflituosa, mas foi interessante, por que se mostrou todos os projetos que tava acontecendo, por que a intervenção física da moradia, não é o único encontro, enquanto tá fazendo intervenção física, tem mil coisas acontecendo e as pessoas não sabem, também o desconhecimento é tremendo nesse sentido, por que é como as pessoas não tivessem..... acho que fica circulando

jornalzinho editado pela CONDER ou pela AVSI por ai, pra as pessoas entenderem o que tava acontecendo na área, por que de fato a desinformação é tremenda.

Ivilana – É, mas cabe à instituição fazer essa mobilização, né?

Morador - É, sim, sim, sim, eu acho que eles começaram a fazer com as pes... com a dinamização social pra mostrar o que tão fazendo, o que é que tão...

Ivilana – E surtiu o efeito?

Morador - No primeiro momento não, por que já tava metade do caminho andado, mas agora acho que sim, agora acho que começam... mais ou menos, as pessoas começam a entender qual é o processo, que é que tão fazendo.

Ivilana – Certo. Quais dessas características se aplicam ao Governo do Estado em relação à condução das políticas habitacionais?

Morador -Nossa ... olha! nossa! ... olha é patrimonialista sempre ... é burocrático.

Ivilana – Ok! Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para população de baixa renda? Você saberia dizer?

Morador - Eu acho que é o Viver Melhor, só conheço essa, Viver Melhor, que há transformação de áreas de favelas em....

Ivilana – Certo. E por que o incremento na participação cidadã nessas intervenções é importante?

Morador – É, porque ajuda a pessoa a ter uma... a saber viver naquele lugar, por exemplo. Tem gente que, pode parecer óbvio que uma casa é uma casa, mas tem gente que uma casa não é uma casa. Por exemplo, pra ter educação, a convivência com os vizinhos, a limpeza, higiene, sei lá, tem tantas coisas que... que a pessoa ainda não sabe... que é fácil destruir, é fácil quebrar, é fácil ... bom, isso é no plano interno e depois mesmo, é... o que significa aquela, aquela moradia né, como... pensa a gente, a gente pra ter uma casa tem que batalhar pra caramba até conseguir um apartamento, qualquer coisa assim, aqui não tem essa lógica.... é o dado e o recebido só, e eu não sei que.... tá bom, temos que reparar a pobreza? reparar tudo né, mas eu não sei que sujeito tá se criando disso, eu tenho medo de que seja sujeito tipo ameiba, só vai existir enquanto derem, eu tenho muito medo disso, por que, pensando sempre lá atrás que essa discussõezinha, mas pensando que.. a pessoa não quer participar, pra mudar, a pessoa só quer participar pra receber, aqui me dá um nó na cabeça, não sei te dizer não.

Ivilana – Risos... certo. A pergunta seguinte de certa forma você respondeu nessa, por que assim...Como a participação cidadã contribui para as sustentabilidade das intervenções? Você quis dizer, pelo que eu entendi, que o incremento da participação é importante exatamente pra manter a sustentabilidade, não é isso?

Morador - Claro, claro, por exemplo, no dia... se a pessoa ter, se ela contribuiu ela vai cuidar, isso é psicologia. Se isso é meu, eu cuido, agora se isso foi me dado no sentido de que não tive nenhuma implicação naquilo ali, vamos abandonar e vamos pro sem teto, pra conseguir outro. Quer dizer, a vida fica só, ela vende a casa vai, é uma lógica maluca. Uma das coisas que eu não concordei em Novos Alagados foi o não pagamento de uma taxa pequena, eu não concordei, é uma forma de participação, pagar 10,00 reais por mês, é uma forma de participação. Ah não, mas a pobreza, pobreza não significa inatividade, pobreza só é inatividade na cabeça de quem quer se manter no poder.

Ivilana – Mas eu pensei que todo mundo tava pagando a taxa.

Morador - Eu acho que não, eu tenho a suspeita.

Ivilana – A taxa foi, é, liberada?

Morador - Eu acho que sim, ou não foi paga, por que essa foi uma das batalhas também das pessoas das associações que querem se... Tudo bem, você pode até dizer, pô ..., pô fulano, você tá muito ... crítico, mas a pobreza não significa a falta absoluta.

Ivilana – Não, e você tem que pagar para você se sentir atuante.

Morador – Dono, atuante. Quer dizer então, ai você diz é, mas as pessoas ... é, tá bom, a visão assistencialista diz, mas ninguém tem nada... de graça, dou tudo de graça, vai num fim de semana, vá... a gente vai contar os bares daqui até ali, pra você ver, contar as lojinhas pra você ver. Pobreza não significa inatividade e falta completa de, pobreza é falta de iniciativa. Se você quer combater a pobreza, você tem que favorecer as pessoas, pra que elas tenham o mínimo pra poder avançar, avançar pro máximo, acabou ... é, acabou essa idéia de pobreza.... entendeu?

Ivilana – É... qual o efeito de Programas Sociais de amplitude reduzida... Quando eu falo de Programas Sociais de Amplitude Reduzida é por que, por exemplo, tem uma Creche, mas não é uma Creche que atenda a toda comunidade, atende uma parte. Tem um Posto de Saúde, mas não é pra todo mundo, é pra uma parte; a Educação não é pra todo mundo, é pra uma parte, a intervenção foi pra Novos Alagados, mas os Programas Sociais não atendem Novos Alagados, atendem partizinhas de Novos Alagados, então... qual o efeito que isso pode obter no desenvolvimento da comunidade e no incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção?

Morador - Olha, eu aposto muito na Educação, acho que educação é ... se você quer fazer alguém crescer, dê educação! Isso não é discurso vazio de político em véspera de eleição, os canalhas sabem dizer muito bem isso, mas quando eles falam que educação é o caminho, que é a verdade, é por que você não muda, você só muda... se mudar isso aqui, a cabeça. Significa, eu posso ter a condição mais precária de existência possível, mas se eu entendo aqui, a cabeça, que eu posso avançar, que posso crescer, eu não preciso nem de cotas, eu não preciso nem de benesse de ninguém pra crescer, preciso que alguém acredite em mim, me ajude, me dê um ... entendeu, mas isso é educação que dá, por que se você não der educação, você pode dar casa e daí? deu casa.

Ivilana – Sim, é isso que eu pergunto e foi dada educação pra todo mundo? Foi dada só para uma parte? Que efeito essa partizinha pode ter?

Morador - Isso, então, é, não pensemos no genérico, pensemos no específico... pra mim a coisa importante que, se um daqueles garotos - eu trabalhei com formação de educador e nessa formação a dificuldade era fazer as pessoas entenderem que...pra olhar pro garoto e a menina que tá na escola e que tem um comportamento tal, cê tem que ultrapassar a noção do comportamento, por que cê tá diante de uma pessoa. Se essas associações todas, elas olharem pros meninos como pessoas já é uma grande coisa, que um seja, por exemplo, que uma associação exterior como a AVSI, vem pra cá e olha um pivete como pessoa, já valeu o projeto, por que essa é a coisa que pra mim é mais marcante. Quando há esse olhar diferenciado para os moradores... e nesse sentido, a AVSI tem um trabalho importante, por que se não fosse a AVSI, isso aqui seria qualquer outro projeto que, por exemplo, não se preocuparia com os vínculos das pessoas, eles se preocuparam, você tem que continuar no espaço todo mundo junto. No outro dia tava numa aula e alguém: ah...mas por que eu falei com o pessoal do conjunto tal e eles reclamaram que não tem, não moram juntos, nãao...esse foi um ponto metodológico importante, todo mundo foi mantido nas suas redes de relações, se fosse o Governo do Estado...(gesto de que não estaria nem aí) poderia dizer nominalmente quem... pensa você... se você preserva isso e favorece que essas pessoas desse lugar encontra educação e tal, tal... pode fazer a micro estratégia numa área, isso atinge os outros. Aquela moça que a gente conversava ali, a gente tava falando do mesmo menino, que eu conheci quando eu trabalhava lá em 96 e o garoto, como ela disse baixa estima baixa, auto estima baixa.

Sim, todo mundo sofre, é todo mundo assim aqui... baixa estima baixa, pobre, não tendo, não sei que...não, tem que ter alguém que olhe a potencialidade dessas pessoas, potencialidade dessas pessoas, nesse sentido o trabalho de educação social se feito com este olhar e algumas, e tem muita gente que faz isso, poderia lhe citar muitas creches que fazem, muitas pessoas que dedicam, que se jogam, que apostam nessas pessoas... se existe esse olhar você tem mudanças, senão você tem reprodução.

Ivilana – Certo, então é mais importante pouco com qualidade, do que muito sem qualidade?

Morador - Isso, eu prefiro essas associações do que Bolsa Família, do que Pró Jovem ... eu prefiro, por que ele tem a quem olhar na cara e depois os meninos vão poder se referir a essas pessoas, por que não existe mudança genérica, não existe. A mudança ela é proporcionada no encontro, na relação, na diretividade do encontro, ou seja, se essas ações forem feitas com este olhar e aqui um ponto dessa metodologia de AVSI que ajudou, é que eles entenderam que tem que favorecer a formação desses

profissionais, que foi o que a gente fez, pra, por que ai você entende, vem de casos absurdos a pessoas que começam a mudar a mentalidade, a mentalidade, por exemplo, todo mundo aqui tinha como entrar na universidade...durante anos eu sei que foi um problema, e agora o pessoal começou a despertar, que tem que ir, que tem que mudar, que tem não sei o que , que tem que crescer. Quando você faz isso... e as associações contribuem como? no cor... no corpo docente delas as pessoas são incentivadas a isso, a fazer a universidade, a entrar, e ai muda né.

Ivilana – E, qual o percentual, não sei se você vai saber responder, mas vou fazer. Qual o percentual de intervenções urbanísticas para população de baixa renda, das que você tem conhecimento que tiveram a participação da comunidade desde o inicio, desde a fase de projeto?

Morador - Eu conheço poucas. Talvez um de Belo Horizonte, mas eu não tenho certeza de que isso

Ivilana – Aqui teve a participação da comunidade desde o inicio, desde a fase do projeto? Estamos pensando em implantar um projeto em Novos Alagados, a comunidade já participou desde essa fase, e em todas as etapas?

Morador - Isso, vamos lá, é aquilo que disse no inicio, é, eles tiveram acesso às informações iniciais, como seriam as casas, como seria o projeto de urbanização, porém ... porém ... eu não sei se i... i...interferiu em algumas coisas, mas eles tiveram acesso, que era aquela coisa, entrava o saber técnico, com o saber pratico, quer dizer, a pessoa poderia reclamar, mas o técnico vai dizer, só tem isso, só pode isso.

Ivilana – Mas até em termos assim, dos programas sociais que vão ser colocados na área... a comunidade pôde escolher o que ela queria... a comunidade participou de forma ativa em tudo?

Morador - Não, não, mas tem coisa que é ...

Ivilana – De cima pra baixo.

Morador - É... mas você vai encontrar todas a dificuldade de entender o que é participação, quando você, quando terminar eu queria entender o que é participação, por que pra mim ... o que é...

Ivilana – Oh, essa participação que estou querendo dizer é a participação ativa, é a pessoa deixar de ser a ameba que você falou, é a pessoa ir atrás dos seus direitos. É dessa participação que eu tô falando, não é a participação que a pessoa vem aqui e lhe informa o que vai acontecer, é a participação que você bota o seu dedo e diz, assim não, assim é melhor, eu quero assim, ou vamos mudar, e se entra num consenso...

Morador - É, ai eu acho problemático, porque primeiro eu, é aquilo que a gente conversava logo no inicio, você tem que ter um nível de consciência, tem que ter uma.. uma... proatividade básica pra fazer isso (...risos).

É triste...

...eu vou me contradizer, porque eu acredito muito na força do povo, eu acho que ... eu acredito muito mais em estância... quando tem dinheiro na jogada... quando tem dinheiro na jogada muda, muda ... a lógica de participação, de todos os lados... dinheiro e poder, é tremendo isso.

Ivilana – Você sabe detalhar mais essa participação aqui em Novos Alagados? A participação seja com liderança, por...por.. por rua, como foi que houveram essas reuniões todas, você saberia....

Morador - Não, não, não sei, eu não acompanhei muito, eu tava fora, eu tava – nem me incomodava muito era .. assim, eu tô lutando na minha vida pra ter o que é meu, eu não quero nada de...

Eu quero que as pessoas me encontrem, eu encontro as pessoas, eu tenho...mas que eu não precise de viver dessa pobreza de ninguém, no sentido de que... deixa eu te dizer, por que é muito fácil você se estabelecer e pronto, então eu quero fazer tô...(...) me virando, fazer qualquer coisa e quando eu ia nas reuniões, me marcava muito isso, assim é a luta de dois, quer dizer, um que tá ganhando e um que não tem nada, então me incomoda muito isso, por que assim, eu quero entrar em relação em pé de igualdade por que tenho condições disso, Deus me deu inteligência, cabeça, corpo, eu tenho condição de lutar e quando você, na relação de quem manda, pra quem é pobre, você não olha o outro assim, você já olha desqualificando...até que você chame pra conversar, pra ter uma reunião, mas já tem essa

coisa... eu não gosto muito disso, isso me incomoda por que, é, tá bom... eu tenho uma relação difícil com essa coisa de poder, por que eu acho que é assim.... gente é gente!

Ivilana – Hí, tá parado.

Morador - Tá parado, oh!

Ivilana – Meu Deus! Será que esse tá gravando? Esse tá, graças a Deus (...risos)

Morador - Então, gente é gente, em qualquer lugar, é...

Ivilana – A gente tá falando da relação de poder.

Morador - Relação de poder, então gente é gente em qualquer lugar, pra eu olhar pra gente, eu tenho que levar em conta esse aspecto, pra mim isso é fundamental. E o pré-requisito pra participação é que a pessoa se sinta olhada enquanto gente, se ela não se sentir olhada enquanto gente ela fica na ...

Ivilana – E a CONDER olhou as pessoas enquanto gente aqui? Quais foram os mecanismos de mobilização, de ...

Morador - Não, eu não saberia te dizer. Eu acho assim, a CONDER é Estado, e a relação de Estado com a pobreza você já conhece. Talvez o diferencial foi que tinha uma ONG, uma outra ONG, e isso acho que mudou um pouco a cabeça.

Ivilana – Aí a gente entra na minha próxima pergunta. Como é que N. Alagados II se insere nas políticas habitacionais do Estado, ela é um modelo ou é uma exceção à regra?

Morador -Também nisso aqui é diferente, querendo ou não eles tiveram que olhar nos olhos de todo mundo. Querendo ou não acho que pela primeira vez na Bahia o Estado teve que se curvar a uma comunidade, se curvar no sentido positivo, de dialogar em pé de igualdade, de ser confrontado.

Ivilana – E o que é que fez o diferencial?

Morador - É a historia, a comunidade, aqui não é um ajuntamento como a cidade de Deus, no início da década de 60, ou como qualquer outro que você imaginar, aqui tem historia, aqui tem, aqui tem gente, é, aqui tem gente que se reconhece desde a década de 70, enquanto gente... são pobres são, mas são gente, e esse diferencial foi a coisa que ajudou a despertar... então é, uma exceção Novos Alagados, não sei se eles vão encontrar tantas dificuldades assim em outros lugares, ou tanta organização, ou tanta coisa... ou tanta luta pelo poder mesmo, que todo mundo quer poder pô, todo mundo quer...é a coisa mais impressionante...dinheiro, dinheiro e poder.

Ivilana – E a presença da AVSI foi um diferencial?

Morador - Positivo, eu acho que apesar de todos os percalços, a visão de desenvolvimento deles é visão de pobreza, a metodologia são aspectos de...te digo que, me parece que são coisas boas, todo mundo avalia positivamente a AVSI, a questão de quem tem brigas de poder com eles, é que você pega uma mãe que vai no projeto social deles lá, é... eles apostam muito nessas coisas, de educação da... desse, desse olhar pras pessoas, coisas assim, que é uma coisa inédita nas políticas de pobreza urbana, você não vai encontrar isso em nenhuma outra política, você pode até encontrar uma metodologia mais participativa no sentido de que... você não vai encontrar ninguém que entenda o desenvolvimento como uma coisa lógica, lógica no sentido de que...aquilo que eu te dizia, você pode não concordar com a AVSI, mas você vai achar difícil pra você entender, é entender não, desfazer no sentido por que é muito... muito... elaborado, muito pensado, muito... não faz a intervenção por fazer, faz intervenção pensando num bem, quer dizer, pensando numa resposta mais satisfatória.

Ivilana – Na verdade é o quadro técnico que é muito bem preparado, pode até ser que o que gere as intervenções, a parte macro, o nível maior, não seja tão focado no social assim, mas o nível técnico é muito bem preparado.

Morador - Muito bem preparado e isso é... causa um diferencial tremendo...você pode ter uma diferença de CONDER / AVSI nos funcionários, você é atendido por um funcionário da AVSI, você percebe a diferença ..., por que a visão do Estado ainda é...

Ivilana – A última pergunta agora! Pode se considerar que houve desenvolvimento urbano integrado, já que as ações sociais foram pontuais e de amplitude reduzida? Você até já respondeu, mas só pra dar um fechamento.

Morador - Vamos entender uma área específica. No todo é difícil dizer, mas se você pensa Alagados II, Novos Alagados II, isso, Novos Alagados II existe, não tem como não dizer por que, por que é uma estrutura pesada em cima de um lugar, pesada no sentido positivo, tem muita coisa acontecendo, muitos serviços bons, que trazem outros, pensa, que, a organização dali... tem 3 (três) estruturas educativas e de saúde e vai chegar mais 1 (uma) que a Prefeitura mandou fazer, por que já existia aquelas três. Então veja que isso começa a puxar pra dentro do bairro, outras possibilidades de ação na verdade, que eles não, antes não existiram, entendeu?!

Ivilana – Entendi, isso é bom pra ampliar minha visão.

Morador - Vai dar uma... puxa algumas coisas. Pronto, doutora. Bom trabalho.

4. Entrevista – Liderança (18/05/2006)

Ivilana – Você vai começar dando um histórico da Associação, não é isso?

Liderança - Perfeito é, eu sou 'Liderança' –Vice-Presidente da Sociedade 1º de Maio, da Comunidade de Novos Alagados. A Sociedade 1º de Maio é uma Associação de Moradores que foi criada em 1977. 1º de Maio né, como está definido no seu próprio, no seu próprio nome. É, pelo um Grupo de Moradores da Comunidade que naquele momento é, via da necessidade de uma melhoria estrutural da comunidade que não tinha água, luz, é, não tinha a mínima estrutura e infra-estrutura sequer que existia naquele momento né. Foram grupos de pessoas que vieram dos antigos Alagados, pessoas que vieram de, de interior do Estado da Bahia, a partir da inundação da construção do...do Lago de Sobradinho aonde a cidade de Sobradinho, Casa Nova, Santo Sé, Pilão Arcado foram inundados, aquelas famílias receberam uma indenização irrisória, muito pouco e vieram pra cidade do Salvador né, pra capital em busca de melhores condições de vida, trabalho né, emprego né, mão de obra desqualificada e que foi absorvido exatamente na construção da, naquele tempo do Pólo-Petroquímico de Camaçari – Centro Social de Aratu né. Naquele tempo era o chamado Milagre Brasileiro. E essas pessoas que vieram do interior é... buscando é... moradia, não conseguiram é... instalações, ficar na exatamente na cidade né, então buscou bairros alternativas. Um dos bairros alternativos foi exatamente Novos Alagados, um bairro de mangue, uma comunidade de, na enseada dos Cabritos né, próxima a Enseada dos Tainheiros em Plataforma, em São João de Plataforma, aonde naquele tempo a Marinha era conivente com a questão de, das ocupações desordenadas como se fez, como se deu aqui já naquele tempo 75/76/77. E essa comunidade foi crescendo a partir da, do núcleo Nova Esperança foi o núcleo, núcleo mãe e as 100 primeiras famílias que residiam nesse local a partir de uma intervenção, interferência, intervenção da Igreja Católica é a igre... a Paróquia São Brás de Plataforma, ele enviou jovens para fazer um trabalho de base nessa comunidade. Um desses jovens foi Antonio Lazarotto (Lázaro), ele veio na comunidade, ele é italiano, veio na comunidade e a partir dele começou toda a organização social comunitária dentro de Novos Alagados, culminando com a fundação, a partir de discussões nos bares, nos bar, nas esquinas, das discussões de, de, de vida que a gente tinha aqui na comunidade, morando em palafitas, sem educação, sem escola, sem água encanada, sem energia elétrica, sem até é, ruas que tives... ruas que dava acesso a ruas principais onde passava o transporte coletivo né. Então com essas discussões, a partir de Lázaro foi fundado em 1º de Maio, foi fincado os primeiros paus na maré aqui em Novos Alagados. E, foi construída a Sociedade 1º de Maio, que tem como bandeira de luta, moradia digna, educação, trabalho né, e ai fomos crian... foram criando ao logo da comunidade núcleos escolares a partir da expansão da mesma. É, a partir de que pessoas que começaram essas 100 famílias que começaram a ocupar esse mangue, elas difundiam através de seus parentes, seus amigos que ali era possível construir habitações e assim foram construindo, foram pessoas que vieram do interior, no meu caso, por exemplo, eu vim de Cachoeira e na rua por exemplo da Paz, existiam diversas famílias minhas, primos, amigos que vieram do Recôncavo Baiano do, de Cachoeira, como também tem outros pon..... existiam naquele tempo outras pontes que vieram de Aratuípe e assim a comunidade foi crescendo é, e ai se criou diversos núcleos. O inicial o mãe foi Nova Esperança, mas surgiu Núcleo de Boiadeiro, Núcleo São Bartolomeu, Núcleo ..., Núcleo 19 de Março, ao longo dos 1 km e meio do litoral de mangue aqui na Enseada dos Cabritos. E hoje em 2006, nós temos uma associação, é uma associação que atende a 1216 crianças e adolescentes com 3 (três) escolas comunitárias, é, centro profissional através do convênio com Consórcio Social da Juventude, uma creche estruturada e diversos outros seguimentos como: música, inclusive com parceria com Universidade Federal da Bahia, Escola de Música através do Profº Joel Barbosa. Esse é o histórico da Comunidade.

Ivilana – Certo, e você quer me mostrar alguns dados também de toda essa intervenção aqui em Novos Alagados.

Liderança - É a part... então em mil novecentos e..., bom a partir de diversas manifestação da, da comunidade que buscava naquele tempo o entulho, a gente chamava de entulho que seria na verdade o aterro da comunidade para acabar com as palafitas. Havia uma luta para manutenção das palafitas das pontes né, já que de 6 em 6 meses era necessário que fizessem essa manutenção, já que eram feita de madeiras e a madeira ela apodrecia a que ficava acima do, da lama do mangue não é, então havia essa

luta de melhorias através, com o Governo do Estado da Bahia e Município, dessas pontes, culminando então em 1998, a partir de diversas lutas, fechar a avenida Suburbana, por exemplo, quando havia problemas, passeatas através do movimento em defesa dos favelados MDF. É, até a Prefeitura buscando exatamente esse entulho né, tudo isso a partir de Antonio Lazarotto né, que ele era o Presidente daquele tempo da Associação dos Moradores, infelizmente ele veio a falecer em 2005 no mês de novembro e também com o trabalho de base da sua esposa Vera Lazarotto, que foi a que organizou todo o trabalho de educacional na comunidade Novos Alagados. Só pra ter uma idéia, em 1977, quando iniciou a associação nós tínhamos uma taxa de analfabetismo de 74,4%, e a partir de todos os anos de educação popular, já em 2004 essa taxa baixou para 1,9%, quer dizer realmente erradicou, erradicou o analfabetismo em Novos Alagados né. E nessa luta de educação e de moradia digna surgiu em 1998, o Projeto de Recuperação Ambiental e Social de Novos Alagados, essa era denominação do 1º Projeto realmente de impacto dentro da comunidade de Novos Alagados né, em 1998. Foi assinado o convênio em 1993, através da, da, de uma a, de uma organização italiana que teve o Projeto Piloto e a partir da intervenção do Banco Mundial com Associação de Moradores Sociedade de 1º Maio, nós começamos ai a, realmente a desenhar o projeto, esse projeto que hoje se chama Programa Ribeira Azul. Mas ele inicialmente era um Projeto Piloto, somente na rua Nova Esperança que foi beneficiado em torno de 300 famílias, que foi feito um aterro de delimi... delimitação do fim de linha de São João do Cabrito até o Núcleo 19 de Março.

Ivilana – Esse era o de Novos Alagados I né.

Liderança - É esse era o Projeto de Novos Alagados I, Projeto de Recuperação Ambiental e Social de Novos Alagados, que foi exatamente o Projeto Piloto para que o Banco Mundial é, visse a possibilidade que se tinha de ampliar esse programa a partir da Organização Comunitária né. Então, com essa Organização Comunitária da 1º de Maio da Sociedade 1º de Maio, foi feito esse projeto, essa intervenção aonde foi transferida 280 e poucas famílias para o Conjunto Araçás e as outras famílias permaneceram no seu local de origem com aterro do local, um aterro pequeno de delimitação né. Esse foi o Projeto Novos Alagados I né, é Projeto de Recuperação Ambiental e Social, com o sucesso que teve esse projeto, então esse projeto foi ampliado para o Projeto Novos Alagados II, que cont... contemplavam as Comunidades de Boiadeiro e Comunidade de São Bartolomeu né, vindo então a, com o sucesso desse projeto a então criar o Programa Ribeira Azul, onde então seria se... seria é... tratadas, terminadas as... as todas as é comunidades palafitadas ao longo das Enseada do Cabrito como também a Enseada dos Tainheiros.

Ivilana – Como foi a intervenção de Novos Alagados II?

Liderança - Bom, em Novos Alagados II, a intervenção se deu a partir de uma experiência de intervenção dos Alagados I já que a intervenção dos Alagados I foi realmente, foi trágica né, foi, foi nós, a comunidade lutou muito, brigou muito para que seja um projeto aonde existia os recursos públicos né, recurso até do Banco Mundial e a gente teve o cuidado de que esse projeto fosse o melhor possível. Não sendo assim esse projeto, por que realmente nós fomos cobaia, a comunidade toda tem esse pensamento, não sendo assim e tendo terminado esse projeto, quer dizer, o Governo do Estado deu como concluído, sem ter concluído na verdade e já que o Banco Mundial já estava repassando o recurso pra o Alagados II, então o Governo do Estado priorizou na verdade o Alagados II, abandonando os Alagados I, esquecendo e deixando o Projeto de Alagados I, sem ter realmente terminado. Por que sem ter terminado? Por exemplo, o Bahia Azul. O Bahia Azul nunca funcionou na Comunidade dos Alagados I, isso fez com que as... as, os moradores né, as famílias tirassem os seus esgotos, o esgoto condominial e colocassem na galeria. As galerias serviam para todas é, as águas de chuvas né, então essas galerias serviram pra é, essas... essas águas serem jogadas até no caso o mar, a maré, e os esgotos Condominial, claro que seria pro o esgoto das famílias, só que esse esgoto nunca funcionou e ai é um problema realmente drástico que existe hoje na comunidade, trágico, por que? Por que as famílias retiraram os esgoto condominial, por que não funcionavam e colocou diretamente na galeria e ai quando acontece do mar está cheio né, e chover por exemplo, então as águas que vem da chuva que entra na galeria vão tudo pra... retorna pra todas as casas sem exceção, todas as famílias estão sofrendo com isso ok! Na rua Senhor do Bonfim mesmo em 2004 é o pessoal teve que fechar a pista da Avenida Suburbana para que se tomasse uma providência. Então em 2004, fechou a rua Senhor do Bonfim por causa desse retorno dessas águas para as casas e hoje em 2006, o mesmo

problema está acontecendo, já está prestes o pessoal fechar a Avenida Suburbana de novo. Por que a Conder fez toda a infra-estrutura dessas galerias mas o Bahia Azul não funciona, então hoje a situação tá igual a 2004, quando a população fechou né, já que a população dessa rua ... dessa rua é um exemplo, é a pior né, essas famílias não dorme durante a noite quando chove, por que a casa fica toda cheia de detritos orgânicos, cheio de esgoto dentro das casas né. Então, essa é a situação dos Alagados I, sobre os Alagados I também houve a construção dos Araçás I, para que as palafitas fossem transferidas pra lá. Pois bem, foram 283 casas, foram construídas dessas 283, 22 já caíram a casa cai... caíram e o CREA na avaliação que foi feita na comunidade que a gente tá com um documento, vou dar uma cópia pra vocês, avaliou o seguinte: que todas as casas vão cair, por que foi construídas essas casas num solo que não foi tratado, um solo de massapê sem nenhum tratamento, é como se construíssem essa casa num... em cima de um pudim, entendeu? Então todas as casas vão cair e hoje todas as casas estão rachadas com problemas sérios, as famílias hoje avaliam que morar nas palafitas do ponto de vista da casa, que é onde eles moram, é bem pior do que morar nos Araçás, é bem pior do que morar nas palafitas né, já que é são casas que não tem salubridade, não tem ventilação, não tem luminosidade, toda úmida, nas palafitas não eram assim, hoje a maioria da população estão com problema de saúde ok! E sobre Alagados II, aí já foi uma outra intervenção por que a partir da, da... da intervenção dos Alagados I, viu toda essa situação principalmente tratar do solo, então ali foi feita uma nova intervenção, mesmo com o protesto da comunidade por causa do tamanho e da tipologia da casa, que são casas que, são casas pequenas, de área pequena e que tem que ser verticalizada, então a população não aceitou, mas infelizmente foi imposta pelo Governo do Estado esse tipo de casa o que gera hoje, a protesto, da comunidade, o que gera hoje a que as famílias não conseguiram se adaptar as casas e que as pes... as famílias hoje estão vendendo essas casas. As pessoas compram uma casa, compra outra casa, compra 4 (quatro) casas pra fazer 1 (uma), destrói tudo e constrói de novo, então infelizmente é essa Comunidade Novos Alagados, ela está se perdendo né, as pessoas vendem as casas e vão pra outro lugar já que não se adaptaram ao tipo de casas que foram construídas aqui.

Ivilana – Sei, eu vou seguir agora o questionário e a gente complementa no final.

Ivilana - O que é que você entende por cidadania?

Liderança - Cidadania é a, a, a, as pessoas né, as famílias viverem dignamente, conforme a Constituição Brasileira né, essa é a cidadania, a viver dignamente sendo ouvido né, e tendo moradia digna, educação, saúde, e segurança né, então... trabalho também. Isso é cidadania.

Ivilana - O que é que você entende por participação cidadã?

Liderança - A participação cidadã eu entendo exatamente quando esses direitos, o Governo nos roubam e a gente tenta, através de manifestações, através de abaixo assinado, através de reivindicação de uma forma organizada a buscar esse direito né, que infelizmente os alguns dos nossos dirigentes, alguns dos nosso gestores né, eles não entendem como essa, essa participação cidadã, por que?. Por que na verdade essa participação cidadã é um grande, é uma grande colaboração que essas comunidades organizada dão ao próprio Governador ou ao próprio Prefeito. A partir do momento que a gente elege, infelizmente é, os nossos vereadores de uma forma equivocada né, infelizmente quando as coisas são tudo em grupo, quando as coisas são tudo é, realmente existem várias situações, o próprio pensamento desses, esses, esses políticos que realmente eles não entendem nada de cidadania né. Então, então essa, essa, essa participação cidadã se dá aí, a esses, a essas colaborações que essas entidades organizações organizadas vão até o Governo levando suas man... suas reivindicações e infelizmente não são atendidas, por que é mais atendida o que o vereador fala de uma forma equivocada, do o que uma organização, uma Associação de Moradores por exemplo que elege essa diretoria com 700 votos como é o caso da Sociedade 1º de Maio, mas infelizmente não é ouvida, como aconteceu na 2ª etapa do projeto Novos Alagados, aonde essa participação popular nossa da Associação 1º de Maio foi vista como uma pedra no caminho do Governo para é... estruturar essa, esse projeto de 2ª etapa.

Ivilana - Há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais estaduais em Salvador?

Liderança - Olha, veja bem, só existe essa participação quando é de interesse dos Governantes. Quando existe interesse desse governante existe essa participação, se não fosse assim não estaria hoje na cidade de Salvador no Estado da Bahia, diversas comunidades fechando pistas pra não passar carros

de uma forma de protestar, por que não estão sendo ouvidos, por que quando se vê no Jornal A Tarde, que tal comunidade fechou a pista, não quer dizer que essa comunidade tenha ido naquele dia fechar a pista por que tava acontecendo aquilo, de forma nenhuma, acontece isso por que anos e mais anos, essa comunidade tá colocando uma certa situação pra esse governante e não estão sendo atendidas entendeu, então a partir disso a ultima cartada que eles tem é exatamente protestar dessa forma. Então, não há participação nas políticas públicas do Estado da Bahia de uma forma de Estado e Município.

Ivilana -Existem mudanças efetivas decorrente da participação?

Liderança - Olha, essas mudanças são muito pequenas né. Por que vamos ver, vamos fazer um exemplo um paralelo do Governo passado e do Governo atual. O Governo passado tentou até é, aprovar né isso, aprovar certos projetos de interesse da comunidade de uma forma sem participação, sem ouvir a comunidade não é. Então vamos não preciso ouvir, vamos aprovar esse projeto, seja projeto piloto, seja o diacho que for, então vamos aprovar, então aprovava 'de rodão', sem participação nenhuma. Ai entra um novo Governo e diz não esse vai ter que ter participação popular, agora veja bem. No Governo passado o, as comunidades...

Ivilana – Você tá falando da Prefeitura né?

Liderança - Nesse caso é da Prefeitura, mas também o Governo, por que o Governo do Estado como é que se dava essa participação? através de Internet não era? Por exemplo, o plano, plano plurianual do Governo do Estado né... Então vamos falar Projeto.... o Plano Piloto do Município e vou falar do Plano Plurianual do Governo do Estado... pela Internet! As comunidades não tem Internet! O pessoal pobre não tem acesso entendeu, então não é por ai né, então mas as comunidades soube no Governo passado e entraram no Ministério Público e fechar tudo, barrar tudo, não vai ser aprovado e não foi aprovado. O Ministério Publico... não foi aprovado né. E ai entra o outro governante com novo pensamento e por ai vai ...ele já teve a experiência do passado que o pessoal entrou no Ministério Público, claro que ele não quer né, principalmente e,e,e.... participação popular e tudo mais. Bom, tudo bem! Vamos lá – e ai começa a ter todas as a parti... essa participação popular encontros em Universidades, locais tal, tal e tal pra ter essa participação popular e o povo vai lá, as comunidades vão lá organizadas e coloca tudo que eles pensam, certo, mas só que tudo isso que eles pensam na verdade é um bloqueio pra a, a, a, a no caso o Município, no momento que chega e diz tudo bem, são ótimas as idéias das comunidades, mas não tem verba.... entendeu? e ai para tudo de novo, essas situações esses projetos que é, é, é no.. no caso aqui de Novos Alagados a comunidade inteiro elegeram, vamos fazer todo esse, esse plano e tal o que é que mais precisa aqui ? Um Posto Médico. O Posto Médico agora que tá terminando né, mas pra fazer esse Posto Médico foi necessário derrubar duas vezes esse Posto, por que da forma que tava sendo feita era inviável do, do, do ponto de vista estrutural, agora ta terminando, graças a Deus e tudo mais, entendeu. Então eu acho que é por ai.

Ivilana – Certo, então existem mudanças né nessa participação...

Liderança - Houve mudança, por que na verdade até o próprio *slogan* do Município é essa mudança ele não poderia colocar esse *slogan* e não fazer

Ivilana - E o que é que poderia ser feito pra providenciar uma maior participação cidadã?

Liderança - Essa participação cidadã, ela só, só, só vai acontecer essa, essa, a partir do momento em que o Município e o Estado dê mais ênfase aos grupos organizados né, seja ele Associações de Moradores, é Sindicato de Classe, Sindicato de Classe né, então esses grupos organizados... Eu não tô puxando a sardinha pro meu grupo que é a Associação de Moradores não, tem teria até o direito, por que?! Por que a partir do momento que a Associação de Moradores busca essa participação, busca realmente intervir em certas situações desse trabalho municipal ou estadual, ela não vai com o pensamento somente dela, ela busca também assessorias, que são o IAB, o CREA, né isso, e tudo mais. Então ela vai também de uma forma técnica, não somente popular. Mas eu acho que essa pó...po... participação popular se daria mais nesse nível, nível exatamente de ouvir, é, as sugestões fazer encontros com essas entidades e não fazer como eles fazem. Faz uma obra lá em Paripe o Vereador Vanete Oliveira no sei das quantas vai no município sabe que aquela obra vai ser inaugurada e diz oh, tem algum candidato lá, eu vou pra lá e vou colocar minhas faixas lá como foi que, como que eu tivesse feito. Exemplo a lancha que liga Plataforma / Ribeira não é. Essas lanchas é essencial pra a

comunidade suburbana pra o pessoal ter escola, educação, a prova maior disso é que por exemplo, o João Florêncio. O João Florêncio durante a manhã e pela tarde ele não funciona, você sabia disso?. Eles foram alugado pra a Escola é... da Polícia Militar, por falta de alunos. Se tivesse essa ligação Subúrbio com Ribeira de uma forma como era antigamente com taxas né, claro que os estudantes estavam lá, não teriam que alugar pra é a... é o que? não teria lugar pra o... não teria é, é forma de fechar o Colégio. Um colégio daquele como o João Florêncio entendeu, então as comunidades do subúrbio ferroviário lutaram, da Ribeira, lutaram pra que tenha essa travessia que o Governo volte essa travessia... de repente a gente vê na cidade toda, Oliveira, um vereador que nunca teve nesses encontros colocando que é uma luta dele, tenha dó! então isso não é, entendeu? nem, nem... isso é até anti-ético. Então é com esse... esse representante que a gente tem no, no, na Câmara de Vereadores.

Ivilana - E o que poderia ser feito para providenciar uma maior participação cidadã?. Ôh não, essa eu já fiz. Quais os principais entraves à participação cidadã nas políticas públicas habitacionais?

Liderança - Olha, um dos principais entraves é o que eles acham que é o melhor. Por exemplo, eles fazem as administração regionais, cada bairro tem a sua ... cada bairro tem a sua representação, mas tem bairro que essa administração regional fica distante não é, e ai ele diz vamos ouvir as comunidades, então faz uma reunião em Periperi, então a gente tem que se deslocar é... São Bartolomeu, representante tem que sair de São Bartolomeu para ir para Periperi. Geralmente quem, quem, quem sofre na pele todas essas situações de segurança, de falta de saúde, de postos de saúde, tudo mais... de atendimento são as pessoas mais pobres e que se deslocar de Lobato até Periperi pra essas reuniões é muito difícil pra eles, vão gastar quanto? 3,40 né isso, reais que vai fazer falta entendeu, então é, seria necessário fazer que as administrações regionais fizessem esses encontros itinerantes, junto à Sede da Associação saíssem, entendeu, é, é difícil é, mas é o que tem de ser feito entendeu, pra ouvir a população seria melhor fazer esse, esses encontros itinerantes nas associações, por exemplo a Associação 1º de Maio abrange hoje a 21 mil pessoas.

Ivilana – Mas pra fazer isso tem que ter boa vontade do Governo né, eles tem que quer fazer.

Liderança - Tem que ter, ai é que falta a vontade política é, é essa questão falta a vontade política, isso em todo os lugares né, no momento que faz uma avaliação sobre isso: falta a vontade política! é... o que é essa vontade política? É exatamente fazer encontro nas Associações de Moradores representativa, se eles fazem um encontro na Sociedade 1º de Maio, a Associação 1º de Maio representa hoje a um local onde existe 21 mil pessoas entendeu. Existem associação e onde os moradores, essa 21 mil pessoas não vai precisar pegar ônibus pra se deslocar até lá, existe, nós damos espaço físico, toda estrutura sai de graça pra eles, é eles que vão ter que sair com o carro deles e chegar até aqui, não é a população que vai ter que sair pra ir até lá entendeu, então falta vontade... política.

Ivilana - Nessas políticas públicas quando o governo decide é, promover a participação nas políticas, como por exemplo em Novos Alagados, quais são as principais formas de participação? Quais práticas participativas?

Liderança - As práticas são horríveis, as práticas são as piores possíveis no momento em que é... existe, por exemplo no Projeto Novos Alagados. No Projeto Novos Alagados I, houve participação popular por quê ? Nós da associação de moradores saíamos nas ruas da comunidade com um vídeo e uma televisão e ai passavam a fita que foi feita pra dizer como seria a intervenção na comunidade, rua por rua, e a comunidade dizia, olha tubo bem, mas assim não é bom, olhe esse esgoto condominial não presta, por que como é que um esgoto de 100 mm vai servir pra todo uma rua, não presta, não pode, as casas não pode ser parede meia, as pa... as pessoas tem que ter suas paredes individuais, então saiu tudo isso, então ouve a participação popular! não atenderam... jogaram tudo conforme o que eles queriam né isso, e ai vai pro Alagados II.

Olha a 1º de Maio não vai sair com vídeo, com televisão, falando de participação popular não. A 1º de Maio não vai falar que o esgoto condominial não é bom não, a 1º de Maio não vai falar que a parede meia não presta não entendeu, tá vendo como é que se dá a participação popular? Houve a participação popular e houve varias reivindicações da comunidade que não foram ouvida. Ai vai pra uma outra experiência buscando essa experiência daqui não, a 1º de Maio não vai participar não que ela é uma pedra no caminho da gente, deixa fora a 1º de Maio.

Ivilana – Quem dizia isso?

Liderança - AVSI / CONDER entendeu, AVSI / CONDER colocou claramente entendeu, que não queria a participação da 1º de Maio. E a 1º de Maio foi realmente colocada pra fora, como? vamos explicar. Houve uma pesquisa, era uma coisa de praxe do Banco Mundial não é, de que fizesse uma pesquisa nos locais para saber qual era as entidades que faziam parte daquela comunidade, então na 1ª etapa ta lá Sociedade 1º de Maio, Escola Popular, esses Núcleos todos que a gente tem. Quando chega no Boiadeiro e sim... e aí o pessoal diz: ah seu filho participa de que Escola? ah o meu filho participa da Escola de D. Vera. Vera é a Coordenadora Pedagógica da Sociedade 1º de Maio, Vera Lazarotto, e que fez todo esse trabalho comunitário dentro da comunidade, aonde todos os núcleos tem Programa do PETI, todos os alunos são atendidos em todos os núcleos. Nós estamos com 1.216 só nas escolas, sem falar creches, no Projeto 1º Emprego, Consórcio Social da Juventude, o Projeto de Prevenção que a gente sai de rua em rua. Aí os, os, as pessoas que vão fazer os cadastros... Na 1ª etapa tudo bem entendia, Vera, ah D. Vera, é da 1º de Maio, ah é da 1º de Maio, da Escola Popular ai colocavam Escola Popular. Ai foi feita essa mesma pesquisa no Boiadeiro da 2ª etapa do projeto e ai dizia é a Escola, é tem uma escolinha nossa aqui de Jerry. Jerry é o Coordenador da Escola 1º de Novembro, uma escola grande, uma Escola de 2 andares. Ai já havia uma... sabe, então a pessoa que tava cadastrando dizia, ahé de Jerry é? É, banca! Entendeu? Ai outro dia D. Vera é diretora daquela Escola que meu filho estuda, ah é D. Vera é? Banca! Entendeu? Então, nessa pesquisa que foi feita aqui não saiu, eles botaram, direcionaram tudo pra banca. O numero, nessa pesquisa o numero de banca foi pra lá pra casa da zorra, foi alto foi altíssimo o numero de banca que existiu nesse lugar, oh, não existe quase banca nenhuma nesse local então, não existe trabalho na 1º de Maio, 1º de Maio ta fora, e ai vamos fazer um trabalho de liderança... então cada uma dessas ruas eles fizeram encontros pra formar lideres de rua, certo, e ai eram esses lideres que iam lá e assinavam a ata deles que tava tudo ok, que ia ter casa verticalizada, que embaixo ia ter 25 metros quadrados entendeu, então isso é participação? entendeu, e a gente brigando queremos participar, queremos participar, tá tudo documentado ai, existe... existe officio onde a gente colocava que a gente gostaria de ter informação, a gente queria que os moradores quando mudasse das palafitas seguisse a lógica de vizinhança entendeu, existia todo uma proposta pra esse trabalho que infelizmente nós tivemos que sofrer, eu tive um atentado né, é, o, é, a Sociedade 1º de Maio conseguiu algum tempo parar esse projeto, o projeto de segunda etapa para que fosse discutido essas questões... então, eles lá fizeram um trabalho com a população inclusive a socióloga dele dizendo que... olhe a 1º de Maio parou o projeto, ora.....

Ivilana – A socióloga da AVSI?

Liderança - É, da AVSI e da CONDER que é 'CONDER 2'. Então é... ela colocou na Comunidade, chegou a todo mundo ouvia dizer oh a 'CONDER 2' falou que o projeto parou, que a Sociedade 1º de Maio parou, como é que é isso? A Comunidade queria discutir isso, mas a comunidade não queria que o projeto parasse por quê? Por que a partir do momento, isso aqui era ponte, essas pontes uma se apoiava na outra, a partir do momento que pega esse aqui transfere e deixa esse aqui sem, eles ficavam vulneráveis, vulneráveis à ação de pessoas não idôneas, vulneráveis a todas as questões, então eles queriam sair, mas eles queriam sair pra um local melhor entendeu, mas eles também não queriam que o projeto parasse, a partir desse momento, que ela, ela é claro, ela é inteligente, ela colocou essa situação na comunidade, isso eu falo por que muitas pessoas iam na Associação e dizia: ôh Del por que parou o projeto? Você parou o projeto por que? Naquele tempo quem tava mais em cima dessa situação era eu, era Presidente e tudo mais entendeu, e ai eu disse não gente, a gente não parou o projeto, nós apenas queremos que, é amanhã vamos ter reunião que eles parem um pouco pra a gente ver amanhã quais são as definições entendeu, mas ai já vieram aqueles cara pra me procurar por que eles tinham interesse de sair, eles tinham interesse de sair dali e principalmente ir para uma, uma comunidade como Nova Primavera, uma comunidade onde pessoas que não são.... né, vão morar e que tem toda uma proteção os.... as pessoas que não eram é, ela não é um.... elas gostaram de ir pra Nova Primavera que era um local, onde a policia não tinha ação, não tinha nem um tipo de ação entendeu, então é isso ai. Eu respondi, eu nem sei se respondi a pergunta.

Ivilana – Hã, Hã.

Ivilana - A participação cidadã ela é induzida por quem? Ai você marque com um X aqui no que você acha.

Liderança - Olha, essa participação, a participação é geralmente induzida por líderes comunitários ok! Comunidade né, que ele vem e provoca entendeu como é que é? Por exemplo eu vi no Jornal A Tarde, eu vi no Jornal, na televisão, que o Ministro dos Esportes esteve aqui no, no, no Araketu, aonde teve um projeto de esporte em Periperi, então eu como líder comunitário, o que é que faço? chego pra comunidade gente oh, o Ministro teve lá e fez isso pra nós, nós também temos direito de ter então, vamos fazer um documento e mandar pro Ministro dos Esportes dizendo que aqui em Novos Alagados, nós temos local entendeu, então essa participação ela se dá assim né. O político eles querem mais é fazer os encontros dele pra avaliar o mandato né isso, e tudo mais, eles não trazem informação pra comunidade sobre isso não. Agora se você vai até o político, e dizem ah o Ministro teve lá no Subúrbio e fez uma quadra esportiva, vai fazer o convênio ai ele diz, ah é, o Ministro Orlando né, Orlando acho que é Dias da Silva, ah o Ministro é, ele fez isso e vocês podem... ai ele fala, se você provocar, então é provocado pelos líderes, pela comunidade.

Ivilana - E os Mecanismos Institucionais utilizados nessas intervenções tem propiciado um nível de participação, ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Liderança - Olha, veja bem é, ai é que tá, você tem que ter competência, a partir do momento que dou exemplo do Ministro que teve aqui, você tem que tá documentado para né, você tem que saber fazer um projeto, você tem que estar em dias com as suas obrigações, está totalmente documentado, certidões, tudo direitinho entendeu, então você estando com isso você pode procurar instituições que possam colaborar com você e as instituições colaborem sim.

Ivilana – É ,mas aqui eu estou querendo perguntar se os mecanismos que o Governo do Estado utiliza nestas políticas públicas habitacionais, se esses mecanismo do, do Governo, da CONDER etc., se propicia um nível de participação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

Liderança - Olha, eu acho que essas, essas intervenções são ruins eu não digo que são péssimas, mas são ruins são é, é, é, é digamos assim, a parte é... teórica, sabe, é excelente né, a parte teórica são boas, agora a parte prática ai é que o bicho pega, ai a parte prática é na verdade não ouvir, falar... a resposta são bonitas, agora houve realmente participação do povo? Não houve, por que, por exemplo, pra formar líderes comunitários pra... né isso, aprovar os projetos deles... claro que pra fazer, pra formar um líder comunitário, fazer esses encontros de formação, excelente pra comunidade, a comunidade vai ter uns líderes, umas pessoas, uns moradores que tiveram uma formação, passaram por uma formação né. Agora a prática, como vai utilizar essa formação que é o problema, ai é que tá (...risos).

Ivilana - E o nível de interesse da população na participação é como?

Liderança - Olha o nível o, o, a comunidade tem interesse, é ótima a participação entendeu, a comunidade ela, a partir do momento em que a comunidade sabe que aquilo ali vai servir, vai ser útil pra ele, pra o filho dele, pra família não é, é ótima a participação entendeu, agora muitas vezes eles ficam desiludidos, existe a desilusão. Por exemplo, a Bolsa Família tem pessoas da Bolsa Família que precisa (...interrupção), tem pessoas da Bolsa Família que precisa pra caramba, a Bolsa Família é uma coisa excelente né, mas tem família que não conseguiu até hoje entrar na Bolsa Família por questão burocrática né, pela questão burocrática da situação e tem outros que utiliza essa Bolsa Família no evento não é, de forma errada entendeu (...pausa) de forma errada. Ai a gente pensa em outros Programas Sociais, ai tem o PETI no Município, quer dizer Estado, Município e também da né Federal. Eles vem aqui na comunidade e sai de casa em casa, pesquisando, fazendo pesquisa com essas famílias não é, e ai as famílias que ta ok e tal, depois de 1 ano depois, não sei se a criança está morando mais aqui na comunidade ou não, ai chama pra ir lá na 'Sedis', lá na Praça da Sé o pessoal tem que pegar dinheiro, de uma forma ou de outra, pra ir, tem que levar o filho pra entrar no programa e depois que vai lá e tá tudo ok, ai entra no programa. Vamos lá. Ai manda pra associação, pra Sociedade 1º de Maio, que tem Programa do PETI, nós atendemos a 300 crianças, será que não seria diferente? será que não seria aqui no próprio Programa, onde tem todas as crianças e ai faz o trabalho junto com associação? não é mais pratico, é esses entraves que é realmente é questionados.

Ivilana - E há continuidade nos processos participativos?

Liderança - Não, não, quer dizer... no ponto de vista do Governo é... o que ele faz? eles precisa aprovar, que a Câmara aprove o Plano Piloto de Salvador... eles precisa que, que aprove, aprovou e pronto, tá aprovado, ok, fechou (...risos).

Ivilana - Existem indicadores que atestem melhorias nas comunidades beneficiadas nas políticas habitacionais? Existem estudos com indicadores que diz: houve tais melhorias... Por exemplo, você me citou que o analfabetismo é, foi quase erradicado passou de 74,4 para 1,9 ao longo de 20 anos. Então existem indicadores nas políticas habitacionais que atestem que houve realmente melhorias a partir dessas políticas?

Liderança - Os indicadores são eles colocarem propaganda na televisão né, por que, por exemplo, aqui na comunidade eles dizem que em Novos Alagados não tem mais palafitas não é, e lá no Boiadeiro é horrível, tem muitas palafitas e é pior ainda, por que a palafita ela ficava em cima do mar, ficava em cima do mar aonde todos detritos, dejetos iam pro mar né isso, e hoje essas palafitas fica em cima de terra no alto, como a palafita mesmo e todos os detritos é jogado embaixo entendeu, são famílias que não foram contemplado pelo programa.

Ivilana – Então, vocês não tiveram acesso a esses indicadores deles, a forma como esses indicadores foram confeccionados, vamos dizer assim.

Liderança - Não, não, não, nós pedimos, não conseguimos não, não teve informação nenhuma.

Ivilana – Certo. Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado pra prestar contas à população dessas políticas habitacionais?

Liderança - Diz o seguinte: a comunidade solicita, pede como é que tá esse recurso, eles não dão, a comunidade vai no Ministério Público, dá queixa e entra com mand... com, um, um, um pedido ao Ministério Público e ai eles mandam um caminhão de material. Não é isso que a população pediu, a população pediu sobre, por exemplo, Novos Alagados I, aquele ali, então pra eles complicar a situação eles pegam e manda um caminhão falando dos 500 anos do Brasil em Porto Seguro e ai o Ministério Público diz oh, o Ministério Público diz, oh vocês entraram com esse pedido... olhe o que eles mandaram aqui, ai chega e mostra pra gente.... entendeu, eles mandaram tudo, a gente procura pra ver se acha o nosso, não acha o nosso, só acha dos 500 anos, da Orla Marítima de Salvador, do Parque de Pituaçu, do Dique do Tororó, entendeu, mas o nosso a gente não acha , no caminhão, então a gente tem que ... é isso ai... o Ministério Público viu, imagine...

Ivilana - Quais das características abaixo se aplicam ao Governo do Estado em relação à condução das políticas habitacionais?

Liderança - Autoritário, burocrático, pode ser mais de um né isso, burocrático, clientelista, pronto, não vou colocar neoliberal não, por que não é bem o caso.

Ivilana - Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para a população de baixa renda?

Liderança - Ora, veja bem, a principal na verdade é esse do Programa Ribeira Azul não é, eu acho que tem esse do Programa Ribeira Azul...

Ivilana – Que tá dentro do Viver Melhor.

Liderança - Que fica dentro do Viver Melhor e que tem uma condição isso ai né, por que o programa, o Programa agora Ribeira Azul, essas famílias, é diferente esse Programa Ribeira Azul, como outros programas que ele tem, por exemplo, nas casas que foram inundadas, que caíram a casa que o pessoal perdeu tudo. Por que no Programa Ribeira Azul ninguém perdeu nada, no Programa Ribeira Azul as casas eram maiores, mais confortáveis, eu falo do ponto de vista ai, eu coloco ai uma... né.... no caso os Araçás não é. No caso de Araçás é então essas famílias tinham casas, ela tinha um patrimônio, ela zelava pelo patrimônio, essas casas tinham água, tinham luz, tinha plantas, tinha plantas mesmo e tudo mais entendeu, e eu imagino que em Novos Alagados foi uma troca, só que a população é, e eles não encara assim, eles querem que essa população ainda pague. Ninguém vai pagar nada, mas eles querem que pague durante 5, 6 anos entendeu, mas a gente entende que em Novos Alagados foi uma troca de casas de palafitas grande por uma casa de construção pequena, embrião, certo. Então, é..

agora esse programa na verdade é o maior que o Governo do Estado teve, por causa da população que aprovou ele, e do Banco Mundial.

Ivilana - E por que o incremento da participação cidadã nessas intervenções é importante?

Liderança - Por que eles são atores, a população é que é o ator disso e até por exigência de financiamento né, de Banco Mundial, tem que haver a participação popular! E aí eles tentam de todas as formas é... na verdade, maquear essa participação entendeu, mas tem que ter, então forma líderes de rua pra aprovar, pra assinar ata, fazem todos, tiram fotos né, é, criam o PATS né, que eu também fui eleito pelo PATS eu com um camarado meu, pelo este PATS. Então, criam, criam o Conselho Consultivo que eu faço parte (...risos) que a gente não, é um negócio sério..., então a gente maqueiam o possível.

Ivilana - Como é esse Conselho Consultivo, como foram as reuniões?

Liderança - Esse Conselho Consultivo é o seguinte, foram eleitos pelas comunidades, tinha que ser feito, tinha que ser feito por exigência do Banco Mundial, que eles entendiam que com esses Conselhos Consultivo é que ia ter participação da comunidade. Então foi eleito 5 (cinco) membros, Novos Alagados foram 02 (dois), eu e 'Liderança 2', lá em Mangueira I foi outro, em Massaranduba foi outro, então foi criado 05 (cinco) membros do Comitê Consultivo. No momento em que a gente foi ter um encontro no Quatro Rodas, com toda aquela né, aquela situação, no momento que a gente começou a questionar ele fala épa, vocês são do Conselho Consultivo, a gente só se for necessário a gente vai consultar vocês, mas nada, você não tem participação nenhuma aqui, imagine... é isso aí, há formas, são as formas que eles tem!

Ivilana - Como é que a participação cidadã contribui para a sustentabilidade das intervenções?

Liderança - Olha, a participação cidadã contribui para que aconteça, por que tem que acontecer a, a nós não estamos aqui fazendo crítica, nós não estamos falando tudo isso sobre autoritário, burocrático, clientelista, clientelista por que eles só tentam ver as pessoas que são do lado dele, mas não por isso a gente vai chegar é oh, não entra uma caçamba aqui, não entra um saco de cimento, vamos derrubar as casas, não é isso, nós queremos participar e queremos construir, então eee esse eee esses gastos de energia, esses gastos de tempo, esse problema todo que é criado é por que a comunidade quer participar e a comunidade quer uma obra bem feita.

Ivilana - Qual o efeito que programas sociais de amplitude reduzida podem obter no desenvolvimento da comunidade e incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade das intervenções? Eu vou explicar: eu falo programas sociais de amplitude reduzida por que, por exemplo, é, a Creche que está dentro do Programa, não atende a todo mundo, atende a um percentual pequeno, a Educação é outro percentual pequeno, ou seja, é o Governo é, coloca propaganda de que teve uma intervenção em Novos Alagados II, em termos de educação, em termo de tudo, em termo de, de Posto Médico. Mas não atende a todo mundo, atende a percentuais pequenos dessa comunidade, como é que essas intervenções, de pouquinhos, pode contribuir para a cidadania e para a manutenção mesmo, da intervenção?

Liderança - Essas intervenções é... são é... uma intervenção clientelista aonde eu até já fui até ameaçado de processo que por isso que eu vou falar agora né, já falei isso num encontro que na verdade o encontro teve que ser terminado por causa dessa, dessa fala minha né. Então, esse, essa intervenção no Projeto 2ª etapa de Novos Alagados só contribuiu para fortalecer o patrimônio deles né, da ONG italiana que tá aqui, então com esse projeto eles já ameaçaram de processo de me processar em reunião com a comunidade. Oh, vamos sair daqui, vamos te processar por isso, tudo bem, mas não me processaram, mas por exemplo e vamos....

Ivilana - Eles processaram ou não processaram?

Liderança - Não processaram entendeu, então veja bem em... em Alagados I, aquele dali a gente viria melhor, entendeu (apontando para foto na parede).

Ivilana - Mas dá pra ver daqui.

Liderança - Em Alagados I, a Sociedade 1º de Maio, por exemplo, fez esse Centro aqui. Esse Centro Profissional, esse Centro Profissional foi feito com esses recursos do Projeto Novos Alagados, como você tá se referindo... pequenas né isso, pequenas colaboração. Olha só, isso aqui foi feita em 1996, contem quantas crianças e adolescentes já passaram por esse Projeto aqui, esse Projeto tá aí funcionando isso aqui é um programa do Consórcio Social da Juventude, Programa 1º Emprego, que tá funcionando já há 3 anos aqui nesse centro. Aonde muitos meninos hoje estão de carteira assinada, eu mesmo to, entendeu, tô satisfeito com isso, tão com carteira assinada, são contratados quantos adolescentes já foram contratados aqui, o Programa do PETI é trabalhado aqui, ora, o Bahia Inovação vai ser feito aqui, então... é como tô falando pra você, essas pequenas intervenções quanto contribui, essa intervenção desse prédio que tava em ruína, que hoje tá bonito, entendeu, são pequena intervenção, então nesse Programa Ribeira Azul do, do, do coisa um, eles ajudaram a gente nesse Centro, ajudaram a gente no Centro de, do Projeto Cluberê de meninos e crianças infratores, fizeram uma quadra, ampliaram e tudo mais, fizer... é renovaram a nossa Escola Popular entendeu, isso são locais da Associação de Moradores, o pessoal esse ano tem eleição pra escolher nova diretoria, se o pessoal achar que não fiz um bom trabalho não me elejam, eleje outros não é, tudo bem, tá aqui na 1ª etapa e na 2ª etapa como é que tá a situação? Na 2ª etapa nós estamos com a Escola de Boiadeiro que é uma Escola grande tal que tá uma decadência... tá um caos a Escola. A Escola 1º de Novembro de São Bartolomeu tava um caos, nós pedimos que nós, fossem colaborar com essa Escola, aí o governo Federal soube dessa situação toda e mandou uma emenda parlamentar de 100 mil reais, que nós construímos uma escola de todas as escolas, a escola está linda, cheia de mosaico, bonita, aqui estamos lutando pro Governo Estadual também dá um apoio a esta escola. Ora eles poderiam fazer isso por que não fizeram entendeu, mas aí é que vem o motivo do processo, mas eles construíram aí: O Centro Educacional João Paulo II da AVSI, falar aqui pra ouvir bem (se referindo ao gravador). A Creche João Paulo II, foi construída da AVSI, duas, o CEDEP que era um prédio lá que a AVSI é que administra entendeu, não somos contra não, ótimo que temos um Centro Educacional João Paulo II, é ótimo pra comunidade, que a comunidade é mais o local que tá servindo a comunidade de Novos Alagados. A Creche João Paulo II está servindo com toda certeza, toda a comunidade de Novos Alagados. O CEDEP está servindo ótimo o CEDEP, ótimo a Creche João Paulo, ótimo pra comunidade. Só que também poderia ter dado uma pequena parcela pra reformar essas escolas que já existem e que está lá atendendo entendeu, esse é o problema das intervenções, mas por que não deu? Por causa daquilo que eu te falei, foi feito a pesquisa e disse que aqui não tem nada pra 1º de Maio. Deixou a gente fora. O Governador Paulo Souto mandou um documento aí querendo saber o que aconteceu, nós já respondemos pra direção deles que nossa escola está nessa situação por que não fomos contemplados aí ele disse não, isso é documentado eu posso lhe dar uma cópia, aí ele não, mas só que nós fizemos uma pesquisa do Bahia, do Ribeira Azul inteira pra saber todas as instituições que existia e o que atendia e a 1º de Maio não entregou a pesquisa, não entregamos mesmo não, não entregamos por que é uma coisa que eles queriam saber detalhado da nossa cozinha ao nosso banheiro, as nossas coisas e a gente fez um documento dizendo o seguinte, tudo bem, pra que vai servir essa pesquisa? Pra que vai servir, queremos saber pra que vai servir essa pesquisa pra melhorar se participar dela, eles não responderam nada, também nós não entregamos o questionário. Todo o lugar que a gente vai de Secretaria de Estado pra rec... é ajudar essa Escola eles respondem a mesma coisa, nós consultamos o Estado e o Estado disse que vocês não entregaram a pesquisa... é mole, é, é uma historia.

Ivilana - Essa aqui é genérica, mas vou fazer mesmo assim. Qual o percentual de intervenções urbanísticas para a população de baixa renda menor que 3 salários mínimos que você tem conhecimento, que tiveram a participação da comunidade desde da fase de projeto?

Liderança - Conheço não.

Ivilana – Nem em Novos Alagados?

Liderança - Nem em Novos Alagados.

Ivilana – Certo ok! Houve participação cidadã em Novos Alagados II?

Liderança - Não, não houve, houve... eu não vou dizer que a coop... cooptação de liderança seja participação cidadã, que houve cooptação de liderança lá em Alagados II e cooptação de Alagados não é participação cidadã.

Ivilana - Como é que Novos Alagados II, se insere nas políticas habitacionais do Estado, é um modelo ou uma exceção as práticas políticas correntes?

Liderança - Ele... veja bem, do ponto de vista de arrecadar recursos pra construir é um modelo. Porque utilizou-se todo o trabalho de, da comunidade, todo o trabalho de participação comunitária não é, a situação também que era realmente é uma situação dramática, era uma mancha negra do sistema habitacional não é, da Bahia, do Brasil que era a palafita, o pessoal entendeu, a partir dis... a partir de, da, da, do projeto, da concessão do projeto é um modelo, em qualquer lugar do mundo é aprovado um projeto desse entendeu, agora do ponto de vista da execução, aí minha amiga, nada pra ninguém, aí a execução... não houve participação nenhuma, por que houve cooptação de liderança.

Ivilana - E por que foi que a participação se processou dessa forma?

Liderança - A participação é.. se processou dessa forma por que foi um projeto, o projeto II de Novos Alagados foi um projeto aprovado por eles sem a participação da comunidade, não é que a comunidade não iria aprovar a construção de casas verticalizadas né, módulos, aqueles tipos de casas uma, uma experiência que deu certo no Brasil sim, a gente tem conhecimento, mas deu certo em São Paulo, com pessoas que moravam em cortiço, que já tinha uma cultura de morar em cortiço, a nossa cultura aqui é de morar em palafitas, é totalmente diferente você morar num cortiço e uma cultura de você morar em palafitas né, então o que acontece, acontece que aí a população é.. questionou bastante esse projeto, não aceitou, tanto é com a aprovação deles o pessoal estão vendendo as casas.

Ivilana - A presença da AVSI foi um diferencial?

Liderança - A presença da AVSI foi um diferencial sim. Por que a aprovação de todos esses projetos de Novos Alagados é, do programa Ribeira Azul se deu exatamente por causa da presença dele da participação, tudo bem, entendeu no eu, eu, eu tenho sérios problemas com a AVSI, tenho sérios problemas, mas no ponto de vista de moradia, de moradia, de estrutura entendeu, agora eu bato palmas pra AVSI no ponto de vista é... social, do ponto de vista de social, ela, eu bato palmas, eu, em todo lugar que falo eu acho que é um trabalho é, que ajuda a muitas e muitas crianças da, do, da, da nossa cidade, do nosso Estado, do Brasil, digamos assim, do ponto de vista social, agora do ponto de vista de construção de casas do é, é isso aí da forma de, de trabalhar com a comunidade pra aprovar esse projeto aí, eu tenho minhas criticas, nada é 100%, eu acho que eu tenho esse direito. Mas que foi um diferencial foi, que talvez sem a AVSI não tenha feito nada disso aqui.

Ivilana - Pode se considerar que houve desenvolvimento urbano integrado, já que as ações sociais foram pontuais de amplitude reduzida?

Liderança - Sim, pode agora não como a população esperava, a população esperava muitos e muito mais desse Programa Ribeira Azul. Um exemplo disso tá nas urnas, a gente tem que, tem que, é, é, é avaliar o desempenho de um governante nas urnas. Então, como é que um programa dessa magnitude, um projeto tão importante de uma comunidade.... de, de, de um, de pra, pra uma população tão grande como o projeto é Ribeira Azul que envolve, eu nem sei quantos, quantas pessoas, como é que um programa desse o Governo só toma pau desses locais, como é que num, nem uma áreas dessa por exemplo, o Governo não teve voto pra o, o, o Prefeito dele. O Prefeito dele perdeu uma, uma eleição que efetivamente com esse projeto aí ele ganhava né, então ele perdeu é, é, entendeu. Então, o governador em todos os locais que eles, eles vão nessas comunidades infelizmente a população não vê ele com bom olhos não é, eu tive experiência de ter visto ele aqui na comunidade no espaço do Centro Educacional da AVSI, aonde eu contei 6 pessoas da comunidade. Olha um Governador que vai numa localidade e tem 6 pessoas da, da, da população, eu sei que veio outras pessoas de outros lugares que eu vi, muitos camarados meus que veio da Massaranduba e tudo mais, mas do local só tinha 6 e muita criança. Então você avalia um Projeto Social nas urnas e todo mundo... é isso ele não pode negar que foi né, foi negativo pra eles, perderam uma eleição pra Prefeito da cidade de Salvador e uma cidade que tava pura intervenção dele, ele tava trabalhando, tava em Novos Alagados, tava no Programa Ribeira Azul, tava em outras comunidades, agora por que? Por causa da CONDER, por que toda

população de Salvador hoje reclama da, do Salvador não, do Estado da Bahia, por que os 500 anos do Brasil isso ficou na historia do Brasil. Por que os 500 anos do Brasil em Porto Seguro na verdade o pessoal, os índios toda a população que tava reivindicando tomou pau, quebraram todo mundo no pau, isso vai ficar na historia como ficou a questão da UFBA, do Campus da UFBA que foi invadido, um Campus que é Federal e que o Governo Estadual que não tinha não é, eles nunca eles não poderia nem entrar lá e eles invadiram, isso realmente é trágico pra gente. Fica na historia política.

Ivilana – Deixa eu perguntar só mais 2 (duas) coisas. A CONDER ela tem um Escritório de Campo ai e que tá aberto a,a, todas as reivindicações da comunidade e pedidos de melhorias. Como é que funciona isso? É isso que eu quero que você fale.

Liderança – Não, não. Olhe, eu quero dizer o seguinte: aonde tem dinheiro todo mundo tá, o Governo tá. Enquanto tinha dinheiro no Programa Ribeira Azul é, 1ª etapa de Novos Alagados, a CONDER estava com um Escritório aqui em Novos Alagados, aqui na Associação de Moradores, nós tínhamos um Escritório onde a população procurava e tudo mais, então tinha dinheiro no Projeto Novos Alagados I, ai tinha o Escritório da Conder pra atender a comunidade e todos os problemas, tinha assistente social, tinha técnico, tinha tudo, ai acabou o dinheiro do Projeto de Novos Alagados I, ai chegou o dinheiro de Novos Alagados II. O escritório saiu daqui correndo no mesmo instante foi pra lá, pra Novos Alagados II, acabou o dinheiro dos Alagados II, já saiu o Escritório daqui e já foi pra Massaranduba, ai aprovaram o aditivo pra Novos Alagados II, é agora recente, ai o escritório já está sendo feito em Novos Alagados de novo, entendeu. Então, eles não deixam o local fixo de Escritório nessa localidade. Dos Araçás, por exemplo, as casas que estão caindo, a situação dramática que os moradores tão se vendo, na última reunião eles diz o seguinte: a associação tem um local pra ter um Escritório onde a população possa se dirigir, colocar suas questões? sim, temos o Escritório ta lá vazio, com cadeiras, com mesa, com área de computador, com até fio pra Internet de banda larga se eles precisarem, mas nunca chegaram aqui entendeu, como é que é, nunca chegaram aqui.

Ivilana – Como é que funcionam essas reuniões, existem reuniões de que período... de quanto em quanto tempo?

Liderança - Não existem mais reuniões por que veja bem, é como eu falei, Alagados I. Alagados principalmente Alagados I, o Governo fez um ofício dizendo que foi entregue ao município por que já estava terminado, sem terminar, entendeu como é que é. Então é quando existe um problema aqui a população tem que se dirigir em Narandiba, como por exemplo é... dessas 20 (vinte) casas que caíram.

Ivilana – Você está me falando que todo mundo está insatisfeito com Bahia Azul, com o Sistema Condominial que foi feito ai e por que esse Escritório de Campo no, no, não aceita essas reivindicações e não providencia junto com a Embasa nenhuma intervenção, nada?

Liderança - Não existe essa intervenção. O Programa Bahia Azul, é em todo o Estado da Bahia que todo mundo tá se queixando né, é existem queixas e mais queixas. O Ministério Público já não comporta mais queixas, se a gente for lá o Ministério Público, oh isso aqui já estava aqui, botamos o nome de vocês pra ver, por que é toda a Bahia entendeu, é isso, isso é que tá fazendo é isso que eu digo, como é que um Projeto como esse né, que a gente sabe que houve mudança social claro, lógico que teve, agora infelizmente nao é, é isso ai.

Ivilana – Segundo o modelo que é sempre feito (...risos).

Liderança - Ganhouuu, ganhouuu, prêmios pra caramba esse projeto, a nível do mundo né, Istambul e por ai vai, ganhou muita coisa, mas aqui oh, eu tenho uma coisa aqui, por que aqui é uma coisa atual, isso aqui é uma, é foi em 2004, que o pessoal fez essa manifestação que fechou a pista e agora o pessoal ta querendo fechar de novo, por que a situação lá é dramática dessa rua, é a rua Senhor do Bonfim entendeu. Nesse tempo ai a gente parava assim você, você qualquer um que chegasse lá, era tanta muriçoca que seu carro... seu corpo ficava preto de muriçoca tomava você, era incrível a situação dos moradores.

Ivilana – Eu quero continuar a insistir porque eu quero que você fale como foi. Eu quero saber do Conselho, Comitê Consultivo: como eram as reuniões durante a intervenção de Novos Alagados.

Como foi que ocorreram essas reuniões do Comitê Consultivo e como eram as reuniões com a comunidade.

Liderança - Primeiro lugar, reuniões com a comunidade é, eu vou falar dos Alagados II. Por que dos Alagados I, não existia Conselho Consultivo ainda e as reuniões era feita na Associação dos Moradores, as reuniões era de, era de 15 em 15 dias na Associação de Moradores, aonde o Coordenador do Programa naquele tempo era Médici, ele vinha com a equipe técnica pra discutir todas essas situações em Alagados I. Alagados II – E não existia Comitê Consultivo. Alagados II – Falta de participação comunitária, o Coordenador do programa é o Sr. Jurandir Fonseca né, o Presidente da Conder é Mario Gordilho, tá agora atual, sempre foi do Alagados II. Alagados I – O Presidente no primeiro momento foi a Dr^a Sonia Fontes, que ou assim ou assado ouvia a comunidade. Ela ouvia a Dr^a Sonia Fontes ouvia, era do mesmo grupo era PFL é do grupo tal, mas tinha boa vontade com a comunidade isso sempre houve no Alagados talvez por ela, era um Projeto Piloto precisava ser aprovado mesmo. Nos Alagados II, Dr. Mario Gordilho, Dr. Jurandir Fonseca Coordenador. Não havia reunião com a comunidade ou havia reunião a partir do momento que eles fizeram um trabalho de formação de líderes comunitários, foram 20, 42 líderes comunitário de toda área pra defender esse projeto e esses líderes que iam opinar sobre projetos, sobre esse projeto não a Associação de Moradores né, então eles faziam reuniões nas comunidades na, na, tinha um Escritório na Toster que eles chamava a comunidade pra aprovar projetos da, no caso a comunidade do Boiadeiro e comunidade São Bartolomeu e as pessoas que levava esses convite pra os moradores entregava, entregava aos líderes comunitários pra entregar a sua fatia, digamos a sua ponte, sua rua, esse líder comunitário só entregava a pessoas que ele sabia que não era da Associação. Quando a gente sabia tava na hora, ah vai ter uma reunião agora e a gente saia, ia pra lá e o pau comia, questionar por que a gente não era convidados e a gente começamos a gritar queremos participação popular, queremos participação popular. Mandamos um documento pro Banco Mundial dizendo que não tava tendo participação popular. O Banco Mundial, e os líderes comunitários? Não é participação popular. Não, eles são pessoas são líderes...

Ivilana – Quem é que você fala do Banco Mundial?

Liderança - O Banco Mundial tinha naquele tempo era Cecília. Era uma senhora, uma escura que a gente mandava documento, tá tudo aí, tenho cópia.

Ivilana – Aqui no Brasil?

Liderança - Não, aqui no Brasil.....

Ivilana – Teve novos documentos...

Liderança - Aqui no Brasil o Banco Mundial é Ivo Imparato que na verdade eles quer ver o, não quer ver a associação, nem a nossa e nem as outras associações daqui ele é...

Ivilana – Vocês mandavam em inglês direto pra, pra....

Liderança - Mandamos em inglês e mandamos também em português eles traduziam, eu posso te dar copia - e respondiam.

Ivilana – Não é só que eu queria um material deles e queria saber como eu entrava em contato.

Liderança - Eu vou te dar aqui que eu tenho endereço entendeu, mas você pode ver pela Internet também, tem endereço tem tudo.

Então aqui no Brasil é o Ivo Imparato, mas Ivo Imparato é eles, é aquela questão né. São essas pessoas que representam uma instituição e que a outra instituição vai lá pegar de carro, leva pra casa, dorme na casa, passa enquanto tá aqui no Brasil, tá morando na casa dessa instituição, então a gente não tem como a gente não vai dizer o cara tá lá com amigo é chato entendeu. Então terminando, então eles faziam essas reuniões na comunidade pra tratar dos assuntos da comunidade, chamavam os líderes comunitários cooptados, esses líderes chamavam as pessoas que eles achavam que defendiam o Projeto, ia pra o Escritório de Campo que era na Toster e tomava as determinações e a gente dizendo queremos participação. Quando o Banco Mundial teve, soube dessa situação e o Governador que não tava tendo participação, então resolveu criar o PATS – Programa de Apoio Técnico Social, nesse

Programa PATS, existia o Comitê Consultivo, o Tripartite não é, que o que o Comitê Consultivo.... e os líderes comunitários, 3 (três) representação: o Líder Comunitário, o Comitê Tripartite e o Comitê Construtivo. O Comitê Tripartite era o que? os 03 (três) AVSI, CONDER e Governo do Estado. Eu acho que eram os três: AVSI...

Ivilana – E o Banco Mundial.

Liderança - e o Banco Mundial, isso então você já tá por dentro. Então o Comitê Tripartite eram esses. O Comitê Consultivo eram 05 (cinco) pessoas que eram apóia... aprovado, que tinha eleições na comunidades e aí indicava, no meu, o único que não teve eleição foi eu, por que eu foi uma... as associações entraram em comum acordo, então tem que ser ele, então por que a CONDER tava na hora e tal e não acho que eles não queriam fazer eleição por que a CONDER tinha outra pessoa no meu lugar. Bom, e aí foi eleito esses 5 (cinco), eu tenho as atas aí posso dar uma cópia, ouve me parece que eu participei de...

Ivilana – Eu quero que eu pedi pra CONDER e até agora eu não consegui.

Liderança - Houve 03 (três) encontros desse Comitê Consultivo e foi aquela situação. O Comitê Consultivo, aí era no, no Quatro Rodas, ia todo mundo da AVSI, todo mundo do Banco Mundial ia todo mundo do *Cities Alliance*, ia todo mundo, todo mundo tava lá. Aí a gente queria falar, queríamos questionar as coisas, nada, nada de falar, oh vocês são do Comitê Consultivo vocês não tem direito, vocês só serão consultado na...

Ivilana – Se era uma reunião do Comitê Consultivo, como era que vocês não podiam falar?

Liderança - É, não podia falar, a gente falava né, mas as opiniões da gente não era levada em nada, não tinha por que o Comitê Consultivo era só, isso está escrito na ata entendeu. Bom, mas a gente, a gente brigava. É, aí houve diversos encontros, vou te dar a ata e teve um encontro que foi a gota d'água que já tava todo mundo chateado com, de ser feito de palhaço. Houve um primeiro que foi lá no SENAI, que tava todo mundo lá e o Banco Mundial chamou os representantes da Sociedade de 1º de Maio para ir até a frente e explicar por que não tinha entregue a pesquisa e quem era esse Ivo Imparato que representava, então chamou a menina naquele tempo já Morador B, aquele que foi a primeira Presidente ela me cutucou e agora, eu disse deixa comigo. Aí eu fui, cheguei lá, ele aí falou, nós queremos que a 1ª de Maio explique, justifique por que não entregou as pesquisas. Eu digo olha, é infelizmente nós não entregamos as pesquisas por desconfiar do Banco Mundial, por desconfiar da CONDER, por desconfiar da AVSI, por desconfiar do *Cities Alliance*, por desconfiar de vocês todos. Por que tem 1 ano que todas as instituições que tão aqui assinaram um documento pedindo que vocês dessem cópia do Plano, do Plano de Implementação do que, de execução e vocês não deram, então e no momento nós afirmávamos que para melhor participação a gente queria essa copia e vocês não entregaram, e aí depois vocês vem e pede uma, que faça uma pesquisa dessa a onde vocês iam saber desde o financiamento que a gente tem desde tudo, então a gente queria ter essa copia entendeu, então por isso que a gente.... eles aí não teve o que responder, eu voltei certo. Aí teve um outro encontro que esse foi, foi demais. Esse encontro eles acharam, fizeram.. é, de fazer na comunidade da gente, todos os encontros eram feito em Quatro Rodas naquela sofisticação, no SENAI, aí fizeram aqui, no espaço da AVSI no Centro Educacional, aí foi que o pau quebrou. Por que, eu tenho foto de tudo isso. A comunidade tava, tava chateada por que as escolas não tinha sido beneficiada, a comunidade foi pra lá fazer manifestação, todo mundo foi pra lá com faixa. Veio Banco Mundial, veio Governador, veio todo mundo. Veio Governador, Prefeito todo mundo e aí na hora a gen... e aí, aí veja só o que aconteceu: preste atenção. É, isso pode gravar não tem problema. Aí o que, que aconteceu: os cinco integrantes do Comitê Consultivo fez uma carta aberta pra o Governador, pro Prefeito, pra todo mundo. Nós fizemos essa carta até com assessoria, teve pessoas que nos assessorou certo. Teve assessoria, e aí quando essa carta tava na minha mão pronta, o Governador chega e diz: Olha eu sei que tá tendo uma carta aberta, eu queria uma copia, eu pego e dou. Aí foi o meu erro por que eu não tinha falado com os cinco que né, que podia dar, que essa carta tinha que ser lida lá primeiro e depois ele tomava definição. Aí eu falei até em Plenário com todo mundo que ouve esse erro, confessando né. Isso foi uma confusão arretada. Aí eu peguei, o governador me pediu, ele sabe dessa carta, bom é uma carta aberta eu aí entreguei ao Governador. O Governador pegou, entrou no carro e se picou, tava de saída. E aí o Prefeito também pede. O Prefeito Imbassay vem e pede carta, eu tava, tava cheio de copia pra distribuir pra todo mundo, eu peguei e dei também. Rapaz, o cara da AVSI, Fabrício né, o

Fabrcio viu e ficou com o olho né. Olhe ai quando nós voltou pra nossa reunião ele puxa a palavra e diz. Olha há tem uma carta sim, mas essa carta não é essa carta me parece que seria fec... ele também já sabia que a carta era fechada ali, que não podia exterrnar, ele já tinha visto a carta, ele já... ah o Governador saiu daqui, depois fez uma volta e voltou lá e ai brigou com Mario Gordilho e com ele, que negocio é esse, essa carta aqui, e passou a carta, ele aí ficou agoniado. Ai o que é que acontece, acontece que o Governador ai, ai ele disse: olha é, essa carta que vocês colocaram aqui, que fala é calunias da gente, foi entregue ao Governador, foi entregue ao Prefeito, e foi 'Liderança' quem entregou e eu quero ver ele aqui na frente dizer que não entregou, que eu vi ele entregar. Ai o pessoal do Comitê né, fez pó, a carta vazou, ai olhou pra mim eu disse: Olha é realmente eu entreguei a carta né, eu pensava que era uma carta aberta não é, e tinham varias copias. O Governador vem e me pede e di... ele, essa carta ninguém sabia era só nós cinco, de repente o Governador já vem e me pede a carta, como é que eu ia dizer que não tinha a carta, que não podia entregar, ele viu a carta na minha mão eu quero uma copia dessa carta, eu ia dizer que não podia dizer entregar, eu fiquei, entreguei sim. O Prefeito veio também eu quero a carta, eu fiquei sem saber o que fazer, tentei olhar pro lado pra ver se via alguém pra chamar, não vi ninguém, entreguei a carta. Ai o pessoal é, errou ai, não foi certo, eu digo bom carta aberta, a carta é aberta eu não podia negar uma carta aberta ao Governador e nem ao Prefeito, desculpa, eu pedi mil desculpas, também eu não vou negar que não entreguei, que entreguei ai pronto o, aquele outro de, da AVSI de Belo Horizonte, que é o esqueci o nome dele, Enrico é, ele é o Coordenador da AVSI do Brasil inteiro. Ele pegou a carta e disse, pois bem essa carta aqui é o documento que a gente precisa pra te processar, nós vamos processar você por calunia, que a carta dizia o seguinte: eu vou te dar uma copia. A carta dizia, por que depois o pessoal não ficou me questionando? Depois um foi entregar o político dele, dando risada, do PT. Ai oh, a carta que a gente fez, lá no Luiza Main já tava no mural a carta, todo mundo fez a propaganda, mas na hora ali da reunião, na mesa quem se lenhou foi eu, mas eu segurei a ponta (...risos).

Ivilana – Mas agora deixa eu tirar uma dúvida.

Liderança - Sim essa carta dizia isso que o Patrimônio tava sendo enriquecido era a AVSI entendeu, que as entidades não tava recebendo nada e por ai vai certo.

Ivilana – Mas eu vou querer copia de tudo.

Liderança - Eu tenho aí.

Ivilana – Só pra, pra...

Liderança - Temos aqui – CONDER.

Ivilana – Aqui é a descida que descí, a gente tá mais ou menos aqui assim né.

Liderança – A gente tá nesse prédio grande.

Ivilana – Esse prédio grande é?

Liderança - Não, esse aqui oh.

Ivilana – Esse aqui né – essa parte daqui da frente é o que?

Liderança - Aqui se chama Nova Esperança, aqui foi aonde, aqui oh, aqui é Nova Esperança é o mesmo né. Então aqui foi onde foi feito, enfiados os paus na maré, onde a associação foi construída.

Ivilana – Mas Novos Alagados II, não é aqui não?

Liderança - Oh, Novos Alagados II não. Novos Alagados II é Boiadeiro e São Bartolomeu é aqui.

Ivilana – Novos Alagados II é essa parte aqui é?

Liderança - É isso, isso em destaque.

Ivilana – Na Associação 1º de Maio é, abrange Novos Alagados I e Novos Alagados II né isso?

Liderança - E São João, ela tem ramificação aqui tudo, todos Novos Alagados.

Ivilana – Certo, ok! Ah, mas Novos Alagados II é só aqui.

Liderança - Alagados, Boiadeiro e São Bartolomeu só.

Ivilana – Esse conjunto Novo que tem aqui é Nova Primavera né.

Liderança - Não, não. Isso aqui é por que é antigo.

Ivilana – Não mas é porque....

Liderança - Não oh lá, lá...

Ivilana – Não, um conjunto que eu passo na Suburbana e vejo do lado direito é Nova Primavera, que é de Novos Alagados II né isso.

Liderança - Que é de Novos Alagados II.

Ivilana – Pronto. Não, é porque eu quero entrevistar umas pessoas da comunidade então...

Liderança - Aqui, aqui já é mais atual, por que aqui você vai ver as construções não é. Aqui em cima é os Araçás, que foi construída a 1ª etapa né, aqui é Nova Primavera.

Ivilana – Que é de Novos Alagados II.

Liderança - Isso. Aqui essa área São Bartolomeu, chama São Bartolomeu e Boiadeiro e aqui, é Toster. Aqui é Toster, aqui é Boiadeiro, aqui é Nova Primavera, eu tenho isso pequenininho, agora onde é que vou achar? Isso aqui foi uma ampliação que eu fiz, roubava da CONDER. Tudo aqui foi roubado da CONDER. Uma vez eu fui lá com a maquina, que eles tem cada, você já viu, fui lá com a máquina não deixou não. A menina não, só com a autorização do Presidente (...risos). Eu disse tá bom. Então certo. Então a Sociedade de 1º de Maio, trabalha nessa área com projetos, trabalha nessa área com projetos e Escola Comunitária: é essa área, Escola Comunitária aqui, Creche e Projeto Erê aqui, Centro Profissional. Embaixo Centro Profissional de Meninas, Biblioteca, Escola Popular, aqui Grupo de Idosos entendeu, então ela abrange toda a área. Certo, e outra coisa também. Isso é, isso é curiosidade. Vamos lá. Quando a AVSI teve aqui em Salvador pela primeira vez, que teve reuniões com a gente, chegou o momento em que esse projeto não poderia ser aprovado pelo Banco Mundial e nem pelo Governo do Estado. Por que não havia áreas pra fazer casas. Ai a gente ai teve o que? isso aqui foi invadido. Olha, tentativa de invasão deixa 2 feridos em Periperi, isso ai é histórico, você vai ler. Então nós invadimos isso aqui pra garantir a área, que essas áreas todas é de Tarzan entendeu, a partir dessas áreas garantida nós tivemos que com Edval Passos, naquele tempo vereador.. é Deputado Estadual é do Partido dos Trabalhadores. Edval Passos fez um, chamou todos os deputados pra conversar com Tarzan, pra Tarzan que era dono dessas terras, liberar essas terras pro Governo do Estado. Ai, Governo desapropria área em Novos Alagados pra acolher 220 famílias, entendeu, isso tudo foi luta da comunidade, da Associação de Moradores. É, a AVSI já tava com a mala pronta pra voltar pra Belo Horizonte. Eli falou pra gente oh nós tamos voltando, estamos mudando por que não deu certo não. Por que Eli? Por que não tem terras. Calma, ai a Associação foi lá e conseguiu as terras ai que o projeto foi aprovado.

5. Entrevista – AVSI (31/05/2006)

Ivilana – Você quer começar falando um pouco do trabalho da AVSI?

AVSI - Ok! Apresentando a AVSI.

A AVSI é uma fundação italiana, ela trabalha no Brasil a partir dos anos 70.

Em Salvador chegou em 1993. É uma fundação reconhecida pelo Governo italiano, portanto trabalha em programas de cooperação internacional para o desenvolvimento. Além disso, nossa organização tem uma grande rede de apoio, efetivamente na Itália, portanto tem muito recurso privado que ela capta para ser investido em programas de desenvolvimento.

Aqui na Bahia associativamente chegamos para iniciar uma ação na comunidade de Novos Alagados, em 1993. Essa atividade se ampliou depois em 1994, através de uma parceria com o Governo do Estado da Bahia.

E se transformou no projeto de recuperação da comunidade de Novos Alagados. A partir dessa experiência no ano 2000, o Governo do Estado ampliou essa experiência em um programa chamado Programa Ribeira Azul. E a nossa organização é parceira desta iniciativa do Governo, através de um contributo muito importante da cooperação italiana, mas também com recurso próprio da nossa organização.

Ivilana – É, você quer falar do trabalho da AVSI em Novos Alagados especificamente ou quer deixar pra depois.

AVSI - Não sei como é, se você quer, eu posso falar do trabalho da AVSI.

Bom, como estava contando, AVSI chegou em 1993, nós chegamos aqui, por que a Fundação AVSI é uma fundação católica, portanto foi chamada a intervir nesta área por parte do Cardeal de Salvador que já estava conhecendo a nossa organização.

Chegamos, encontramos esta realidade muito complexa, e partindo desta realidade elaboramos um pedido de financiamento ao Governo Italiano. Esse pedido de financiamento foi aprovado, era um projeto para ajudar, ajudar uma parte da população de Novos Alagados, mas seria objetivo deste pedido a elaboração de um projeto mais amplo. Um projeto que substancialmente partindo de uma visão integrada do desenvolvimento, associava obras de urbanização de uma área subnormal, a uma ação de desenvolvimento social muito forte. Com esta visão, a partir do ano de 94, se concretizou um convênio com a CONDER, que foi muito importante, por que foi um convênio técnico financeiro entre AVSI e CONDER. Finalizava elaborar o projeto integrado de desenvolvimento, portanto toda parte de urbanização, mas também um projeto social, e futuramente através de recursos do Governo do Estado, de recursos da cooperação italiana, mas também de outros atores internacionais, como o Banco Mundial, se iniciou a obra desta comunidade.

As obras de intervenção física avançou muito rapidamente, mas paralelamente AVSI, como organismo italiano captou outro recurso para intervenção social, portanto dentro dessa visão integrada, AVSI começou a construção de alguns equipamentos na comunidade que são: creches, escola, centro de formação, tudo que era necessário para é... prestar serviços as pessoas para criar uma real condição de desenvolvimento. Paralelamente o Estado também alocou recursos dentro dessa componente social e nessa comunidade se encontraram também algumas associações que começaram a ser fortalecidas por parte do Projeto. Portanto, a primeira etapa de Novos Alagados é interessante por que começou a implementar uma visão integrada do desenvolvimento, começando dentro de uma parceria público privada, podemos chamá-la assim, um processo integrado de desenvolvimento.

Essa primeira etapa foi realmente avaliada positivamente também para essa originalidade do ponto de vista integrado pelo Banco Mundial, e se iniciou no ano 1998, a segunda parte de Novos Alagados. Essa segunda parte foi realizada por recurso do Governo do Estado, financiamento do Banco Mundial, mas também a AVSI integrou outros recursos privado para garantir a integralidade dessa intervenção. Portanto foi realmente uma experiência muito interessante, podemos chamá-lo um primeiro laboratório de uma experiência de uma política urbana integrada, que realmente manifestou por parte dos operadores públicos, para nossa organização e pela comunidade, um interesse a ser ampliado. Portanto é interessante colocar que essa parceria Estado-AVSI, não é somente financeira, mas também uma parceria técnica, ou seja, uma equipe da nossa organização que junto de uma equipe do Estado,

trabalhava conjuntamente no escritório para fazer toda essa atividade de planejamento, de acompanhamento, de encontro com a comunidade, por que o elemento também participativo foi muito forte dentro dessa intervenção. Portanto achamos que foi um primeiro embrião, de uma forma diferente de implementar uma política de desenvolvimento par. A partir dessa experiência essa se ampliou, se ampliou Ribeira Azul, que é uma área ainda maior, que substancialmente já tava sendo beneficiadas com algumas intervenções pontuais, principalmente de infra-estrutura e urbanização, partindo dessa experiência de Novos Alagados, o Governo ampliou essa experiência integrada e participativa a toda área do programa Ribeira Azul, que foi como nós chamamos o salto de escala, ou seja, passar de uma intervenção pontual para uma escala territorial, que substancialmente é um outro laboratório, por que a partir dessa experiência o Governo do Estado utilizou parte dos resultados dessa experiência para o programa Viver Melhor II, que uma ampliação do Programa Viver Melhor, mas que tem uma visão de desenvolvimento, exatamente integrada, participativa que achamos que é fruto um pouco também dessa experiência que aconteceu em Novos Alagados em 1994.

Ivilana – Falando nisso é, teria como você me fornecer uma cópia do PSIA, que foi exatamente esse diagnóstico que foi feito para dar esse salto de escala.

AVSI - PSIA entende como projeto, que PSIA?

Ivilana – Foi um trabalho que foi feito com Celina Souza, com....

AVSI - Ah, PSIA, PSIA, PSIA. Olha, eu realmente, eu não posso te fornecer porque é um documento, é um trabalho feito pelo Banco Mundial, portanto eu acho que vale a pena eventualmente entrar em contato com o Banco Mundial, por que eu não tenho autorização, é muito importante este estudo por que substancialmente esse estudo diz o que, o Banco Mundial, no ano é 2005, lançou uma iniciativa com recursos do Banco Mundial, para fazer uma primeira avaliação de impacto das ações de Novos Alagados, principalmente, porque é a área que já tá sendo beneficiada a muitos anos e portanto é possível já analisar algumas modificações sobre os beneficiários.

O Banco Mundial dentro de um grande programa de avaliação de projetos, é, no mundo que é voltado exatamente a dar indicações sobre novas políticas de desenvolvimento, financiou aqui na Bahia um estudo de avaliação de Novos Alagados. Esse estudo foi feito através de avaliadores externos, ou seja, nem foi feito para AVSI nem pra CONDER, que são os atores diretamente envolvidos onde claramente a CONDER e também a SEDUR por que tem essa nova secretaria que é, que existe agora, portanto foi um trabalho do Banco Mundial, que contratou avaliadores externos, foram, eram 4 (quatro) consultores que elaboraram quatro estudos diferenciados, a Celina trabalhou mais na parte institucional, Francisco Villarosa trabalhou na parte de sustentabilidade, a UFBA através da Escola de... ISC, Instituto... Ciências Sociais, através da Professora.... não lembro o nome.

Ivilana – Eu tenho esse material, eu tenho, eu esqueci o nome também, são 4 (quatro) pessoas, Levi, alguma coisa Levi parece, Cecília, Ana Cecília.

AVSI - Cecília, Ana Cecília exatamente. A Professora Ana Cecília, que fez esse estudo e depois existe mais um estudo, agora não me lembro, se era sobre....

Ivilana – Era sobre indicadores, só que eram poucos indicadores e não abrangeu muito....

AVSI - Era sobre a parte de parâmetros de custo tá, era na parte de custo, parâmetro de custo.

Ivilana – É, só que eram indicadores que não me serviam muito, por que não são ligados a parte social, eram indicadores bem simples.

AVSI - Eram indicadores de custo / benefício.

Ivilana – É.

AVSI - Ok, portanto o Banco Mundial fez que? Fez através da Celina, parte institucional, por que este projeto eu acho, como eu falei, essa parceria AVSI e Estado, realmente, indicou também uma forma diferente de um arranjo institucional que achamos muito interessante, mas também começou a agregar parceiros internacionais. Portanto este programa tem AVSI, tem o Estado, SEDUR, CONDER atualmente, tem o Governo Italiano, tem o Banco Mundial, tem “*Cities Alliance*”. Portanto tem um arranjo internacional e local muito interessante, mas também fazer um estudo sobre a sustentabilidade,

por que a pergunta era: tudo isso, vai continuar depois que o programa acabar? E também foi feito um trabalho por parte da UFBA, sobre grupo de discussões, ou seja, foi exatamente um trabalho qualitativo sobre a percepção do desenvolvimento e da visão integrada, que acho um trabalho muito rico, porque evidencia um dos elementos que eu fiquei realmente surpreso: como a comunidade percebe o interesse e a importância de noção integrada, ou seja, é importantíssimo realizar urbanização, entregar habitações, isso é fundamental. Mas o beneficiário percebe muito mais como benefício para teu filho ter uma escola, ter uma creche, um posto de saúde, ou seja, a possibilidade de olhar um futuro na “prospectiva” de mudança por ele mesmo e também para os filhos. E foi uma coisa que realmente ficamos é marcados por que a comunidade é muito mais consciente de que se imagina dessa intervenção, todo esse trabalho é sintetizado e num documento do Banco Mundial, ou seja, uma avaliação sintética, que existe e que provavelmente é um documento sintético que dá uma idéia dessa avaliação, que acho que pode ser interessante.

Ivilana – Tem pela Internet...

AVSI - É exatamente, e o objetivo exatamente desse estudo era dar indicações ao Governo do Estado da Bahia, a SEDUR, para a nova política que será em parte realizada através do Novo Programa Viver Melhor II. E portanto no final de alguns tópicos que são interessante de que realmente deu certo e portanto deverá ser reproposto e que deverá ser melhorado ou eventualmente cancelado. Portanto acho um documento interessante principalmente para o seu mestrado.

Ivilana – Eu vou passar para o questionário. O que é que você entende por cidadania?

AVSI - Bom, na realidade acho que essa palavra não é muito, muito clara, qual é o sentido final dessa palavra. Por que todo mundo utiliza muito essa palavra e na realidade é sempre é, não é claro entender porque é contextualizada em diversas situações, sem ninguém entender realmente a que estamos falando. E pra isso, que, por exemplo, dentro do trabalho que fazemos seja no Ribeira Azul, seja em Novos Alagados, nós chamamos sempre não cidadão, mas sempre pessoa, ou seja, nem sempre achamos o mais importante é referir qualquer ação a uma pessoa que é um cidadão, que exatamente, provavelmente, porque cidadão engloba todo um conjunto de elementos que provavelmente achamos que não são muitos, muitos, muitos claros. Sobre cidadania se entende substancialmente uma pessoa que é protagonista dentro contexto social, civil, do próprio futuro... do próprio desenvolvimento, mas realmente uma definição clara disso, não é clara, eu sinto que utilizar essa palavra dentro de contextos completamente diferentes e realmente não é bem claro o que significa. Portanto é claro, que significa, como eu falei, porque qualquer cidadão ele tem que ser ator, tem que ser protagonista com o desenvolvimento, tem que ser parte integrante, isso é extremamente importante. Possivelmente é, e não é claro porque se utilize em contextos completamente diferenciado, portanto não, não, não sei dar uma definição desta palavra ok!

Ivilana - O que você entende por participação cidadã?

AVSI - Claro, sobre esse tema da participação, eu acho que é um elemento que dentro da experiência que tivemos em Novos Alagados, Ribeira Azul, foi um ponto muito importante, também sobre esclarecer que se entende por participação. Por que também a palavra participação, como a palavra cidadão é uma palavra que é utilizada em muitos contextos, mas não é claro o que realmente é uma participação. Dentro do Ribeira Azul, centro... centro do Ribeira Azul em Novos Alagados é um projeto que nasceu com intenção aquela de uma real participação dos beneficiários, nós tentamos um pouco de aprofundar essa temática que significa participação dentro do programa de desenvolvimento. Por que muitas vezes a participação pode ser limitada a uma reivindicação e na nossa experiência muitas vezes acontece essa compulsão, ou seja, “uno” participa quando ele reivindica, que é um ponto que provavelmente não é completamente correto. Então, outro elemento que com certeza é oposto disso ou seja, quando um Estado por exemplo, impõe uma ação ou seja, participação não existe, não é o Estado que deverá substancialmente agir de cima por baixo, que outro ponto que é extremamente grave, mas mesmo achamos que provavelmente participação significa realmente uma *partnership* ou seja, uma força de vários atores todos extremamente importante no desenvolvimento, eu falo da comunidade, como pessoas isoladas, mas também como pessoas associadas ou seja, associações. Falamos do Estado reconhecendo no Estado uma importância no desenvolvimento, mas também o Estado tem que reconhecer que o que nasce do cidadão ou da pessoa livre associada é importante e

tem que ser reconhecido. Portanto achamos participação realmente um equilíbrio entre vários atores, que todo mundo se coloca em jogo para alcançar um objetivo comum. Portanto nós colocamos participação, não somente como uma reivindicação, que em alguns casos é importante, mas não limitado a isso. Participação claramente não poderá ser um Estado que impõe uma ação, mas participação significa cada ator sensibilizado sobre seu papel, que se coloca em jogo dentro de uma parceria, finalizando um objetivo comum, cada um com a sua própria responsabilidade. Portanto participação cidadã significa por nós exatamente essa *partnership*, essa capacidade, essa clareza de papel de cidadão, de associações, de Estado, de atores internacionais, de se colocar conjuntamente dentro do processo que tem como objetivo melhorar as condições de vida de determinadas pessoas. Portanto nesse sentido acho que participação cidadã é um grupo que se junta para alcançar um objetivo comum, entendeu é um ponto muito complexo para ser alcançado por que significa realmente colocar no mesmo processo atores diferenciados que muitas vezes precisa de uma conscientização sobre a própria função e sobre a importância de entrar faz parte desse processo que é o objetivo que no Ribeira Azul eu acho que tentamos de levar pra frente que está dando uma grande resposta, principalmente nesse investimento nas associações de base, que através desse processo de parceria com o Estado, começa realmente a se perceber que o Estado e as associações se sentem parceiros do mesmo objetivo, cada um com a sua responsabilidade, cada um com a sua claramente competência, eu acho que não sei se...

Ivilana - Há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais e estaduais em Salvador?
AVSI - Se tem esse processo?

Ivilana – Sim, se existe participação cidadã nas políticas habitacionais do Estado.

AVSI – Eu realmente não sei no caso do Estado, por que não conheço todas as experiências que o Estado está fazendo, limitando à nossa experiência e acho que nós fazemos uma grande tentativa de garantir dentro, não na política, dentro do programa uma participação efetiva dos beneficiários. E eu acho que, o que nós verificamos que tem um pouco na... como eu falei antes. Acho que tem um problema que é o seguinte: em primeiro lugar que o Estado tem que entender que ele é o responsável de uma política pública, ou seja, quem faz a política é o Estado, mas que essa política pública não pode ser imposta de cima por baixo. Essa política pública tem que nascer para responder uma necessidade da base da comunidade das pessoas livres ou associadas. E acho que quando é claro esse equilíbrio, nasce um processo de política pública realmente participativa, quando não é claro esse princípio ou é um processo de reivindicação, portanto somente de baixo por cima, que no final o Estado recebe ou de cima por baixo.

Ivilana – E é claro esse processo?

AVSI - Olha, nessa experiência do Ribeira Azul, eu acho que foi muito interessante, falo de um programa não de uma política, portanto um âmbito mais limitado, mais territorial. No Ribeira Azul nós fizemos um trabalho muito interessante com essas associações. O Programa fez um grande trabalho de cadastramento de associações intermediárias, como nós chamamos, que são associações de base. Isso aconteceu no ano 2001. Essas associações foram chamadas a participar de todo o processo, seja de definições das ações do programa, mas também colocando essas associações como ponto importante para implementação dessas ações, partindo do que, do ponto que o desenvolvimento parte do fortalecimento deste corpo associado que já existe. Na realidade esse elemento requer uma consciência por parte do Estado, que o Estado não pode impor uma política, uma ação, que portanto reconhecer que já existe um patrimônio que são essas associações. Do outro lado a associação ficou mais consciente da potencialidade dela e do fato que a associação tem que ser parceira do Estado, para poder agir dentro contexto que essa associação está atuando. E acho que no Ribeira Azul essa experiência criou um *mix*, criou realmente uma parceria, cada um com sua visão política, estratégica e de responsabilidade, mas com essa sensação que todo mundo estava trabalhando para obter o comum que era o desenvolvimento do Estado, e acho que esse elemento é muito importante no ponto de vista de experiência para uma política pública. Não sei responder como é que todo esse processo poderá ser atuado em âmbito estadual, mas com certeza essa idéia de esclarecer mais o papel do Estado, da sociedade, da pessoa, do cidadão, e tentando criar um *mix* para este diálogo é muito importante. No Ribeira Azul foi extremamente importante uma escolha do Estado de garantir dentro do Ribeira Azul

uma presença constante do Estado, ou seja, o Estado entrou num relacionamento com essas associações, criou escritórios, equipe, portanto se abriu realmente um relacionamento também muito forte, cotidiano, entre o Estado e as associações, quebrando um pouco aquilo que normalmente acontece, essa desconfiança de um para o outro. Portanto é realmente um processo complexo que não é impossível, mas que não sei dizer agora como é que poderia ser levado a uma política estadual.

Ivilana - Existem mudanças efetivas decorrentes da participação cidadã?

AVSI - Eu acho que não, com certeza, eu acho que, por exemplo, o fato que dentro do Ribeira Azul, esse trabalho fez 70 associações de base. Eu falo por que, pra mim, substancialmente a idéia de pessoa ou cidadão, ou de pessoa associada é substancialmente é a mesma coisa, no sentido que nós, no momento que nós passamos de um programa como era Novos Alagados, que era um programa para um grupo de pessoas limitadas, num programa de 135 mil pessoas, nós passamos por uma grande dificuldade: como é que podemos continuar a nos relacionar com os beneficiários, considerando que são 135 mil pessoas, exatamente pra isso que, que, é, pensamos que a única forma para realmente entrar em contato com qualquer pessoa, qualquer cidadão, era um trabalho constante com as associações que já existiam na área, e que tem esse nexos, essa rede junto com a população. Portanto o reconhecimento da importância das associações com esse nexos com o cidadão, portanto chamamos essas associações livremente a participar do projeto, e investimos muito no projeto para fortalecer essas associações. Esse fato realmente foi muito importante e cria uma participação que levou também a uma melhoria das condições dos beneficiários muito forte. Por exemplo, uma ação do programa Ribeira Azul foi não vamos construir novas creches, por que o Estado não tem condições de gerenciar isso, vamos só trabalhar com as creches que já existem na área, vamos melhorar do ponto de vista de estrutura, vamos também reforçar do ponto de vista administrativo, do ponto de vista financeiro, do ponto de vista de captação de recursos, ou seja, capacitamos o que já existem como entidade local, para ela seja mais protagonista do desenvolvimento. Esse fato deu resultado incrível, por que melhorou, aumentou o numero de beneficiário, fortaleceram uma necessidade que já estava lá, que já tava com uma motivação ideal dela, e portanto melhorou muito o serviço para os beneficiários, mas também esse relacionamento melhorou o nexos entre as associações e o Estado. Portanto começou esse trabalho de parceria, cada um, como eu falei, com a sua responsabilidade, portanto nessa experiência acho que existe essa idéia de uma participação de cidadão, voltados a beneficiar diretamente a comunidade.

Ivilana – Deixa eu te perguntar uma coisa que fiquei com uma dúvida. Você falou que o trabalho foi basicamente em fortalecer as associações existentes, só que, é, eu acho que a própria CONDER 2 me disse e outras entrevistas também citaram que foram selecionadas pessoas em cada rua para serem novas lideranças. Então foi um trabalho paralelo isso?

AVSI - Sim, são duas coisas diferenciadas. Eu estou falando mais do ponto de vista do programa na sua extensão de 135 mil pessoas, é claro que em cada área onde o programa entreviu de forma mais maciça, nesta área precisava de um relacionamento direto com os beneficiários. Portanto nessas áreas se garantiu uma presença do programa através de escritórios, através de equipes, através de ações, estas equipes para fortalecer essa comunidade. Portanto um grupo de pessoas e não uma associação, esse trabalho se fez através de um grupo de pessoas que participando de forma mais intensa do programa, também tentando de transferir a ele a responsabilidade de assumir uma liderança e provavelmente, futuramente uma associação, para ser também eles protagonistas desse desenvolvimento. Portanto o Programa trabalhou em dois níveis: a nível do programa como um todo, com um fortalecimento das associações, através das quais uma capilaridade no território ok! Outro nível nas áreas onde o programa atua de forma mais forte, principalmente na urbanização, suas áreas onde existem ainda algumas palafitas, onde existia palafita, lá se criou nessa comunidade, que eram comunidades mais frágeis, também do ponto de vista social, uma, uma presença, portanto uma forma de compartilhar mais diretamente as necessidades, a responder de forma mais direta, mas também uma sensibilização da importância que dentro dessa comunidade comessem a surgir lideranças, ou associações ou pessoas para criar um processo de desenvolvimento sustentável.

Ivilana – A minha segunda dúvida é: toda essa estratégia foi feita em conjunto entre CONDER e AVSI né?

AVSI - Sim, no sentido que nossa função é exatamente aquela de também apoiar o Estado nessa visão estratégica, estratégica e metodológica. Portanto a função da nossa organização é substancialmente uma função técnica, ou seja, de apoiar tecnicamente o Estado, por exemplo, na elaboração de projeto de urbanização, mas principalmente na área social, portanto definir junto com o Estado, ações sociais e acho que do ponto de vista principal, definir um método de ação que respondesse a essa idéia do desenvolvimento integrado e participativo. Portanto formas para poder atuar dentro esta idéia, esta filosofia do programa. Portanto, como eu falei, através das associações a nível macro, através de ações mais específicas a nível micro, onde existia necessidade de fortalecimento mais consistente dessas comunidades, também criando sensibilização para novas lideranças, eventualmente novas associações e também um trabalho que, é, precisava ser é, monitorado, acompanhado durante um tempo para demonstrar que esse trabalho é realmente estava dando resultado, por que a idéia é que essa experiência pudesse dar indicações ao Estado sobre uma nova visão de desenvolvimento e pra isso é muito importante monitorar e avaliar esse andamento, que é um trabalho muito forte que está acontecendo. Esse estudo do Banco Mundial é um primeiro momento de avaliação, vamos obter agora no final de julho, uma outra avaliação que se refere mais a resultados específicos de algumas ações sociais dentro do Ribeira Azul, que são exatamente voltadas ao fortalecimento das associações, ou seja, AVSI, o Estado, o Banco Mundial, Governo Italiano querem começar a ter o retorno, ou seja, partimos do fato do desenvolvimento passa, através das associações a nível macro, mas tá tendo retorno, portanto serão os primeiros momentos de avaliação. No ano 2008 terá uma avaliação de efeito, ou seja, nas áreas onde o programa trabalhou de forma mais concentrada, primeiras indicações qualitativas da mudança e no ano 2011 avaliação de impacto do programa. Por que isso? Porque o objetivo é demonstrar se realmente esta forma de atuação deu certo, por que todo mundo está de qualquer forma analisando nossa associação interna, portanto podemos explicitá-la como uma avaliação externa e se está dando certo e o que está dando certo possa dar indicações ao Estado para uma política, uma forma de atuar no desenvolvimento.

Ivilana – Quais são os indicadores que vão ser analisados nesse primeiro estudo?

AVSI - É um plano, foi elaborado dentro do Programa Ribeira Azul, é, por parte da AVSI junto à CONDER, com consultor italiano da Universidade de Trento, que foi contratado para elaborar um plano de monitoramento e avaliação que exatamente são as ações que contemple antigamente. Essa avaliação agora de julho, além da avaliação do Banco que já tá feita, que uma avaliação que o Banco queria fazer no momento histórico particular, em julho são mais avaliações portada em indicar projetos que foram analisados nos últimos 2 anos, que foram financiados através de doação do Governo Italiano, que apoiou o Governo da Bahia, que eram voltados principalmente na área social e principalmente no fortalecimento dessas associações. Portanto vamos saber, medir de como a associação é melhorou no ponto de vista também funcional através desse apoio, com esse apoio melhorou a... os beneficiários, ou seja, aumentou o número de beneficiários, como essa associação percebe esse investimento do Estado através desse ponto importante do fortalecimento, ou seja, uma primeira

Ivilana – É bem qualitativa né?

AVSI - É quantitativa, mas também parte qualitativa, por que nós fazemos no início do projeto uma ficha, um questionários a todas essas organizações com 70 organizações, que criou mais ou menos uma *base line* antes da intervenção. Fazemos agora um outro questionário, reduzido sobre alguns temas específicos para ter um retorno. Portanto se vai analisar do ponto de vista quantitativo se o que foi proposto no planejamento foi realizado, por que tudo que foi proposto foi discutido com a comunidade.

Ivilana – Esse questionário você tem como me dá, não?

AVSI - Ainda não, por que este questionário está ainda na fase de elaboração, o documento será apresentado ao Governo Italiano, ao Banco Mundial, ao Governador da Bahia, *Cities Alliance* em julho. Portanto somente depois que esse grupo aprova o relatório, poderá ser divulgado, portanto, neste momento, infelizmente não posso...Além disso, tem outros indicadores que se refere por exemplo, a indicadores de urbanização, por que dentro do Programa do Ribeira Azul aconteceu um grande trabalho do Estado de urbanização, de retirada de palafitas e construção de casas. Portanto vai medir

como é que mudou os indicadores de urbanização que são possivelmente esgoto, água, habitação, lixo, energia elétrica e outros, e o referimento à pesquisa de *base line* feita em 1998, isso exatamente mostra com demos muita atenção ao monitoramento, ou seja, temos uma *base line* anterior a 2000 que vamos constantemente a compará-la com outros momentos de avaliação. Essas indicações são incríveis por que, por exemplo, em Novos Alagados segunda etapa, que é uma área, que é bagunçada, não me lembro exatamente, depois posso confirmar, me parece que as habitações no sistema de esgoto chegava a 15, 20%, porque a parte das palafitas, portanto lançavam na maré, que o dado que temos agora supera a 85% com ligação de esgoto. Portanto é além da média de Salvador. Esses indicadores são importantes, porque mostra como está acontecendo com projeto de urbanização que é importante, mas não é exclusivo, mas paralelamente temos algumas informações sociais e de como a comunidade está avançando. O objetivo é que em 2008 será uma avaliação mais qualitativa sobre a mudança das condições de vida, em 2011 é a avaliação final. Portanto esse momento terá indicadores quantitativos e qualitativos de alguns casos específicos que são projetos voltados ao fortalecimento das associações, alguns indicadores quantitativo de urbanização para mostrar como melhorou a urbanização, por que o programa de desenvolvimento urbano e integrado e portanto teremos uma primeira leitura parcial de, o que aconteceu.

Ivilana – Então, voltando aqui ...Quais as mudanças efetivas decorrentes da participação cidadã?

AVSI - Olha, efetiva eu acho que é, em primeiro lugar, que é realmente é o fato dos beneficiários se sentir protagonista realmente do desenvolvimento. Nós tivemos recentemente uma missão do Banco Mundial, da Vice Presidente, que foi a visitar um programa... Novos Alagados, por que fomos lá na comunidade de Novos Alagados, era impressionante aquele..., organizamos um encontro junto com a comunidade, era mais ou menos umas 50 pessoas apresentando as associações do Programa Ribeira Azul, estavam membros do Governo do Estado, estava o Banco Mundial, estava AVSI e foi muito interessante, eu fiquei realmente muito marcado da consciência por parte deles desta mudança, deles se sentir provavelmente, eu falo porque me sinto parceiro, pela primeira vez protagonista do desenvolvimento, ou seja, perceberam que pela primeira vez o programa investiu através dele no desenvolvimento, isso leva o que? Por um lado uma participação dele efetiva, ou seja, não se sente somente um beneficiado que recebe, mas se sente um interlocutor do processo, se sente um protagonista. Em primeiro lugar, abre este dialogo entre o Estado e a Comunidade, que é fundamental. Por que se abre também um elemento de leitura das necessidades, ou seja, como é que um programa pode entender o que realmente deverá ser feito. Como eu falei antes, não pode ser de cima por baixo, porque o Estado por quanto possa conhecer uma realidade é um ator que chamamos externo, quem conhece de dentro é a comunidade, são as pessoas, são as associações, são os cidadãos. Portanto abrir esse nexos significa realmente também por parte do Estado, intervir respondendo realmente à necessidade da população. Quando isso acontece, quando as associações se sentem protagonista disso, eu acho que dão como indicador desse desenvolvimento é um potencial enorme. Agora, como eu falei, tudo isso será monitorado, avaliado futuramente, mas já temos muitos sinais principalmente por parte da comunidade, por parte dos beneficiários que esta mudança está acontecendo. Eles colocaram o que é novidade nesse programa não é o fato de que se estão fazendo casas, ou se estão fazendo pra que isso de qualquer forma acontece, é que tão fazendo casas dentro da visão integrada, que é fundamental, mas também considerando a população ou cidadão, as pessoas, as associações protagonista disso. Que é investir através disso, que não significa, quero deixar claro, que o Estado não tenha responsabilidade, não, por que tem alguns hábitos específicos que é: educação, em parte, segurança, mais ou menos, completamente, obras infra-estrutura, que o Estado deverá fazer, mas o Estado deverá partir do fato, que quando existe um ator local que é uma pessoa, que é uma associação, que é um cidadão, que já tá fazendo uma ação voltada ao desenvolvimento, tem que apoiá-lo nisso. Por que tem que ter uma consciência do Estado que ele não pode fazer isso sozinho, mas reconhecer que quando nasce essa iniciativa, essa iniciativa deverá ser apoiada, promovida, e fortalecida e acho que essa experiência principalmente das associações que nós chamamos como princípio de subsidiariedade, um princípio que nasce muito no contexto italiano, ou seja, de um Estado que tem que reconhecer quando tem uma sociedade civil, a sua importância e portanto repensá-la a um elemento de grande novidade que parte dessa participação cidadã.

Ivilana - O que é que poderia ser feito para propiciar uma maior participação cidadã?

AVSI - Eu acho que deveria se começar das políticas públicas onde esta visão de responsabilidade do Estado, de importância da sociedade civil, do cidadão sejam mais explicitados e levado às políticas públicas, ou seja, se realmente uma experiência, outra experiência indica que esse é o processo que deu certo, o Estado deverá ter força e coragem de criar políticas que permita isso de forma mais ampla. Portanto eu acho que precisa por um lado que o Estado através de experiências chamado pilotos, que pode ser também experiência de Novos Alagados e Ribeira Azul, possa partindo dessa experiência, reconhecer que esta forma de atuação de participação cidadã é realmente uma forma para contribuir no desenvolvimento. E portanto ter coragem para investir na política pública. Portanto é destinar recurso público para que isso aconteça em uma escala de políticas públicas. Portanto acho que convenção ou seja, que o Estado seja convencido que isso apresenta uma forma para o desenvolvimento que realmente na nossa experiência também de parceria junto com o Governo do Estado, tem muito essa consciência do Estado, que significa uma avaliação do ponto de vista qualitativa, do ponto de vista eficácia, de eficiência de tudo isso. E portanto a partir de uma experiência transformar numa política, portanto ter coragem de destinar recursos possível para adotar essa política.

Ivilana – A pergunta seguinte tem um pouco a ver com essa. Mas vou fazer todas mesmo que se repitam. Quais são os principais entraves na participação cidadã nessas políticas?

AVSI - Bom, por parte acho que do Estado é que, como eu falei, acho que para ter esta visão, ou seja, esta coragem, precisa participar, eu acho de uma experiência que convença o Estado que funcione ou seja, o que eu vivenciei esses anos de quando começamos a falar de trabalhar no desenvolvimento através de uma ação obviamente participativa, de uma ação que voltada a fortalecer as pessoas, cidadãos, as associações, que lançamos essa iniciativa junto com o Estado, por que não é uma iniciativa da AVSI, é uma iniciativa do Estado, encontramos uma certa desconfiança ou seja, bom, vai levar o que isso, o que, mas...

Ivilana – Falta de crença, na verdade né.

AVSI - É exatamente, nós verificamos que através de uma experiência de, do Estado, um Estado realmente, que na nossa experiência muito presente, muito protagonista, que acho isso muito importante, verificou através de experiência, que essa coisa é realmente é uma novidade, é novidade assim tanto, que o novo programa do Viver Melhor II, que pela primeira vez na Bahia, eu acho no Brasil, está destinando este financiamento do Banco, 25% no social, mas esse social não é um social somente social, é um social que será investido dentro dessa filosofia do fortalecimento da sociedade civil. Voltado a fortalecer a comunidade, as pessoas, o cidadão, portanto somente foi possível isso no meu ponto de ver, por que o Estado fez uma experiência que analisou positivamente, que deixou convencido o Estado, e portanto o Estado está propondo isso numa escala maior. Esse é um pouco o elemento que tem que avançar, ou seja, através da experiência em si, o Estado deverá se convencer que esta forma é uma política que pode ser atuada em todos os setores. Portanto ter experiências que mostrem ao Estado que funciona. Segundo ponto é de preocupação, dar conteúdo a isso, ou seja, tentar se aprofundar, por que isso? Nasce da onde esta visão que o Estado substancialmente tem uma responsabilidade, um importância no destino da sociedade civil, portanto dar um conteúdo para levar a uma política mais ampla. Segundo ponto que acho como preocupação é, conteúdo também voltado a esclarecer melhor qual é o papel do Estado e da sociedade civil e das pessoas, em processo de desenvolvimento. E eu percebo muitas vezes que não é claro isso, seja para o Estado, mas não tô falando no contexto da Bahia, mas no geral, no Estado, no que acontece no Brasil e da sociedade civil que muitas vezes não entende exatamente qual é a função dele, que muitas vezes esta função é resumida ou limitada a uma função de reivindicação e não de uma parceria real, reivindicando que é correto, mas dentro da forma de se jogar dentro disso, e não ficar de lado somente reivindicando. Eu acho portanto o desafio é exatamente ter por parte do Estado convicção, como está acontecendo com essa experiência possa gerar uma política, portanto ter coragem, por parte disso precisa de um conteúdo claro, que define exatamente qual é a função do Estado e da sociedade civil. Em terceiro lugar, também uma sociedade civil consciente do papel dela e da importância dentro do processo de desenvolvimento. Eu acho que são esses os pontos que percebo como um salto necessário para transformar isso numa política. Que não é somente estadual, estou falando em nível de Brasil, e também internacional por que na Itália é a mesma coisa.

Ivilana - Quais são as principais práticas participativas que acontecem nesses programas, nessas políticas?

AVSI - Bom, dentro do programa. Eu falo dentro do Programa Ribeira Azul, por que de fato Novos Alagados foi o ponto inicial. Acho o programa Ribeira Azul é muito mais maduro como experiência, portanto eu falo dentro do Programa Ribeira Azul, como eu falei, no... no... nós pensamos formas para garantir essa participação. São formas diferenciadas. O primeiro ponto é garantir uma presença nas áreas de intervenções no programa Ribeira Azul, através de escritórios de campo, de técnicos, que tem como finalidade aquela de garantir um diálogo constante entre a comunidade e o programa, esse é fundamental, por que o desenvolvimento passa através de um contato, através de um encontro entre as pessoas. Portanto a escolha que foi feita pelo Estado que é um custo, que é realmente um investimento grande de garantir em cada área uma presença do Estado, de técnicos do Estado, para responder as necessidades da população, é fundamental. Por quê? Por que esse trabalho permite de abrir um nexo, de abrir uma confiança e de responder as necessidades. Mas do outro lado, permite o Estado de entender melhor a realidade onde está atuando e portanto facilita também de receber proposta da comunidade com a leitura que não é mais de cima por baixo, mas é de baixo para quem está na área. Esse foi um ponto muito importante para garantir essa participação. Antes disso, que eu esqueci, o primeiro ponto de participação que foi feito no programa é uma etapa muito importante de conhecimento da realidade, que significa: significa pesquisas sócio econômicas dessas comunidades que tem como finalidade coletar informações, mas tem outra finalidade pra mim muito importante, bater na porta de uma família, entrar na casa, ou seja, técnico do programa começar a olhar, começar a intervir, intervir junto com a comunidade nas necessidades. Portanto o programa fez um grande trabalho de conhecimento que foi uma pesquisa sócio econômico censitária. Foram mais ou menos 10.000 mil domicílios, ao largo de 30.000 mil pessoas, acho mais 40, 45 mil pessoas. Um estudo antropológico dessa população, entender quem são essas pessoas, chega de onde, o que motivou elas a fazer esse passo. Um estudo por exemplo sobre as associações ou seja, existe um tecido social nesta comunidade, existe uma vontade de protagonismo desta comunidade. Outro estudo foi um estudo sobre a violência, entender a violência é um elemento muito importante que se não é enfrentado de forma clara pode ser uma limitação ao desenvolvimento. Outro estudo como a comunidade se relaciona com a cidade formal, ou seja, é uma cidade fechada entre eles, se relaciona, isso abre um elemento importante para uma política de acessibilidade ao serviço. Portanto um grande estudo feito por parte de técnicos, ou de pessoas da comunidade contratadas pra isso, para fazer uma leitura ou diagnostico dessa realidade, esse diagnostico foi apresentado para a comunidade. Portanto a comunidade começou a dialogar e participou dentro dessa leitura. Essa leitura chegou a definir o retrato dessa comunidade, apresentado à comunidade, dialogado com eles, porque é importante, a gente chegava com intuição, a comunidade ah é assim, provavelmente nasce disso. Portanto chegamos a uma participação na leitura, que foi importante para o programa, mais foi também muito importante para a comunidade, por que a comunidade começou a entender melhor qual era o contexto geral da situação deles. Portanto uma primeira fase de conhecimento e de participação. Uma presença nas áreas, voltada exatamente a permitir um dialogo constante, cotidiano entre o programa e a comunidade. O terceiro nível é, como eu falei, mais geral com as associações. Portanto cadastramos as associações, pedimos as associações de entrar como parceiras no processo de planejamento, portanto plano social, as ações que vamos monitorar agora na área social foram discutidas e aprovadas por eles, ou seja, a gente chegou com uma proposta junto a eles, justificando por que, e a comunidade respondeu, sofreu alterações, que fechamos com eles um pacto. Portanto esse recurso é destinado para esse tipo de ação, voltados principalmente a fortalecer as associações de vocês, mas é interessante isso, por que as necessidades são muitas, o recurso era limitado. Portanto chegamos a definir com ele o que era mais importante. Reforçar uma determinada creche ou outra, fazer determinado programa, porque foi um pacto mesmo junto com eles. Portanto uma participação desse grupo de associações no planejamento, reconhecendo que estas mesmas associações, é realmente uma presença na área, um conhecimento da realidade muito profundo, mas também a capacidade de disseminar isso no território e, portanto, planejamento, e também definimos dentro do programa momentos periódicos de avaliação conjunta das atividades, entre a comunidade, ou seja, entre as associações que é chamado de Comitê Consultivo, onde nesse momento participava a comunidade, e alguns momentos participava o Estado, (?), o Estado, AVSI e a Comunidade, e em alguns momentos específicos se integrava a esses grupos o Banco Mundial, a *Cities Alliance*, o Governo Italiano, como co-financiadores e a Prefeitura.

Ivilana – Que é o Comitê Tripartite?

AVSI - Não, esse é o Comitê Consultivo, Comitê Tripartite é: o Governo do Estado, Governo da Bahia e Governo Italiano ok!.

Esse é o Comitê Tripartite que tem uma outra visão, que não é voltado à participação dos beneficiários. O que é voltado a essa participação é Comitê Consultivo, seja Comitê voltado a esses atores integrando a comunidade no processo constante de avaliação, chegamos em alguns momentos a ter encontros semestrais com todos os atores, e mais ou menos trimestrais entre CONDER / AVSI e a Comunidade. Além disso, como eu falei, os escritórios garantiam em qualquer momento a possibilidade de encontrar e dialogar e tentar... é claro que, muitas vezes a comunidade colocavam também coisas não inerentes ao projeto, mas a gente tentava de qualquer forma de contribuir e reivindicar, não dava sempre pra responder tudo, portanto o Comitê Consultivo foi um momento importante de avaliação conjunta, que acho que foi um momento muito interessante, porque a comunidade percebeu realmente uma vontade do Estado de entrar em diálogo, mas no momento que chegou o Banco Mundial, o Governo Italiano que normalmente parecia muito longe foi um elemento acho inovador que abriu realmente esse diálogo. Portanto o Comitê Consultivo como um elemento muito importante. Nesses encontros normalmente acontecia o que? A CONDER junto com a AVSI, prestava contas das ações feitas no período da experiência que era também entregue um documento mostrando o que fazemos. Se abria uma discussão, portanto tudo isso era gravado, oficializado uma discussão junto com a comunidade, a comunidade inspecionava algumas coisas, portanto o programa poderia redirecioná-la, ou eventualmente se tomava decisões conjuntas sobre alguns elementos para o futuro ou seja, se programava, olha vai acontecer isso, tem um problema neste setor, atrasou a estação, mas sempre dentro desse diálogo, que pra mim foi muito interessante acompanhar integralmente nesses últimos 3 anos e meio, por que no início era marcado de uma desconfiança muito grande. Nos últimos, era uma familiaridade muito grande, ou seja, como eu falei, cada um com sua responsabilidade, com suas distinções, a nível de comunidade, de Estado, mas dentro uma familiaridade, uma consciência que todo mundo estava lá para alcançar um objetivo comum.

Ivilana – Conhecimento né.

AVSI - É, agora vamos avançar, entendendo (?).

Ivilana – As atas dessas reuniões do Comitê Consultivo você pode disponibilizar?

AVSI - Olhe, eu posso disponibilizar as atas, eu posso... por que nós temos um relatório eu posso te (...pausa) eventualmente, eu vou te pedir, o que você precisar me manda um e-mail, que eu te respondo, já lhe anexando essas informações. Me passa um e-mail (...pausa). E eu te passo seja do Comitê, seja dos encontros com a comunidade. Por que, como eu falei, o Comitê Consultivo era composto pela Comunidade, CONDER/AVSI e Governo Italiano, além disso, tem outros encontros CONDER/AVSI e Comunidade te mando uma lista.

Ivilana - A participação ela é geralmente induzida por quem: Comunidade, Órgão Executor, Órgão Financiador, Políticos, outros...

AVSI - Induzida ...

Bom, eu acho que provavelmente é, com certeza da comu....

Ivilana – Induzida, no sentido de que ela surge a partir de quem.

AVSI - Bom, eu acho com certeza nesse caso, tem que colocar um ou posso colocar dois?

Ivilana – Vários.

AVSI - Com certeza a Comunidade, com certeza. Órgão Executor neste caso, acho que é, o Estado, mas também acho que é Órgão Financiador. Na nossa experiência eu acho que foi muito voltada à comunidade, claramente com desejo de ser ator, do Estado de tentar, de atuar de uma forma diferente, mas também por exemplo, nesse caso o Governo Italiano, Banco Mundial, uma grande importância para esse processo participativo.

Ivilana - Os mecanismos institucionais dessas intervenções tem propiciado um nível de participação, ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo? Como está o nível de participação?

AVSI - Olha, se eu tenho que avaliar sobre as associações, eu acho que está muito bom, para as associações. Agora sobre a pessoa, o individuo realmente não sei como avaliar isso, por que não tenho um retorno direto, sei por exemplo que eles participam de muitos encontros. Portanto eu acho em geral, eu acho que você coloca entre Comunidade e População, pode ser bom, eu acho.

Ivilana - E o nível de interesse da população nessa participação, é como?

AVSI - Eu acho que o nível de interesse, acho que muito alto, acho que é muito alto. Dele participar acho que é muito alto.

Ivilana - Há continuidade nos processos participativos?

AVSI - A nossa experiência sim ou seja, o programa vai continuar nos próximos 4 anos, portanto esse processo vai aumentar e vai continuar nos próximos anos.

Ivilana – Mas a AVSI tem experiências em outros..., em outras é, políticas habitacionais.

AVSI - Sim, estou falando desse programa, por que inicialmente a gente está falando de Novos Alagados.

Ivilana – E do Ribeira Azul.

AVSI- E do Ribeira Azul exatamente, estamos falando nisso.

Ivilana – E no Ribeira Azul há continuidade nos processos participativos. Como é que essa continuidade se processa?

AVSI - São essas modalidades que falei, do Comitê Consultivo esse vai continuar nos próximos 4 anos, por que o Viver Melhor II, esse novo programa terá continuidade do Ribeira Azul para o ultimo das ações. Portanto todo esse processo de escritório, de presença na área, de pesquisa, de planejamento participativo e de Comitê Consultivo continuará até a nossa previsão ano 2008. Depois de lá pra frente temos que definir formas para continuar esse diálogo provavelmente será menos intenso, por que não terá uma ação assim forte na área, mas deverá continuar.

Ivilana – Mas, por exemplo, entrevi em Novos Alagados II, o, o, a CONDER já tirou o Escritório da área né isso?

AVSI – Ainda tem um pequeno escritório.

Ivilana - Então, como se processa essa continuidade, por que tudo bem que tá tendo um processo participativo em outros, em outro local, mais ali naquele local....

AVSI - Esse outro, esse grupo de associações também são associações de Novos Alagados, ou seja, associações são de toda a área incluindo também várias de Novos Alagados.

Ivilana – Então é basicamente através das associações.

AVSI - Esse é o primeiro nível. Segundo nível é nesse momento lá no escritório, no, é um escritório por exemplo, que tem dentro da área do Ribeira Azul, que é em Massaranduba, pode também responder algumas questões, por parte da comunidade de Novos Alagados. Agora outra forma de garantir a presença nessas áreas é provavelmente ligada às associações, é ligada também a um vínculo da comunidade com a CONDER, ou seja, a comunidade sabe muito bem a quem se referir caso que tenha uma necessidade. É claro que não é através de uma presença importante na área .

Ivilana – É porque o diálogo ficou aberto.

AVSI - Ficou aberto através, provavelmente de algumas pessoas que a comunidade reconhece como ponto de referência. É claro que muda um pouco, por que você sabe, a CONDER atuou lá, fez um programa de desenvolvimento urbano, criamos, nos próximos anos vai continuar um dialogo com as associações também incluindo Novos Alagados, mas é claro que na fase pós intervenção urbana o grande ator será a Prefeitura. Porque se abre o grande problema da política habitacional, da manutenção, por quê? Por que lixo, esgoto, drenagem, ou seja, tudo que é manutenção ordinária não deveria ser mais de competência nesse caso da CONDER deveria passar para a Prefeitura, portanto se

abre um processo de um outro ator, que deveria entrar na área com processo muito mais longo e portanto ativando um dialogo constante com a comunidade, que é um ponto que acho que na política pública, deverá ser bem definido por que não é que acontece sempre essa parceria, esse diálogo entre o que o Estado faz no desenvolvimento e a assunção de responsabilidade por parte da Prefeitura.

Ivilana – Como foi a participação na Prefeitura, nos Comitês e ...

AVSI - Olha, eu acho que esse é um ponto realmente que é um ponto que tem que ser avaliado com mais atenção no sentido que foi uma participação, mas não uma participação no meu ponto de ver respectiva como todo mundo imaginava que poderia ser, ou seja, a Prefeitura foi, participou formalmente estava presente, mas não percebemos uma grande continuidade sobre isso, um grande interesse nisso. Por quê? Qual era a nossa preocupação? No momento que em Novos Alagados, as obras serão ultimadas, a CONDER inevitavelmente tem que tirar a própria presença pontual, continuar um dialogo como está acontecendo, mas sem uma presença. Agora, uma comunidade como é em Novos Alagados, com a dimensão da comunidade, com as problemáticas da comunidade, vai precisar logo de uma continuação na manutenção das intervenções. E realmente a Prefeitura tá assumindo em parte, mas não tá assumindo dentro, eu acho um planejamento como...

Ivilana – De uma visão integrada.

AVSI - Exatamente, está fazendo o que precisa fazer, mas não dentro da estratégia comum de assumir uma melhoria. Portanto têm algumas problemáticas que ainda em alguns casos a comunidade está pedindo a solução à CONDER.

Ivilana – E Celina Souza aborda isso no trabalho dela?

AVSI - Aborda, sim esse é um ponto que na realidade, na experiência, no nosso programa é muito evidente que o grande desafio do Viver Melhor II, que tem com um ponto essencial, estreitar e formalizar parcerias com a Prefeitura...

Ivilana – Senão não vai adiantar, tem que ter continuidade né.

AVSI - Exatamente, e sobre esse relatório do Banco Mundial, que você acha já encontrou na Internet, um dos pontos que fala precisa Viver Melhor II fortalecer isso. Por que também se você imagina é... uma problemática que o programa nasce com uma visão integrada do desenvolvimento, que hoje no país Brasil, principalmente com esse processo de descentralização que todo mundo acha, ah ainda não está sendo feito, não é verdade, eu acho que está muito avançado, por que por exemplo tudo que se refere a creche, tudo que se refere a escola fundamental, hoje a responsabilidade é da Prefeitura, não é do Estado, tudo que se refere a saúde, programa saúde da família é de responsabilidade da Prefeitura, não é responsabilidade do Estado. Portanto um pode de qualquer forma colocar que tudo aquele que são serviços voltada a pessoa cidadão no território, são muito mais inerentes a uma presença, a uma responsabilidade do Município que do Estado. O que o Estado fez no Ribeira Azul, foi um pouco além da própria responsabilidade. O que não foi feito no Ribeira Azul, que é o ponto de grande atenção do Viver Melhor II, eu acho também da política pública, que se não tem formas regulamentadas, definidas de uma real articulação institucional entre o Estado e o Município, no momento do Estado deixa o território, perde a capacidade do território de continuar com o desenvolvimento integrado. Portanto esse problema da manutenção e da articulação interinstitucional é fundamental, que abre pra mim, um terreno muito amplo que o problema da Lei Fiscal do Brasil, da capacidade da Prefeitura, realmente de poder investir recursos e poder captar recursos externos, abre uma lógica muito maior que não vou entrar. Mas que realmente deixa uma grande preocupação principalmente para implementar uma política maior, integrada, um não pode esquecer a importância da Prefeitura a nível territorial, também do planejamento, a nível de ações voltadas a uma ação integrada do território. Portanto o grande desafio da política estadual de desenvolvimento urbano que exista uma forma, uma política que garanta isso, sabendo que passa por problemáticas legislativas, fiscais do Município, políticas muitas vezes, também por que o Brasil tem uma situação que cada a 2 anos tem eleições, portanto perenemente é uma campanha eleitoral, mas esse ponto é muito importante e acho que a Celina entrou nisso muito bem.

Ivilana - Existem indicadores que atestem melhorias das comunidades beneficiadas? Você já disse que os indicadores....

AVSI - Tem alguns indicadores urbanos muito bons e eventualmente posso verificar realmente, não fui autorizado a passar nada de informação dessa avaliação, avaliação. Vou tentar eventualmente vou pedir, mas não posso te garantir, porque os indicadores ainda em fase de elaboração, mas tem indicadores muito bons na parte de urbanização, evidente essas mudanças, também para esses indicadores, esse estudo do Banco qualitativo mostra muito bem como uma ação integrada é percebida pelo beneficiário de forma muito interessante.

Ivilana – Apesar deles também perceberem a coisa muito pontual na parte da habitação.

AVSI - É, exatamente, que esse outro tema acho muito interessante por que aquilo que falei, ou seja, a percepção dele sobre a habitação. Um elemento que surge... na pesquisa qualitativa é a própria dificuldade dessas famílias de se reinserir num contexto urbano diferente ou seja, um espaço urbano planejado que é diferente da palafita, que tem alguns pessoas, que paradoxalmente, que também acho que a leitura ajuda, e que tem uma visão um pouco nostálgica da palafita. Ela fala exatamente da nostalgia, da saudade da palafita que é um pouco contraditória, por que no momento que o pesquisador entra mais no mérito, mas por quê? Mas por que na palafita está sem problema de pegar o lixo e colocar numa coleta de lixo. Portanto é realmente, são pessoas que viveram provavelmente 20/30 anos na palafita. Portanto a idéia que o programa, entregar uma casa é automaticamente era recebido como benefício em alguns casos, claramente generalizado, foram lido com essa visão mais nostálgica. Quando entra mais específico nas perguntas é interessante por que eles substancialmente tem que se acostumar com o relacionamento com o espaço urbano completamente diferente, as outras tem...

Ivilana – É, você não acha que deveria ter tido então mais conversa, mais educação, vamos dizer assim, ambiental com essas pessoas antes de mudarem elas, por que é uma mudança radical!

AVSI - É, eu acho que sim, mas de qualquer forma eu acho que com certeza pode ter mais investimento neste setor. Mas é substancialmente uma coisa que precisa de muito tempo para uma pessoa que culturalmente se acostumou a um determinado tipo de vida. A educação ambiental é fundamental, com certeza tem...Bom, o que estamos percebendo que, por exemplo, uma família fica muito mais sensibilizada a essa mudança, quando tem filhos. Por exemplo, quando o filho, a família mora na palafita e é transferida para uma casa, essa casa inclui também criança, essa criança começa a freqüentar escolas, creches. Portanto ela começa necessariamente a se educar de forma diferente, que no momento em que a criança volta pra casa, transfere isso para os pais, que por não entendendo exatamente, começa pela atenção dos filhos, hã, a ter uma outra visão, tem casos onde é mais complexo. Agora, é claro que uma das indicações é essa parte ambiental que provavelmente deverá ser é, ter investimento maior, mas eu acho que todo aspecto realmente cultural, aspecto realmente numa mudança de um costume de uma pessoa que precisa de muito, muito mais.

Ivilana - Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado para prestar contas à população dessa política habitacionais? Você até já chegou a citar.

AVSI - Eu falei um pouco dessa parte que substancialmente é muito mais votada na parte social tá. Na parte por que, na parte social foi uma componente mais específica que envolveu muito a comunidade, do ponto de vista também da implementação, do planejamento. É claro que do ponto de vista urbanístico, urbano, o Estado está fazendo um processo de discussão com a comunidade, tentando entender formas junto com ela ali, definir tipologias habitacionais, mas tem limitações muito maiores que são limitações técnicas e também tem outro problema, que por exemplo a forma como o Estado realiza as obras físicas, via licitações, licitações públicas. Portanto a forma de participar e ter um retorno, se tiver, é um acordo ligado com recurso público, que cada cidadão poderá eventualmente pedir as informações. O Estado sempre tentou de transferir indicações sintéticas sobre o andamento desses projetos, ultimamente aconteceu um problema uma possibilidade de não fazer uma determinada coisa como prevista, que sempre teve retorno com a comunidade. Mas realmente acho que na parte de obra é um pouco mais complexo por que entra também alguns aspectos técnicos específicos que provavelmente limita um pouco essa capacidade de dialogo assim profundo como aconteceu na parte social. Mas acho que o Estado sempre sensibilizou, sempre transferiu, não se definiu um modelo específico, mas por exemplo nesses encontros do Comitê Consultivo, com a comunidade, a CONDER

sempre antes apresentava o estágio das obras. Portanto prestava conta de qual era a situação, as problemáticas, as mudanças que o projeto deveria eventualmente aportar, por que é bom colocar que são projetos extremamente complexos, no ponto de vista de engenharia. E, eu quero somente fazer um parêntesis que é muito importante também na leitura dessa parte da habitação. O Ribeira Azul fez uma escolha que eu acho que será avaliado futuramente, que foi uma escolha que nasceu de um pedido da comunidade. Essa comunidade de Novos Alagados, que é uma comunidade muito rica no ponto de vista de uma rede de relacionamento interno, é rica no ponto de vista de um tecido social. Esse fato que acho que é um fato, é um patrimônio enorme dessa comunidade, que provavelmente nos permitiu esse trabalho com essa associação, que não sei se é replicado automaticamente em outras áreas. Por que era uma sociedade civil já organizada, já fortalecida, já consciente, portanto encontramos um tecido rico. Mas essa radicação no território comportou no ponto de vista de engenharia, uma limitação ou seja, a comunidade como eu concordo, no ponto de vista social, obrigou o Estado a reassentar todas as famílias nas mesmas áreas, nas mesmas comunidades. Que comportou do ponto de vista econômico um custo enorme, por que como você sabe, são áreas que o Estado está fazendo uma terra ou seja, está recuperando áreas para construir casas. Era muito mais simples, muito mais econômico transferir toda área, como normalmente em alguns casos aconteceu. Mas o Estado colocou, eu acho que a AVSI tinha também uma influência nisso, ah para manter esse relacionamento social, inter-pessoal com a comunidade como elemento de desenvolvimento e portanto criando condições para assentar as famílias nas próprias áreas. Esse fato criou duas limitações: O primeiro ponto é um custo maior de qualquer obra, que uma coisa é realizar casa em área livre e outra coisa é fazer um aterro. Dois criou uma limitação sobre a proposta projetual da tipologia da habitação, ou seja, uma coisa é realizar uma casa em área livre, onde se pode construir uma casa de muitos apartamentos com lote, outra coisa é verticalizar, ou seja, ter um indicador fundiário muito forte para garantir que todas famílias serão reassentadas. Portanto como é sensível só um pouco, a parte é, habitativa. Por que a comunidade sempre existiu e cobrou justamente a exigência de todas famílias morar na mesma área. Esse fato acho que é muito importante. Por que inicialmente a comunidade indicou outro serviço, que acho que é (?), é um elemento positivo, por que uma família morar na palafita e receber uma casa que chamava um embrião de uma casa, por que temos consciência que não é uma casa completa. Esta família vai receber uma casa, que mais ou menos é uma casa que vai entre 25 a 48 metros quadrados, que exatamente depende da disponibilidade de área, tem banheiro, tem sistema fundiário e portanto com certeza vai dar um salto qualitativo na vida. Mas com certeza, se a gente reassentar em outra área a qualidade da casa seria até melhor, que esse fato só to colocando isso que no ultimo encontro com o Banco Mundial, pela primeira vez ouvi falar por parte de 2 (duas) pessoas uma coisa que me deixou muito feliz ou seja, que a comunidade começou a falar: Ah, que nós sempre falamos, criticamos a tipologia da casa, mas na realidade nós temos também que colocar que o Estado seguiu o que a comunidade colocou. Por que o Estado desapropriou tudo que era disponível do Estado, não tem mais uma área, nessa área do Ribeira Azul que não seja já desapropriada ou em fase de desapropriação exatamente para reassentamento. Portanto pela primeira vez a comunidade colocou: foi o nosso pedido, mas nós temos que também não carregar em cima do Estado todas as implicações, chamamos a tipologia, por que foi também a nossa escolha, o Estado tentou de nos convencer a reassentar em alguns casos, porque não foi todo mundo, teve casos que não. Portanto nasceu uma consciência da comunidade que eu pela primeira vez percebi onde eles mesmo está fazendo de qualquer forma um processo crítico interno, que eles afirmaram que foi pra eles uma escolha melhor. Mas pela primeira vez, por que eu acho que faz parte do que falei antes, dessa parceria de uma consciência, e responde um pouco também a essas questões que surgiram também do estudo sobre habitação, do estudo do Banco, que fala exatamente nisso, sobre a dimensão da casa, sobre a capacidade de uma tipologia diferenciada, isso seria possível mas comportava que uma parte dessas famílias seria deslocada em outra área que a comunidade não queria, e o Governo e AVSI acharam esta vinculação social muito importante para o desenvolvimento, por que quando desloca por fora, não se desloca por fora em uma área que já tem todo um serviço pronto pra essas famílias se reintegrar também, trabalho, transporte, educação e saúde, obviamente, significa realmente criar outra periferia onde essa família deverão morar. Estou colocando isso não para justificar socialmente, tentando de contar uma historia de como tudo isso surgiu... não foi simples, não foi. Por que realmente é um processo que levou muita discussão em cada área onde estava intervindo, tem longas discussões com a comunidade, mas no final

se chega a um compromisso que responde o que a comunidade tá pedindo e que o Estado pode fazer ok!.

E nesse último encontro eu fui muito feliz, porque vi, pela primeira vez, por parte de alguns deles não em um caso. Olha, é assim, ouvimos que realmente algumas famílias questionaram, mas foi também uma longa história. O Estado tentou responder isso e sempre nos colocou que para essa solução significa limitar uma proposta habitacional em um determinado tipo, que eu acho que é um ponto que na leitura do qualitativa acho que tem que ser um pouco aprofundado, fazendo um pouco de história. Não é que o Estado foi lá e fez assim porque fez assim.

Ivilana - Quais das características abaixo se aplicam o Governo do Estado em relação a condução das políticas habitacionais?

AVSI - Falamos do Estado com todo ou da nossa experiência, por que esse é o problema, que o Estado como um todo realmente não (...risos)

Ivilana – Pode falar de sua experiência.

AVSI - Tá, ok! Eu acho...

Ivilana – Programa Ribeira Azul.

AVSI – (...) Por que acho que o Ribeira Azul, acho realmente nesse caso, acho que o Estado, a experiência no Ribeira Azul, a característica do processo foi exatamente tentar, e buscar como uma real participação. Agora como eu falei, não é um processo simples, não significa que tudo tá ótimo., na forma melhor, mas que realmente o Estado nesta experiência do Ribeira Azul atuou, tentou, criou formas para essa participação, me parece ser bastante evidente.

Ivilana - Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Estado para a população de baixa renda? Mas você já disse, essa parte...

AVSI - Tá.

Ivilana – O Viver Melhor né.

AVSI - É eu acho que é.

Ivilana - Por que o incremento da participação cidadã é importante nessas intervenções?

AVSI - Bom, é pelo que eu falei antes. Em primeiro lugar por que acho que a participação cidadã permite uma real é, resposta de necessidade da população. Portanto, como eu falei, a possibilidade de uma política na atuação do Estado que não seja de cima por baixo, mas que realmente nasça da resposta da necessidade. Portanto é importante sobre uma participação no planejamento para o Estado responder às reais necessidades. Dois, porque dessa forma é possível abrir um diálogo e portanto um ‘parceria’ efetivo que é fundamental para uma atuação. Em terceiro, por que essa participação principalmente, através das associações, cria um tecido social interno, que possa melhorar as condições de vida da população e garantir uma sustentabilidade futura do desenvolvimento nesta área que deverá continuar a ser suportado pelo Estado, mas que terá um ator próprio que são as associações que tem como motivação ideal continuar no tempo essa atividade. Portanto um elemento de sustentabilidade que acho que é muito importante dentro de algo deste tipo.

Ivilana - Qual o efeito que programas sociais de amplitude reduzida podem obter desenvolvimento da comunidade e incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção? Quando eu falo é programa de amplitude reduzida é, pela própria condicionante do, do montante disponível pra investimento as, os programas sociais quase não abrangem a comunidade toda.

AVSI – Claro, é, bom, eu posso colocar isso que esse foi um ponto, foi um ponto onde nós levantamos muito claramente nesse programa Ribeira Azul. Como falei antes, o recurso que foi disponibilizado para ação, por exemplo, de desenvolvimento comunitário era um recurso importante, por que chegou ao final da previsão total, nós chegamos mais ou menos 25% de investimento do programa, portanto vem ser um valor consistente, mas um valor finito em deferimento as necessidades dessa comunidade muito pobre que são extremas. Portanto nós enfrentamos esse problema de como escolher ações

voltada realmente a uma ação mais efetiva de desenvolvimento. Não escolhemos isso dessa forma, mas através de um processo de conhecimento junto com a comunidade nas necessidades, definir junto com a comunidade qual são as diretrizes..., qual era as diretrizes mais importante para investimento e foi muito importante, que a comunidade partindo também desse diagnóstico junto com a gente, que educação era o elemento fundamental para o desenvolvimento. Portanto junto com ele através dos estudos de conhecimento muito amplos que foram feitos se chegou a definir diretrizes de desenvolvimento para locação de recurso dando determinadas prioridades. Portanto na nossa experiência esse processo de planejamento participativo chegou também a definir que educação era o elemento mais importante para investimento de recursos, e portanto investimos uma boa parte desses recursos nesse setor. E claro que educação inclui além disso, outras ações que com a comunidade definimos, que era voltados por exemplo, a parte ambiental, por que a área do Ribeira Azul principalmente, é uma área que hoje ainda tem uma situação, um aspecto de degrado, uma área de uma grande potencialidade ambiental, uma APA. Portanto junto com a comunidade, educação significa também educação ambiental dentro dessa área e outras ações que são trabalho e renda, que é uma necessidade, formação profissional, família, ou seja, tentar investir na família como núcleo, como centro importante para o desenvolvimento, saúde, mas de forma não muito forte, por que neste caso o que analisamos que era muito mais importante uma articulação com o setor público, mas com Estado, mas com a Prefeitura e portanto essas diretrizes definiram também proporções de investimentos mais ou menos importante, como eu falei, educação foi realmente o ponto que a comunidade junto com a gente definiu como elemento mais importante.

Ivilana – Mas mesmo educação, que foi o ponto mais importante, vamos dizer: Novos Alagados II, não sei se o número era este, entrevi e abrangeu 1.992 famílias, a educação foi disponibilizada para quantos por cento dessas famílias?

AVSI - Olha, não sei te dizer exatamente isso, mas considera que educação foi, é, o recurso de educação como se deu. Se deu por um lado reforçando as associações, creches, escolas comunitárias, portanto agora não sei te dizer um dado de quantas crianças e adolescentes foram beneficiadas. Por exemplo, somente a nossa organização como AVSI em Novos Alagados tem uma creche para 404 crianças. Tem um reforço escolar para 304 crianças, tem um centro de atendimento a família de adolescente em situação de risco que atende 400 crianças em 3 anos, tem por exemplo, um projeto muito interessante para adolescentes em conflito com a Lei, que atende mais ou menos 25 alunos por ano ou seja, somando somente as ações que AVSI realizou. Além disso, tem outras creches, outras estrutura, outras escolas que receberam recursos, portanto não sei te dizer um dado. Mas com certeza níveis de recursos disponíveis do projeto na área social, a maioria foi investida no setor de educação. Como definimos isso? Fazemos junto com a comunidade um planejamento e definimos esse recurso com esse valor vai para essa organização, para outra organização, falamos com a Prefeitura para as necessidade de fazer determinadas ações, o Estado foi sensibilizado para no Planejamento do Estado construir uma escola de 2º grau. Portanto nasceu dessa forma.

Ivilana - Como é que Novos Alagados II se insere nas políticas habitacionais do Estado, é um modelo ou é uma exceção à regra?

AVSI - Bom, eu acho que Novos Alagados quando iniciou foi uma exceção, por que realmente iniciou em 1994 e realmente acho que foi uma primeira experiência, foi essa idéia de uma intervenção integrada e participativa. De Novos Alagados, portanto de uma exceção se chegou ao Ribeira Azul que é chamado de laboratório, ou seja, essa experiência de Novos Alagados o objetivo foi ampliá-la numa escala territorial que nasceu este programa também como uma visão de laboratório para uma cultura política, uma cultura do programa Estadual que é o Viver Melhor II.

Portanto podemos chamar Novos Alagados de exceção. Por que realmente foi provavelmente a primeira tentativa de implementar uma ação integrada e participativa. Ribeira Azul podemos chamar de laboratório seja uma escala já territorial, municipal interessante para uma atuação maior. Esse laboratório que provavelmente dará indicação a um programa estadual que provavelmente será inserido dentro de uma política pública que o Estado deverá elaborar e implementar nos próximos anos.

Ivilana - E a presença da AVSI foi um diferencial?

AVSI - Bom, que com certeza a presença da AVSI contribuiu e acho que essa é uma questão que colocou no começo, mas surgiu durante várias avaliações, eu acho que a AVSI substancialmente acho que contribuiu tentando de esclarecer melhor esta visão de desenvolvimento ou seja, o conteúdo por que o desenvolvimento parte de uma visão integrada. Qual é o método e quais são as formas pra poder implementar este método.

Nesse sentido acho que nossa contribuição foi muito mais metodológica, de determinados aspectos e de apoio ao Estado, a continuar uma experiência nesse sentido e eu sempre falo que o resultado positivo ou negativo de Novos Alagados, do Ribeira Azul, nasce realmente de uma parceria muito forte entre o Estado e a nossa organização onde realmente é difícil definir de quem são vantagens, de quem são erros e acho realmente é, foi uma grande experiência de uma *partnership* institucional que faz parte também de um trabalho de uma organização envolvida na cooperação internacional ou seja, AVSI, trabalha aqui com convênios, acordos com Governo do Estado que são acordos diretos com o Governo do Estado, são acordos também entre o Governo Italiano, *Cities Alliance*, o Banco Mundial, Governo do Estado e AVSI. Portanto é uma entidade que atua e tem que atuar dentro de uma esfera institucional. Nessa experiência da Bahia, como é também uma experiência em nível internacional da AVSI, nós achamos que essa parceria também devida a uma continuidade também política no nível do Governo permitiu de implementar muitas coisas, portanto criar realmente um laboratório. Por que esse problema também da continuidade dentro de uma lógica das políticas públicas é muito importante. Por que realmente tivemos uma oportunidade de lançar uma provocação em 1993. O Estado em 1994 formalizou o primeiro acordo, estamos em 2006 avançando dentro este primeiro piloto até um programa estadual. Portanto essa experiência com certeza é importante. AVSI acho que contribuiu nesta parte metodológica ou seja, esclarecer realmente tentar de continuar uma existência sobre esta visão sempre tentando de resgatar esta motivação ou seja, que o desenvolvimento parte da centralidade da pessoa, que desenvolvimento significa que um Estado não pode atuar de cima por baixo, que a sociedade civil é ator fundamental para o desenvolvimento. Portanto algumas visões de desenvolvimento que durante este lapso de tempo começaram realmente a trazer resultados, e portanto a convencer o Estado que essa é uma via para ser percorrida para o desenvolvimento. Realmente eu quero colocar que um ponto central dessa experiência entre AVSI, o Estado e CONDER foi por que em 1994 o Estado definiu alocar uma equipe específica do Estado que junto com a equipe da AVSI, começasse um processo de 'parthenariado' e de co-responsabilidade. Esse fato criou confiança, colocou nexos também de amizade, criou possibilidade que esse grupo se inserisse dentro da comunidade, criou dentro da CONDER principalmente nesses anos, uma capacitação institucional e uma modificação na visão de desenvolvimento que acho muito, muito interessante, olhando todo o processo que aconteceu.

Ivilana – Esse grupo era o Projeto Metropolitano é?

AVSI - Não, esse grupo é um grupo que iniciou como grupo de Novos Alagados, depois de grupo de Novos Alagados, no ano 2000, foi criado por parte da CONDER, uma equipe, uma coordenação especial chamada Programa Ribeira Azul, onde a CONDER 2 trabalha junto com Dr. CONDER 3. Esse programa quando nasceu, sendo que nasceu com essa visão exatamente de criar indicações para o Estado poder ampliar ainda essa experiência foi vinculada diretamente à Presidência da CONDER, ao Dr. Mario Gordilho e portanto foi realmente um processo que acho permitiu de internalizar muito bem dentro da CONDER, por que estava acontecendo com acompanhamento de técnicos muitos qualificados, muitos envolvidos dentro dessa atividade com relacionamento acho muito bom dentro da comunidade e portanto ao longo tempo tudo isso criou as condições para a CONDER substancialmente lançar essa experiência num programa que hoje a SEDUR está... gerenciando, que é o Viver Melhor II. Portanto acho que todo esse processo que acho muito interessante nesse salto de escala de Novos Alagados, para o Ribeira Azul, para o Viver Melhor II, como também parte de uma política estadual, eu acho um programa muito interessante que é ligado a uma continuidade com certeza, é ligado a uma condição do Estado de investir dessa forma, de um Estado que reconheceu também, aceitou uma parceria do Governo internacional por que não é sempre assim, não é sempre assim que o Estado aceite de trabalhar conjuntamente com uma organização internacional como aconteceu nesses anos, que acho que foi uma visão muito aberta do Estado, de um Estado que como foi verificar na experiência que a participação com a comunidade, a presença nas áreas, o investimento nas associações é um diferencial. Não quero ser é... otimista demais, problemas existem, existiram,

mas que realmente nessa experiência se percebe uma novidade interessante que os mesmos, a mesma comunidade percebe, isso é extremamente evidente hoje. O que vai levar no futuro nós vamos avaliar.

Ivilana - Só para finalizar. Pode-se considerar que houve desenvolvimento urbano integrado em Novos Alagados II já que as ações sociais foram pontuais e de amplitude reduzida?

AVSI - Olha, eu acho que em Novos Alagados as ações foram pontuais, por que na realidade era ainda uma comunidade com a dimensão pontual ou seja, falamos aqui de uma segunda etapa, você falou ai é..... não sei quanto é o dado dos domicílios. Eu tenho dado da primeira pesquisa que era dois mil domicílios mais ou menos. Falamos de 6, 7.000 mil pessoas, portanto é claro por que no planejamento dessa área o que se planejou foram algumas atividades pontuais dentro da área, mas voltadas a responder a uma necessidade de 5, 6.000 mil pessoas. Essas ações pontuais, hoje dentro do Estado são muito ricas. Por que dentro dessa área coisas que não existiam em 98/99 tem, como eu falei, várias creches, não somente da AVSI, mais também de outras organizações que partindo dessa ação começaram a investir no social, tem escolas públicas, tem escolas comunitárias muitas, de organizações de base de dados, temos centros de reforço escolar para crianças não ficarem na rua, mas provavelmente ter uma educação em tempo integral, tem posto de saúde que é, a Prefeitura tá entregando nos próximos dias que será um grande ganho, por que será um PSF para essa comunidade. Por que o PSF vai atuar mais ou menos em torno de 1.000 a 1.500 famílias, portanto todas essas famílias terão um Posto de Saúde da Família que não existia antes, tem o centro de formação profissional, tem cooperativa de trabalho, tem empresas começando a investir lá. Portanto, é verdade que Novos Alagados atuou ainda com ações pontuais. Mas acho que não existia outra solução, por que era uma área pontual. Qual foi o salto, o salto foi de Novos Alagados para Ribeira Azul, onde não era mais uma ação pontual, mas uma ação territorial. Portanto todo o desafio do Ribeira Azul foi exatamente o salto de escala de pontual para territorial, que engloba exatamente uma visão de planejamento não mais pontual, mas territorial, a preocupação de uma articulação interinstitucional efetiva, por que com certeza requer um posto de saúde aqui em Novos Alagados, porque um posto de Saúde pontualmente resolve a comunidade mas para atender todos os domicílios precisaria mais ou menos de 20 com certeza, precisa de um município que faça isso. Do outro lado um planejamento de obras de um tamanho com recursos muito grandes, portanto abre o problema de financiamentos externos, seja o salto de escala foi de Novos Alagados para Ribeira Azul. Novos Alagados eu acho que não foi uma limitação, acho que era uma comunidade que precisava de um conjunto de ações pontuais para responder a essa comunidade. Hoje entrando em Novos Alagados o que realmente uma pessoa percebe que é um bairro ainda pobre, por que acho que ainda tem pobreza, mas que tem muitos equipamentos pontuais mas para responder ao desenvolvimento urbano.

Ivilana – Mas você acha que esses equipamentos atendem a esse montante todo?

AVSI - Olhe por exemplo. Falando de Novos Alagados II, esse Posto de Saúde que agora vai ser instalado vai atender mais ou menos....

Ivilana – Mas em termos de Ribeira Azul como um todo, o que tem lá disponível de equipamento, atende a comunidade?

AVSI - Como Ribeira Azul não, como Ribeira Azul acho que ainda não exatamente...

Ivilana – Ainda reduzido.

AVSI - Exatamente pra isso que o Viver Melhor II vai continuar nos próximos anos, por que Novos Alagados é uma comunidade. Portanto nós fazemos AVSI e comunidade um planejamento pontual para essa área e acho que essa área ainda falta algumas coisas, mas com certeza com os serviços com presença público privada, eu acho que já tem muitos serviços comparáveis com áreas ricas da cidade, Novos Alagados. Quando abrimos Ribeira Azul como todo, o Ribeira Azul como todo partiu no ano 2001. Por que do ano 2001 a 2002, fizemos um planejamento com a comunidade. Esse planejamento abriu um monte de necessidade um montes, no período 2001 a 2005 tivemos um recurso disponível limitado. Esses recursos disponíveis implementou essas ações sabendo que a necessidade era muito maior. Mas o que se fez desse processo que sabendo que era limitado o Viver Melhor II entra agora em 2006 que até em 2010, vai fazer outros investimentos.

Ivilana – Na própria área.

AVSI - Na própria área do Ribeira Azul, ou seja, uma das macro-áreas do Viver II é o Ribeira Azul. Eu te digo exatamente completar um plano global que fazemos junto com a CONDER e a comunidade para permitir no final de 2010 mais ou menos que essa área, não que seja respondida todo, mas que realmente tenha serviços em quantidades suficientes para melhorar as condições de vida. Esse ponto importante, por que esse plano global incluiu ações de urbanização que são ações que o Estado tá fazendo e que partes serão financiado pelo Viver Melhor II, combinado com erradicação das palafitas ou seja, fazendo uma transformação urbana muito consistente, mas também uma ação social, uma parte dessa ação social já foi implementada, daqui pra frente vamos integrá-la com recursos do Viver Melhor II, através de outras atividades. Mas o Viver Melhor II tem que dar um salto, não será somente o recurso do Viver Melhor II, será também eu não sei se você entrou no meio do Viver Melhor II, foi criado um Comitê do Viver Melhor II, que será instalado agora em julho, que será coordenado pelo Governador assim me falaram, junto com todos os Secretários do Estado e junto a Prefeitura, o objetivo é, que além do recurso do Viver Melhor II, que atuará diretamente, o objetivo do Estado é que o Governador quer ingressar nessa área com prioridade recurso de outras Secretarias e Municipal de forma tal, que a ação do Viver Melhor II se agregue a outra ação de política pública de forma tal que nesses 4 anos, essa área possa ter uma resposta através de uma presença do Estado e da sociedade para esse movimento ainda mais ok! Tudo isso é um processo que parte de Novos Alagados, portanto o Ribeira Azul hoje, claro, se uno pergunta: 'hoje tem todo equipamento suficiente?' não, hoje tem com certeza uma melhoria diferente de 2000, mas o passo daqui até 2010 é exatamente continuar a investir com essa idéia, com essa participativa das associações e do Estado, da Prefeitura, criar além disso uma articulação que é um ponto acho realmente importante no programa, para também a Prefeitura poder fazer ações junto com Estado, junto com a sociedade civil.

6. Entrevista – SEDUR 1 (01/06/2006)

Ivilana - O que é que você entende por cidadania?

SEDUR 1 - Bem, eu vejo como cidadania assim, um conjunto de direitos e deveres né, que as pessoas têm e, ah, o acesso que eles possam ter, tanto a nível de serviços como de reivindicações. E pra mim cidadania assim, na área que eu trabalho, tá muito ligada a... a condição, de vida, a qualidade de vida né, então eu acho que abrange assim... os direitos né, seria todos os...a saúde, educação, habitação e...os deveres também, que seria o comprometimento que as pessoas tem com a cidade, com os vizinhos, com os bairros, essas coisas.

Ivilana - E o que é que você entende por participação cidadã?

SEDUR 1 - Participação, quer dizer, hoje em dia, é uma palavra assim que todos né, que tá assim em voga. Então tudo que é trabalho se coloca assim como, como um ponto super importante, fundamental que é participação né. Eu acho que a participação é um.. assim, uma, tem uma complexidade né, que ela faz parte de todo um processo né, das pessoas em função assim da, da, do ganho de cidadania mesmo de, da participação em termo de você.. ter o acesso à informação, não somente ter o acesso à informação, mas você ter possibilidade de interferir né, no processo. Então eu acho que hoje é uma, apesar né de tá assim sendo né, acho ainda que a gente tá...iniciando, pelo menos aqui, em termo de política pública mesmo, a questão da participação né, porque inclui uma série de contextos mesmo, de modificação (...pausa, interrompido...risos).

Ivilana – Você tava dizendo que abrange uma série de contextos, uma complexidade, a participação.

SEDUR 1 - É a participação por que exige assim, que as pessoas estejam abertas pra ouvir né, pra internalizar o que as outras pessoas dizem né, o que... a troca né. Eu acho que participação é muito assim, além de ser é... o individuo pra participar, tem que ter todo um conhecimento, eu acho que tem que ter uma vivência né, ter acesso né, e em contrapartida na medida em quem ele tá participando é, eu acho, quer dizer, eu falo assim relativo a um projeto né, em termo de projeto e de alguma, alguma política, alguma definição né, de uma política pública. É eu acho que é uma, é um processo mesmo de, de troca né, então acho que a cidadania, acho que tá se preparando mesmo. Por que nem, acho que a, os técnicos ou mesmo há uma questão maior em termo de diretriz de participação, tão preparados né, pra sentar e pra ouvir ou pra entender ou pra olhar, ter um olhar diferente né, da forma que as pessoas querem, que as pessoas é, identificam suas necessidades, suas demandas. Acho que participação mesmo é um processo. É um processo pedagógico, inclusive, acho que todos temos que aprender mesmo a participar, acho que de ambas as partes envolvidas, em todos os atores que tão envolvidos no processo. Participação é um pouco isso.

Ivilana - E há participação cidadã nas políticas públicas habitacionais estaduais em Salvador?

SEDUR 1 - Eu acho que tá iniciando, acho que tá iniciando muito mais, tá iniciando em função da organização dos movimentos sociais, eu acho que isso é um ponto importante. Não é que você, não é assim... É uma participação que é conquistada, tá iniciando, por que acho que ainda se precisa ter uma organização, ter uma força de pressão, e que também a, a os dirigentes né, se sensibilizem pra este fator e abra assim, mão mesmo de donos, de donos de verdade. Mas eu acho que existe... o processo, ele vêm caminhando com a organização, acho que o processo da habitação a gente já tem algumas experiências né, conflituosas, acho também que participação é conflito né, acho que é administrar conflitos não é, de, de defender os interesses, e sentar e abrir de um lado, abrir do outro pra ver se chega a um ponto comum. É, mas não acho que é também como, como se fala, de você ter consensos, acho que não se faz, acho que há ganhos nesses projetos em função desse conflito, acho que, é, seria como que você pegar esses conflitos e chegar a um acordo né, mas admitindo que existem conflitos, conflitos de interesse, conflito de, de várias ordens mesmo. E, eu acho que nas políticas, acho que tem alguns projetos, alguns poucos exemplos, mas acho que ainda nós estamos no caminho, e esses exemplos que tem, acho que é muito em função da organização do movimento, então a gente tem exemplo como: o Pelourinho né, que as pessoas é... que foram retiradas mil e poucas famílias do Pelourinho, eu vou pegar o relatório da (?), pra você ver.

Hoje eu digo o grupo que resistiu vai ficar né, teve a intermediação do Ministério Público, então o Estado foi obrigado a ceder, a comunidade né, chegou, chegou a um acordo. Têm Costa Azul, que é um outro processo que também as pessoas foram, elas não só foram, elas foram pressionadas pela inclusive pelo entorno né, pela classe média, para serem retiradas. Em função da própria organização né, elas, elas vão permanecer nesse lugar que é uma, um lugar super valorizado, tem... algumas coisas do Viver Melhor, me parece que o Candéal né, foi um processo participativo de criação de espaço né, de cidadania, de você reconhecer né o, o, as aspirações da cidadania mesmo né, que as pessoas queriam fazer do lugar né, as pessoas que viviam assim com muito apego né, muito respeito ao lugar que elas, elas moravam. Acho que tem Gamboa, foi um dos primeiros também, que existia uma intenção clara de retirada. Então acho que o problema... o, o que existe em termo de que houve a participação, foi muito em conta, por conta da organização dos movimentos sociais. Acho que esse último período inclusive por questões mesmo né, de política né, de política nacional de... é... o caminho né, tá sendo levado.

Ivilana – E no Programa Ribeira Azul?

SEDUR 1 - O Ribeira Azul eu não conheço muito, mas me parece que é... inclusive foi uma das, um dos projetos que, acho que foi em Novos Alagados, que a Professora Ângela ela coloca como uma, uma prática que foi uns, Gamboa ela coloca, ela coloca Candéal, Gamboa e Novos Alagados, me parece que há uma, o projeto ali prevê uma série de, de atividades. Outro dia a gente teve uma avaliação do Projeto Ribeira Azul, feita pelos moradores, foi a Universidade que foi contratada pra fazer uma... você conhece essa avaliação né?

Ivilana – Conheço.

E a gente fica assim surpresa é né, de ver como as pessoas reagem né, a projetos. Então ela já conhece né, uma série de conquistas que elas tiveram, questões de equipamentos né, algumas gerações de renda, algumas oportunidades que tiveram, mas já conhecem também toda a imposição da padronização, da forma como é feita é, o projeto a nível físico, do tamanho das habitações, as implicações, então acho que, quer dizer...o que eu penso é isso, não sei se lá o processo foi participativo, agora sempre eu digo, que assim: é participativo por conta de pressão (... risos), por que é, não é uma prática ainda incorporada apesar de todos os organismos internacionais. É, como o BID, qualquer projeto você tem que dedicar um capítulo né, a como você vai trabalhar a... comunidade, pra participação, como é que se vai dar a participação, isso fica muito no discurso, eu acho que se você pega uma comunidade que ela não tem uma, em que não há uma organização em que os movimentos sociais não atuam, você pode forjar mesmo uma, uma, um dito projeto participativo em que né, quando você vai ver mesmo, o que é participação né, o que é...o que representa né, com as pessoas, então eu acho que é muito mais por isso, todas as praticas que eu conheço que considero que foram bem sucedidas.

Ivilana - Existem mudanças efetivas decorrentes da participação cidadã?

SEDUR 1 - Eu acho que sim, primeiro acho que em que aspecto, em termos da política habitacional né, que você tinha perguntado antes.

Ivilana – Ou até na vida das pessoas, quais são as mudanças que ocorrem?

SEDUR 1 - Ah, eu acho que a mudança principal é que você se sente parte. Então acho que assim todos os reflexos né, quando você vê, por exemplo, quando tá, sei lá, qualquer trabalho de saúde ou mesmo a educação em que você reconhece os valores, em que você, você trabalha né, com os valores que é daquela, daquelas pessoas que tão envolvidas no trabalho. É, a pessoa se sente parte, é a coisa do construir né. Quando você constrói, você fica é, muito mais comprometido né, seriam as representações, os símbolos, acho que isso, isso é muito importante, isso com a participação é, ela, ela pode ser resgatada né, o apego, o amor que as pessoas têm pelo lugar ou pela vizinhança, então eu acho que assim em termo de resultado, em termos de resultados de qualquer projeto. É, quando existe a participação mesmo, efetiva, acho que há um envolvimento, um comprometimento e a gente vê isso assim tranquilamente, em todos os projetos que a gente vê, que às vezes há investimentos pesados e você vê um abandono depois de passar um tempo. Então, você vai identificar que as pessoas não se identificaram né, com esse tipo de intervenção, acho que em todas as políticas deve ser mais ou menos, mas a gente vê mesmo na, na, na questão da habitação, você vê as pessoas, coisas abandonadas

né, lugares em que foram previstos praças ou... mas as pessoas se reuniram em outro lugar, então em termos de né, da simbologia, do que significava, então é a parte de, do envolvimento e comprometimento.

Ivilana - O que é que poderia ser feito para propiciar uma maior participação?

(...risos)

SEDUR 1 - Eu acho que... algumas coisas, eu acho que já foram dados os primeiros passos né, acho que tem, por exemplo, o Estatuto da Cidade, eu acho que é em termos de projeto urbano mesmo, ele já, ele, ele coloca uma série de instrumentos né, que se, que permite com que o projeto seja participativo, por que quando você trabalha algumas, algumas áreas né, desenvolve um projeto desse de intervenção urbana, o instrumento .. o Estatuto da Cidade ele tem né essa, essa coisa de garantia social da, da propriedade ou direito à cidade, eu acho que tem alguns instrumentos. Agora eu acho que participação é a coisa de informação né, é o acesso a informação, você ser engajado na sua comunidade, por que não precisa também ser um grande movimento social, mas se você tá ali engajado na sua comunidade você tem posto, você começa ainda tateando, mas é uma forma embrionária, acho que hoje estamos vivendo assim crise de conceitos, então acho que, é, esse, essa coisa de cor... do que é bom, do que é bom pra as pessoas, acho que tá se revendo um pouco isso né, a academia tá aí né, fazendo uma análise né, de todas essas intervenções que foram feitas e aonde né que, que não deu certo, mesmo, então acho que, acho que é uma revisão mesmo de conceito, a internalização, acho que tanto da parte de quem... muito mais, acho que da parte técnica, dos gestores né, eu acho que assim discutindo uma série de conceitos, do que é mesmo, o que é mesmo participar, o que é mesmo construir uma coisa junta, acho que daí é que pode surgir uma coisa, acho que é, essa coisa mesmo de troca, acho importante se internalizar a coisa da troca, em qualquer projeto você tem que ir aberto, então acho que é uma mudança mesmo de postura, entendeu, acho que vai, acho pouco ainda, mas essa é uma questão minha.

Ivilana - E quais são os principais entraves a participação nessas políticas?

SEDUR 1 - Eu acho que os resquícios mesmo do que a gente teve no autoritarismo, acho que, assim, o papel mesmo do Estado nessas, nessas políticas, é uma... que a gente viu, os entraves, acho que ainda é resquícios de um autoritarismo, de um tecnicismo. Eu acho que isso é que é entraves e também das condições das pessoas né, por que hoje em dia as pessoas, assim... você vê os grupos, os movimentos, eles estão assim, tem tantas é, demandas pra resolverem né, de sobrevivência que eu entendo, por exemplo, quando a gente vai atuar na área eu entendo, é, assim, a baixa... a baixa motivação mesmo, porque as pessoas estão preocupadas com a sua sobrevivência né, a questão de emprego, a coisa de renda ela faz com que as pessoas não, elas não se disponham a ter outras preocupações, acho que também é uma conquista.

Ivilana - E quais são as principais formas de participação? Quais são as principais práticas participativas que acontecem nas políticas públicas?

SEDUR 1 - Práticas... Acho que você... ouvir, assim... eu não entendo como prática.

Ivilana - O que é que tá sendo feito nas políticas públicas de habitação e seus programas?

SEDUR 1 - Habitação - acho que é um pouco.... essa mudança né, de conceito, acho que é uma coisa que a gente viu, por que a gente fez durante anos, anos e anos, né, a gente produziu habitação, a gente produziu a cidade que tá aí e a gente vê, a gente tá vendo os resultados, então você chega é... em áreas que você já teve intervenção, inclusive já teve um gasto imenso né, em infra estrutura e chega lá continuam degradadas. É... eu acho que tá se revendo, acho que uma, um dos méritos é, um dos méritos do Ministério das Cidades foi exatamente esse, acho que discutir a questão do planejamento, a questão da política habitacional e rever, eu acho que é uma questão mesmo conceitual.

Ivilana - Eu pergunto assim: vamos intervir no Costa Azul, no Paraíso Azul. Quais são as práticas participativas que vai haver, o que é que os técnicos vão propor como alternativas de participação?

SEDUR 1 - É isso, eu acho que oh. Acho que é isso acho que a...

Eu acho que é o grande perigo, é você ir com um projeto pronto né, um projeto que se diz participativo, então eu acho que a melhor forma de entrar e vir (barulho...) com um escopo de um

projeto participativo, é você ir para essa área, com uma, assim... disposto a você ver, sentir, e as pessoas terem a oportunidade de colocar né, as suas necessidades, como as pessoas vivem, como elas gostariam de viver, como elas aproveitam o espaço, então eu acho que é assim, um grande, um grande equivoco, quando se, ainda né se tem o discurso da participação, é de você, é... fingir uma participação que não é uma coisa assim que seja intencional né, eu acho que pra se elaborar esses projetos, quando se pega mesmo recursos, pra Caixa Econômica você descreve uma série de, de itens, de práticas participativas, o que vai desenvolver é, não sei o que geração de renda tal, por que... E na verdade eu acho que a participação se constrói a partir do momento que você entra, vai pra uma área dessa e você vai assim... disposto a ouvir, ter o olhar que a comunidade tem sobre a área, isso você tem que abrir mão de uma série de coisas. Eu acho que esse é a parte do, quando eu falo a mudança conceitual, é nesse sentido, entendeu? Acho que assim modelos, modelos assim não existem, existe assim é você tá aberto, você tem formas de enxergar, você tem técnicas, você pode é reunir comunidades, você pode delimitar o território, você pode, tem mil e uma atividades que podem permitir com que as pessoas consigam dizer o que querem pra, pra sua vida né, seu local de moradia.

Ivilana - A participação você acha que ela é geralmente induzida por quais desses atores aqui?

SEDUR 1 - A verdadeira participação hummm... (...pausa).

Olhe, ela deve nascer a partir da comunidade, só que hoje em dia a gente vê que Órgão Financiador ele exige né, ele tem os modelitos também, esses modelitos quando não se cumpre né, é, fica retido parcelas e não sei o que, mas que também não fazem com que você mude uma prática participativa né, ele só exige uma receita que você tem que seguir, se seguir tudo bem, agora acho que o importante é você ver o processo né, o processo de participação, que acho que é um processo.

Os políticos atualmente (...risos), falam né, mas não fazem, então eu veria.

É eu veria assim que (...pausa)

Que a participação eu só, eu só vi até hoje, pelo menos essas práticas que a gente tem esses pequenos exemplos de você obter uma participação a partir de primeiro, de uma mobilização da comunidade, em segundo de um novo olhar, de uma nova postura técnica, pra enfrentar né, pra você propor alguma coisa. Então na conjunção dessas duas coisas eu acho que é o que vai dar parti... é o que vai permitir uma participação. Por que nos outros acho que absolutamente, acho que, exigência o Órgão Financiador exige, o Banco Mundial exige, a Caixa exige, você vai com aqueles modelos todos de participação que ficam no discurso, os políticos também né, fazem aquela coisa de participativa, que você vai ver que não é, não é não é participativa. O Órgão Executor muito menos, eu acho que seriam essas duas coisas.

Ivilana – E os mecanismos institucionais utilizados nessas intervenções tem propiciado um nível de participação: ótimo, bom, regular, ruim ou péssimo?

SEDUR 1 - Institucionais....(..pausa)

Ivilana – São as práticas correntes que são feitas.

SEDUR 1 - Eu acho que ruim. Eu colocaria como ruim. Vou colocar aqui comunidade e outros que afetem (*se referindo à questão anterior*).

Sim, em outros eu vou colocar uma decisão política de fazer (...pausa, escrevendo), um novo olhar técnico.

Nível de interesse da participação é... em geral?

Ivilana - Hã, Hã.

SEDUR 1- Isso eu não saberia responder.

Ivilana – Você até já deu uma dica, que não é tão bom por que as pessoas tão cansadas de participar ou estão preocupadas com a sobrevivência.

SEDUR 1 – É, vou colocar regular. Veja, eu tenho uma, a gente tá tendo uma experiência super interessante agora em Costa Azul, em que, é, nesse projeto a comunidade, ela se reúne uma vez por semana sozinha, todas, todas, toda semana ela tem um dia e tem outra reunião que ela faz com os técnicos, com as que as lideranças fazem com técnicos pra colocar tudo que foi discutido, então, é

assim, é difícil você ver uma, uma comunidade que tenha essa mobilização, essa disposição, e as pessoas trabalham então é... mas assim, são casos isolados né.

Ivilana – Costa Azul é ali no Paraíso Azul, aqueles prédios enormes?!

SEDUR 1 – Sim, Recanto Feliz.

Ivilana - Há continuidade nos processos participativos, ou acabou a intervenção acabou tudo?

SEDUR 1 - Não, acho que não há continuidade. Acho que agora a gente tá...uma das coisas que a política né, que a gente tá discutindo agora na política é essa questão de, de avaliação e monitoramento né, que quando você, a partir do momento que você vai buscar com essas intervenções um desenvolvimento social né, tornar o cidadão né, cidadão com uma, um mínimo de condições de cidadania, você tem que ter, existe, tem que ter um tempo né, pra você monitorar todas essas intervenções, acho que inclusive a participação, acho que a própria participação também tem que ser avaliada por que às vezes é uma coisa pontual, durante o processo e que quando sai desmobiliza né, então acho que não existe a prática de é, de continuar, de monitorar pra você ver exatamente essa, pra fazer essa avaliação.

Ivilana – Essa idéia fica pros próximos, né?

Ivilana - Existem indicadores que atestem melhorias das comunidades beneficiadas com políticas habitacionais?

SEDUR 1 – Sim, tem, a gente tem por exemplo: a questão de saúde, acho que a Universidade fez também uma avaliação de, do Ribeira Azul do Ribeira (..perdão) do Bahia Azul, especificamente em algumas comunidades né, se vê a redução né, isso foi uma avaliação muito mais ampla, mas assim... mesmo sem você tá monitorando né, quando você entra nessas áreas em que o esgoto tá correndo a céu aberto, que não tem sanitário, então acho que existe, acho que o que falta é você medir, é você monitorar isso, fazer essa avaliação né, ampliar esses indicadores, por que isso faz parte do monitoramento, mas é que você fala, mas acho que existem indicadores que você pode dispor, o que falta é você implantar um processo de monitoramento.

Ivilana - Quais os mecanismos que o Governo do Estado tem utilizado para prestar contas à população dessas políticas habitacionais?

SEDUR 1 – Quais os mecanismos...(pausa...) Olhe, eu acho que o único mecanismo que (...pausa) ai, eu acho que é uma falha, porque não existe um mecanismo de prestação de contas, acho que é geral nas políticas, você é... teria que prestar contas, né? (...risos) Teria...é dinheiro investido, por que o que a gente vê são os relatórios que tão ai, mas não tem acesso, por que até, nem sei assim, a questão de recursos, acho que tinha que ser assim destinado, aberto, né... esses orçamentos, mas acho que não tem... por enquanto, não me vem assim que mecanismos ele tem utilizado. Acho que existem os mecanismos existem, mas agora utilizado acho que só os relatórios né, o Tribunal de Contas que tá fazendo a, uma auditoria, com avaliações, acho que isso deve ficar público, acho que qualquer pessoa pode acessar né, mas essa coisa de transparência né, que envolve não somente a informação, mas a possibilidade de intervenção, de questionamentos. Eu acho que isso não, atualmente não, não eu desconheço que mecanismos existiriam.

Ivilana - Quais as características abaixo se aplicam ao Governo do Estado em relação à condução das políticas habitacionais?

SEDUR 1 – Hummm...Meu Deus!.... (...risos).

Olha, democrático eu acho que é (...pausa).

Meu Deus, ele pode ser democrático, pode ser é burocrático.

Ivilana – É, ele pode ser um misto de várias coisas.

SEDUR 1 - Eu acho que o autoritário aqui já... quer dizer, não vejo assim de imposição, nos projetos em particular existem uma série de imposições, mas por exemplo, acho que com o Pelourinho antes na 7ª etapa, acho que foi, ele foi autoritário, até onde ele pôde, até onde ele conseguiu, em que não havia uma mobilização, certo. Então ele realmente usou pra tirar aquelas pessoas, ele usou de todas de todo o autoritarismo né.

Mas hoje houve uma reversão. Mas não sei se... porque as carências são tão grandes, que as pessoas...de qualquer forma, hoje em dia pra você retirar uma, uma invasão, uma ocupação informal acho que as coisas são bem mais complicadas e quando você vê os movimentos, os sem teto, tão aí, eles estão ocupando, não existe nenhuma alternativa né, de habitação, eles estão ocupando e cada vez com uma ocupação dessa, é um desgaste muito grande, as pessoas... e não se consegue, o Estado não mais, estou falando o Estado o Municipal né, o poder Municipal. Não mais se consegue, é, em função mesmo da conjuntura política né, atual, fazer esses grandes desmontes como se fazia anterior... antigamente né, alguns anos atrás, se tirava invasão assim... Patrimonialista, não acho que é (...pausa). Participativo, acho que tá iniciando, mas ainda faltam... acho que é uma meta (...pausa).

Ivilana - Quais as principais políticas públicas habitacionais que vem sendo desenvolvidas pelo Governo do Estado para a população de baixa renda?

SEDUR 1 - É, o grande Programa né, do Governo do Estado da Bahia é o Viver Melhor. Acho que assim é o que marcou essas administrações, que é o Viver Melhor, que é intervenção, intervenção em área ocupada né, com a infra-estrutura e a melhoria habitacional, é um programa que tem uma né, ele penetrou pelo Estado, penetrou em Salvador... ele, assim ele, ele atende né ao, as inadequações né, de domicílio, por que ele leva infra estrutura, complementações de infra estrutura, complementações de infra estrutura, então acho que é o grande, é o grande programa de habitação da baixa renda, a gente... a nível assim do déficit da, pra atender o déficit, que é você construir novas moradias mesmo para as pessoas que vivem ou em situações de risco ou é, embaixo de pontes, improvisadas ou que tem a coabitação, que moram varias famílias não se tem né, acho que nesses últimos 6 anos, mas que é... o déficit né, quantitativo tá ai né, que a gente não tem assim uma produção, isso tem uma série de implicações que é você realimentar né, o processo, então acho que, o que a gente tá vivendo é assim... você tá investindo nessas áreas ocupadas pra dar uma melhor ocupação, mas você também não tá oferecendo nenhuma alternativa, não que as intervenções nessas áreas não sejam importantes, acho que é, diante da magnitude da situação de precariedade dessas áreas né, que as pessoas... utilizam, não tem uma alternativa e vão ocupar mesmo nessas condições precárias. Mas é o grande programa, acho que de habitação é o Viver Melhor.

Ivilana - Por que o incremento da participação cidadã nessas intervenções é importante?

SEDUR 1 - Acho que é pra garantir, pra dar sustentabilidade.

Ivilana - É exatamente a pergunta de baixo: Como é que a participação cidadã contribui para a sustentabilidade das intervenções?

SEDUR 1 - É, sustentabilidade, porque exatamente na medida em que você tem uma, em que você se sente parte, você tem uma outra, uma outra posição em relação a ...

Ivilana - É que você já tinha falado, respondido anteriormente, né?

Ivilana - Qual o efeito que Programas Sociais de amplitude reduzida podem obter no desenvolvimento da comunidade e incremento da cidadania e mesmo na sustentabilidade da intervenção?

Deixa eu explicar melhor essa pergunta que ficou longa: É, há uma intervenção em Costa Azul, vai haver toda uma urbanização, toda uma requalificação, Programa Social. Só que esse Programa Social ele não vai abranger o total das famílias da área, vai abranger um 1/3, 1/10. Então como é que esse, esses programas de amplitude reduzida vão contribuir pro desenvolvimento da população e pro incremento da cidadania?

SEDUR 1 - Veja, no caso de, por que há uma diferença. Você atuar, por exemplo, eu não sei até que ponto a gente tem como objetivo você investir na questão do desenvolvimento social nessas áreas especificamente né, nessas, nessa área, em Alagados tem, Costa Azul tem, nessas áreas em que elas estão situadas em, elas, elas funcionam como Guetos né, que você tem... São incrustadas, são rodeadas de classe média, tem algumas áreas né, que já tão todas mapeadas aqui na cidade, em que você, você tem a, você interage com a comunidade como, como um todo, como é o Programa Ribeira Azul... porque tá delimitado, o espaço é delimitado.

Então eu acredito que esse projeto né, dentro das propostas é, de desenvolvimento social, com algumas, algumas atividades de gerações de renda, questão de capacitação, inclusive pela própria mobilização que a gente tem né, que eles tão em busca de, de atividades que possa gerar renda. Ali

SEDUR 1 - Nesses daí eu acho aconteceu, de uma forma ou de outra aconteceu, nos outros acho que como são os mais antigos, acredito que sim. Acho que Candéal foi feito assim, foi feito toda uma forma assim não lúdica, mas eles utilizaram de recursos, como lá era um espaço de música de, então eles utilizaram. Eu acho que houve utilização da própria vivência que eles tinham né, de atividades que levavam eles a entender né, que é aquela coisa de você entender a partir da sua linguagem né.

É, eu acho que houve. O, os outros, eu acho que como o embate foi mais forte, parece que o Candéal não foi forte o embate, acho que já começou com essa proposta né, em função da própria representatividade de Carlinhos Brown, por que isso tem uma, tem um peso né, tem um peso, os outros foram através de embate, então foi assim, por pressão que se houve, se abriu a participação por pressão, então essa, esse caminho foi meio truncado assim, meio assim... não teve uma seqüência né, que geraria, que teria um diagnóstico, devolver esse diagnóstico né, com a visão de que... das pessoas avaliarem a visão que você teve, a partir deles é, incorporar sugestões, discutir sugestões. Eu acho que seria a forma mais, é... a forma de se criar um projeto participativo.

Esse como foi, foi meio atropelado em função da questão do embate, mas houve assim a preocupação de você apresentar o projeto, de você discutir, de você modificar né, o bom mesmo é o projeto todo modificado, é... o Solar o, o, o Costa Azul não. O Costa Azul foi também um processo que apresentou várias vezes e não tinha assim, as alternativas realmente só podiam ser aquelas, verticalizar pra abrir, por que não dava todo mundo.

Ivilana – Até pra incorporar com o ambiente, né?

SEDUR 1 – É, tá incorporadíssimo (... risos) é por que não consegue nem distinguir mais o entorno da área, ficaram, ficou né, duas áreas que ainda não houve intervenção assim total né, que a substituição total, vai e aí é que tem uma proposta de com a UNIFACS trabalhar essas áreas, com, é, se você tendo recursos pra você poder ampliar, com uma assistência técnica, mas de acordo com os valores. Eu acho que vai dar pano pra manga em termos de análise né, porque você vai ter lá um valor que foi criado assim, que a prática né, que o Estado tem que são aqueles padrões habitacionais, aquele tipo padrão mesmo e que tá completamente é... em sintonia com o entorno de classe média e você tem essas... e ficaram duas, porque não dava pra você tirar tudo, e ficaram essas duas áreas em que eu acho que com esses investimentos em melhoria, você acha que inclusive vai, vai poder avaliar, acho que é importante que tenha essa avaliação mesmo de como se comporta esses níveis de conforto, de como as pessoas se sentem, de onde é que ficou mais organizado, onde permitiu determinadas atividades, (?) porque se tá com dois exemplos, tem que continuar.

Ivilana – E Novos Alagados, você teria alguma coisa pra falar ou ...

SEDUR 1 - Não, não conheço muito o projeto não, sei que tem, é um projeto que né, que foi colocado como que teve uma participação, foi “rankeado” pela nossa mestra (... risos).

Ivilana – Certo e você queria colocar mais alguma coisa, em relação à participação, na parte de algum item que a gente deixou de falar aqui, algum item importante?

SEDUR 1 - Não, eu acho que assim, o item importante que sempre, que agora eu tô me debatendo, né, que é exatamente de quanto nós técnicos estamos é... assim, tendo resistências pra fazer com que se permita uma maior participação, eu acho que é, talvez ainda a nossa geração que tá atuando né, veio de um processo mais autoritário, então acho que isso pra ser incorporado acho que leva um tempo e eu reconheço assim, a importância dos técnicos né, dessa mudança de abordagem dos técnicos, que a gente tem se debatido com, com essa, essa resistência, eu acho que existe isso, existe a coisa assim de que esse processo né, é um processo que assim vindo dos Governos é importante né, então quando você tem uma, uma política em que você permite, em que você estabelece que as coisas tem que ser decididas em Conselho, então você, cria conselhos, mesmo que você ainda continue se debatendo por um longo tempo né, com essa questão da, do controle social, mas eu acho que se passa por aí entendeu, acho que a nível assim de política geral, eu acho que a participação, acho que é um dos aspectos que você não abordou isso, é como em termos de políticas maiores né, podem ser importantes pra reforçar um... a participação assim, nem que seja no início obrigando em que haja um controle social, que se inicie esse processo de discussão, que seja né, que exija uma participação, então eu acho que é uma questão também de uma política geral, que passa por todos os níveis, pela União, de Estados e Municípios, então eu acho que essa questão né, geral mesmo, é uma coisa importante, acho

que dá uma força, dá uma legitimidade, acho que as pessoas se sintam se sintam, com respaldo de se organizar de, de exigir, de querer participar de ...

Ivilana – Como o PDLI né, em Baixa Fria, se não tivesse vindo a política com uma cara diferente não teria sido possível implementar...

SEDUR 1 - É, eu acho importante essa discussão que se trata, tanto a nível né, de gestão mesmo nos poderes e a nível técnico, porque eu acho também é importante essa forma de encarar, ficar com esse modismo de participação que todo mundo fala, você chega vê o Banco Mundial falando de participação (...risos).

Mas é participação como modelos, e acho que não é, acho que é um processo criativo né, que é específico, que é a única forma de enfrentar isso, é você indo assim com a, a capacidade de absorver, de entender que é uma troca de saberes né, você tem claro, que você não vai abrir né de toda a questão técnica, acho que tem né, que existem permitir determinadas coisas, mas também de como, como entender né, acho que é meio uma troca, isso passa acho que por uma abordagem diferente. Tanto a nível de política, mas em nível técnico (...risos).

ANEXO D – TERMO DE CONSENTIMENTO

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

Participação cidadã nas políticas públicas baianas ligadas à habitação popular

Mestranda: Ivilana Quadros Tonhá

Termo de consentimento informado

Pelo presente documento, declaro ter conhecimento dos objetivos e dos métodos deste estudo, que me foram apresentados pela mestranda e aceito participar das atividades propostas. Estou informado (a) de que, se houver qualquer dúvida a respeito dos procedimentos adotados durante a condução da pesquisa, terei total liberdade para questionar ou mesmo me recusar a continuar participando da investigação. Meu consentimento, fundamentado na garantia de que as informações apresentadas serão respeitadas, assenta-se nas seguintes restrições:

a) Não serei obrigado a realizar nenhuma atividade para a qual não me sinta disposto (a) e capaz;

b) Os pesquisadores estão obrigados a me fornecer, quando solicitados, as informações coletadas;

Ao assinar este termo, passo a concordar com a utilização das informações para os fins a que se destina, salvaguardando as diretrizes universalmente aceitas da ética na pesquisa científica.

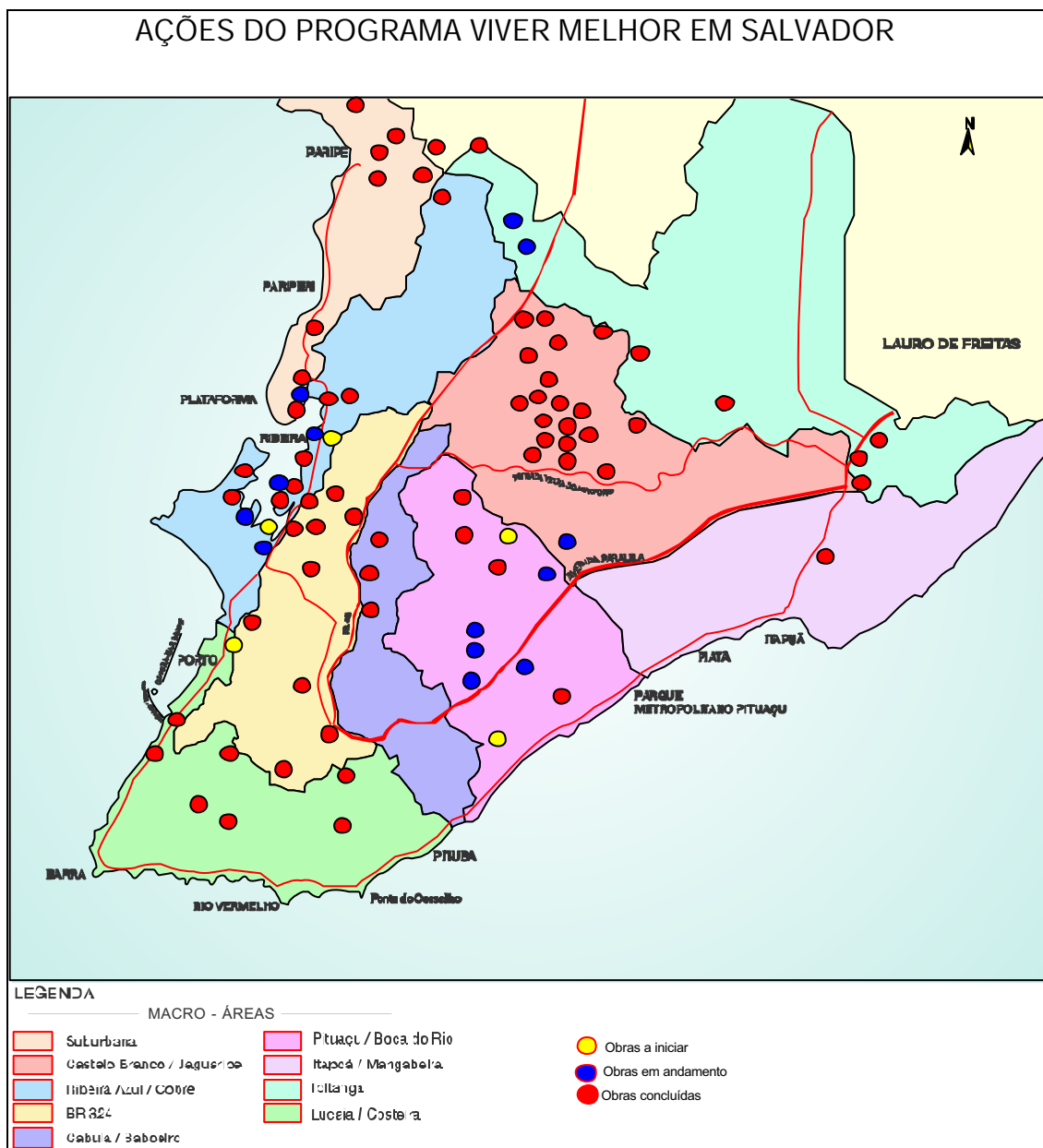
Salvador _____ de _____ 2006.

Nome: _____

Assinatura: _____

ANEXO E - MAPA 1

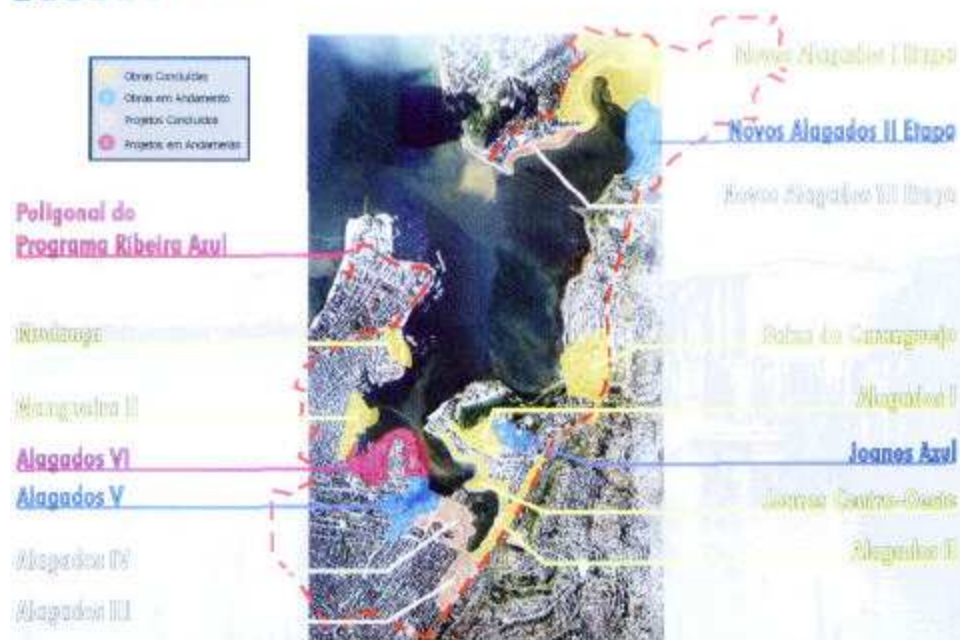
Ações do Programa Viver Melhor em Salvador



ANEXO F – MAPA 2

Poligonal do Programa Ribeira Azul

Programa Ribeira Azul



ANEXO G - FOTOGRAFIAS DA ÁREA OBJETO DA INTERVENÇÃO



Fonte: CONDERe

Foto 1 – Vista geral da Enseada do Cabrito



Fonte: CONDERe

Foto 2 – Palafitas em Novos Alagados (antes da intervenção)



Fonte: CONDERe

Foto 3 – Um dos tipos de unidade habitacional entregue à comunidade